



International Development Research Centre
Centre de Recherches pour le Développement International
Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo
Oficina Regional para América Latina y el Caribe

ESTUDO DE CASO

“Comércio, Agricultura e Meio Ambiente: Estudo de impactos da ALCA em Café e Maçã e Seus Sistemas de Produção Agrícola”

Engº Agrº MSc. Valtair Verissimo

Orientação:

Merle Douglas Faminow (IDRC-CRDI)

Andrés Rius (IDRC-CRDI)

Montevideo, Uruguai – 2003



ÍNDICE

Resumo executivo.....	03
1) Introdução.....	17
2) Metodologia.....	22
3) ALCA e o capítulo de agricultura.....	24
4) Sistemas de Produção Agrícola (SPA).....	28
5) O Caso Café.....	35
Sistemas de produção de café.....	35
Cenário do mercado mundial de café.....	37
Café no continente Americano.....	39
Café: México – Brasil – Guatemala.....	43
Produção – Produtividade – Competitividade.....	46
Consumo.....	47
Beneficiamento – Exportação – Logística.....	47
Sistemas de produção utilizados – custos de produção.....	51
Importância social.....	55
Discussão café.....	58
6) O Caso Maçã.....	77
A maçã no hemisfério.....	80
Maçã: Chile – Brasil – México.....	82
Produção e comércio de maçã.....	84
Sistemas de produção de maçã.....	87
Importância social.....	90
Competitividade.....	90
Discussão maçã.....	91
7) Discussão geral.....	102
Aspectos econômicos.....	102
Aspectos ambientais.....	116
Aspectos sociais.....	144
8) Resultados principais e implicações gerais.....	152
9) Recomendações.....	165
ANEXO A.....	171
ANEXO B.1 (Forças, oportunidades, debilidades e ameaças).....	176
ANEXO B.2 (Maçã: demais concorrentes a nível hemisférico).....	178

RESUMO EXECUTIVO

A) Problemática de estudo

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) pretende ser a maior zona de livre comércio do mundo, abrangendo 34 países da América, com uma população superior a 800 milhões de pessoas e PIB superior a US\$ 11 trilhões, o que representa cerca de um terço do PIB mundial. As discussões formais da ALCA iniciaram-se em 1998. Atualmente ainda há muitas áreas sem consenso, em especial no capítulo de agricultura. O acordo tem previsão de entrar em vigor a partir de janeiro de 2005. No acordo ALCA há vários capítulos que cobrem muitos temas, no entanto as questões ambientais e suas implicações têm ficado de fora das discussões. O presente estudo teve o objetivo de verificar o efeito da ALCA sobre as culturas de café e maçã, e seus diferentes sistemas de produção, abrangendo impacto em termos econômicos, ambientais, e sociais, e de contribuir para o maior entendimento de temas intimamente relacionados como agricultura, comércio e meio ambiente. Os questionamentos que motivaram essa investigação foram: que impactos positivos e negativos a ALCA pode trazer a diferentes sistemas de produção agrícola em termos econômicos, sociais e ambientais, e que medidas podem ser sugeridas para amenizar os possíveis impactos negativos? Será algo bom para produtos "verdes"? quem promove e quem inibe os debates ambientais na ALCA? Das culturas selecionadas para o estudo, que países deverão ser mais competitivos na ALCA? Quais os desafios e oportunidades para pequenos agricultores em sistemas de produção de baixo impacto ambiental ou ambientalmente amigáveis?

Na condução do estudo procuramos adotar o enfoque proposto pela metodologia SIA (*Sustainability Impact Assessment*) que possibilitam o acesamento sustentável de impacto como descrito por Lee & Kirkpatrick (2000), considerando impactos econômicos, sociais e ambientais. Para o desenvolvimento do estudo foi adotada uma abordagem analítica, a partir da formação de uma base de dados e de uma ampla pesquisa bibliográfica. Foram realizados o estudo de diferentes sistemas de produção,

cultivos e países, identificando suas forças, oportunidades, debilidades, e ameaças (F.O.D.A). Também realizamos levantamento de informações da cadeia produtiva, comércio doméstico e exterior, e política comercial. Ainda, procuramos dentro do possível verificar as oportunidades, desafios e perspectivas para cada objeto de estudo, considerando um cenário com consolidação da ALCA. Na escolha dos países, consideramos diferentes aspectos, como: grau de competitividade, posição geográfica, disponibilidade de informações, relações comerciais, e existência de acordo de livre comércio. As culturas foram escolhidas pela sua participação no comércio internacional, pela diversidade de sistemas produtivos, exigências climáticas distintas, importância na geração de emprego e renda, e disponibilidade de informações. Assim, considerando esses aspectos, incluímos no estudo os seguintes temas: CAFÉ em México, Brasil e Guatemala; e MAÇÃ em México, Brasil e Chile.

A fim de verificar o impacto ambiental do processo ALCA procuramos estudar os diferentes sistemas de produção (e outros impactos que estão mais além da produção), pois deles se derivam a maior parte dos impactos sobre o meio ambiente e recursos naturais. Para fins de facilitar nosso estudo adotamos uma classificação mais ampla, dividindo inicialmente os sistemas de produção em três categorias: Sistema de Produção Convencional, Sistema de Produção Alternativo (inclui todas as correntes de base agroecológica, como a produção orgânica), e Sistema de Produção Integrada (que prega o uso seguro e a redução de agroquímicos). Apesar de haver diferenças consideráveis entre os dois últimos sistemas, esses podem ser considerados como de baixo impacto ambiental. Os produtos "verdes" são obtidos através de sistemas de baixo impacto ambiental e de uso sustentável dos recursos naturais, assim, abrangem uma ampla gama de produtos que tem considerações ambientais e sociais em sua forma de obtenção de matéria-prima, produção, comercialização, consumo e pós-consumo. Os produtos chamados "ambientalmente amigáveis" ou "sustentáveis", como os produtos orgânicos, se enquadram nessa classificação.

A análise das medidas previstas na ALCA foram baseadas nos documentos oficiais preliminares levado a público, e referentes à segunda minuta do acordo. Entre as principais medidas previstas no capítulo de agricultura esta

a redução de tarifas com vistas a sua eliminação; tratamento nacional a produtos importados; não discriminação de produtos quando existam condições similares; eliminação ou redução de subsídios; evitar medidas ocultas que provoquem a distorção da produção ou comércio, como o apoio interno (que não esteja em conformidade com o acordo); as Partes não podem cobrar imposto, tarifa, manter proibição ou exigir licença para importar ou exportar a outra Parte; cooperação para facilitar o fluxo de comércio; cooperação e assistência técnica em aspectos sanitários e fitossanitários, e utilização de procedimentos recomendados por organismos internacionais; prevê também a conformação de comitê de temas sanitários e fitossanitários; e incorporações automáticas das resoluções da OMC (Organização Mundial do Comércio). Também estão sujeitos a outros capítulos como: acesso a mercados; subsídios, antidumping e direitos compensatórios; soluções de controvérsias; investimento; propriedade intelectual; e política de concorrência.

B) Resultados principais e implicações gerais

Aspectos gerais

- A região ALCA destaca-se como a maior produtora e exportadora de café. Em maçã a região ALCA é a segunda região exportadora, ficando atrás apenas da União Européia, que também é a principal região importadora. Dos países estudados, de maneira geral o Brasil é o mais competitivo em café. Porém, os três países selecionados possuem certa competitividade no comércio internacional. Ambos tem diferentes vantagens comparativas, pois um tem maior eficiência produtiva e produz grande quantidade de café (Brasil), enquanto os outros dois tem maior reconhecimento internacional em cafés com diversos atributos de qualidade, como os cafés especiais e cafés sustentáveis (café de sombra, orgânico, e comércio justo).

- Quando aprofundamos para produto com valor ambiental se percebe que há grandes diferenças, que podem determinar uma estratégia de marketing mais forte por parte de Guatemala e México, em virtude de suas condições edafoclimáticas, estrutura de produção, manejo dos recursos naturais, e demais aspectos do entorno ambiental. Evidentemente que essas diferenças oferecem certa vantagem comparativa em relação ao café brasileiro;

- Identificamos que países como Guatemala e México estão mais preparados para o mercado de cafés especiais ou cafés sustentáveis do que o Brasil, que atualmente tem sua competitividade baseada em produtos de menor diferenciação. Porém nota-se que no Brasil tem havido uma crescente conscientização para a melhoria da qualidade, diferenciação, e promoção de seus cafés a nível nacional e internacional;

- Em café, os países latino-americanos não deverão ter competição dos EUA e Canadá, ao menos em café verde, pois não possuem condições climáticas para o cultivo. Entretanto, em café industrializado (torrado e solúvel), o Canadá é atualmente o maior exportador para os EUA, o México é o segundo, Brasil é quinto, e Guatemala é o décimo primeiro. Ainda, provavelmente haverá aumento na competição entre os países produtores da região ALCA, pois mais cedo ou mais tarde terão que reduzir suas tarifas e abrir seus mercados a produtos estrangeiros. O México deverá abrir seu mercado de café, que é bastante protegido por tarifas, a produtos de outras Partes;

- Já em maçã, o Chile é muito competitivo, juntamente com EUA e Argentina, e em menor grau o Brasil. Dos países estudados, o México é o menos competitivo, apesar de estar melhorando sua produtividade. Esse país tem se tornado em anos recentes no principal destino das exportações de maçã dos EUA, isso mesmo antes da total desgravação tarifária do NAFTA, que só ocorre em 2004. Em suco de maçã no hemisfério, Chile e Argentina são os mais competitivos. Já os EUA são os maiores importadores;

- Em termos de produto "verdes" o Chile se encontra em estágio inicial, sem grande importância em termos de mercado. No entanto, possui vantagens comparativas (como suas condições climáticas e características geográficas) interessantes para a obtenção de frutas mais limpas. Esse país possui grande possibilidade de ampliação de sua produção de maçã em sistemas de baixo impacto ambiental, e com baixos níveis de resíduo tóxicos, porém ainda há um longo caminho para que esses sistemas alternativos se consolidem e alcancem nível produtivo satisfatório;

- O Chile é um país de economia bastante aberta, e já possui acordos de livre comércio (e outros de complementação econômica) com quase todos os países das Américas. Assim, com a ALCA, pouco ainda restaria

para ampliar seu acesso a mercados no hemisfério. O país poderá aproveitar a oportunidade para consolidar sua participação agroexportadora, principalmente de frutas de clima temperado. O país já conta com uma boa imagem como importante país exportador de frutas frescas e produtos elaborados (ex. vinho). Essa imagem, associada à experiência e infraestrutura disponível para exportações, e a vantagem de produzir na entressafra dos principais mercados proporcionam, juntamente com outros aspectos, certa vantagem comparativa, para produzir e comercializar produtos orgânicos ou "verdes", em relação a outros concorrentes;

- Em maçã, países como Brasil, Chile e México certamente irão se deparar com a maçã produzida pelos EUA. Esse país é o maior produtor de maçã do hemisfério (e segundo do mundo), e possui bons indicadores de competitividade. Por outro lado, também é o maior consumidor de maçã do hemisfério;

- Em relação aos mercados da América do Norte, os países geograficamente mais próximos como o México tem vantagens de acesso em função de menores custos de logística. Com a ALCA poderá haver impactos positivos da maior integração física dos países da região, melhorando a logística e a competitividade geral dos países. A economia de escala, o aumento da participação privada nas operações e investimentos em sistemas de transporte, pode ter impacto positivo em termos de eficiência logística. A melhoria da infraestrutura de transporte é uma das estratégias para melhorar o desempenho exportador. Assim, os investimentos em estruturas modernas poderiam baixar os custos de fazer negócios;

- Com a implementação da ALCA, aliado as transformações que estão ocorrendo a nível mundial em termos de globalização e liberalização, possivelmente alguns países terão que pensar seriamente em fornecer recursos, ou outros incentivos para que possa haver a reestruturação, com aumento da competitividade, ou para a reconversão agrícola. A diversificação dos produtos através da introdução de outras culturas mais sustentáveis (ambientalmente ou economicamente) aliados à adequada transformação industrial, visando oferecer produtos finais ao mercado, é de extrema importância, em especial para os países produtores de café;

- Atualmente o cultivo de café já não remunera como em

tempos passados. Em alguns países latino-americanos ainda é grande a dependência desse cultivo, o que é preocupante nesses países, por tudo o que representam para suas economias. Uma maior diversificação dos cultivos, sem perder de vista as demandas de mercado, podem reduzir sensivelmente os riscos de quedas acentuadas nas receitas agrícolas. Em maçã ainda há certa margem de rentabilidade, mas a manutenção dessa é cada vez mais dependente de eficiência produtiva;

Tarifas e acesso a mercados

- As tarifas de importação de café verde e maçã fresca são bastante baixas, ou já estão zeradas, para entrar nos principais mercados do hemisfério (EUA e Canadá). Para essas culturas, a ALCA oferece menor possibilidade de alteração nos fluxos de comércio comparado a outros produtos agrícolas em que há tarifas elevadas (picos tarifários); Assim, ganhar espaço nesses mercados dependerá muito do preço e da qualidade dos produtos ofertados, estratégias de marketing, e da capacidade de diferenciação com outros concorrentes;

- Em café, a desgravação tarifária poderia ocasionar aumento nas importações de café por parte de México, sem que ocorra aumento significativo em suas exportações, que possivelmente permaneceriam estáveis. Para a Guatemala pode haver ligeiro aumento, proporcional nas importações e exportações de café. Enquanto para Brasil seria esperado aumento nas importações e exportações;

-Em maçã, para o Brasil, provavelmente haverá um ligeiro aumento em importações, com exportações mantendo-se estáveis ou com ligeiro aumento. Há perspectiva de aumento de fluxo de exportações brasileiras para os EUA, Canadá, México e países Andinos. Para exportações de Chile, possivelmente haverá ligeiro aumento em exportações, especialmente para EUA, México, Canadá, e Brasil. Já para México, poderá haver aumento de importações, com exportações mantendo-se estáveis;

- As tarifas praticadas por países em desenvolvimento (PED) do hemisfério são relativamente altas para café e maçã. O café em México é bastante protegido, com tarifas de 23% para café verde, e 72% para café torrado. Nos demais países produtores de café também são protegidos, mas em menor grau. Nos países produtores pode haver algumas mudanças ocasionadas pela redução/eliminação

tarifária. Porém, esses países não se destacam em consumo de café, exceto o Brasil (que é o segundo consumidor mundial) e, em menor grau, o México. Em maçã os PED apresentam tarifas de 10 a 15%. Os mercados mais promissores para maçã em nível de América Latina são: países Andinos, México e Brasil;

- O tratamento nacional a importados, a não-discriminação, e a eliminação/redução de tarifas, possibilitarão que sejam abertos, a todas as Partes, o acesso aos mercados hemisférico mais protegidos de cafés como de México, Brasil e países andinos. Também identificamos que o tratamento nacional ao café importado também pode auxiliar na melhoria da qualidade do café brasileiro (composição de *blends*), contribuindo para sua melhor inserção no mercado de cafés torrado e moído de qualidade superior. Por outro lado, abre a possibilidade dos demais países também importar o grão brasileiro para compor seus *blends* e baixar custos;

- Na ALCA, a redução de tarifas de bens intermediários (que são absorvidos na produção de outros. Ex. insumos), podem ter ação indireta sobre a produção, e possível de ser um forte incentivo para a redução dos custos totais, melhoria da tecnologia utilizada, e no ganho de escala, podendo refletir na competitividade no mercado hemisférico ou em terceiros mercados;

- Para a Guatemala, a redução tarifária de insumos e máquinas agrícolas não deverá ter nenhum efeito, pois já tem tarifas de importação zeradas. Para o Chile, Brasil e México pode haver maior facilidade de acesso desses fatores de produção com a queda das tarifas de importação;

- Em café há escalonamento tarifário nos países latino-americanos. Na América do Norte há incidência de tarifas em produtos industrializados de maçã. A ALCA pode proporcionar a redução (ou eliminação) do escalonamento tarifário em produtos agrícolas processados, que atuam como barreira a industrialização e crescimento econômico dos PED;

- Em termos de comércio de café e maçã nos mercados da América do Norte, mais importante que as tarifas (que são baixas) estão os aspectos de barreiras não-tarifárias, os subsídios, medidas antidumping e direitos compensatórios. Essas preocupações também podem ser verificadas para outros produtos agrícolas, como grãos, carnes e suco de

laranja. Essas questões são as que mais preocupa os parceiros do futuro bloco econômico, em especial aos PED;

- Segundo a Associação Americana de Maçã (US Apple Association), outubro de 2001, os mercados latino-americanos representam boa oportunidade para os exportadores estadunidenses com a consolidação da ALCA. A maçã é um exemplo, pois atualmente às exportações para essas regiões são dificultadas por altas tarifas, e injustas vantagens competitivas, que os competidores do hemisfério sul têm assegurado através de exclusivos acordos de comércio bilateral. Assim, com a ALCA poderiam ser aumentadas às exportações para América Latina devido à redução das tarifas;

- A ALCA possibilitará o acesso a mercados em uma condição preferencial, criando uma diferenciação ou barreira tarifária a países extrabloco, o que permite o potencial aumento do comércio de produtos produzidos no hemisfério;

Barreiras técnicas ou não-tarifárias

- A medida que os acordos multilaterais fazem cair às barreiras tarifárias, tem começado a surgir formas mais sutis de protecionismo. Existe o temor por parte dos PED de medidas protecionistas diferentes das formas tradicionais (tarifas e cotas), e consiste em medidas como padrões mínimos de qualidade, acusação de dumping ecológico, ameaça de medidas antidumping e anti-subsídios, restrições fitossanitárias e outras, que podem ser ainda mais efetivas;

- Com a ALCA aumentam os riscos de introdução de pragas e doenças de importância econômica, e que potencialmente poderiam ocasionar danos aos cultivos de outros países. Também há preocupação quanto aos níveis de resíduos ou contaminantes nos alimentos, e quanto ao reconhecimento de certificações, quanto aos procedimentos de fronteira, licenças de importação, e exigências de portos de destino;

- Tem sido lenta por parte dos EUA a adoção de normas técnicas internacionais, que tem sido mais um obstáculo para os exportadores estrangeiros. A harmonização de normas e procedimentos pode importante na redução de barreiras ao comércio, e deverá facilitar o comércio de produtos agroalimentares. O acordo sobre MS e MFS é importante, pois permite a utilização de disciplinas, harmonização de normas, reconhecimento de equivalência,

e reconhecimento de zonas livres de pragas e doenças, e assim, contribuir para que haja maior transparência, e que aspectos sanitários e fitossanitários sejam um instrumento de promoção e fortalecimento do comércio;

- Na visão dos EUA existem justificativas para iniciar ações do tipo regulatório a fim de controlar ou minimizar o risco de contaminações de qualquer tipo. Dos produtos agroalimentares latino-americanos exportados aos EUA, é alta a participação de contaminações por pesticidas (além de contaminação microbiológica), sendo que os níveis de contaminação por pesticidas verificados pelo FDA (Food and Drug Administrations) têm sido maiores que nos produtos importados de outros continentes. Os riscos de contaminações, químicas ou microbiológicas, podem ser resolvidos através da adoção de sistemas de controle adequado em todas as fases, desde a produção até a comercialização;

- Em termos de medidas sanitárias e fitossanitárias, a ALCA não demanda maiores compromissos que em nível de OMC. As medidas de harmonização, e equivalência de produtos e processos, podem servir como um padrão para a avaliação da conformidade dos produtos de distintos países, facilitando o fluxo de comércio entre as Partes. Assim, a partir de estándares, se poderia avaliar a conformidade ou equivalência de um produto (ou processo) tanto no país importador como no exportador.

Subsídios

- De maneira geral a segunda minuta do acordo sinaliza que deve rumar para a redução ou eliminação de subsídios, ajuda interna e Medidas Globais de Ajuda. Também esta previsto a revisão da caixa verde, e que a mesma não seja sujeita a medidas compensatórias. A manutenção da caixa verde é um ponto positivo, que pode ter importante impacto nos sistemas de produção, e conseqüentemente na qualidade de produtos, e aspectos ambientais das atividades agrícolas. Porém não está claro como deverá ser feito, ou que tipo de iniciativas serão permitidas. A manutenção e revisão da caixa verde, e sua abrangência, é um ponto que deve ser bem explorado, e aí reside muito do que pode ser conquistado para aspectos de uso sustentável de recursos naturais, com vistas a proteger ou minimizar os danos ambientais, e para a redução da pobreza no meio rural;

- Os subsídios ou ajudas para promover a agricultura de baixo impacto ambiental devem existir, porque é um suporte importante devido a maior dificuldade de manejo, de adaptação de tecnologia, período de conversão, custo de certificação, informações de mercado, ou mesmo de mecanismos de acesso a mercados importantes. No entanto, esses precisam ser disciplinados ou criar mecanismos para equilibrar ou amenizar as desigualdades, pois países pequenos, e em desenvolvimento, não contam com a mesma disponibilidade de recursos financeiros que os países desenvolvidos;

- Após a Rodada do Uruguai houve avanços nas relações comerciais entre os países, porém de certa forma sua força para regular o comércio agrícola, e as questões de subsídios, ficaram muito aquém do esperado. Uma das questões que mais preocupa os países agroexportadores latino-americanos é relativo aos subsídios praticados pela América do Norte, especialmente após a aprovação da "Farm Bill" nos EUA, que prevê ajuda a agricultura em US\$ 175 bilhões para os próximos 10 anos. Os PED permanecem na expectativa de uma postura mais coerente por parte dos países que as aplicam, e que limitam o crescimento e desenvolvimento de países agroexportadores. Os PED têm sinalizado que não avançarão em outros temas na ALCA antes de avançar nessa questão;

Investimento Estrangeiro Direto (IED)

- As experiências do NAFTA mostram que o aumento do IED foi positivo para a economia mexicana. Com a ALCA, pode vir a aumentar os fluxos de investimentos externos nas Américas em vários setores econômicos, inclusive em agricultura, em especial para países latino-americanos;

- O IED destinado ao setor agrícola não deverá ser muito dinâmico, como não tem sido em termos de NAFTA, pois normalmente destinam-se a outros setores da economia. Mesmo não sendo da mesma magnitude de outros setores, certamente algum incremento deve haver, principalmente em segmentos agrícolas mais dinâmicos como em produtos orgânicos, Produção Integrada de alimentos, ou em alimentos com alguma outra diferenciação de qualidade, como por exemplo em cafés especiais ou cafés sustentáveis;

- O investimento estrangeiro é benéfico, sobre tudo quando integrado com as cadeias produtivas nacionais, multiplicando assim seu efeito positivo, e contribuindo de maneira mais intensa para o crescimento econômico e para a geração de divisas e empregos. No entanto, as capacidades dos Estados de regular os IED's são reduzidas, e as experiências do NAFTA demonstram que os investimentos tem sido de fraca integração com cadeias produtivas nacionais. Contudo, algumas medidas podem influenciar na direção dos investimentos estrangeiros, como a melhoria da infraestrutura e informação, qualificação e custos de mão-de-obra, proximidade ou acesso a mercados, estabilidade política, etc. Na ALCA, os EUA e Canadá são de longe os países com maior capacidade de IED. Já os países latino-americanos visam maior atração desses investimentos a partir da ALCA.

Sistemas de produção

- De acordo com o que apuramos, ambos os sistemas de produção serão afetados pelas mesmas medidas ou políticas, ou seja, sofrerão as mesmas pressões de mercado em cenário com ALCA. O que muda são as oportunidades, e a capacidade de exploração das vantagens comparativas. No acordo ALCA não está previsto o acesso privilegiado, eliminação de tarifas (quando houver período de desgravação), ou qualquer tipo de vantagem entre sistemas de produção, pois o livre mercado prega a livre concorrência e a "não-discriminação". A diferença será em como exploram suas vantagens comparativas para estimular o comércio e o consumo. Porém, nada impede que os países utilizem as medidas do acordo que possibilitam incentivar a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

- Os diferentes sistemas de produção, tanto de café como de maçã, estão muito relacionados com o ecossistema, e têm diferentes impactos, que se manifestam na qualidade do solo, água, e diversidade biológica. Dentro dos sistemas alternativos de produção, a agricultura orgânica tem sido a que mais ganha espaço, e expandiu muito durante os anos 90 em diversos cultivos agrícolas e também em pecuária. Dada a magnitude de seu crescimento, acredita-se que em poucos anos poderá ter importante influência no comércio de alimentos. Os países latino-americanos com ampla diversidade de clima, solo e recursos naturais, oferecem

uma quantidade considerável de produtos orgânicos, e excelentes vantagens comparativas para explorar melhor esses nichos de mercado;

- Os cultivos convencionais deverão prevalecer, pois são de longe o principal sistema de produção de alimentos, e que possibilitam boa produtividade e a produção agrícola em áreas marginais. Assim, com a ALCA deverá haver maior intensificação e tecnificação, e ganho de escala, buscando explorar ao máximo as possibilidades que as tecnologias modernas podem proporcionar. Apesar das incertezas dos transgênicos, esses potencialmente poderão alterar o rumo do desenvolvimento tecnológico em médio ou longo prazo, e potencialmente podem tornar as tecnologias atuais obsoletas. A medida que avança a ciência, espera-se que também possam ser reduzidos os impactos ambientais em sistemas convencionais, como já vem acontecendo;

- Na ALCA haverá oportunidades tanto para as tecnologias de produção de baixo impacto ambiental como para as mais modernas ou tecnificadas, com todo o aparato tecnológico como máquinas, equipamentos, insumos, e todas as ferramentas biotecnológicas disponíveis para obter maiores rendimentos e melhor proteção das culturas, mesmo que seja esperado um impacto ambiental aceitável;

- O processo de integração hemisférica certamente deverá aumentar o fluxo de comércio entre as Partes. Assim, deverá haver dois efeitos sobre a produção agrícola: a expansão da fronteira agrícola ou o aumento para sistemas mais intensivos, com o uso de tecnologias modernas, com uso mais intenso de insumos químicos, irrigação, mecanização, etc. As duas alternativas possuem aspectos positivos e negativos, e ambas causam algum impacto ambiental;

- O aumento da escala de produção (efeito escala) e a realocação da produção, ou dos recursos produtivos, dentro dos países (em função da especialização), certamente necessitará maior controle ambiental. Assim, a disponibilidade e o maior acesso de tecnologia e insumos para intensificar a produção, tanto de café como de maçã, deverá exercer uma maior pressão ambiental sempre que essa for conduzida de forma intensiva. Esse efeito pode ser compensado em parte pela adoção de tecnologias mais limpas, pelo efeito de composição, ou pela adoção de controles mais rigorosos;

- Dada à competição cada vez maior, a qualidade dos produtos, ou o seu custo/benefício, praticamente determina se esse merece um sobrepreço e se vai ganhar espaço no mercado. Mudanças na demanda internacional de alimentos, como o aumento na procura por produtos "verdes", assim como as mudanças nas políticas comerciais (barreiras não-tarifárias), tem forçado os produtores não só de maçã ou café, mas também na produção de outros produtos (animais e vegetais), a gradualmente adotar novas tecnologias;

- Essas mudanças podem ser pela completa ou parcial conversão a sistemas mais limpos, adoção de novas variedades, maior controle de resíduos químicos, novas técnicas de manejo (que protejam os recursos naturais), melhor manejo dos recursos hídricos, etc. Considerando as demandas de mercado, o nível de desenvolvimento tecnológico, e a capacidade de desenvolver novas técnicas/metodologias ou novos insumos, poderia-se esperar também que, com o auxílio da tecnologia poderíamos não só melhorar a produtividade e a qualidade dos alimentos, mas também melhorar a eficiência de uso dos recursos naturais, ao menos em um horizonte de médio a longo prazo;

- O mercado internacional de maçã, e de alimentos em geral, estão passando por profundas transformações no perfil de consumo, motivado pela mudança nos hábitos alimentares, a adoção de sistemas com uso mais racional de agroquímicos como a Produção Integrada - considerada viável técnica e economicamente. É importante ressaltar que, conforme Sanhueza (2001), a introdução da Produção Integrada nos países exportadores é uma questão crítica para manutenção da competitividade no mercado Internacional. Esse sistema cresce não só em maçã, mas em muitas outras culturas. Em frutas, atualmente todos os países exportadores mais competitivos já praticam (em algum nível) a Produção Integrada de Frutas;

- O México está mais preparados para cafés sustentáveis, assim como a Guatemala, sendo que nesses países não deverá haver corrida para maior tecnificação, pois não é a vocação natural desses países, ao menos em cultivo de café;

- Em café, os cultivos de sombra ou cafés sustentáveis apresentam impactos ambientais diferentes, sendo mais sustentáveis ou "ambientalmente amigáveis", comparado

aos monocultivos tecnificados de sol. Já a produção orgânica, em sistema sob sol, oferece menores impactos ambientais que sistemas convencionais de cultivo;

- O Brasil possui uma grande estrutura e capacidade científica, além de contar com satisfatórios sistemas de ensino, pesquisa e extensão. Assim, destaca-se por sua alta capacidade tecnológica em café, sendo possivelmente o líder mundial em tecnologia para essa espécie;

- O Chile tem implementado políticas para desenvolver uma agricultura limpa e de qualidade. Para isso tem estabelecido o Programa de Boas Práticas Agrícolas (BPA), que visa maximizar a qualidade dos produtos hortofrutícolas. Um dos objetivos é qualificar a produção nacional para atender as demandas dos principais mercados mundiais de produtos agrícolas, colocando o Chile na vanguarda como provedor de produtos sadios e de qualidade, e aproveitando as boas condições naturais para produzir alimentos orgânicos ou "verdes". No entanto, o Chile também está procurando criar condições para uma agricultura mista, onde possam co-existir a agricultura orgânica, a agricultura em base de Boas Práticas Agrícolas, e agricultura moderna ou tecnificada (incluindo cultivos transgênicos). O objetivo é a exploração da plenitude do potencial agrícola chileno. Essa estratégia talvez seja a mais indicada para os países agroexportadores. Essa visão também contempla diversas perspectivas, desde a empresarial até os camponeses, além de incentivar o avanço científico e a inovação. É uma estratégia ousada mas coerente com as novas necessidades, e vai de encontro com sua política de inserção econômica mundial, buscando extrair ao máximo os benefícios de um mercado cada vez mais livre e globalizado;

- O aumento das exigências de qualidade, a necessidade de escala e de profissionalismo no setor produtivo, pode proporcionar importantes mudanças em termos de maior consciência sobre capacitação e treinamento em manejo adequado de resíduos, e uso seguro de agroquímicos, o que já é uma grande vitória. De maneira geral, a ALCA não deve afetar fortemente os sistemas de produção em um curto prazo, mas poderá ter impacto a médio ou longo prazo;

Meio ambiente e Manejo dos Recursos Naturais

- Como não deverá haver grandes mudanças decorrentes da ALCA em termos de fluxo de comércio em café e maçã,

provavelmente também deverá haver menor risco de danos ambientais. Os maiores riscos podem ser esperados para outros cultivos, onde deverá haver maiores mudanças nos fluxos de comércio;

- O maior fluxo de comércio, aliado a simplificação excessiva dos procedimentos de controle de fronteira, podem ocasionar certos riscos em termos de introdução de pragas, doenças ou espécies exóticas, com potencial de causar danos ambientais. Esses riscos podem ser minimizados com maior cooperação em medidas sanitárias e fitossanitárias, a promoção da confiança mútua, e maior transparência nos procedimentos de importação e exportação;

- É sabido que sistemas alternativos tem menor impacto negativo no manejo dos recursos naturais, biodiversidade, qualidade de água, conservação de solos, e qualidade dos alimentos. Se a ALCA contribuir para a melhoria da renda e para maior facilidade de comércio e investimentos, então será benéfica para os "verdes";

- Há tendência de que o controle fitossanitário seguirá pelo manejo integrado, o que implica fazer uso de todos os meios disponíveis para produzir mais e melhor. Nesse sentido, empresas de agroquímicos também estão obtendo substâncias sintéticas, ou naturais, de fácil degradação e com ação mais específica para que atinja apenas um determinado tipo de praga, não afetando os demais inimigos naturais, bem como do ponto de vista toxicológico, que deve ser o mais inócuo possível;

- Pode ser esperado que com a ALCA ocorra maior uso de tecnologia e a intensificação dos processos produtivos a fim de atingir o nível de escala adequada, e onde os aspectos de meio ambiente podem ser considerados secundários. Por outro lado, juntamente com o maior interesse dos consumidores quanto aos alimentos que consomem, criam condições propícias para a expansão dos produtos orgânicos ou "verdes". Tudo indica que estas duas correntes conceitualmente distintas devem ter oportunidades, porém com características diferentes;

- Devido a maior competição, e da desregulamentação dos fluxos de capitais e investimentos, o novo cenário demandará dos governos adotar regulamentações ambientais adequadas, de forma a não se tornar uma barreira à permanência das indústrias no país, e ao mesmo tempo não intensificar a poluição ou outros impactos

ambientais. A lógica seria o enfraquecimento das leis/regulamentos ambientais como forma de atração de investimentos, ou como forma de assegurar as empresas em seu país, porém isto não tem sido verificado a nível de NAFTA (Fredriksson & Millimet, 2000; Comissão de Cooperação Ambiental da América do Norte, 2002). Além disso, se atribui que as empresas multinacionais em um ambiente de maior liberalização deverão jogar um papel importante, e que geralmente essas empresas de inserção internacional são as que mais temem a perda de mercado devido a aspectos ambientais, sendo mais propensas a adotar padrões ambientais mais rigorosos;

- O maior entendimento dos impactos de uma liberalização comercial sobre os aspectos ambientais pode reduzir potenciais riscos (ou externalidades) ao meio ambiente e comércio, bem como evitar futuros impasses comerciais entre as partes integrantes do acordo;

- Entre os que promovem e que inibem os temas ambientais no âmbito da ALCA podemos encontrar basicamente três posturas diferenciadas. Desde o início das negociações da ALCA os EUA têm defendido a inclusão de temas ambientais na agenda de discussões (idéia normalmente contemplada por ONG's e grupos ambientalistas). Os demais países estariam divididos em dois blocos. Um deles inclui o Canadá, Chile e membros do Mercosul, que entendem que o meio ambiente poderia ser tratado de alguma maneira, mas não como objeto de negociação. Já o outro grupo se opõem de forma decidida a qualquer iniciativa nesse sentido, pois temem que questões de meio ambiente (ou trabalhistas) poderiam ser utilizadas como barreira protecionista. De acordo com Matus & Rossi (2002), os países latinoamericanos temem que questões ambientais, ou o suposto não cumprimento de regulações ambientais, assim como bloqueios de acesso a mercado através de barreiras não-tarifárias - conforme Johnson et al.(2001), experiências do NAFTA e Mercosul parecem não confirmar essa preocupação. Enfim, os aspectos ambientais não são contemplados no acordo, e para a maioria dos países esse tema deve ficar regido pelas normas da OMC para a matéria;

- As experiências do NAFTA serve como uma referência para análise de impactos ambientais decorrentes do livre comércio. Após mais de sete anos do acordo, o NAFTA de maneira geral tem sido benéfico para o meio ambiente

(Bourrie, 2002; Fredriksson & Millimet, 2000; Nimon et al., 2002; Comissão de Cooperação Ambiental da América do Norte, 2002). Já a nível de ALCA, por ser 34 países, e com grandes contrastes econômicos, sociais e ambientais, a falta de uma estrutura de regulação e monitoramento dos impactos ambientais pode gerar resultados de certa forma imprevisíveis. No geral, o NAFTA tem sido positivo ao meio ambiente, em parte por haver um capítulo específico para sua regulação. Assim, a ausência disso na ALCA geram certas incertezas, até porque atualmente os temas ambientais estão presentes em todos os foros internacionais, e não podem mais ser desconsiderados;

Produtos "verdes" ou ambientalmente amigáveis

- A ALCA de maneira geral deve ser benéfica para os produtos "verdes". As justificativas básicas para isso são: maior acesso a mercados; previne algumas medidas não-tarifárias ou barreiras técnicas; boas possibilidades de receber IED, por terem crescimento mais dinâmico que para produtos convencionais, e estão em franca expansão (Dulley, 2002; Yussefi & Willer, 2003; Darolt, 2003; García, 2002); maior acesso a informações e técnicas de manejo; harmonização de critérios e procedimentos de importação e exportação; o possível aumento nos fluxos de comércio de OGM's; e possivelmente sejam beneficiados por subsídios permitidos (caixa verde). Aliado a isso há uma série de fatores conjunturais como: já estão em expansão em todo o mundo; entrada de grandes redes de supermercados; maior conscientização dos consumidores com aspectos de saúde e quanto ao meio ambiente; e a busca por qualidade, diferenciação, e agregação de valor aos produtos;

- Se a ALCA contribuir para o aumento da renda deverá haver efeito positivo sobre os produtos "verdes", pois o maior poder aquisitivo dos consumidores pode contribuir para o consumo de produtos diferenciados e de maior valor. Esse cenário seria mais propício para que os "verdes" possam alcançar maior participação no mercado. Se houver efeito contrário, onde a ALCA reduza a renda e o poder de compra, pode haver maior procura por alimentos mais baratos, onde a qualidade ou o impacto ambiental assume importância menor. Neste cenário os "verdes" poderiam ter uma expansão muito mais lenta do que no primeiro caso. Há estudos que indicam que os produtos orgânicos têm o mesmo comportamento que os convencionais, onde o

aumento da oferta leva a redução nos preços dos produtos. Além disso, a ALCA poderá contribuir para a redução na variação de preços e prêmios pagos aos produtos orgânicos ou "verdes";

- O acesso a mercados poderá estimular o consumo de produtos "verdes" à medida que estará disponível em mercados em que anteriormente não havia oferta, e assim, aos poucos pode tornar-se mais freqüente a substituição dos produtos convencionais;

- Além das barreiras tarifárias há uma série de barreiras não-tarifárias para serem superadas ou equacionadas, a fim de facilitar o livre comércio. Também deve ser considerado que a difusão tecnológica facilita a adoção de tecnologias mais eficientes e ambientalmente mais seguras. Entretanto, sem uma política de difusão, e uso seguro da tecnologia, pode ser intensificado o uso de tecnologias menos amigáveis com o meio ambiente. Os sistemas de produção "ambientalmente amigáveis" devem continuar crescendo, independente da consolidação da ALCA, porém, medidas como o acesso a mercados, a não-tarifação, a simplificação dos procedimentos aduaneiros, e a cooperação sanitária e fitossanitária, e o avanço ao reconhecimento de sistemas de certificação, podem ajudar a ampliar esse mercado;

- A ascensão gradativa dos organismos geneticamente modificados (OGM's) em vários mercados mundiais, somado a sua constante desregulamentação e abertura comercial, podem ser um estímulo para a expansão dos produtos orgânicos ou "verdes" a nível hemisférico, e em especial para os países da América Latina e Caribe;

- O crescimento do mercado de produtos orgânicos ou "verdes" a nível mundial em parte pode ser atribuída a maior liberalização comercial, que tem sido cada vez maior nessa última década. Provavelmente haverá maior intensificação dessa expansão em cenário com ALCA. Apesar disso, quando se analisa outro cenário, por exemplo, de maior protecionismo, esses mesmos produtos também têm atributos que os tornam mais "preparados" para acender mercados externos mais exigentes. Na Europa, o crescimento dos orgânicos por exemplo, pode ser considerada uma alternativa a uma eventual reestruturação dos subsídios agrícolas, sendo uma maneira de se proteger da abertura, direcionando-se para atividades agrícolas de baixo impacto ambiental, a fim de serem

cobertos pelas ajudas ou subsídios que poderiam permanecer, como os de caixa verde;

- Se a ALCA é boa para os produtos "verdes", então podemos dizer que também é bom para o meio ambiente, pela maior incorporação das preocupações ambientais nos sistemas produtivos, promovendo o menor uso de agroquímicos, pela diversificação de cultivos e maior diversidade biológica, melhor manejo dos recursos hídricos, ou promovendo atividades paralelas como o eco-turismo;

- A produção orgânica ainda tem participação pequena se comparado com sistemas de produção convencional, tanto em café e maçã, como em outras culturas vegetais. Assim, os sistemas de produção convencionais devem predominar sobre sistemas alternativos, ao menos a médio e longo prazo;

- O Chile tem condições interessantes para a expansão da produção orgânica, inclusive em maçã, que é uma cultura que exige manejo mais complexo devido a problemas no controle de pragas e doenças;

- Atualmente há um ambiente favorável para a promoção do consumo interno de produtos orgânicos ou "verdes" nos PED do hemisfério. Provavelmente, no novo cenário, mais importante que exportar orgânicos será explorar melhor seus mercados internos. Essa experiência é importante principalmente para pequenos empreendimentos, a fim de se qualificar, e como um passo posterior pensar em exportar para outros mercados. A qualidade e segurança dos alimentos são pontos fundamentais no futuro do comércio mundial de produtos agroalimentares. Depois que os consumidores mudam seu comportamento ou hábito alimentar, para padrões ou exigências superiores, dificilmente há retrocesso;

- Os EUA são o principal mercado para produtos orgânicos a nível hemisférico e mundial. No entanto, seus consumidores atribuem menor importância para produtos "verdes" comparado aos consumidores europeus e, além disso, exigem preços que não distanciem-se excessivamente dos produtos convencionais. Além disso, também são os maiores produtores mundiais de maçã orgânica, porém, insuficiente para satisfazer a demanda interna;

- Apesar dos baixos preços atuais do grão verde de café, os produtos diferenciados são os poucos que recebem uma remuneração mais elevada, como os cafés de qualidade

superior ou de especialidades. O café orgânico, de sombra, e de comércio justo (cafés sustentáveis) ocupam nichos de mercado que recebem um sobrepreço interessante, e pode brindar seus produtores com benefícios ambientais, econômicos e sociais;

- As estimativas do tamanho dos mercados e a taxa de crescimento da demanda para os produtos alternativos não é claro, principalmente no mercado norte-americano. Isso deve gerar incerteza a curto e médio prazo. Já o desenvolvimento dos mercados internacionais de orgânicos é, e continuará sendo, o mais poderoso estímulo para o incentivo para o aumento da oferta nos países da América Latina e Caribe, que são basicamente países agro-exportadores. De maneira geral, os PED são relativamente dependentes de commodities, que vêm seus preços no mercado internacional serem reduzindo ano a ano. Constata-se que é cada vez mais necessário que os países diversifiquem sua estrutura de comércio (principalmente os PED), e na medida do possível procurar agregar valor aos produtos, e atender efetivamente a nichos de mercado que ainda não são completamente explorados. Também é importante buscar a inovação de produtos e processos;

- A certificação assume certa importância para a adequada diferenciação de produtos "verdes" em um ambiente mais competitivo;

- Ainda há um longo caminho antes de pensar na agricultura orgânica como uma estratégia possível para o desenvolvimento de um amplo segmento da população rural. Os ganhos com este segmento alternativo têm incentivado a sua difusão, porém nem sempre é fácil participar desse mercado;

- Apesar de expectativas positivas, ainda há uma série de desafios para a expansão de produtos "verdes" como: falta de informação de boa qualidade; problemas de acesso a informações; falta de investigações e de coleta de dados; problemas de educação e de difusão do conhecimento; falta de standardização da terminologia utilizada e uma certificação mais amigável com os consumidores; identificar demanda e melhorar o abastecimento; produtividade ainda é menor que a convencional, ao menos de curto a médio prazo; atingir ou conscientizar mais consumidores com sua proposta; a diversidade de selos; falta de linhas de crédito adequadas, e falta de maior participação, comprometimento de instituições públicas de ensino,

pesquisa e extensão. Também há limitações de ordem técnica e econômica para a adoção de maneira generalizada. A existência de uma transição suave pode fazer a diferença entre o êxito e o fracasso de uma iniciativa, sem necessariamente partir direto para a adoção de normas rigorosas de produção;

Aspectos sociais

- No caso da maçã provavelmente não haverá grandes mudanças na estrutura de produção, que deve seguir sendo um tipo de cultivo mais adequado a pequenos e médios produtores, principalmente devido às dificuldades de manejo em grandes áreas. Também, nem sempre empreendimentos em larga escala tem tido bons resultados. Poderá haver mudanças substanciais na cultura de café, salvo áreas conduzidas em sistemas alternativos, como em sistema orgânico ou sob sombra, que também tem manejo mais complexo quando conduzido em grandes áreas, o que não significa que não possa ser realizado;

- As duas culturas desempenham importante função econômica, sendo importante para a geração de divisas para muitos PED na América. Também tem significativo impacto social por gerar, direta e indiretamente, uma grande quantidade de empregos e por ser a principal fonte de renda de milhares de famílias, como por exemplo em café no México, ou em maçã no Chile;

- Em relação aos orgânicos ou "verdes", há a possibilidade para os pequenos produtores que atualmente cultivam em sistemas de baixo impacto ambiental mas que não comercializam como orgânicos (ou que cultivam para subsistência), ou que não tem idéia do potencial desse mercado. Esses produtores familiares potencialmente tem mais facilidades para implementar sistemas orgânicos. Para esses, é importante buscar a integração ou associar-se a fim de atingir escala, e ascender a certificações, e a baixar custos totais para serem mais competitivos. Os pequenos produtores ou campestinos, que já estão produzindo em sistemas de baixo impacto ambiental, mas que não comercializam como tal, possivelmente falte maior organização e visão de mercado;

- Em termos de vantagens comparativas, a agricultura de pequena escala está mais preparada para adotar técnicas de agricultura alternativa, pois há muito tempo às utiliza, mas de forma irregular e sem rigor nos controles. Pela

própria vocação de unidade de produção, a agricultura familiar normalmente valoriza a diversidade, através de policultivos e criações, distribuída de forma equilibrada no tempo e no espaço, a fim de otimizar o espaço físico, os recursos naturais, e a força-de-trabalho;

- O cenário atual já é um tanto complicado para pequenos produtores ou campestinos. O novo cenário deverá trazer novos riscos e oportunidades. Para superar as dificuldades deverão passar por um processo de reestruturação e orientação ao mercado, passando necessariamente pela maior organização, racionalização da mão-de-obra, e ganho de escala. Já os agricultores grandes (ou bem estabelecidos) deverão ter desafios diferentes, pois já possuem escala suficiente. Para esse último grupo a concorrência é inevitável, onde a eficiência produtiva, qualidade dos produtos, logística, estratégia de marketing e acesso a mercado são fatores determinante para o sucesso;

-Uma forma de inserção da agricultura de pequena escala no novo cenário será a busca de associativismo ou cooperativismo. Isso possibilitaria baixar custos e maior integração com outros setores da cadeia produtiva, a fim de participar do mercado em melhores condições;

- A adequada diferenciação dos produtos é um fator chave para ganhar mercado. Nesse sentido, cada vez mais a certificação torna-se importante para acessar mercados mais exigentes, sendo que o custo para pequenas propriedades torna inviável a maioria dos projetos. Assim, os Estados poderiam criar alternativas aos produtores com menor poder aquisitivo, podendo oferecer até mesmo a certificação gratuita (ou de baixo custo);

- Ainda há inúmeras culturas com potencial de mercado e que tem sido pouco exploradas, em especial a frutas nativas e plantas medicinais, que normalmente apresentam maior facilidade para cultivo orgânico;

- A participação de populações indígenas no setor agrícola de México é marcante, e na produção de café assume uma importância ainda maior. Assim, torna-se importante à existência de medidas diferenciadas a fim de qualificar a participação dessas comunidades no mercado de café (ou de outros cultivos). Essas populações já vivem em condições precárias, e se o novo cenário não for benéfico poderá aprofundar ainda mais os problemas sociais na região;

- Evidentemente que os problemas sociais, a falta de serviços básicos, a fome e a miséria têm um forte impacto sobre o uso dos recursos naturais, intensificando a sua degradação, o que já é amplamente conhecido. Portanto, é necessário incluir o componente social como elemento chave nas ações rumo ao desenvolvimento sustentável. Dentro desse enfoque, a geração de emprego e renda tem fundamental importância, pois assegura condições mínimas de subsistência para a população, além de contribuir para a melhora da auto-estima do homem do campo;

- Dentro do que foi estudado, uma estratégia de enfrentamento dos problemas sociais no meio rural no novo cenário com ALCA seria o apoio ou fortalecimento da agricultura familiar, do cooperativismo, e da agricultura de baixo impacto ambiental. Isso possibilitaria o fortalecimento da segurança alimentar, melhora da qualidade dos alimentos, e melhora das condições de vida dos agricultores. Talvez, o mais importante de tudo, é que isso possibilitaria gerar empregos, que tem sido um dos grandes desencadeadores de impactos sociais, e um dos grandes desafios dos países na era da globalização. Já se sabe que a produção orgânica e a Produção Integrada demandam maior mão-de-obra, e geram mais empregos por unidade de área;

- Nos documentos disponíveis do acordo ALCA há muitas cláusulas que concedem incentivos adicionais aos PED ou economias menores, assim como: cooperação e suporte técnico, maior período de adequação às medidas, fazer uso de algumas barreiras de proteção (para evitar danos graves a seu setor produtivo), ou incentivos a setores mais frágeis e importantes para suas economias. O avanço nessas e outras medidas são importantes para possibilitar uma melhor condição de participação no processo de integração por parte das economias menos adiantadas;

- No atual sistema de comercialização e abastecimento, os pequenos agricultores necessitam atingir certa escala de produção para acessar alguns mercados. A ALCA possibilita condições para absorver esse aumento na escala. Por outro lado, também acentua a competição, exigindo mais profissionalismo, organização, eficiência produtiva, e boas estratégias de marketing. Evidentemente que dada à realidade do rural na maioria dos países que compõem a ALCA, são desafios bastante importantes para serem superados. Os governos jogam um rol importante

para tentar reverter às situações negativas, devendo administrar bem os escassos recursos, a fim de contribuir para avançar a uma melhor condição social;

C) Lições aprendidas

- Cada país tem sua dinâmica de desenvolvimento, onde o setor rural desempenha diferentes funções. Em muitos países da América Latina e Caribe a agricultura ainda é a base de sua economia, e desempenha importante função social, diferentemente do que ocorre nos EUA e Canadá. Porém, para todos a agricultura tem impacto importante no meio ambiente e recursos naturais;

- Em termos globais, as barreiras tarifárias estão sendo gradativamente reduzidas, e mais cedo ou mais tarde mesmo os setores mais protegidos terão que se adaptar ao cenário de liberalização. Já as barreiras não-tarifárias, que tem sido consideradas mais efetivas que as tarifárias, não devem ser utilizadas como medidas protecionistas ou barreiras injustificadas ao comércio;

- O acesso aos mercados, o tratamento nacional a importados, e a eliminação/redução de tarifas possibilitarão que sejam abertos, a todas as Partes, o acesso aos mercados hemisférico mais protegidos. Há que considerar que a importação também pode auxiliar na melhoria da qualidade dos produtos nacionais, e assim contribuir para a melhor competitividade e melhor inserção no mercado internacional;

- Em produtos que se tem competência, com vários países produtores, e onde há um grande excedente exportável (como no caso do café), há que buscar estratégias para acessar mercados de vários continentes;

- A promoção de uma agricultura mista, que possibilite o desenvolvimento de produtos orgânicos ou "verdes", juntamente com agricultura altamente tecnificada, pode ser uma boa opção para suprir as diferentes demandas de mercado, e possibilita os PED explorarem ao máximo os benefícios do livre comércio;

- É importante que os países em desenvolvimento diversifiquem sua estrutura de comércio, evitando a excessiva dependência de poucas commodities como forma de geração de divisas e, na medida do possível, procurar agregar valor aos produtos. Além disso, é interessante atender efetivamente a nichos de mercado que ainda não estão completamente explorados, buscando a inovação de

produtos e processos. A redução ou eliminação do escalonamento tarifário na ALCA pode contribuir para que os países passem a agregar valor aos produtos de exportação, fomentando o crescimento industrial, o crescimento econômico, e a geração de empregos;

- A identificação de impactos da ALCA podem servir como um elemento aos formuladores de políticas, a fim de minimizar os possíveis impactos ambientais negativos, e maximizar os benefícios econômicos e sociais. Assim, é importante antecipar, através de estudo produto a produto, quais produtos e setores emergirão com alta competitividade, e com grande perspectiva de crescimento de exportações no mercado hemisférico; e também quais setores terão maiores dificuldades;

- Países menos adiantados ou economias menores tem menos recursos para destinar ajudas ou subsídios. Esses países deveriam ficar isentos de regulação das aplicações de ajudas ou subsídios destinados a desenvolver o meio rural, reduzir a pobreza, e melhorar seu entorno ambiental;

- Algumas medidas discutidas na ALCA sobre agricultura são bastante positivas, como: a incorporação automática das resoluções da OMC; condições especiais para países menos adiantados ou economias menores; limite geral de apoio interno e a revisão da caixa verde, e que essa não seja sujeito a medidas compensatórias; estabelecimento de cronograma a redução ou eliminação de subsídios às exportações; cooperação para facilitar o comércio de animais, vegetais e seus derivados, assim como o estabelecimento de suas respectivas estruturas de controle; ampliar a confiança mútua e simplificar procedimentos de importação e exportação; fortalecimento da assistência técnica e cooperação em medidas sanitárias e fitossanitárias, em especial a economias menores;

- Por mais perfeito que seja o acordo, assim como haverá setores que vão ganhar, também haverá setores que devem perder. Assim, o principal papel dos governos é tomar medidas que proporcione condições adequadas para a reestruturação ou reconversão dos setores mais fragilizados. Para tanto, diversas medidas podem ser tomadas, desde a disponibilidade de linhas de crédito, qualificação de recursos humanos, adequação de legislação (ambiental, trabalhista, etc), programas de reconversão, entre outras. Além disso, é importante buscar

um maior período de adaptação para seus setores mais fragilizados.

D) Recomendações

- Aplicação de leis e políticas ambientais já estabelecidas, além de evitar o mau uso da proteção ambiental como barreiras injustificadas ao comércio; procurar incorporar convênios internacionais já existentes em temas ambientais que tenham incidência sobre agricultura; aprofundar temas ambientais e reforçar a cooperação nas Américas;

- É recomendável desenvolver uma ampla base de dados com indicadores que possibilitem o adequado monitoramento das transformações relacionadas ao meio ambiente e agricultura (ou outras atividades que tenham algum impacto importante sobre os recursos naturais);

- Adotar medidas sanitárias e fitossanitárias compatíveis com o aumento do comércio, a fim de evitar a introdução de pragas, doenças, e de espécies exóticas com potencial de dano econômico ou ambiental;

- A partir do conhecimento da importância e benefícios dos produtos agrícolas "verdes", é de se pensar na possibilidade de buscar na ALCA, e na OMC, um diferencial aos produtos orgânicos ou "verdes", dando-lhes por exemplo, um tratamento diferenciado em termos tarifários e não-tarifários;

- Promover a transferência de tecnologias limpas e facilitação de comércio para produtos "verdes", adotando medidas como: menor burocracia na liberação e inspeção, reconhecimento de certificação, e redução de barreiras não-tarifárias que possam afetar o comércio desses produtos;

- Implementação de normas orgânicas nos países da ALCA, e o reconhecimento de certificadoras nacionais em todos os países Parte, a partir da adoção das normas básicas da IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements). A necessária harmonização seria um passo posterior;

- Ampliar a disponibilidade de informação sobre produtos e processos "ambientalmente amigáveis", a fim de promover a diferenciação, o ambiente competitivo, e a criação de novos nichos de mercado relacionado ao meio ambiente e ao adequado manejo dos recursos naturais;

- Poderia haver programas governamentais (ou intergovernamentais) específicos para fomentar a agricultura de baixo impacto ambiental (em ensino,

pesquisa e extensão). Iniciar projetos (inclusive de cooperação) que melhorem a capacidade dos PED em produzir e exportar produtos "verdes" devidamente certificados;

- Discriminar no acordo quais os subsídios permitidos (legítimos), e quais devem ser eliminados (subsídios perversos), bem como diretrizes de como deverão ser empregados; buscar eliminar ou reduzir subsídios que promovem o uso insustentável dos recursos naturais;

- Para os pequenos produtores e camponeses, os Governos (e organismos de desenvolvimento) poderiam criar condições para maior acesso de tecnologias apropriadas a sua realidade;

- É importante que os países façam os ajustes econômicos necessários a fim de proporcionar maior estabilidade econômica, melhora da infraestrutura e logística, sistema de pesquisa e extensão rural, melhora da eficiência produtiva e agroexportadora, e de outras medidas que possibilitem a melhoria nas capacidades competitivas dos países;

- Políticas Públicas: Estados poderiam criar sistema de certificação de baixo custo para produtos originários de sistemas de baixo impacto ambiental, com reconhecimento dos países de destino; reconhecimento por parte dos Governos de empreendimentos que adotam tecnologias limpas e produção sustentável, o que poderia ser um incentivo para sua difusão e adoção; Governos poderiam incluir resultados ambientais na política fiscal (incentivo fiscal) e na outorgação de linhas de crédito, a fim de encorajar a adoção de certificação ambiental e incorporação de padrões de produção sustentável; desenvolver capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia em manejo ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; Governos poderiam criar incentivos a fim de orientar a atração de investimentos externos de forma que estes joguem um papel importante para o crescimento em acordo com os projetos de desenvolvimento nacional; criar programas de treinamento em processos produtivos ambientalmente adequados; criar condições para o desenvolvimento de uma agricultura mista; orientar recursos públicos para a melhoria da competitividade de seus produtos e diversificação de sua estrutura de comércio (em especial aos PED) e, quando necessário, propiciar a re-orientação de suas cadeias produtivas a fim de preparar-

se para um mercado cada vez mais globalizado; criar condições para o crescimento e desenvolvimento de indústria de transformação de produtos primários; países latino-americanos deveriam destinar mais esforços para a melhoria da educação e procurar reduzir os níveis de analfabetismo, em especial no meio rural, que muitas vezes atuam como barreira ao desenvolvimento; para os PED é fundamental investir em pesquisa e formação de recursos humanos.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de estudar o efeito da ALCA sobre as culturas de café e maçã e seus diferentes sistemas de produção agrícola, abrangendo seus impactos nos aspectos econômicos, ambientais, e sociais. O estudo abrange o sistema de produção convencional e as formas de agricultura alternativa ("ambientalmente amigáveis"), tais como a produção orgânica, biológica, natural, tradicional, e também a produção integrada. O foco central do estudo é a relação entre comércio e meio ambiente, bem como os impactos que esse acordo pode ter sobre as culturas (café e maçã) e seus sistemas produtivos.

Este ambicioso esforço de integração provavelmente vai conduzir a importantes impactos em termos ambientais, tanto positivo quanto negativos. No entanto, nas áreas temáticas da implementação da ALCA, até agora não há contemplado de maneira adequada os aspectos ambientais do processo, pois não se faz menção explícita sobre o tema. Analisando os documentos disponíveis, inclusive os referentes às declarações ministeriais, verifica-se que há apenas menções genéricas que se pretende proteger melhor o meio ambiente, sem nenhum aprofundamento na questão. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo aprofundar algumas discussões quanto ao comércio agrícola, o uso dos recursos naturais e impactos ambientais.

A relação entre comércio e meio ambiente é de certa complexidade, e muitas vezes contraditório. O comércio poderá alterar a demanda de insumos intermediários como pesticidas e fertilizantes, e insumos primários ou naturais, como solo e água (Gutman, 2000). Para muitos não está bem definida essa relação, até porque ainda são escassos os estudos sobre o comércio e meio ambiente, principalmente em relação a zonas de livre comércio. No entanto, os estudos existentes já demonstram que há indiscutível impacto do comércio sobre o meio ambiente, sendo mais visíveis entre países vizinhos.

Grande parte da biodiversidade se encontra em países em desenvolvimento, onde boa parte dos impactos ambientais se deve ao nível ou modo de exploração dos recursos naturais, tanto para consumo interno como para

exportação. Estima-se que ¼ das exportações latino-americanas sejam de recursos naturais sem ou com pouco processamento, tais como produtos agrícolas, minerais, petróleo, pesqueiro e florestal. Assim, parece inegável que não haja uma estreita relação entre comércio e meio ambiente. Para Garret (1995), a América Latina, que conta com apenas 8% da população mundial, é uma das mais ricas regiões do mundo em recursos naturais, contando com cerca de 23% do potencial de terras aráveis, 12% da área cultivada, e 46% em floresta tropical. Por outro lado, aproximadamente um terço das terras estão moderada ou severamente degradadas.

As questões comerciais e ambientais têm sido cada vez mais relevantes nas discussões internacionais, na OMC, nos acordos bilaterais e multilaterais, e também nos tratados de livre comércio. Em termos de livre comércio, de certa forma surgem pontos de conflito em função dos diferentes interesses dos atores. Atualmente a agricultura tem jogado um papel decisivo nessas discussões sendo o centro das principais discussões sobre liberalização comercial, tanto para países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos. O atual modelo globalizado e de liberalização, gera uma necessidade dos países buscarem novos parceiros econômicos. A consolidação de blocos econômicos têm sido uma forma das nações, que possuem algo em comum, de se complementarem a a fim de fortalecer seu desenvolvimento, ou como forma de se proteger ou atingir uma condição mais favorável de negociação e ampliação de mercados.

A redução das barreiras ao comércio deverá influir em escala global a atividade agrícola, e a estrutura de produção agrícola em diferentes países, sendo que o mix de *inputs* e *outputs*, a produção tecnológica, e a estrutura regulatória. Esse ajustamento, deverá ter impacto no ambiente internacional e doméstico pelo aumento ou redução de danos ambientais, e na criação ou eliminação de medidas de amenização de impactos ambientais. Em nível internacional, os efeitos ambientais incluem o efeito estufa, mudança no fluxo de transportes, e a potencial introdução de espécies exóticas com risco potencial aos

cultivos agrícolas. A nível doméstico, os efeitos incluem a poluição da água pela corrida por fertilizantes e pesticidas, e mudanças no uso da terra afetando a paisagem, proteção a inundações, e a biodiversidade (Walkenhorst, 2000).

Um estudo dessa natureza pode ser útil para o maior entendimento de temas complexos como de impactos de tratados de livre comércio (TLC), servindo como elemento para a tomada de decisão de políticas, para minimizar os impactos ambientais e maximizar os benefícios econômicos e sociais, e contribuir para estudos de impactos de TLC sobre outros temas/setores.

A América possivelmente sejam a região do globo que possui a maior riqueza em termos de biodiversidade. Chegar a um acordo e consenso em termos de leis e políticas para assegurar sua riqueza e manutenção é de fundamental importância para o continente.

Uma possível consolidação destes acordos deverá alterar as relações de negócio existentes entre os países do hemisfério e, possivelmente, as relações comerciais com outros mercados. Assim, um estudo dos impactos da ALCA em alguns produtos agrícolas, e em diferentes sistemas de produção, abrangendo análises de aspectos econômicos, sociais e ambientais poderiam fornecer subsídios para o maior entendimento da implicância desse processo. O maior entendimento dos impactos de uma liberalização comercial sobre os aspectos ambientais pode reduzir potenciais riscos ao meio ambiente e comércio, bem como evitar impasses comerciais entre as partes integrantes do acordo.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pretende integrar 34 nações do continente americano, a fim de formar um grande bloco econômico. As negociações prévias foram realizadas de 1994 a 1998. A segunda fase, das negociações propriamente dita, da ALCA foram iniciadas na reunião ministerial de São José/Costa Rica em 1998, onde criaram nove grupos de trabalho: Grupo de Negociação sobre Agricultura; Política de Competitividade; Solução de Controvérsias; Compras Governamentais; Direito de Propriedade Intelectual; Investimentos; Acesso a Mercados; Serviços; Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios. Mais tarde se criou comitês especiais de economias mais pequenas, comércio eletrônico e sociedade civil.

Este trabalho tem o objetivo de estudar o efeito da ALCA sobre as culturas de café e maçã e seus diferentes sistemas de produção agrícola, abrangendo seu impacto nos aspectos econômicos, ambientais, e sociais. O estudo abrange o sistema de produção convencional e as formas de agricultura alternativa ("ambientalmente amigáveis"), tais como a produção orgânica, biológica, natural, tradicional, e também a produção integrada. O foco central do estudo é a relação entre comércio e meio ambiente, bem como os impactos que esse acordo pode ter sobre as culturas (café e maçã) e seus sistemas produtivos.

Este ambicioso esforço de integração provavelmente vai conduzir a importantes impactos em termos ambientais, tanto positivo quanto negativos. No entanto, nas áreas temáticas da implementação da ALCA, até agora não há contemplado de maneira adequada os aspectos ambientais do processo, pois não se faz menção explícita sobre o tema. Analisando os documentos disponíveis, inclusive os referentes às declarações ministeriais, verifica-se que há apenas menções genéricas que se pretende proteger melhor o meio ambiente, sem nenhum aprofundamento na questão. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo aprofundar algumas discussões quanto ao comércio agrícola, o uso dos recursos naturais e impactos ambientais.

A relação entre comércio e meio ambiente é de certa complexidade, e muitas vezes contraditório. O comércio poderá alterar a demanda de insumos intermediários como pesticidas e fertilizantes, e insumos primários ou naturais, como solo e água (Gutman, 2000). Para muitos não está bem definida essa relação, até porque ainda são escassos os estudos sobre o comércio e meio ambiente, principalmente em relação a zonas de livre comércio. No entanto, os estudos existentes já demonstram que há indiscutível impacto do comércio sobre o meio ambiente, sendo mais visíveis entre países vizinhos.

Grande parte da biodiversidade se encontra em países em desenvolvimento, onde boa parte dos impactos ambiental se deve ao nível ou modo de exploração dos recursos naturais, tanto para consumo interno como para exportação. Estima-se que $\frac{3}{4}$ das exportações latino-americanas sejam de recursos naturais sem ou com pouco processamento, tais como tais como produtos agrícolas, minerais, petróleo, pesqueiro e florestal. Assim, parece

inegável que não haja uma estreita relação entre comércio e meio ambiente. Para Garret (1995), a América Latina, que conta com apenas 8% da população mundial, é uma das mais ricas regiões do mundo em recursos naturais, contando com cerca de 23% do potencial de terras aráveis, 12% da área cultivada, e 46% em floresta tropical. Por outro lado, aproximadamente um terço das terras estão moderada ou severamente degradadas.

As questões comerciais e ambientais têm sido cada vez mais relevantes nas discussões internacionais, na OMC, nos acordos bilaterais e multilaterais, e também nos tratados de livre comércio. Em termos de livre comércio, de certa forma surgem pontos de conflito em função dos diferentes interesses dos atores. Atualmente a agricultura tem jogado um papel decisivo nessas discussões sendo o centro das principais discussões sobre liberalização comercial, tanto para países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos. O atual modelo globalizado e de liberalização, gera uma necessidade dos países buscarem novos parceiros econômicos. A consolidação de blocos econômicos têm sido uma forma das nações, que possuem algo em comum, de se complementarem a fim de fortalecer seu desenvolvimento, ou como forma de se proteger ou atingir uma condição mais favorável de negociação e ampliação de mercados.

A redução das barreiras ao comércio deverá influir em escala global a atividade agrícola, e a estrutura de produção agrícola em diferentes países, sendo que o mix de *inputs* e *outputs*, a produção tecnológica, e a estrutura regulatória. Esse ajustamento, deverá ter impacto no ambiente internacional e doméstico pelo aumento ou redução de danos ambientais, e na criação ou eliminação de medidas de amenização de impactos ambientais. Em nível internacional, os efeitos ambientais incluem o efeito estufa, mudança no fluxo de transportes, e a potencial introdução de espécies exóticas com risco potencial aos cultivos agrícolas. A nível doméstico, os efeitos incluem a poluição da água pela corrida por fertilizantes e pesticidas, e mudanças no uso da terra afetando a paisagem, proteção a inundações, e a biodiversidade (Walkenhorst, 2000).

Um estudo dessa natureza pode ser útil para o maior entendimento de temas complexos como de impactos de tratados de livre comércio (TLC), servindo como elemento para a tomada de decisão de políticas, para minimizar os

impactos ambientais e maximizar os benefícios econômicos e sociais, e contribuir para estudos de impactos de TLC sobre outros temas/setores.

A América possivelmente sejam a região do globo que possui a maior riqueza em termos de biodiversidade. Chegar a um acordo e consenso em termos de leis e políticas para assegurar sua riqueza e manutenção é de fundamental importância para o continente.

Uma possível consolidação destes acordos deverá alterar as relações de negócio existentes entre os países do hemisfério e, possivelmente, as relações comerciais com outros mercados. Assim, um estudo dos impactos da ALCA em alguns produtos agrícolas, e em diferentes sistemas de produção, abrangendo análises de aspectos econômicos, sociais e ambientais poderiam fornecer subsídios para o maior entendimento da implicância desse processo. O maior entendimento dos impactos de uma liberalização comercial sobre os aspectos ambientais pode reduzir potenciais riscos ao meio ambiente e comércio, bem como evitar impasses comerciais entre as partes integrantes do acordo.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pretende integrar 34 nações do continente americano, a fim de formar um grande bloco econômico. As negociações prévias foram realizadas de 1994 a 1998. A segunda fase, das negociações propriamente dita, da ALCA foram iniciadas na reunião ministerial de São José/Costa Rica em 1998, onde criaram nove grupos de trabalho: Grupo de Negociação sobre Agricultura; Política de Competitividade; Solução de Controvérsias; Compras Governamentais; Direito de Propriedade Intelectual; Investimentos; Acesso a Mercados; Serviços; Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios. Mais tarde se criou comitês especiais de economias mais pequenas, comércio eletrônico e sociedade civil.

Até o presente momento já se realizaram várias reuniões, em uma agenda que pretende finalizar às negociações até janeiro de 2005. A ALCA pretende ser a maior zona de livre comércio do mundo, com população superior a 800 milhões de pessoas e um PIB superior a US\$ 11 trilhões, que representa cerca de um terço do PIB mundial.

As decisões serão acordadas por consenso e se constituirão num compromisso único (*single undertaking*).

Esse conceito pressupõe que só serão assinados acordos, quando todos os temas tiverem sido negociados. De maneira geral, o modelo de negociação do acordo ALCA tem como base o acordo NAFTA, e nos compromissos assumidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) vigente desde 1995.

Entre os países que pretendem formar a ALCA há grandes diferenças, principalmente nos aspectos culturais, de estrutura organizativa interna, recursos naturais, fontes de riqueza, línguas, problemas sociais, nível de desenvolvimento e uma grande diferença de tamanho de economias. Uma integração dessa natureza só é interessante se houver plenas condições de assegurar a prosperidade regional, que permita elevar a qualidade de vida e das condições de trabalho, bem como garantir a proteção ambiental. Na cúpula de Miami os países concordaram em quatro princípios para avançar na integração econômica hemisférica, que foram: preservar e fortalecer a democracia, promover a prosperidade através da integração econômica e livre comércio, erradicar a pobreza e a discriminação, e garantir o desenvolvimento sustentável e conservar o meio ambiente para as futuras gerações.

A América possui grandes distorções quanto a distribuição de renda e qualidade de vida. Apesar do crescimento econômico da última década, a distribuição da renda ficou ainda mais concentrada, agravando os problemas sociais para a maioria da população (Segger et al., 2001). Segundo a Declaração Ministerial de Quito, em novembro de 2002, o estabelecimento da ALCA, mediante a expansão dos fluxos comerciais, a liberalização do comércio e do investimento, contribuirá para o crescimento, geração de empregos, aumento no nível de vida, maior oportunidades e redução da pobreza no hemisfério.

A agricultura pode ser conduzida das mais diversas formas, com maior ou menor impacto econômico, ambiental, social, qualidade e valor nutricional dos alimentos. De maneira geral os consumidores, principalmente em países desenvolvidos, estão cada vez mais atento aos produtos e processos, como aspectos de segurança dos alimentos, aspectos ambientais, ou em função de consciência sociais. Esses questionamentos refletem na escolha do consumidor, que dentro do possível opta por alimentos mais limpos e seguros.

"Reiteramos que a negociação da ALCA levará em conta a ampla agenda social e econômica contida nas Declarações e nos Planos de Ação de Miami, Santiago e cidade de Quebec, com o objetivo de contribuir para elevar os níveis de vida, incrementar o emprego, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas, melhorar os níveis de saúde e de educação e proteger melhor o meio ambiente."

DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE QUITO, Sétima Reunião dos Ministros de Comércio do Hemisfério, Quito, Equador, 1 de novembro de 2002.

A ALCA desejável deve ser um instrumento benéfico para a liberalização comercial plena, com a adequada proteção ambiental e desenvolvimento social. Assim, pretendemos aprofundar estudos em alguns aspectos referente aos diferentes sistemas de produção agrícola, quanto ao seu comércio, uso dos recursos naturais, e aspectos sociais. Para alcançar isso, propomos estudar especificamente algumas culturas (café e maçã) e países, de forma a estabelecer relações e procurar encontrar respostas para alguns questionamentos. Um dos objetivos é identificar potenciais pontos positivos e negativos, bem como disposições/regulamentações que podem ser incorporados ao acordo.

Em termos de acesso a mercados, a integração e consolidação de parceiros comerciais jogam um rol importante e, de certa forma decisivo, podendo assegurar um destino para sua produção. Por outro lado também há que considerar a competitividade entre parceiros de bloco, e que possuam competitividade nos mesmos produtos.

É evidente que há importantes interações entre a produção agrícola e de alimentos em geral com aspectos econômicos e sociais, mas hoje se nota que parecem ser cada vez mais importantes as suas interações com aspectos ambientais. Portanto, um estudo dessa natureza pode ser útil para o maior entendimento de temas complexos como de impactos de tratados de livre comércio (TLC), servindo como elemento para a tomada de decisão de políticas, para minimizar os impactos ambientais e maximizar os benefícios econômicos e sociais, e contribuir para estudos de impactos de TLC sobre outros temas/setores.

A medida que as negociações da criação da ALCA avançam cresce a importância de análises mais acuradas, e nesse contexto surgem muitas perguntas, que mudanças se pode esperar a partir da chegada da ALCA sobre diferentes sistemas de produção agrícola, e quais serão as

suas possíveis conseqüências econômicas, sociais e ambientais? Será a abertura de mercados uma boa oportunidade para os "verdes"? Quais as vantagens comparativas dos diferentes sistemas de produção em livre mercado? quais as oportunidades para os países e culturas em estudo? Quais as forças que estão atuando? quem promove e quem inibe as questões ambientais e sistemas ambientalmente corretos? Quais os desafios e oportunidades em nível de produtores em sistemas de produção ambientalmente corretas? Que ações e políticas podem ser sugeridas para amenizar os impactos negativos e potencializar os aspectos positivos?

A identificação dos impactos em todas as áreas de um acordo é extremamente complexa, e com uma gama enorme de inter-relações, o que impossibilita sua realização e interpretação. O que vai ocorrer a partir da consolidação, e entrada em vigor, do acordo ALCA é, em termos gerais, de difícil previsão. No entanto, a escolha e o acesamento dos impactos em um setor mais específico como a Agricultura já elimina parte das complexidades. Depois, a eleição de um produto/cultura dentro da área de Agricultura elimina um outro tanto da complexidade. Outro aspecto que se deve considerar no estudo de impacto de liberalização é a amplitude de cenários. No caso, abordaremos apenas o cenário com a ALCA, o que pode ser possível em função de já existirem documento oficial, apesar de provavelmente ainda haverem muitas mudanças no decorrer da discussão do acordo.

Assim, no momento em que o mundo discute e procura implementar, cada vez mais a temática ambiental, a segurança alimentar, e o desenvolvimento sustentável, é interessante que façamos uma análise de como será a inserção da agricultura e seus diferentes sistemas de produção nos processos de integração, e mais especificamente como na proposta desse trabalho, em respeito a Área de Livre Comércio das Américas.

Uma possível consolidação destes acordos certamente vai alterar as relações de negócio existentes entre os países do hemisfério e, possivelmente, as relações comerciais com outros mercados. Assim, um estudo dos impactos da ALCA em alguns produtos agrícolas, e em diferentes sistemas de produção, abrangendo análises de aspectos econômicos, sociais e ambientais poderiam

fornecer subsídios para o maior entendimento da implicância esse processo.

Assim, o objetivo do trabalho é estudar o impacto da ALCA em diferentes sistemas de produção agrícola, com o objetivo de identificar as possíveis mudanças frente ao novo cenário com o acordo de integração das Américas. O estudo prevê abordar as mudanças no reajustamento dos diferentes sistemas de produção é que reflexos terão em termos econômicos, sociais e ambientais.

Importância do estudo dos dois temas

Os diferentes sistemas de produção, tanto de café como de maçã, estão muito relacionados com o ecossistema, e têm diferentes impactos sobre este, que se manifestam na qualidade do solo, da água, e na diversidade biológica. As duas culturas também desempenha importante função econômica, sendo importante para a geração de divisas para muitos países em desenvolvimento na América. Também tem significativo impacto social, por gerar uma grande quantidade de empregos direta e indiretamente, e por ser a principal fonte de renda de milhares de famílias. Assim, esses temas se enquadram dentro do setor agrícola que potencialmente podem ser afetados pelo acordo, e possibilitam uma análise das inter-relações dos aspectos de sustentabilidade, dada a riqueza que proporciona quanto aos aspectos econômicos, sociais e principalmente ambientais.

Certamente haverá mudanças em função da criação da Área de Livre Comércio da América. As novas regras e políticas potencialmente pode demandar mudanças, ou um reajustamento, nos diferentes sistemas de produção agrícola, que por sua vez refletirá no maior ou menor fluxo de comércio, uso dos recursos naturais, qualidade ambiental, saúde dos agricultores, qualidade e competitividade dos produtos, e na maior ou menor participação no mercado.

2. METODOLOGIA

Na condução deste estudo foi adotada uma abordagem analítica, a partir da reunião das informações necessária e de uma ampla pesquisa bibliográfica. Realizou-se estudo dos diferentes sistemas de produção, cultivos e países, assim como o levantamento de informações de mercado e relações de comércio. Com base nisso, e do que está previsto no acordo, procuramos traçar as oportunidades, desafios e perspectivas em uma possível consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Inicialmente foi feita uma apreciação geral do setor agrícola, e investigação sobre diferentes sistemas de produção agrícola, bem como sua inserção no comércio internacional. Após uma intensa investigação elegemos uma amostra, não aleatória, consideramos setores que pudessem ter importância em termos de meio ambiente e recursos naturais, e que pudessem ser passíveis de mudança em função das regras que estão sendo discutidas.

Na escolha dos países, foram levados em conta diferentes aspectos, como diferente grau de competitividade, posição geográfica, disponibilidade de informações, e parceria comercial. As culturas foram escolhidas pela sua participação no comércio internacional, pela diversidade de sistemas produtivos, pela importância na geração de emprego e renda, disponibilidade de informações, e por ter exigências climáticas distintas, bem como sua posição geográfica. Assim, considerando esses aspectos, escolhemos incluir no estudo os temas CAFÉ em México, Brasil e Guatemala; e MAÇÃ em México, Brasil e Chile.

Dentre as opções de culturas para o estudo foi optado pelo café e maçã. Isto porque os dois têm um bom fluxo de comércio internacional, são produzidos por muitos países, têm importância econômica e social, além disso possuem diferentes sistemas de produção, desde sistemas mais agressivos ao meio ambiente até os de mínimo impacto negativo (como um *continuum*, abrangendo sistemas convencionais, integrados, tradicionais, e orgânicos). Procuramos quando possível analisar também a experiência do acordo NAFTA (North American Free Trade Agreement) visando subsidiar o estudo. Assim, após a sistematização e processamento de todas as informações,

procuramos traçar um ambiente, fazer uma simulação, do possível impacto da ALCA sobre os diferentes sistemas de produção agrícola e seus impactos sobre aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Também procuramos identificar os desafios e oportunidades para a inserção de pequenos agricultores (em sistema de produção 'ambientalmente amigáveis') neste novo cenário de comércio.

A análise quanto a ALCA baseia-se no rascunho da segunda Minuta do Acordo, e levadas a público após a cúpula de Quito-Ecuador (novembro de 2002). Vamos considerar no estudo apenas os capítulos do acordo que podem interferir diretamente, como: Agricultura, Acesso a mercado, e Investimentos; e dos comitês subsídios e Antidumping e Economias mais pequenas.

O artigo do projeto ALCA em agricultura é uma proposta transitória, sujeito a avanços das negociações da OMC em matéria de agricultura. Também serão considerados os demais capítulos do acordo que possam ter influência direta sobre o estudo.

As metodologias disponíveis para executar um estudo dessa natureza são escassas e incompletas, e ainda estão em fase inicial de desenvolvimento. Além disso existem muitas dúvidas sobre a consistência dos seus resultados. Mesmo metodologias como de Equilíbrio Geral e Equilíbrio Parcial possuem importantes limitações, principalmente por considerar basicamente aspectos econômicos, em condições de concorrência perfeita.

De acordo com Lee & Kirkpatrick (2000), há uma crescente literatura relatando separadamente níveis de acesso de impactos do comércio em termos econômicos, ambientais e sociais. Uma parte relata experiências em avaliação ("*ex-ante*" *assessment*) e outra parte para experiências de evolução ("*ex-post*" *assessment*). A literatura é mais extensa em acesso de impactos econômicos. Acesso Integrado (IA) e, mais especificamente, acesso sustentável de impactos- *sustainability impact assessment* (SIA)^a - que abrange os impactos econômicos, ambientais e sociais

^a Bond, Kirkpatrick & Lee (2000) Integrated Impact Assessment for Sustainable Development: Case Studies and Some Preliminary Conclusions. University of Manchester and University of East Anglia. In: Web: <http://www.man.ac.uk/idpm/> and Kirkpatrick, C. and Lee, N. (1999) 'Introduction: Integrated Appraisal and Decision Making'. Special Issue on Integrated Appraisal and Decision Making. *Environmental Impact Assessment Review* 19, 227-232.

ainda permanece em menor estágio de desenvolvimento. Se sabe que há importantes inter-relações entre impactos econômicos, ambientais e sociais.

Há diferentes metodologias utilizadas no acessamento de impactos de acordos comerciais, inclusive a combinação de métodos pode ser utilizada. O desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, e proteção ambiental são interdependentes e componentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável, e isso tem estimulado o surgimento de metodologias que considerem igualmente às diversas dimensões, adotando princípios e indicadores de sustentabilidade. Esse tipo de metodologia pode ser utilizado para acessamento *ex-ante* e *ex-post*, e tem sido adotada para estudos de diversas magnitudes, inclusive para avaliações de processos de liberalização e integração comercial, sendo utilizado por exemplo na União Européia e a nível de OMC. No presente estudo procuramos adotar, na medida do possível, a metodologia SIA como uma avaliação preliminar (*preliminary SIA*). Este estudo pretende considerar na análise indicadora em três grandes campos:

Indicadores Econômicos: Modernização da exploração; Produção, superfície e produtividade; Investimentos; Nível de emprego; Custo de produção; Nível de renda; Nível de competitividade e Diferenciação; e Agregação de valor;

Indicadores Sociais: Qualidade de vida; Segurança alimentar; Proteção a saúde e Alternativas de renda;

Indicadores Ambientais: Minimização do uso de recursos não renováveis; Uso de agroquímicos e Proteção da espécie econômica; Gestão correta de substâncias perigosas ou poluentes; Conservação e melhoria do estado da vida selvagem, do habitat e paisagem; Qualidade dos solos; Conscientização e educação ambiental; Gestão dos recursos hidro-agrícolas; Impacto na biodiversidade/Conservação da diversidade biológica; Diversidade dos cultivos; e Expansão da fronteira agrícola;

Como parte da metodologia tentamos enquadrar os parâmetros (ou critérios) de sustentabilidade no estudo, de forma a clarear ou visualizar melhor quais são os aspectos que podem sofrer alterações com o livre comércio. No entanto, foi mantida uma abordagem livre, abrangendo alguns aspectos relevantes que não tenham sido contemplados pelos parâmetros utilizados, em função do

difícil enquadramento, ou de informações incompletas, ou mesmo pela dificuldade de obtenção de dados.

Classificação dos impactos de acordo com as seguintes categorias:

Incidência:

Direta (D)= aquele no qual o acordo pode exercer ação imediata e direta;

Indireta (I)= aquele no qual o acordo pode exercer ação não imediata, secundário ou indireto;

Inexistente ()= quando não há incidência.

Tempo: período demandado para a expressão ou observação dos impactos.

Longo prazo: quando sua expressão é visualizada em um período de tempo relativamente grande;

Médio Prazo: quando se expressa em alguns anos;

Curto Prazo: quando são expressos em breve, ou poucos anos;

Significância: quanto ao nível de impacto

Substancial: quando o impacto for significativo, substancial ou de grande importância;

Importante: quando o impacto for suficientemente importante e ocasiona mudanças;

Desprezível: quando o impacto não é importante, não modifica o cenário, e pode ser desconsiderado;

Interação entre comércio e meio ambiente e Decomposição do impacto do comércio sobre o ambiente

(Extraído e adaptado de "Comércio e Meio Ambiente: uma agenda para a América Latina e Caribe" - Braga & Miranda, 2002 e Cole et al., 1998).

Efeitos Diretos: especialmente os relacionados aos transportes e ao padrão de comércio internacional, quais os principais produtos e respectivos parceiros comerciais (origem e destino dos produtos);

Efeitos Indiretos

a)Estáticos: relacionados a vantagens comparativas estáticas, e refere-se aos efeitos ambientais a curto prazo em que um aumento nos fluxos comerciais são característicos dos setores de especialização produtiva do país, nos quais se intensifica o uso dos recursos existentes.

b) Dinâmicos

-*Efeito Escala*: evidências empíricas têm ligado a abertura econômica com o crescimento econômico. A liberalização comercial resulta no aumento da produção, rendimento, e da produção em escala, que também pode gerar uma poluição adicional e acelerar a degradação dos recursos naturais (Nimon et al., 2002).

- *Efeito de Composição*: depende da contribuição dos diferentes sistemas de produção; maior participação de sistemas com maior impacto é esperado que agravem os efeitos ambientais; mudanças nos padrões de especialização; também é chamado de efeito setorial, relacionado a mudanças nos padrões de especialização do país.

- *Efeito tecnológico/técnico*: quanto a inovação tecnológica, que pode alterar os métodos de produção e assim pode reduzir ou aumentar o dano ambiental por ser uma tecnologia mais "limpa" ou mais "suja"; um positivo efeito tecnológico ocorre quando a liberalização de mercado, e o aumento das exportações promovem maior adoção de tecnologias que podem alcançar uma maior produtividade econômica, ao mesmo tempo em que internaliza impactos sociais e ambientais.

3. ALCA E O CAPITULO DE AGRICULTURA

Segundo a Declaração Ministerial de Quito (novembro de 2002), a agricultura desempenha papel importante para às economias da região, sendo que "*...o tratamento integral e não discriminatório nas negociações da ALCA contribuirá para gerar emprego, reduzir a pobreza e favorecer a estabilidade social...reafirmamos o compromisso hemisférico com a eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio de produtos agrícolas no Hemisfério e o desenvolvimento de disciplinas a serem adotadas para o tratamento de todas as outras práticas que distorcem o comércio de produtos agrícolas, incluindo aquelas que têm efeito equivalente aos subsídios às exportações agrícolas e de alcançar avanços nas negociações de acesso a mercados*".

O tema agrícola a nível de ALCA tem sido tratado basicamente sob o capítulo de agricultura. As questões agrícolas nas negociações de acordos comerciais tem sido

bastante polêmicas e de difícil consenso, seja nas negociações de acordos bilaterais ou regionais, ou a nível de OMC (Organização Mundial do Comércio). Na ALCA não tem sido diferente. A maioria das diferenças se dá em relação às barreiras ao comércio de produtos agrícolas, como subsídios e incentivos às exportações. Já problemas relacionados a cotas e tarifas são mais importantes para poucos itens, que são fortemente protegidos. Os países em desenvolvimento (PED) reclamam que estão sendo fortemente prejudicados por essas medidas.

Os países exportadores líquidos, tanto em produtos primários como de processados, encontram-se entre os mais interessados, e maiores defensores, da abertura comercial e do fim dos subsídios e demais barreiras ao comércio.

Segundo estatísticas comerciais da OMC (2001) sobre comércio mundial de produtos agrícolas em 2000, os maiores exportadores ao nível de hemisfério são: EUA, com US\$ 71 bilhões (12,7% de participação mundial); Canadá, como US\$ 35 bilhões (6,2%); Brasil, com US\$ 15,5 bilhões (2,8%) e Argentina, com US\$ 12 bilhões (2,2%). Quanto às importações agrícolas, os EUA lideram com US\$ 67 bilhões (11% de participação mundial); Canadá, com US\$ 15 bilhões (2,5) e México, com 11 bilhões (1,8%). Esses dados evidenciam a grandeza do mercado norte-americano, tanto para importação como para exportação agrícola, assim como de Canadá em menor grau, e do mercado mexicano para importação de produtos agrícola.

Em estudo a pedido da ALADI sobre o impacto da ALCA sobre os países membros e em relação a EUA e Canadá (Vaillant, 2001), verificou que os países que teriam maior quantidade de setores ameaçados seriam Argentina e Brasil, por outro lado também seriam os países que mais teriam oportunidades. Já o país que teria menores oportunidades seria México (devido já estar integrado com EUA e Canadá). Ainda, países do Mercosul estão voltados a exportarem mais matérias-primas de origem agrícola, manufaturas e combustíveis aos EUA que para o resto do mundo. Em relação a Canadá, os membros da ALADI estariam mais voltados a exportação de minerais e manufaturas. Também sinalou que Chile, em relação aos EUA, está mais orientado a exportação de alimentos, matérias-primas de origem agrícola e manufaturas; e para Canadá em exportação de alimentos.

Antes da Rodada do Uruguai, e que se criou a OMC, não havia um acordo exclusivo para os produtos agropecuários. A partir disso se implementou normas para regulamentar o comércio internacional também dos produtos agrícolas. No entanto há divergências quanto ao avanço em termos de cumprimento destas normas. Um dos princípios que regem a OMC é a competência justa entre seus membros, sendo que o sistema normativo da OMC promove a livre competência, leal e sem distorções. Assim procura-se desincentivar práticas desleais de comércio como subsídios às exportações e *dumping*¹. Assim, muitos países têm mostrado descontentamento em relação ao protecionismo, subsídios às exportações, e práticas de *dumping*, especialmente por parte dos países desenvolvidos, o que tem dificultado enormemente o crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

No âmbito da OMC (2002), na reunião de Doha, tem-se discutido as questões agrícolas referente à correção das restrições e distorções de mercado agropecuário mundial. O objetivo é alcançar uma melhora substancial na participação de países menos adiantados no acesso a mercados, redução de todas as formas de incentivo a exportações, e redução da ajuda interna que cause distorção ao mercado. Países em vias de desenvolvimento têm manifestado a preocupação com o não cumprimento dos prazos estabelecidos pela Rodada da OMC em Doha. As agendas da ALCA e da OMC estão seguidas em paralelo (Tab. 1).

Tabela 1. Agenda das negociações sobre agricultura na ALCA e na OMC.

Fase de Negociação	ALCA	OMC
Período de pré-negociação	1994-1998	1995-1999
Início das negociações	1998	2000
Previsão de conclusão	final de 2004	em aberto
Implementação	Janeiro/2005	sem previsão
Relação com outras áreas de negociação	ao mesmo tempo	Pendente

Fonte: Berrios (2001)

Espera-se que ocorra uma positiva sinergia entre os dois acordos, a fim de completar a reforma no comércio de produtos agrícolas. Há expectativa que muitas dos acordos em agricultura poderiam se dar em nível de OMC. Mas caso não ocorra avanços significativos nessas negociações na OMC, poderá ser mais viável avançar nas negociações em

nível de ALCA, ao menos para reformar e liberalizar o comércio agrícola a curto ou médio prazo.

Apesar de já haver quatro anos de negociações, atualmente se verifica que ainda há muitos pontos sem consenso, e que na minuta aparecem envoltos por colchetes. Em termos de agricultura, atualmente as principais medidas que estão em discussão são enumeradas na seguinte tabela.

Tabela 2. Principais medidas previstas no âmbito da ALCA no Capítulo de Agricultura (segunda minuta).

Descrição
Acesso ao mercado
Tratamento nacional a importados
Evitar medidas ocultas que provoquem distorção a produção e ao comércio, como Apoio Interno ^b que não estejam em conformidade com o acordo
Condições especiais para países menos adiantados ou economias menores;
Redução ou eliminação de tarifas; cada parte estabelecerá a eliminação/redução progressiva dos produtos importados de outras Partes; a partir da entrada em vigor do acordo não poderão ser introduzidos novas barreiras ou gravames;
As Partes abrem mão de fazer uso do Artigo 5 da OMC, sobre "Salvaguarda Especial" ^c .
Uma Parte não pode cobrar imposto ou tarifa sobre produto destinado a exportação a outra Parte (com uma lista de exceção); nenhuma das Partes pode manter proibição ou exigir licença para importar ou exportar produto agropecuário para outra Parte;
Incorporação automática das resoluções da OMC ao acordo, inclusive para barreiras não-tarifárias; salvaguardas especiais; exportação subsidiada para Não-Partes;
Eliminação ou redução de subsídios às exportações ^d , estabelecimento de cronograma de redução; evitar que países Não-Parte utilizem essas práticas sobre exportação para membros da ALCA; recursos que deixem de ser utilizados não podem ser usados para subsidiar exportação para Não-parte;
Trabalhar para a Eliminação/redução do Apoio Interno no âmbito da OMC; limite geral de Apoio Interno e revisão da "Caixa Verde", e para que esta não seja sujeita a medidas compensatórias;
Redução na MGA ^e total na OMC até a completa eliminação ao final do período de implementação;
Aplicação das medidas sanitárias e fitossanitária tal como na OMC (incorporação automática);
As Partes acordam cooperar para facilitar o fluxo de animais, vegetais, e seus derivados; e fortalecer as respectivas estruturas de controle; ampliar a confiança mútua e simplificar os procedimentos;
não poderá haver discriminação se existam condições idênticas ou semelhantes para uma Medida Sanitária (MS) ou Medida Fitossanitária (MFS);

^b Apoio / ajuda interna: qualquer política ou medida que afete a decisão de produzir a fim de sustentar preços dos produtos agropecuários, aumentar a renda dos produtores ou melhorar as condições de produção e/ou comercialização; inclui as medidas concedidas nos "programa de limitação de produção" e/ou "caixa azul"

^c Cláusula Especial de salvaguarda (Art. 5, do acordo de Agricultura da OMC) que autoriza os países signatários, quando a sua situação comercial o justifique, a aplicar um direito adicional à importação de produtos que seriam importados a preços muito baixos ou em quantidades e condições tais que poderiam prejudicar gravemente os produtores nacionais.

^d Créditos a exportação, garantias de crédito à exportação, programa de seguro de crédito e ajuda alimentar internacional, não serão considerados subsídios às exportações para esse acordo.

^e MGA=Medida Global de Ajuda, é entendida com o nível anual de assistência expressado em moeda para um ou mais produtos agropecuários.

¹ venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar a concorrência e conquistar fatias maiores de mercado

Acordam fazer intercâmbio de informações e procedimentos técnicos de controle e segurança para MS e MFS;

As Partes acordam utilizar procedimentos recomendados por organismos internacionais para MS e MFS; cada Parte poderá adotar seu nível de proteção mais rigorosa, desde que exista justificativa científica ou técnica;

Não poderá ser impedido o acesso de produtos de áreas livres ou de baixa prevalência, mesmo que o país como um todo não esteja declarado livre ou de baixa prevalência de pragas e doenças; harmonização de critérios e procedimentos;

Fortalecer assistência técnica, e cooperação, em matéria de MS e MFS, especialmente a países de economias menores;

Os produtos agrícolas estão sujeitos as disposições de outros capítulos do acordo;

Visa-se a conformação de um comitê de MS e MFS na ALCA;

Fonte: Elaborada pelo autor, com base no capítulo de Agricultura (segundo borrador) do acordo ALCA.

O objetivo dessas medidas é alcançar os seguintes objetivos: melhorar ou ampliar o acesso a mercados agropecuários dos países do hemisfério; livre acesso ao mercado das Partes dos produtos agrícolas e seus derivados; não discriminação aos produtos estrangeiros dos demais membros; igualdade de oportunidades; evitar barreiras não tarifárias, ou "disfarces" que impeçam o comércio; eliminar barreiras e facilitar o fluxo de comércio entre as Partes; eliminar ou reduzir práticas que distorcem a produção ou o comércio; manter nível de segurança adequada; cooperação e facilitação de comércio entre as Partes; superação de problemas sanitários e fitossanitários; promover a transparência das MS e MFS; verificar e resolver problemas afim de evitar controvérsias formais; procurar a harmonizar procedimentos; evitar uso de critérios distintos, que possam ser utilizados como discriminação; criar condições para que economias menores possam competir com os demais.

As restrições ao comércio internacional de bens são estabelecidas pela aplicação de tarifas, quotas ou medidas fitossanitária, entre outras. Enquanto que as barreiras ao comércio de serviços ocorrem através de limitações de acesso a mercado e tratamento nacional, através de legislação que regulamenta determinado setor.

A eliminação ou redução gradativa até a completa eliminação, ou tarifa zero, é a medida que tem o maior impacto em nível de fluxo de comércio. É esperado que ocorra um aumento gradual dos fluxos de comércio entre os países Parte, criando uma área de preferência e de acesso praticamente irrestrito aos mercados de todos os integrantes. Os maiores benefícios dessa medida serão para países que atualmente enfrentam altas tarifas a suas

exportações, e pouco importantes para países que já contam com tarifas baixas.

Com a redução generalizada das tarifas é esperado que às preferências obtidas através de outros acordos regionais ou bilaterais, o que implica na eliminação das atuais vantagens comerciais. Assim, países latino-americanos aos poucos perderiam vantagens comerciais sobre produtos estadunidenses e canadenses, e vice-versa.

A implementação da ALCA não deverá haver completa eliminação de tarifas de modo imediato. Estão previstas quatro etapas de desgravação até chegar a tarifa zero. Para alguns produtos, as alíquotas de importação serão reduzidas a zero a partir da formalização do acordo, ou seja, de desgravação imediata (lista A) o que está previsto para 2005. O segundo grupo inclui produtos com período não superior a 5 anos (lista B). Um terceiro grupo reduzida gradualmente em dez anos (lista C). Há ainda um quarto grupo (lista D), no qual a alíquota de importação levará mais de dez anos para ser zerada. A idéia é que os países façam ofertas significativas para desgravação imediata.

A cláusula de tratamento nacional determina que se deve dar trato nacional aos produtos importados, assim, não pode haver discriminação, oportunizando igualdade de oportunidades ao acesso ao mercado e evitar medidas protecionistas.

Este acordo também prega a não interferência ou a mínima interferência do Estado em termos de comércio, não podendo exigir permissão nem aplicar tarifas para importação ou exportação de qualquer produto agropecuário e seus derivados para qualquer país Parte. O papel do Estado será a dar suporte ao cumprimento do acordo, adequação de sua legislação, controle de fronteira, inspeções, controle sanitário e fitossanitários, pesquisa e extensão agropecuária, e concessão de créditos, ajudas ou subsídios permitidas no acordo.

Como vimos, outra medida contida no acordo é quanto ao uso de barreiras ocultas ao comércio, assim não será permitido utilizar-se de medidas ambientais não justificáveis, como forma de barreira "disfarçada" ao comércio.

Na Rodada do Uruguai se criou várias categorias para subsídios. Na caixa vermelha enquadram-se os apoios não autorizados, caixa amarela incluem os apoios que estão sujeitos a disciplinas comerciais, a caixa azul são os

pagamentos diretos ligados aos fatores de produção, e caixa verde os apoios autorizados. O acordo prevê além da redução ou eliminação dos subsídios, a revisão dos apoios autorizados na "caixa verde".

Na versão preliminar se pretende rumar para a redução de subsídios, mas manter subsídios a exportação para Terceiros países que apliquem os mesmos. Por outro lado também busca estabelecer mecanismos para aplicar direito compensatório entre os países da ALCA quando um país Parte importe de Terceiros países, que se utilizem subsídios, em detrimento de exportadores do bloco.

A vinculação automática dos acordos em nível de OMC ao acordo ALCA possibilita que não haja distorções entre o praticado em nível de hemisfério em relação ao que ocorre a terceiros países com que possuem relações comerciais. A OMC não apenas provê aos países instrumentos judiciais para assegurar melhor acesso aos mercados internacionais, mas também auxilia na estandarização de regulamentos técnicos que precisam ser cumpridos para acessar esses mercados. Assim, por exemplo, acordo em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, e acordo de Barreiras

Técnicas ao Comércio, são importantes instrumentos para reger o comércio de alimentos entre os países, além de garantir mecanismos para a regulação de importação de produtos que afetam a saúde humana, animal e vegetal.

Eliminação ou redução de subsídios às exportações, terá um cronograma de redução, além de tomar medida para evitar que países Não-Parte utilizem essas práticas sobre exportação para membros da ALCA. Além disso os recursos que deixem de ser utilizados não podem ser usados para subsidiar exportação para terceiros países.

Quanto aos aspectos de FS-MFS, os países devem cooperar para implementar um acordo em nível de OMC, abrangendo padrões internacionais, harmonização, equivalência, acessamento de riscos, áreas livres de pragas e doenças, transparência, sistemas de controle – inspeção-procedimentos de aprovação, e medidas de salvaguarda. Ao nível da ALCA surge um problema institucional, de quem e como serão realizadas as consultas e a solução das disputas. De maneira geral o capítulo de agricultura da ALCA em termos de MS e MFS não implicará mais compromissos que em nível de OMC.

RELAÇÃO COM OUTROS CAPITULOS DA ALCA

Tabela 3. Medidas de outros capítulos da ALCA que podem ter influência

Descrição	Norma/regulamentação/princípios	Finalidade
Estreita Relação Acesso a mercados	- Trato nacional a produtos e serviços de outras partes; - um tratamento não menos favorável do que o tratamento nacional;	Facilitar o acesso a mercados
Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios	- as Partes cumprirão com os direitos e obrigações estabelecidos no Acordo Relativo a nível de OMC; -as autoridades deverão estabelecer um direito antidumping, ou compensatório, definitivo inferior à margem de dumping, ou ao montante do subsídio, se esse direito inferior bastar para eliminar o dano, ou a ameaça de dano, ao setor da indústria doméstica; -a legislação nacional de cada uma das Partes permitirá a imposição de direitos antidumping ou compensatórios abaixo da margem total de dumping ou do montante total do subsídio, mas suficientes para eliminar o dano à indústria doméstica;	Regular e criar ambiente favorável para o comercio entre as Partes
Solução de controvérsias	-estabelecimento de um órgão para esse fim; -apenas participação governamental; -prazos mais curtos para caso urgentes e produtos perecíveis; -tratamento diferencial para economias menores;	Solucionar controvérsias
Potencial Relação Investimento	-cada Parte outorgará aos investidores de outra Parte, um tratamento não menos favorável do que o outorgado a seus próprios ; - nenhuma parte poderá impor ou exigir requisitos de desempenho; ou autorização para ao estabelecimento, expansão, manutenção ou aquisição de um investimento; ou exijam o compromisso de exportar mercadorias ou que certas mercadorias ou serviços sejam adquiridos localmente, ou que imponham quaisquer outros requisitos similares;	Facilitar o fluxo de investimentos
Propriedade intelectual	- medidas destinadas à proteção e observância desses direitos não se convertam em obstáculos ao comércio legítimo; - proteção e observância adequada e eficaz dos direitos de propriedade intelectual; -denominação de origem ^a reservada exclusivamente para os produtores, fabricantes e artesãos que tenham seus estabelecimentos de produção ou de fabricação na localidade ou região; - reconhece e garante a proteção aos direitos dos obtentores de novas variedades vegetais; - não fere o direito de obtentor quem reservar e semear para uso próprio ou venda como matéria prima o alimento ou produto obtido do cultivo da variedade protegida	A proteção e a observância dos direitos da propriedade intelectual contempladas no presente capítulo devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e

	- DPI será concedida em salvaguarda e respeito aos seus recursos genéticos, bem como aos conhecimentos tradicionais de suas comunidades indígenas e comunidades locais	difusão de tecnologia
Política de concorrência	- as Partes concordam que as legislações nacionais ou sub-regionais proibam práticas anticompetitivas e que afetem o comércio entre ou dentro das Partes e, conseqüentemente, resultem ou possam resultar em prejuízo da eficiência econômica e do bem estar dos consumidores;	-evitar que a concorrência desleal afete o comércio;

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no acordo ALCA (segundo borrador).

^a Entender-se-á por "Indicação geográfica" ou "Denominação de origem" aquela constituída pela denominação de um país, de uma região ou de um lugar determinado, ou uma denominação que, sem ser a de um país, de uma região ou de um lugar determinado, se refere a uma zona geográfica determinada, sendo utilizado para designar um produto originário dali e cujas qualidades, reputação ou outras características se devem exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico no qual ele é produzido, incluídos fatores tanto naturais quanto humanos.

4. SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA (SPA)

Os sistemas de produção agrícola definem de maneira geral a forma com que os produtos são produzidos, englobando dentre outros aspectos o nível de tecnologia utilizada, as técnicas culturais, o gasto de energia, sua produtividade, lucratividade, eficiência, e qualidade de seus produtos. Assim, quando se utiliza diferentes formas, métodos ou tecnologias, para produzir determinado produto também haverá diferentes respostas em termos econômico, social e ambiental.

A agricultura, como todos os sistemas, depende de fontes externas e internas de energia, às quais podem ser renováveis ou não. A proporção de energia renovável usada em relação à energia total consumida constitui o índice da renovação ou sustentabilidade energética do sistema, que possibilita avaliar quantitativamente o grau de sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Ortega, 2002). Para muitos estudiosos, a nível mundial a tecnificação progressiva da agricultura conduziu a exploração dos recursos naturais ao limite de suas possibilidades, produzindo efeitos indesejáveis sobre o ambiente. No hemisfério sul a situação é mais grave devido às grandes desigualdades econômicas e sociais existentes. A destruição das florestas, a perda biodiversidade genética, a erosão dos solos, a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, tornaram-se conseqüências quase que inerentes a produção agrícola (Ehlers, 1995).

De maneira geral há uma quantidade de sistemas de produção agrícola, que tem características e terminologias diferente, e seu uso varia em função da sua localização ou condição edafo-climática, país e com características culturais dos povos. Mas, para fins de efetuar nosso estudo vamos adotar uma classificação mais ampla, dividindo em: Sistema de Produção Convencional, Sistema de Produção Integrada e Sistema de Produção Alternativo.

4.1 Sistema de Produção Convencional

Com o aumento da modernização das práticas agrícolas, principalmente após a "Revolução Verde", ocorreram, juntamente com os benefícios para a população, muitas preocupações em especial quanto aos impactos ambientais destas modernas técnicas de produção - hoje chamada de sistema de produção convencional. Esta linha da agricultura desenvolveu-se muito bem nas últimas décadas, até que está atingindo seu auge. Recentemente o desenvolvimento da biotecnologia na agricultura surge como uma ferramenta importante para a sustentação e expansão desse sistema.

Este sistema de produção é responsável por inquestionável aumento na produtividade e expansão da área agrícola, e por isso joga um importante papel para manutenção dos reservas mundiais de alimentos. Apesar de haver no mundo mais de 800 milhões de pessoas na pobreza, e sem capacidade de adquirir alimento suficiente para sua dieta, acredita-se que também contribui para a redução da fome, devido a maior produção e preços mais baixos dos alimentos.

Tabela 4. Características dos sistemas de Produção Convencional.

Parâmetros	Características
Agrotóxicos e insumos químicos	base da proteção e nutrição; uso mais intenso, baseado em calendário;
Irrigação	maior uso; uso combinado com defensivos e nutrientes de alta solubilidade;
Erosão de solo	uma consequência do uso inadequado ou mal manejo do solo;
Saúde dos produtores e consumidores	sem muito controle; objetivo é reduzir ao máximo qualquer tipo de perda de rendimento;
Impacto nos Recursos Naturais	Impacto importante devido ao uso de práticas de manejo inadequadas, e do uso intenso de insumos e mecanização; normalmente monocultivos ou de baixa diversidade;
Custos de produção	menor custo por unidade de produto;
Vantagens do sistema	mais produtivo; menor custo; menor uso de mão-de-obra
Desvantagem do sistema	menor qualidade dos produtos se comparado com outros sistemas de produção; impacto negativo no ambiente; pode apresentar risco a saúde humana; quando praticado de forma inadequado;

Fonte: elaborado pelo autor.

O sistema convencional proporciona benefícios

Econômicos (permite a exploração de grandes áreas; preço mais baixos para os consumidores; é mais produtivo, porém de menor eficiência energética; permite a disponibilidade de alimentos em quantidades suficientes a demanda; **Ambientais** (o aumento da produtividade pode reduzir o desmatamento ou expansão da agricultura para áreas ainda não exploradas); e **Sociais** (menor uso de mão-de-obra; facilita o trabalho no campo; grande importância econômica e social por ser o sistema mais difundido e utilizado. **Mas também acarreta em custos como:** **Econômicos** (menor diversificação produtiva, devido a necessidade de especialização; custos de produção ligeiramente menor aos demais sistemas (principalmente devido a maior produtividade, maior escala e melhor sistema de distribuição, não tem sistemas de controle ou certificação, e por não considerar o custo ambiental); geralmente menores preços aos produtores - principalmente em commodities-comparado a outros sistemas alternativos (basicamente devido a pouca diferenciação, oferta e demanda); menor renda/área; de maneira geral não conta com boa imagem diante dos consumidores; **Ambientais** (alto uso de agrotóxicos e insumos químicos aumentando a contaminação no meio ambiente; leva a maior erosão de solo; causa maior impacto negativo no ambiente e usa os recursos naturais de forma insustentável; de maneira geral reduz a biodiversidade); e **Sociais** (pode apresentar risco a saúde dos produtores e consumidores; menor geração de empregos por unidade de área; pode levar ao êxodo rural, principalmente de agricultores familiares);

Assim, nos dias de hoje esse continua sendo o maior sistema de produção existente, predominando no setor agrícola. A produtividade é talvez o atributo mais importante dos sistemas de produção. Economicamente é muito forte e

representa a geração de milhares de empregos em todo o mundo. Esta tem uma estrutura de suporte bem definida, contando com apoio para ensino, pesquisa e extensão. Também tem uma gama de empresas de suporte nos mais diferentes segmentos como máquinas, sementes, agroquímicos, vendas, gerenciamento, importações e exportações, tecnologia de informação, *marketing* e outros.

A agricultura convencional não tem valorado o fator ambiente, e assim esse aspecto, não participa da grade de custos de produção, mascarando os reais custos desta tecnologia. Mas em anos recentes nota-se que está havendo maior preocupação em termos de segurança dos agricultores, respeito aos níveis de resíduos, prazos de carência, e descarte adequado de embalagens.

4.2 Sistema de Produção Integrada

Na década de 70, na Europa, surgiu o chamado MIP (Manejo Integrado de Pragas), que representou um importante passo na redução de agrotóxicos na produção agrícola. O mesmo grupo responsável pela criação deste programa, ao constatar a dificuldade em implantar, em curto prazo, a produção orgânica, tendo em vista a falta de pesquisa nesta área, resolveu unir-se à *International Organization for Biological and Integrated Control of Noxious Animals and plants (IOBC)*, para criar um sistema de produção intermediária entre a produção tradicional e a produção orgânica. O sistema foi denominado Produção Integrada pelo fato de preocupar-se com o produto desde a fase inicial de produção, até a chegada às mãos do consumidor e, por ser sua premissa o respeito ao meio ambiente e a saúde do produtor e do consumidor.

A definição da Produção Integrada (PI), ou mais especificamente a Produção Integrada de Frutas (PIF), se define como a produção econômica de frutas de qualidade,

para cuja obtenção dá-se prioridade aos métodos ecológicamente mais seguros e minimiza-se a utilização de agroquímicos e seus efeitos secundários negativos, para aumentar a proteção do meio ambiente e da saúde

humana. É basicamente um sistema que utiliza o Manejo Integrado de Pragas (MIP), onde se procura utilizar diversas medidas de controle tanto biológicas como químicas.

Tabela 5 . Características dos sistemas de Produção Integrada.

Parâmetros	Características
Agrotóxicos e insumos químicos	são reduzidos, porém ainda estão longe de ser completamente eliminados; monitoramento é ferramenta fundamental;
Irrigação	permite o uso, porém prega o maior controle;
Erosão de solo	manutenção da cobertura vegetal sob o solo, e adoção de práticas que minimizam a erosão;
Saúde dos consumidores e produtores	proporciona maior controle da qualidade dos produtos; reduz o risco de acidentes com agroquímicos;
Impacto nos Recursos Naturais	é reduzido, devido ao uso de práticas de manejo mais adequadas, e do uso controlado de insumos;
Custos de produção	custos semelhantes a PC, ou ligeiramente superiores; facilidade de venda e melhor preço compensam o investimento na conversão;
Vantagens do sistema	maior controle ambiental e obtenção de produtos mais "limpos"; pode ser considerado um caminho para se atingir a produção orgânica;
Desvantagem do sistema	maior complexidade e rigor na produção, e maior uso e especialização de mão-de-obra; ainda não adaptado para todas as culturas.

Fonte: elaborado pelo autor.

O sistema de Produção Integrada proporciona benefícios como: Econômico (permite a exploração de grandes áreas; prêmio por qualidade; é produtivo, e de eficiência intermediária; gradativamente permite a disponibilidade de alimentos em quantidades suficientes a demanda; contribui para a diversificação produtiva, de maneira geral conta com boa imagem diante dos consumidores; possui normas e regulamentações); Ambientais (maior controle no uso de agroquímicos, uso mais racional, porém sem elimina-los completamente; menor contaminação ambiental; menor perda de biodiversidade é esperada; maior controle da erosão de solo; causa menor impacto negativo no ambiente, e usa os recursos naturais de forma mais sustentável que na PC; facilita a conversão para outros sistemas que eliminem completamente o uso de agroquímicos); e Sociais (maior segurança alimentar, devido a qualidade dos produtos e pela diversificação das propriedades; mecanização facilita o trabalho no campo; pode ser uma opção para agricultura familiar; e possibilita futuramente ascender a produção orgânica; geração de mais empregos devido à maior mão-de-obra, geralmente externa a propriedade); **Mas também acarreta custos como:** Econômicos (custos de produção ligeiramente superior ou similar a PC; geralmente maiores preços aos produtores); Ambientais (ainda há impactos do uso de agroquímicos, e certo impacto no meio ambiente); e Sociais (certa dependência de novos insumos, normalmente mais caros);

As vantagens de programas para o uso reduzido de pesticidas e manejo integrado de pragas são: (1) menos pesticidas são usados, (2) época e equipamento são manejados com maior eficiência, (3) predadores são utilizados no controle, (4) populações de outros parasitas e predadores pode aumentar, e (5) reduz a probabilidade das pestes desenvolverem resistência aos pesticidas. As normas da PIF estabelecem entre os agroquímicos registrados, quais são permitidos, quais têm restrições e quais são proibidos. Estabelece também, quando recomendados, a dose e a situação na qual permite o uso.

Objetiva também a produção de alimentos de alta qualidade, principalmente mediante o uso de técnicas que considerem os impactos ambientais no sistema solo-água-produção e que possibilitem avaliar a qualidade dos produtos considerando às características físicas, químicas e biológicas dos recursos naturais locais, pós-colheita e comercialização da produção.

4.3 Sistema de Produção Alternativa

Globalmente pode-se dizer que a agroecologia é o maior guarda chuva da produção agrícola alternativa (incluindo todas às suas correntes: orgânica, biodinâmica^f, natural^g, biológica^h, ecológica, permaculturaⁱ) emerge como

^f Biodinâmico: qualidade que se otorga aos produtos obtidos segundo normas de produção biodinâmica e cumprem com as normas de produção orgânica.

^g Agricultura Natural: suas práticas estão baseadas em conceitos ecológicos e trata de manter os sistemas de produção semelhantes aos encontrados na

uma nova visão de mundo (chamada no meio acadêmico de "paradigma"), que visa elevar a agricultura a um novo patamar. Há uma certa quantidade de termos similares que fazem alusão a agricultura alternativa, e que de maneira geral quer dizer o mesmo, porém com outros termos, assim como "verdes", "ambientalmente amigável", "tecnologia limpa", de "baixo impacto ambiental", ou "sustentável". Neste trabalho procuramos adotar, sempre que possível, o termo produtos "verdes", e sistema de produção "ambientalmente amigável" como forma de facilitar a comunicação.

"A agricultura orgânica é um sistema global de gestão da produção que fomenta e realça a saúde dos agroecossistemas, inclusive a diversidade biológica, os ciclos biológicos e a atividade biológica do solo. Insiste na utilização de práticas de gestão, com preferência a utilização de insumos não agrícolas (...) Isto se consegue aplicando, sempre que possível, métodos agrônômicos, biológicos e mecânicos, em contraposição a utilização de materiais sintéticos, para desempenhar qualquer função específica dentro do sistema" - *Definição proposta pela Comissão do Codex Alimentarius.*

Com o crescimento das vertentes alternativas de produção de alimentos também houve graduais alterações no comportamento alimentar da população, sendo que se verifica maior procura por alimentos mais saudáveis, principalmente por parte das classes com maior poder aquisitivo. Evidentemente que uma significativa contribuição para a mudança de hábito alimentar se deve ao medo da obesidade, e dos demais riscos a saúde atribuída a alimentação, bem como o recente problema envolvendo alimentos, como o caso da vaca louca, contaminação por pesticidas, problemas com uso de hormônios e antibióticos, e as incertezas sobre os alimentos geneticamente modificados.

Dentre esses segmentos, a produção orgânica tem tido repercussão ou abrangência cada vez maior no mercado internacional. São considerados produtos orgânicos todos aqueles alimentos ou fibras que são obtidos através de *processos orgânicos*, com reduzido impacto ambiental, e

que sejam obtidos sem o uso de agroquímicos ou aditivos químicos, não transgênico, e que tenham condições adequadas de trabalho. Todas essas considerações também valem para a indústria.

As razões que explicam o crescimento do mercado de produtos orgânicos são muito variadas, as que se destacam são: deterioro e contaminação do meio ambiente, aumento de enfermidades na população, desconfiança dos consumidores, maior influência ecologista em países desenvolvidos (Amador et al., 2002). O próprio crescimento da Produção Integrada é um exemplo da mudança, e que possivelmente nem seja o interesse pelo meio ambiente, mas pelas pressões de mercado, pela competição, pela necessidade de inovação, e para atender as demandas dos clientes.

Do ponto de vista mais técnico, os solos e sua grande diversidade biológica podem ser afetados pela maneira como o homem usa esses recursos naturais. A atividade agrícola, o desmatamento indiscriminado, a poluição e as mudanças globais podem ter feitos deletérios sobre a biodiversidade e os processos ecológicos do solo, com conseqüências prejudiciais para o homem e o seu ambiente tais como: perda do potencial de produção agrícola; redução das taxas de decomposição da matéria orgânica; ruptura ou alterações nos ciclos globais de nutrientes; degradação de terras, erosão e desertificação; alteração do funcionamento hídrico e conseqüente diminuição da disponibilidade de água para as plantas.

Um sistema que não usa os resíduos da produção certamente é um sistema menos eficiente, deixando de aproveitar seus benefícios econômicos e de manutenção dos recursos naturais. A redução na entrada de insumos externos, e redução significativa do uso de agroquímicos, tornam esses sistemas alternativos mais eficientes energeticamente comparados a agricultura convencional.

De maneira geral a filosofia da produção alternativa é a buscar a otimização de recursos existentes nas propriedades, chegar a nula aplicação de insumos químicos, de forma a conservar a base produtiva e eliminando a dependência de produtos exógenos a propriedade, além de garantir produção e produtividade sustentável e competitiva.

A de se considerar também que a produção de alimentos através de sistemas alternativos diminui

natureza. Resultou do trabalho do Biólogo Masanobu Fukuoka na década de 50.

^h Agricultura Biológica: surgiu na França, na década de 60, a partir dos trabalhos de Francis Chaboussou e outros. Destaca-se pelo controle biológico, do Manejo Integrado de pragas e doenças, e pela conhecida "Teoria da Trofobiose" (efeito dos agroquímicos na resistência das plantas).

ⁱ Permacultura: pode ser definida como uma agricultura integrada com o ambiente, que envolve plantas semi-permanentes e permanentes, e criação animal. Se diferencia das demais atividades produtivas porque no planejamento leva-se em conta os aspectos paisagísticos e energéticos.

significativamente os riscos de contaminação das águas e assoreamento dos rios, melhora o uso e a preservação dos recursos naturais, inclusive da biodiversidade. A utilização do sistema alternativa de produção exige maior conhecimento técnico, sendo fundamental conhecer as interações ecológicas e biológicas envolvidas na atividade agrícola, estar capacitado para manejar os ciclos de nutrientes, de modo a reduzir a dependência de insumos externos à propriedade.

A prática da agricultura orgânica não necessariamente é realizada em pequenas propriedades ou em nível de agricultura familiar, mas também a nível empresarial ou em grande escala. Assim, a sua adoção demanda um aumento na mão-de-obra, seja assalariada ou familiar. Apesar de não ser usual, também pode ser realizado como monocultivos, utilizando grandes quantidades de insumos naturais, desde que respeitando normas mínimas para a certificação como orgânico como pregam as normas da IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*), aceitas mundialmente como padrão.

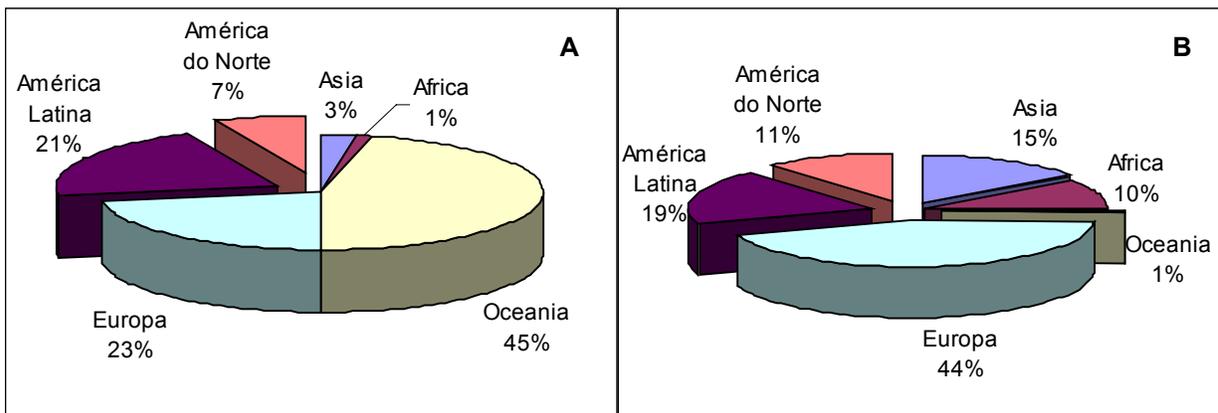
De maneira geral há ao menos duas motivações para adotar sistemas de produção alternativa, e são: a motivação filosófica, que pode ter raízes diversas (repúdio aos agroquímicos, histórico de enfermidades individuais, reproduzir métodos de cultivo de antepassados, outros); e motivação de mercado, onde os produtores consideram que a demanda mundial caminha nessa direção (Gitli & Arce, 2001). Apesar de ter custo de produção maior nos primeiros anos de produção, é esperado que a rentabilidade se incremente a médio e longo prazo. Já os consumidores

compram produtos orgânicos em função de sua necessidade, de seus valores e crenças, sem muitas vezes perceber a estreita relação entre benefícios ambientais e o processo produtivo do bem que esta adquirindo. Há estudos que identificaram que seu consumo dá-se principalmente em classes com maior poder aquisitivo.

Este setor agrícola tem adquirido importante crescente na última década, e tem apresentado crescimento expressivo em alguns países, independentemente do nível de desenvolvimento. Em vários países desenvolvidos a agricultura orgânica tem participação significativa de seu sistema alimentar, como a Áustria (10%) e Suíça (7,8%), e em muitos outros estão registrando taxas anuais crescentes acima de 20%, como por exemplo os EUA, França, Japão, Singapura (FAO, 2001). A demanda de consumo de alimentos e fibras produzidos organicamente abre novas oportunidades de mercado para os agricultores, bem como para as atividades empresariais em diversos níveis.

Segundo estatísticas comerciais da OMC (2001), as cifras de comércio mundial de produtos agrícolas no ano 2000 foram da ordem de US\$ 558 bilhões. Hoje o volume de negócios com produtos orgânicos esta estimado em U\$ 23,5 bilhões no mundo, sendo U\$ 10 bilhões nos EUA, U\$ 10,5 bilhões na Europa, U\$ 2 bilhões no Japão e U\$ 1 bilhão no restante do mundo. A demanda mundial por esse tipo de produto cresce a uma taxa média de 20% a.a (Dulley, 2002; Yussefi & Willer, 2003; Darolt, 2003; García, 2002).

Figura 1 . Participação dos continentes em área (A) e propriedades agrícolas (B) na produção orgânica.



Fonte: SOEL-Survey, February 2003; in Yussefi & Willer (2003).

Em área mundial orgânica a Oceania lidera, seguido da Europa, e América Latina. Na Ásia a área manejada organicamente ainda é baixa, mas esta aumentando a conversão para esse sistema. Na África o manejo orgânico vem expandindo em países mais ao sul. Em unidades de produção, a maior parte está na Europa, seguido por América Latina. A América do Norte tem a terceira maior quantidade de unidades produtivas, sendo a maior parte em México (Fig. 1).

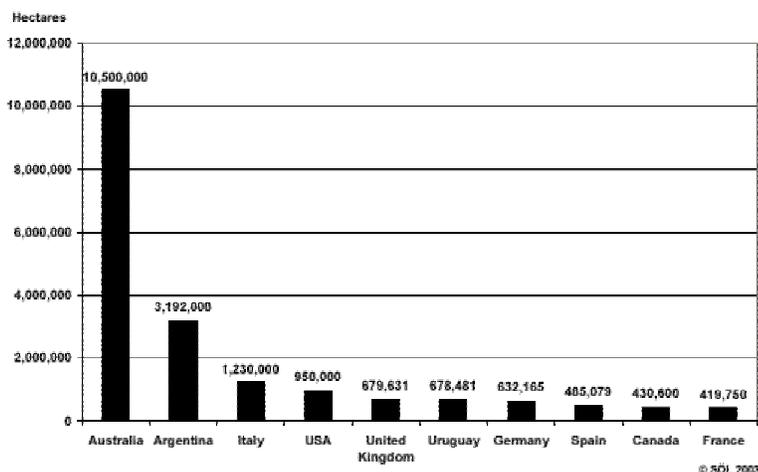
Segundo Yussefi & Willer (2003), a agricultura orgânica é praticada em quase todos os países do mundo, e sua participação em área e número de produtores vem crescendo. O total de área a nível mundial manejado em sistema orgânico é estimado em mais de 22 milhões de hectares. Além disso a área certificada colhida de plantas silvestres é de aproximadamente 10,7 milhões de hectares. Há que ressaltar que o aumento da área cultivada não tem sido apenas devido a expansão da produção orgânica, mas também devido a melhoria no sistema de coleta de informações. Os países com maior área a nível mundial são: Austrália, Argentina, Itália e EUA (Fig. 2). Nas Américas, os países que se destacam em área com orgânicos são: Argentina, EUA, Uruguai, Brasil, Canadá, Chile, e México. Em porcentagem de área cultivada estão: Argentina, Uruguai, Costa Rica, Chile, e Belize. Já em termos de número de produtores o destaque é para México, com mais de 34.000 produtores, depois Peru, Brasil, Rep. Dominicana, EUA e Colômbia (Tab. 67).

Os EUA importam acima de US\$ 6 bilhões por ano em frutas e verduras, porém, não se sabe ao certo os valores de importações de produtos frescos orgânicos, mas estimando-se em 2% de produtos orgânicos (FAO, 2001).

De acordo com Yussefi & Willer (2003), mundialmente se cultivam quase 23 milhões de hectares em sistema orgânico. Atualmente a América do Norte tem cerca de 1,5 milhões de hectares manejadas organicamente, que representam cerca de 0,25% da área total cultivada, e com total de 45.000 propriedades nesse sistema. Para ter uma idéia do crescimento nos EUA, em 1997 sua área com orgânicos era de 550 mil ha, e atualmente os EUA tem cerca de 950 mil ha com orgânicos certificados, entre cultivos vegetais e pastagens. Apesar desse crescimento,

ainda representa pouco em termos de área total, somente 0.3% em cultivos vegetais e 0.2% de participação em pastagens (Yussefi & Willer, 2003).

Figura 2. Os 10 países com maior área em cultivo orgânico.



Fonte: SOEL-Survey, 2003; in Yussefi & Willer (2003).

Os países latino-americanos possuem cerca de 4.7 milhões de hectares com manejo orgânico (Tab. 66), o que é uma área considerável, porém há uma grande variação entre os países. A Argentina possui a maior participação, seguido por Uruguai, Brasil e Chile. Na Argentina, Chile e Uruguai, a maior parte da área é com extensivas pastagens. Também, apesar do crescimento dos mercados domésticos, a maior parte da produção latino-americana é destinado a exportação. É também verdade que muito desses produtos são normalmente exportados sem nenhum valor agregado, sendo processado em países desenvolvidos para ser comercializado em seu mercado nacional (Yussefi & Willer, 2003).

As maiores áreas de produção agrícola certificada na América Latina estão dedicadas principalmente aos produtos açúcar, cacau, café, carnes, cereais e grãos, frutas frescas e hortaliças, sendo a maioria destinada à exportação para EUA e UE (García, 2002). Boa parte dos produtores latino-americanos que praticam agricultura orgânica como na região andina, México ou Argentina, são indígenas ou descendentes de indígenas que praticavam agricultura tradicional.

Tabela 6. Características do sistemas de produção alternativos

Parâmetros	Características
Agrotóxicos e insumos químicos	completamente eliminados;
Irrigação	permite o uso, porém prega o maior controle; não uso de fertilizantes de alta solubilidade;
Erosão de solo	reduzida ao mínimo em função das várias práticas de manejo adotadas;
Saúde dos consumidores e produtores	não há risco de contaminação com agroquímicos; maior valor nutricional (comprovado em pesquisas); possui normas e/ou regulamentações;
Impacto nos Recursos Naturais	é reduzido ao mínimo, devido ao uso de práticas de manejo mais adequadas, e do uso controlado de insumos;
Custos de produção	mais elevado nas fases iniciais, mas a medida que vai avançando há uma redução gradual nos custos, e aumento na produtividade; melhor preço compensa o investimento na conversão;
Vantagens do sistema	qualidade superior de produto (sem resíduos químicos; maior valor nutritivo); respeito ao meio ambiente e a saúde humana
Desvantagem do sistema	maior complexidade e rigor na produção; maior uso de mão-de-obra; exige conhecimento, e esforço para adequar as práticas de manejo ao nível local; menor produtividade, ao menos nas fases iniciais.

A produção alternativa proporciona benefícios como:

Econômicos (é um sistema de maior eficiência energética; tem diferencial de preço nos seus produtos; conta com boa imagem diante dos consumidores; contribui para a diversificação produtiva; acesso a novos nichos de mercado; reduz custos com agroquímicos); Ambientais (reduz o uso de agrotóxicos e insumos químicos diminuindo a contaminação no meio ambiente; reduz drasticamente a erosão de solo; de maneira geral reduz os impactos negativos no ambiente e possibilita o uso mais sustentável dos recursos naturais; contribui para a recuperação e manutenção da biodiversidade); e Sociais (saúde dos consumidores e produtores; possibilita maior renda/área em pequenas unidades agrícolas ou familiares; otimiza o uso da mão-de-obra familiar; possibilita maior segurança alimentar das famílias produtoras, e contribui para recuperar a sua auto-estima); **Porém também tem alguns custos ou desvantagens, como:** Econômicos (custos de produção ligeiramente superior aos demais; geralmente preços mais elevados aos consumidores; custo de segregação, certificação, embalagem; ainda não disponível em quantidades suficientes; menor produtividade (ao menos a curto e médio prazo); período de processo de

certificação dois a três anos; dificuldade no controle de pragas e doenças; maior uso de mão-de-obra); Ambientais (pode eventualmente causar contaminação de águas e alimentos com microorganismos utilizados nestes sistemas quando manipulado de forma inadequada); Sociais (indeterminado; não há referências).

SISTEMA ALTERNATIVO DE COMERCIALIZAÇÃO - COMÉRCIO JUSTO (FAIR TRADE)

A meados dos anos 80 algumas organizações de pequenos agricultores de América Latina formaram a “Frente Solidária de Café” afim de encontrar alternativa para o problema dos preços do produto e criar um sistema equitativo. Assim, surgiu na Holanda em 1988 a iniciativa Max Avelaar cujo exemplo foi seguido em outros países, principalmente europeus. Em 1997 se fundou uma nova estrutura de *FLO-International* (organização com selo de comércio justo internacional). Outra organização similar é a *IFAT (International Federation of Alternative Trade)*. Hoje o comércio justo não atua somente com café, mas em uma diversidade de outros produtos, principalmente em commodities agrícolas.

O comércio justo visa proporcionar um preço mais justo aos produtores por seu produto. Um dos objetivos para atingir essa meta é a eliminação de atravessadores ou intermediários que atuam entre o produtor e o processador final. Uma outra forma é garantindo um preço mínimo para o produto quando os preços toda vez que os preços caem abaixo de certo patamar. Esta iniciativa se baseia na idéia de que os produtores em países em desenvolvimento são capazes de gerar seu próprio desenvolvimento e melhorar sua qualidade de vida a partir de um preço justo por seu produto. Entre os requisitos para acender a certificação são: serem pequenos produtores, organização independente e dirigida por seus próprios membros, ter transparência administrativa, não ter discriminação política ou qualquer que seja, estar aberta a novos sócios, organização politicamente independente. E mais recentemente, incluir estratégias de desenvolvimento sustentável, adotando práticas de uso sustentável dos recursos naturais e evitar ao máximo o uso de produtos químicos de síntese.

5. O CASO CAFÉ

O café (*coffea sp*) é uma árvore ou arbusto, originário da Etiópia, com altura que varia de 2 a 20 metros, dependendo da espécie. Existem cerca de 60 espécies, sendo que as mais importantes são: *Coffea arabica* e *Coffea canephora*. A espécie arábica é a mais cultivada, cerca de 90%, e também a mais valorizada. Por ser uma variedade mais rústica o café robusta (*C. canephora*) tem custo de produção cerca de 40% menor que o arábica. Assim compor *blends* com robusta possibilita a redução no custo final do produto.

O café é um dos produtos agrícolas com maior dinamismo comercial em todo o mundo. Isso se deve em função de principalmente pela regionalização entre oferta e demanda, além de ser o produto agrícola com maior volatilidade de preços do mercado internacional. Em termos exportações agrícolas mundiais, o café representa um segmento de cerca de US\$10 bilhões anuais. Já os negócio do café no mundo, giram em torno de US\$ 50 bilhões por ano. Se destaca a forte presença de poucas multinacionais, pouco mais de seis, que exercem controle de parte importante desse segmento.

Por características produtivas o café mostra-se como uma cultura bi-anual, assim, safras grandes são sucedidas por safras menores, o que contribui para a volatilidade dos preços no mercado internacional. Outros componentes que tem forte impacto na volatilidade dos preços internacionais são os desastres naturais e condições climáticas, assim como as forças especulativas. O café também possui um comportamento estacional, com o maior consumo durante o inverno. Os cafés arábica são classificados no comércio mundial em: Suave tipo Colombiano (11% da produção mundial), outros suaves (24%), cafés brasileiros e outros arábicas (26%). Os cafés robusta constituem 39% do total mundial. Tanto os suaves Colombianos (Colômbia e Quênia), e outros suaves (Centro-américa, México e Índia) são arábicas lavados, sendo que a diferença é baseada em critérios de qualidade.

Sistemas de Produção de Café

O café é produzido em muitos países e sob diferentes sistemas de produção, desde os mais agroecológico até os

mais intensivos e tecnificado. O café pode ser cultivado basicamente em dois grandes sistemas: sob sol ou sob sombra (não necessariamente de sombra total, mas um mínimo de 40%). Dentro de cada categoria pode haver outras subdivisões, assim como: cultivo convencional, cultivo tradicional, ou cultivo orgânico.

Entre sistemas de sol e de sombra (Figura 3), no México pode-se encontrar ao menos cinco principais sistemas para café, que variam segundo o nível de manipulação ou manejo, e segundo o grau de complexidade estrutural e da vegetação:

Melhores atributos ambientais

Tradicional ou Rústico: onde a cobertura é basicamente de floresta original, removendo apenas a vegetação rasteira e introduzindo o café. Sistema de mínimo impacto ambiental, com grande diversidade biológica.

Policultura Tradicional: fazem uso da cobertura original, mas introduzem outras espécies benéficas ao longo dos cafeeiros. É considerada uma etapa mais avançada na manipulação do ecossistema florestal nativo. Assim, se tem uma grande variedade de espécies arbóreas, arbustiva e herbáceas naturais ou cultivadas. É um sistema com bastante diversidade biológica. Juntamente com o sistema rústico e policultivo comercial, representam cerca de 60-70% do total.

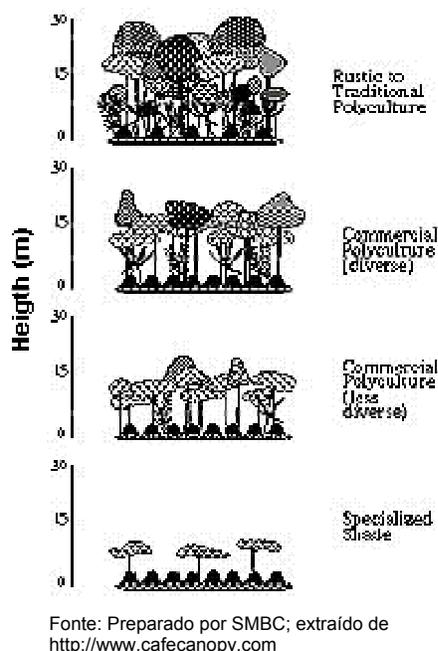
Policultura Comercial: removem a cobertura original, e introduzem outras árvores ou espécies de valor comercial mais apropriado para sombrear as plantas de café. É menos diversificado.

Maior impacto ambiental

Monocultura de Sombra ou sombra especializada: predomina árvores leguminosas (ex. *Inga spp.*) que são usadas para proporcionar sombra, além de contribuir como fonte de nitrogênio. Reduzida oportunidade para a manutenção da biodiversidade, e pode representar uma grande perda de diversidade de plantas, dependendo de como as plantações de café são manejadas. O uso de agroquímicos é uma prática comum. É um sistema introduzido no México à cerca de 20 anos. Representa cerca de 20-30% da área.

Monocultura de Sol: sistema de produção de café sem a presença de sombra, totalmente exposto ao sol, e onde a presença de outras espécies não é desejada. É considerada uma monocultura baseada no uso de alta tecnologia e uso intensivo de insumos e máquinas. Neste sistema a biodiversidade é bastante reduzida. Representa menos de 10% da área total.

Figura 3. Representação de diferentes sistemas de sombra em café.



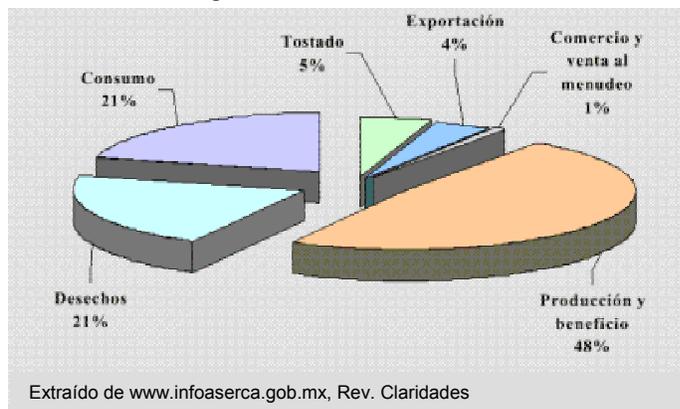
Os últimos sistemas (monocultura de sol e de sombra) contrastam muito com o policultivo, que se cultiva café sob uma cobertura vegetal de várias espécies arbóreas, em estreita proximidade com outras espécies cultivadas, como cítricos, bananas, macadamia, etc. (Toledo & Moguel, 1996).

Os sistemas de manejo rústicos e de policultura tradicionais mantêm a cobertura original, e pode adicionar maior diversidade de plantas em cultivo de café (Faminow & Rodriguez, 2001). A sombra rústica está constituída por espécies florestais naturais. Quando se utiliza outras espécies vegetais para produzir produtos de utilidade, este sistema se chama de policultivo tradicional. As áreas que estão sob este sistema variam de um lugar a outro, mas de maneira geral possuem muitas vantagens ambientais, sendo benéfico principalmente para a proteção de muitas aves (Greenberg & Rice, 2001). De acordo com Hömberg & Ripken (2001), os consumidores de café nos EUA estão cada vez mais se familiarizando com o conceito de café "amigável com as aves" (*Bird-Friendly* ou café de sombra), proposto pela *Smithsonian Migratory Bird Centre* (SMBC).

Algumas plantas utilizadas para sombrear os cafezais são mais indicadas em termos de proteção das aves migratórias, isso por manterem suas folhas por maior período no ano, enquanto que outras espécies de plantas caducam e deixam descoberto os cafezais por alguns

períodos no ano. Além disso, quanto maior for a diversidade de espécies de árvores de sombra mais aumenta o número de espécies de aves (permanentes, migratórias e endêmicas) e de outros organismos vivos de fauna e flora. Cultivos sob sombra contribui para a maior diversidade biológica, verificada através do número e diversidade de aves, flora, espécies artrópodos, mamíferos (Toledo & Moguel, 1996; Faminow & Rodriguez, 2001).

Figura 4. Impacto ao meio ambiente da cadeia agroindustrial do café.



Em termos de cadeia produtiva do café, a maior parte dos impactos ambientais (48%) estão relacionados aos processos de produção e beneficiamento, e os demais estão distribuídos ao longo do restante da cadeia (Figura 4). O café é produzido em cerca de 80 países de regiões tropicais, muitas dos quais são ambientalmente sensíveis.

Cafés especiais e Cafés sustentáveis

Em termos de café, há distinção relativo a qualidade existe os chamados "cafés especiais", que se diferenciam dos grãos ou produtos comuns porque possuem atributos superiores de qualidade, relacionado aos processo de produção ou serviços. Não há uma definição precisa do que seja café especiais, mas de maneira geral se considera que os grãos de maior tamanho, uniformidade (cor e tamanho), menor quantidade de defeitos, constituem a melhor porção da safra e podem originar bebida de qualidade superior, recebendo a denominação de cafés especiais. Também podem ser atribuído a forma de colheita, tipo de preparo, história, origem dos plantios, variedades raras, rastreabilidade, ou por possuir outros atributos, relacionado a sustentabilidade econômica, ambiental ou social.

Dentro dos mercados de cafés especiais, um segmento tem tido destaque, são os "cafés sustentáveis", ou seja, que

cumprem critérios de proteção ambiental e/ou justiça social. Entre estes destacam-se três tipos:

Café orgânico= produzido de acordo com requisitos da agricultura orgânica; pode ser cultivado sob sol ou sombra;

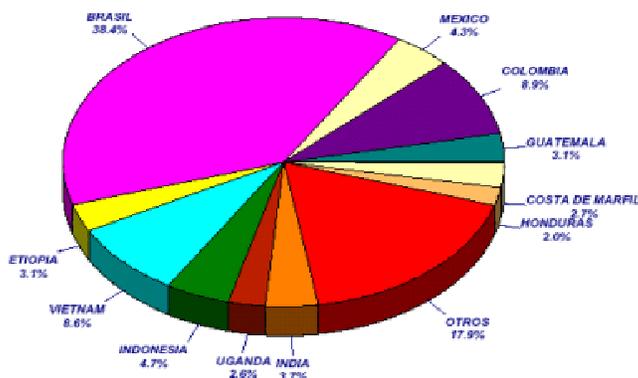
Café de sombra= que se cultiva sob a sombra de outras árvores, beneficiando a biodiversidade e as aves; é um conceito recente dentro dos "cafés sustentáveis". Ainda não tem a preferência dos consumidores tanto quanto café orgânico ou de especialidade; também pode ser orgânico caso respeite os critérios;

Café de comércio justo= os participantes da cadeia se integram a uma rede global que comercializa o produto que compra diretamente de cooperativas ou associações de pequenos produtores (sem existência de intermediários), garantindo um preço mínimo de contrato que assegure sua sustentabilidade, além de outros critérios; o México é pioneiro nesse sistema;

Cenário do mercado mundial de café

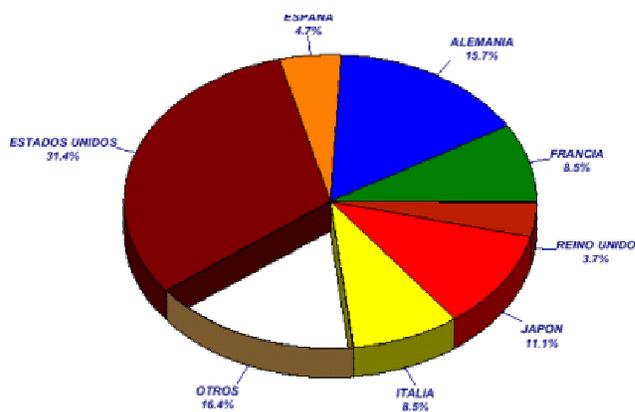
O café é produzido por mais de 50 países, todos localizados entre o trópico de câncer e o trópico de capricórnio. Se destacam por volume produzido os países: Brasil, Colômbia, Vietnã, Indonésia e México, e juntos representam cerca de 58% da exportação mundial (Fig. 5). A oferta mundial de café é de aproximadamente de 110 milhões de sacas (60kg). O café é uma cultura tipicamente de exportação, pois das mais de 100 milhões de sacas produzidas mundialmente, 76% são exportadas, e cerca de 13% consumidas no Brasil e outros 11% consumida em demais países produtores (Ormond et al., 1999).

Figura 5. Participação mundial dos principais países exportadores de café (2002/2003).



FUENTE: ASERCA CON DATOS DE HORTICULTURAL AND TROPICAL PRODUCTS DIVISION, FAS/USDA, JUNIO 2002.

Figura 6. Participação mundial dos principais países importadores de café (2002/2003).



FUENTE: ASERCA CON DATOS DE HORTICULTURAL AND TROPICAL PRODUCTS DIVISION, FAS/USDA, JUNIO 2002.

A demanda se dá principalmente pelos países de latitude norte. Os maiores consumidores e importadores mundiais de café são EUA, Alemanha, França, Japão e Itália, que juntos representam mais de 70% do total mundial. Já os países com maior consumo per capita são Dinamarca e Holanda (Fig. 6).

Desde que se quebrou o "pacto cafeiteiro" (em 1989), e se suspendeu por tempo indeterminado o sistema de cotas da Organização Internacional do Café (OIC), os preços do produto tem sido basicamente estabelecidos em função da oferta e demanda.

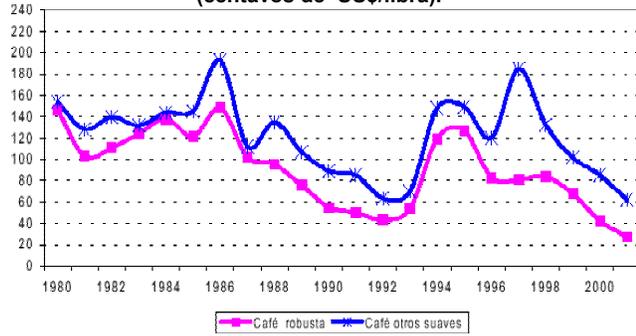
Em anos recentes o setor cafeeiro tem enfrentado problemas devido os baixos preços internacionais, que são os menores dos últimos 30 anos. Isso reflete na disposição dos produtores de manejar a cultura, para uma boa produtividade, e qualidade final de grão. Assim, a baixa cotação tem sido desastroso para produtores de muitos países, e ocasionado um certo abandono das plantações (deixando de realizar práticas normais que exige a cultura), pois na maioria das vezes os preços não chegam a cobrir os custos de produção (OIC, 2002).

Apesar dos preços do café estarem nos níveis históricos mais baixos (Fig. 7), gerando impactos negativos sobre a produção, não necessariamente haverá redução significativa da sobre-oferta. Diversos analistas mencionam que esses preços afetam negativamente países mais eficientes como o Brasil, assim como o Vietnã, que tem custos de mão-de-obra sumamente

baixos (Aserca, 2002).

Essa situação atual se deve basicamente devido o aumento da oferta sem o acompanhamento da demanda do produto. A produção total de café do ciclo 2001/2002 foi de 113 milhões de sacas (60kg), enquanto que o consumo mundial ficou próximo a 106 milhões de sacas, além de estoques mundiais da ordem de 40 milhões de sacas.

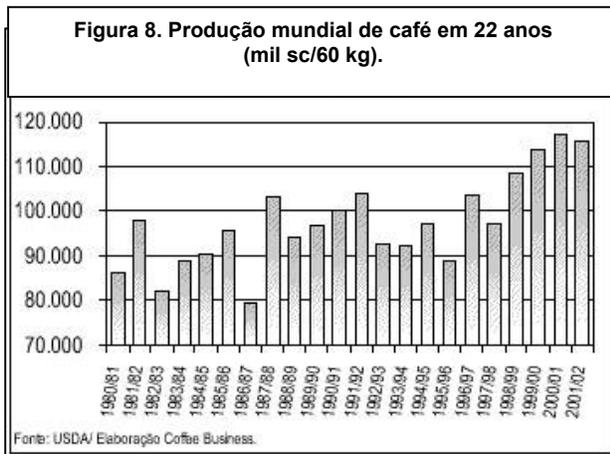
Figura 7. Preços do café no mercado de Nova York (centavos de US\$/libra).



CEPAL/ECLAC, 2002

Essa sobre-oferta de café é devido a entrada de novos produtores mundiais, em rápida expansão como o Vietnã, bem como da expansão do cultivo no Brasil, que recentemente tem colhido safras recordes. Além disso, a taxa de crescimento da produção tem sido de 3,6% a.a enquanto que a do consumo é da ordem de 1,5% a.a (OIC, 2002). A produção de café dos últimos 22 anos que vem tendo aumento importante comparado ao início da década de oitenta (Figura 8). Como exemplo, o café no Vietnã no período de 1997/2001 têm crescido a taxa média de 21% em produção, 13% em superfície, e 7% em rendimentos (CEPAL, 2002).

Figura 8. Produção mundial de café em 22 anos (mil sc/60 kg).

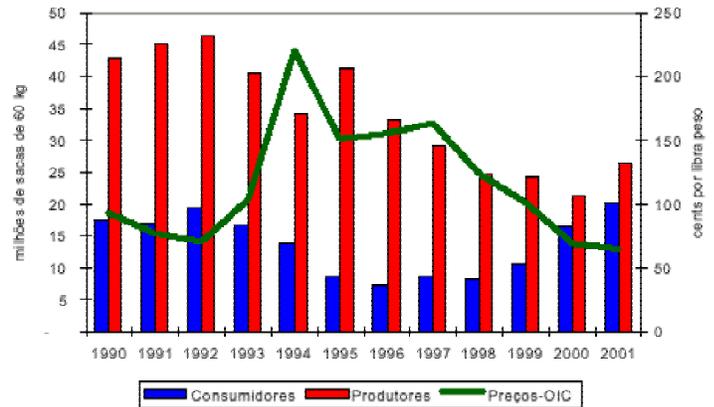


Fonte: USDA/Elaboração Coffee Business.

De acordo com Saes et al. (2002), o aumento da produção mundial permitiu o aumento dos estoques nos países consumidores. No início dos anos 90 os estoques eram altos, mas se concentravam nos países produtores,

especialmente no Brasil. Até 1998 os estoques vinham baixando devido a queda na oferta. A partir de 1998, o aumento da oferta e dos embarques elevaram novamente os estoques, mas dessa vez nos países consumidores, que chegam a deter cerca de 50% (Figura 9), o que facilita em muito o poder de barganha desses países. Assim, nessas condições o fator competitividade dos países assume grande importância, pois com preços baixos não admitem ineficiências.

Figura 9. Estoques café nos países produtores e consumidores (milhões de sacas 60 kg), e preço OIC (cents US\$ por libra).



Fonte: OIC; extraído de Saes et al.(2002)

Nos EUA, principal consumidor de café do mundo, de acordo com estimativas no ciclo de 1999/00 cerca de 17% das suas importações foram de cafés especiais. Em uma pesquisa realizada nos EUA e Canadá se verificou que há interesse dos consumidores pelos cafés sustentáveis (orgânico, sombra e comércio justo). Cerca de 80% dos entrevistados tinham conhecimento da existência desses. Dos provedores entrevistados, 79% ofereciam café orgânico, 54% café comércio justo e 52% café de sombra. Quanto a perspectiva de crescimento, 58% responderam que esperam crescimento do café orgânico, 49% prognosticam crescimento do café comércio justo e 45% esperam crescimento do café de sombra (Infoserca, 2002). No mercado de café, o setor que mais cresce, e que ainda tem importante potencial de crescimento são os cafés especiais ou "speciality coffees" (Hömborg & Ripken, 2001).

Em uma pesquisa sobre café sustentável na América do Norte, Giovannucci (2001) verificou que cerca de 70% das companhias entrevistadas vendem algum tipo de café sustentável. Em conjunto, desde minoristas até importadores, 56% manifestou vender café orgânico, 37% afirma vender café de comércio justo, e 34% café de

sombra. No entanto, quanto a café 100% certificado estas cifras caem para 27% em café orgânico, 14% comércio justo e 12% café de sombra. No mesmo estudo cerca da metade dos entrevistados prevêem crescimento dos negócios em cafés sustentáveis, tendo o café orgânico como o carro chefe (58%). Cerca de 2% admitiram esperar alguma perda em qualquer categoria de cafés sustentáveis. A grande maioria espera que o sobre-preço por café sustentável se mantenha por alguns anos.

Segundo Giovannucci (2001), as exportações mundiais de café orgânico foram de 113.000 sc/60kg e 136.000 sc/60kg, em 1999 e 2000. Já o valor de vendas de produtos certificados atingiu ao menos US\$ 220 milhões. Incluindo o café orgânico não certificado as cifras mundiais se elevariam para cerca de 160.000 sc/60kg, com valor estimado em US\$ 290 milhões. Como sinalou o mesmo autor, a partir de dados da *Fair Trade Labeling Organization International*, em âmbito mundial os organismos de certificação de comércio justo (Fair Trade) calculam uma produção total de 1,25 milhões de sc/60kg, de 295 cooperativas em 22 países. Desse total, cerca de 210.000 sc/60kg se vende como café comércio justo, com valor aproximado de US\$ 340 milhões. Também, a certificação orgânica está ganhando espaço, pois representava 1% das vendas totais em 1996, e passou a 36% em 2000. Para café de sombra há dados muito controversos, e de baixa confiabilidade.

Café no Continente Americano

Demanda e Oferta

O café no continente americano é marcado por grandes produtores, tanto em volume quanto em qualidade. Em destaque o Brasil, Colômbia, México, Equador, Guatemala, Peru e Costa Rica.

No período de 1997/2001, a produção no Equador tem crescido em média 14%, Brasil 10%, Peru 9%, Colômbia 2%, Centro-américa 2%, enquanto no México tem decrescido em 3%. Em superfície cultivada, o Peru tem crescido a taxa de 5%, Brasil 3%, Centro-américa 2%, México 1%, enquanto Equador e Colômbia tem reduzido a taxa de 1 e 4% respectivamente. Em rendimento, o Equador tem crescido a taxa de 15%, Brasil e Colômbia a 6%, Peru 3%, enquanto Centro-américa e México decrescem a taxas de 0,1 e 4% respectivamente (CEPAL, 2002).

Quando se analisa apenas os cafés tipo arábica, os maiores exportadores mundiais são: Brasil, Colômbia, Guatemala, México, Peru, Honduras e Costa Rica. Destaque para a expansão da participação do Brasil. Em taxa de crescimento o destaque vai para a Nicarágua, Índia, Peru, Honduras e depois Brasil (Tab. 68). Já em café tipo robusta, os destaques são: Vietnã, Indonésia, Costa do Marfim, Uganda e Brasil. Destaque para a expansão do Vietnã. Em termos de taxa de crescimento, os destaques são: Vietnã, Índia, Brasil, e Costa do Marfim (Tab. 69).

Tabela 7. Produção de café e parque cafeeiro por país produtor, de 1999 a 2001.

País	Parque cafeeiro (milhões de plantas)			Produção (mil sacas de 60 kg)			
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	Média
1. Brasil	4.590	4.920	5.400	27.232	31.482	29.669	29.461
2. Vietnam	438	575	700	8.497	13.375	13.333	11.735
3. Colômbia	3.692	3.820	3.820	9.100	10.600	9.333	9.678
4. Indonésia	1.520	1.520	1.520	8.223	8.247	6.280	7.650
5. México	855	880	880	5.035	5.642	5.500	5.393
6. Índia	590	595	600	4.417	4.867	5.020	4.768
7. C.Marfim	1.838	1.858	1.869	2.383	5.605	4.667	4.218
8. Guatem.	832	837	839	4.892	5.201	4.595	4.896
9. Etiópia	n.d	n.d	n.d	3.624	3.833	3.800	3.752
10. Hondur.	921	937	883	2.623	3.222	3.426	3.090
12- Costa R	450	460	460	2.732	3.008	3.017	2.919
13. Perú	400	400	450	2.415	2.638	2.637	2.563
14 Equador	260	270	255	2.216	2.223	2.441	2.293
16. El Salv.	599	599	602	2.680	1.901	1.870	2.150
19 Nicarág.	392	393	393	1.530	1.364	1.300	1.398
Venezuela	620	620	630	1.250	880	1.027	1.052
Quênia	267	277	277	1.148	1.685	864	1.232
Rep. Dominicana	-	-	-	422	694	680	599
Haiti	-	-	-	442	402	418	421
EUA	-	-	-	163	151	197	170
Bolívia	-	-	-	150	184	173	169
Panamá	-	-	-	192	167	170	176
Jamaica	-	-	-	29	39	37	35
Paraguai	-	-	-	34	28	31	31
Trinidad & Tobago	-	-	-	17	16	14	16
Guiana	-	-	-	10	10	10	10
Sub Total	-	-	-	89.999	104.894	97.917	97.603
Outros	-	-	-	18.582	18.360	19.494	18.812
Total Mundial	-	-	-	108.581	123.254	117.411	116.415

Fonte: compilação de dados de: FAO – Food and Agriculture Organization; Coffee Business; USDA

Tabela 8. Café: Fluxo de comércio dos países hemisféricos (sacas de 60 kg), na média de 1999-2001.

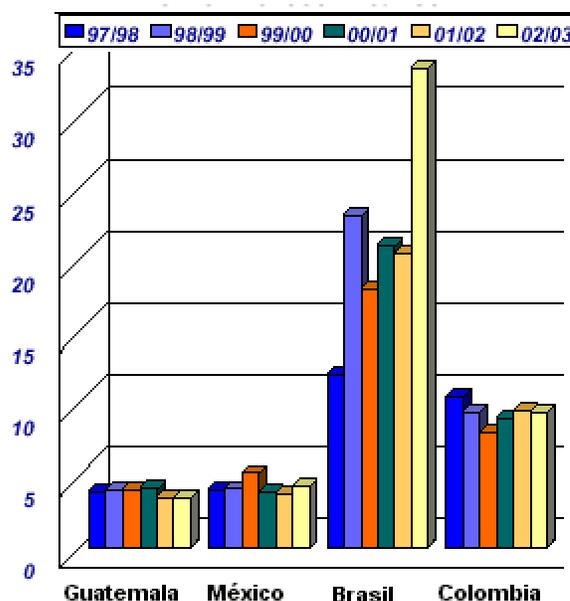
País	Produção	Consumo e classificação mundial (2000)	Exportação	% Part. Exp.	Principais destinos
Brasil	29.461.190	5.006.720 (6)	21.580.000 (2.620.000 Robusta)	24,6%	Alem (20%), EUA (14%), Itália (9%), Japão (7%), Bélgica (5%), Espanha (4%), Eslovênia (4%) França (4%), Grécia (3%), Suécia (3%), outros (27%)
México	5.392.540	780.720 (29) ; 1.228.300*	4.281.570	4,5%	EUA (78,2%), Europa (11,4), Japão (3,7%), outros (6,7%)
Guatemala	4.896.000	377.550 (50) (6%); 1,5 kg/hab/ano**)	4.406.400	4,8%	EUA (48%), Alemanha (14%), Japão (9%), Itália (4%), Belg-Lux (4%), Canadá (3%), Suécia (3%), Finlândia (2%), outros (13%)
Colômbia	10.960.000	1.060.220 (22)	9.704.670	11%	EUA (30,6%), Europa (44%), Japão (12%), Canadá (4%), outros (9,5%)
Honduras	3.090.350	403.420 (48)	2.420.000	2,5%	-
Nicaragua	1.397.830	364.580 (52)	1.196.667	1,36%	-
Perú	2.563.080	195.820 (64)	2.410.000	2,75%	-
El salvador	2.150.390	124.980 (76)	1.953.333	2,23%	-
Costa Rica	2.918.750	711.170 (33)	2.030.000	2,31%	-
Venezuela	1.052.330	1.067.100 (21)	-	-	-
Haiti	420.670	419.880 (46)	-	-	-
Ecuador	2.293.035	864.500 (27)	684.285	-	EUA (57%), Alemanha (13%), Outros UE (15%), Chile (6%), Canadá (2%), outros América (1%), outras (6%)
Bolívia	169.000	354.280 (54)	-	-	-
Rep. Domin.	598.670	550.150 (41)	-	-	-
Canadá	-	2.392.100 (10)	-	-	-
Chile	-	150.650 (70)	-	-	-
Uruguai	-	48.920 (99)	-	-	-
Argentina	-	626.070 (38)	-	-	-
EUA	170.330	21.644.480 (1)	-	-	-
Paraguai	31.000	68.220 (92)	-	-	-
Jamaica	35.000	-	-	-	-
T. e Tobago	15.670	-	-	-	-
Panamá	176.330	45.970 (100)	-	-	-
Cuba	-	62.870 (94)	-	-	-
Sub total	66.509.939	37.320.358	-	-	-
Total Mundial	116.415.333	110,40 milhões sc/60kg	-	-	-

Importação totais período: 87.704.000: Arábica: 56867; Robusta: 30.837; Fonte: elaborada pelo autor, com dados de: ASERCA (México); USDA; FAO; Coffee Business; Observatorio Agrocadenas (Colômbia); ANACAFE (Guatemala); CEPAL-CELADE; FAO – Food and Agriculture Organization; modificado de Coffee Business; OIC; IBGE/Secex/MDIC; Saes et al (2002); Consejo Mexicano del Café; Sica Gov.Ecuador;

* 1996-1998; ** 1999-2000; obs. países extra-Alca exportaram 27.841.000 sc/60kg de café robusta (média de 1999-2001);

Entre os latino-americanos, Brasil, Colômbia, México e Guatemala são os países que mais tem oferta exportável de café (Fig. 10). Em relação aos EUA, Brasil e Colômbia estão entre os principais exportadores. Em termos de valor das exportações a Colômbia supera o Brasil, em função de obter melhor preço por seu produto. Em anos recentes, os cafés brasileiros tem conquistado o mercado estadunidense mais rapidamente que os cafés colombianos (Tab. 70).

Figura 10. Oferta exportável dos principais produtores de café do Hemisfério (milhões de sacas de 60 kg)



Fonte: ASERCA (México), com dados de FAS/USDA, junho 2002; modificado pelo autor.

Entre as regiões importadoras com maior consumo mundial de café, destacam-se a Europa Ocidental, América do Norte (Tab. 9). Outras regiões tem importância marginal, como Europa Oriental, Ásia e outras. Essas últimas tem sido freqüentemente consideradas como regiões alvo para se trabalhar o aumento de consumo.

Tabela 9. Consumo mundial (1999-2001) de café, por Região.

Região	1999	2000	2001
Países importadores (em mil sacas de 60 kg)			
América do Norte	21.925	21.990	22.160
Europa Ocidental	36.430	36.560	37.025
Europa Oriental	6.550	7.070	7.525
Ásia	7.570	8.050	8.225
Austrália	870	890	900
Outros	5.650	5.750	5.950
Sub Total	78.995	80.310	81.780
Países Produtores	25.240	26.020	26.480
Total Mundial	104.230	106.325	108.255

Fonte: Aserca, com dados da associação dos Países Produtores de Café.

Segundo a Coffee Business, em 2000 os maiores consumidores mundiais foram: EUA (19,6%), Alemanha (8%), Japão (6,6%), França (5%), Itália (4,5%), Brasil (4,5%). O México ocupou a 29ª colocação, com consumo de 780 mil sacas (60kg) ou 0,7% do consumo. A Guatemala ficou em 50ª, com consumo de 380 mil sacas (60kg), ou 0,34% do consumo mundial. Os EUA destacam-se como os maiores importadores de

café, com cerca de 22 milhões de sacas de 60 kg (ICO, 2001). Em 2001 houve alguma variação, mas não alterou o panorama geral (Tab. 10).

Já o mercado norte-americano estimado para cafés sustentáveis é da ordem de US\$ 150 milhões (pouco mais de 5 mil toneladas), e se incluído os não certificado se estima

em cerca de US\$ 190 milhões (cerca de 7 mil toneladas). Isso representa cerca de 1% do mercado de café da América do Norte (que é de US\$ 21 bilhões) e cerca de 2% do mercado de cafés de especialidades da América do Norte. As cifras para o mercado mundial são de ao menos US\$ 530 milhões (Giovannucci, 2001). O mercado dos EUA é o mais grande em café orgânico, com consumo de aproximadamente 175.000 sc/60kg por ano. Em cafés especiais os EUA também são os maiores importadores e

consumidores mundiais, com cerca de 30% do café importado e consumido. Desse mercado, o café orgânico representa cerca de 5%, que significa 1,5% do mercado de café estadunidense (Hömberg & Ripken, 2001).

Tabela 10. Maiores consumidores mundial per capita (kg/hab/ano) de café em 2001.

1- Finlândia	9,9	9- França	5,4
2- Noruega	8,8	10- Itália	5,4
3- Dinamarca	8,6	11- Chipre	5,2
4- Suécia	8,0	12- Espanha	4,7
5- Suíça	6,9	13- Grécia	4,5
6- Holanda	6,7	14- Portugal	4,4
7- Alemanha	6,7	15- USA	4,1
8- Áustria	6,3	* México	0,8

Fonte: Estatística de café OIC.

Nota-se que há várias iniciativas em diversos países produtores. Os países como México, Equador, Peru, Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Bolívia, são os que atualmente se destacam em nível hemisférico em termos de café orgânico (Tab.11). Porém, em termos de comércio de café orgânico certificado, o destaque é o México.

Tabela 11. Produção e destino do café orgânico certificado (ou em transição) no hemisfério.

País	Área/Produção	Área/Produção
	1997/1998	2000/2001
México	32.161 ha; (outra fonte 93.039 ha); 11.990 ton Principais Destinos: EUA, Alemanha, Holanda, Suíça, Japão, outros Europa, Austrália	70.838/ha; 791.000 sc/60 kg
Guatemala*	7.895ha; 38.333 sc/60kg	12.300 ha; 60.600 sc/60 kg; 7.000 ha
Brasil	2.100 ha	2.400 ha; 40.000 sc/60 kg
Colombia	1.332 ha	8.000 /ha; 88.000 sc/60kg
Perú **	37.633 ha	19.500 ha; 184.000 sc/60kg
Bolívia	2.528 ha	2.528 ha
Honduras	n.d.	1.950 sc/60kg
Nicarágua	10.116 ha; 16.962 sc/60kg	12.267 sc/60 kg
Costa Rica	891 ha; 24.367 sc/60kg	860 ha; 12.267 sc/60kg
El Salvador	9.440 ha; 12.362 sc/60kg	9.440 ha; 2.450 sc/60kg
Panamá	n.d.	300 sc/60 kg
Rep. Domin	852 ha	852ha; 4.300 sc/60kg
Equador	12.380 ha	19.500 ha
Argentina	300 sc/60kg+	-
Cuba	3.000 ha	3.000 ha

Fonte: Corporação Colombiana Internacional - SIM; PROARCA/CAPAS (1999); IICA (Amador, 2001); Amador et al, 2002; Gómez et al. (2002); Amador et al. (2002) por Rice, (1998); Garcia (2002); Homberg & Ripken (2001); Tovar et al. (1998); n.d.=não disponível; já representa 5% da produção total de café.; ** há 17 mil produtores; + apenas para consumo interno

No México o café orgânico é produzido principalmente por pequenos produtores, que normalmente também são indígenas. O café orgânico também é importante para a exportação em Bolívia, Nicarágua, Guatemala e outros países da América Central. A produção é principalmente sob sombra, em sistema de manejo ecológico de florestas, que cria uma valiosa alternativa para controlar o desflorestamento (Yussefi & Willer, 2003). Nas exportações mundiais de café orgânico o México lidera com 20%, seguido por Guatemala com 10%, Quênia 10%, Nicarágua 7%, e Tanzânia com 7%. Os principais importadores mundiais são: Alemanha (37%), os Países Baixos (29%), e os EUA. (26%). As vendas de café orgânico somente nos EUA chega a US\$ 25 milhões, ou 3% do mercado.

Qualidade e diferenciação

Sabe-se que certos atributos e qualidades do café em grão decorrem essencialmente de condições naturais, como solo, clima, regime de chuvas, altitude do terreno, a variedade selecionada da planta para cultivo. Também pode estar relacionado ao trato cultural, como adubação, poda e seleção das plantas em produção, cuidados na coleta e manipulação dos frutos.

No Brasil ainda não tem grande experiência com cafés orgânicos. Apesar disso, o café está entre as principais culturas orgânicas certificadas do país. A alguns anos o país tem começado a produzir café nesse sistema, mas são poucas as iniciativas. Recentemente foi noticiado que uma empresa forte no ramo de café (Sara Lee) estará disponibilizando para todo o país café orgânico, em sachês de 250g com embalagens a vácuo. A origem desse café é do norte do Estado de São Paulo e sul de Minas Gerais.

O mercado de café orgânico certificado na América do Norte pode ascender a quase 68.000 sc/60kg. Também calcula-se um acréscimo de 20% de café não certificado, elevando a um total de 90.000 sc/60kg. Já o cálculo aproximado do mercado total de café orgânico certificado na América do Norte, a partir de importadores como de outros canais, ascende ao menos US\$ 122 milhões, e se incluir mais 20% de produto não certificado deve chegar a cerca de US\$ 146 milhões. Assim como as empresas estadunidenses às canadenses tendem a abastecer-se de cafés sustentáveis de América Latina, mais

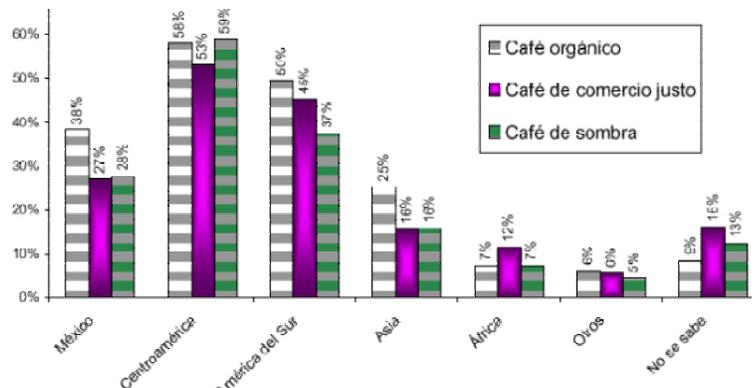
do que de outras partes do mundo. Também demonstram estar mais familiarizadas com cafés sustentáveis que as empresas estadunidenses (Giovannucci, 2001).

Em relação ao mercado mundial de café, o Café Orgânico representa cerca de 1%, o Comércio Justo (*Fair Trade*) cerca de 0,5%, e o Café de Sombra 0,25%. No mercado de cafés especiais, o orgânico representa cerca de 6% do mercado total, o Comércio Justo 3% e o Café de Sombra 1% (Inman, 2002). Atualmente o México e Peru são os dois maiores produtores de café orgânicos do mundo.

A produção total de café orgânico na América Central se estima atualmente em pouco mais de 85 mil sacas (60 kg). Atualmente o principal destino do café orgânico se destina aos EUA, e em menor parte para Europa e Japão (Amador et al., 2002).

Em uma pesquisa de mercado na América do Norte (em 2001) verificou que as expectativas para cafés sustentáveis são positivas, e que a maioria das empresas ($\pm 90\%$) entrevistadas que atuam no mercado prevêem crescimento para os próximos anos. A pesquisa revelou também de todos os cafés sustentáveis, o orgânico é o que mais se vende, além disso 79% dos provedores oferecem café orgânico, 54% oferecem café de comércio justo e 52% oferecem café de sombra (Giovannucci, 2001). Também verificou que a origem dos cafés sustentáveis na maior parte provem de México, América Central ou América do Sul (Fig. 11).

Figura 11. Países de origem do café sustentável.

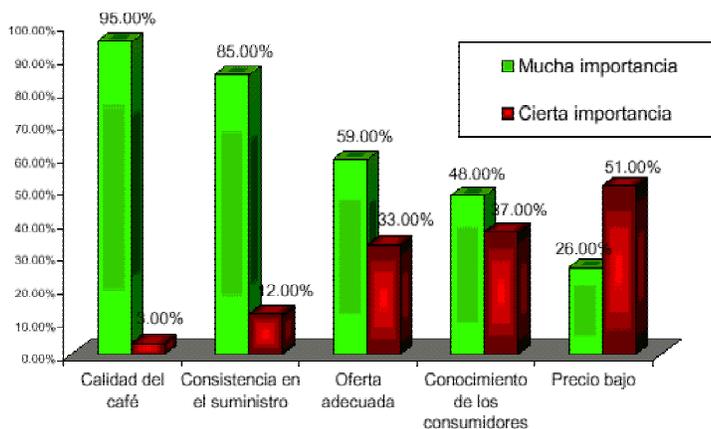


Fonte: Giovannucci (2001)

Para Hömberg & Ripken (2001), o sobre preço para orgânico é em média de 10 a 15%, mas pode variar substancialmente de produtor a produtor, dependendo do

custo de produção e outras variáveis. Também, o sobre-preço para café orgânico com destino aos EUA oscila entre 15 e 70 ctsUS\$/libra acima da cotação da bolsa de valores. Se requer um prêmio de 8 cts/libra para cobrir os gastos anuais de inspeção e certificação de cafezais orgânicos.

Figura 12. Importância dos atributos (%) para a compra e venda de café sustentável.



A qualidade é o principal atributo considerado na disposição de compra e venda de cafés sustentáveis, seguido pela constância de abastecimento (Fig. 12). O conhecimento dos consumidores teve menor importância, o que indica que no momento a demanda dos consumidores pode não estar sendo a principal força motora do mercado de cafés sustentáveis.

Segundo Giovannucci (2001), a América Latina é de longe o principal provedor de cafés sustentáveis para a América do Norte. A América Central é a região com maior oferta de café sustentável. A América do Sul também é importante provedor, ainda que não tanto em café de sombra. Os principais provedores de café orgânico são: Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, México e Peru. Já para comércio justo e café de sombra os principais provedores são Colômbia, Costa Rica, Guatemala, e México. O café é um dos produtos orgânicos mais solicitados no exterior.

Os canadenses são ligeiramente mais otimistas que os estadunidenses quanto ao crescimento nos próximos anos dos cafés sustentáveis, principalmente o café de sombra. Também apontam um crescimento maior para cafés de comércio justo, do que para orgânico ou de sombra. As companhias canadenses consideram que a certificação será muito importante para seus negócios para os próximos anos (Giovannucci, 2001).

Assim, está aberta a porta para que outros produtores acessem esse mercado, sabendo que a demanda existe e que é crescente, e paga um sobre-preço. Apesar do crescimento desse segmento no mercado internacional, os cafés sustentáveis ainda não tem expressão considerando os demais cafés, representando cerca de 1% do mercado mundial de café.

De acordo com dados da Sica, Governo/Equador, das exportações de café elaborado por Equador em 2002, por exemplo, apenas 6-8% tem como destino algum país das Américas. Desses, 4% para Peru e 2% para EUA. Já os principais compradores extra hemisfério foram Alemanha (33%), Reino Unido (17%), Japão (12%) e Polônia (8%).

Segundo Hömberg & Ripken (2001), se estima que a nível mundial o consumo de cafés especiais em 1999 foi de 7 milhões de sacas, o que seria equivalente a 10% do consumo de café dos países importadores.

Também sinalam que atualmente o café orgânico ascende 1 a 2% dos US\$ 5 bilhões que move o mercado mundial dos cafés especiais, sendo o que registra as maiores taxas de crescimento dentre os cafés especiais ou *gourmets*. Ainda segundo eles, na América Latina, o México é o maior produtor de café orgânico certificado (com 26 mil ha), seguido por Guatemala (7 mil ha), Peru (5 mil ha), El Salvador (4,9 mil ha), Nicarágua (1,4 mil ha) e Costa Rica (550 ha). Segundo eles, o México exporta cerca de 30 mil ton, e Peru 3 mil toneladas.

O consumo total na América é de cerca de 38 milhões de sacas (60kg), e representa cerca de 43% do mercado mundial de café. Segundo Saes et al. (2002), nos últimos 10 anos o consumo tem crescido anual de apenas 1%, sendo que há 50 anos que o consumo mundial per capita é de 1kg/ano. Para os próximos anos, há perspectiva de crescimento do consumo nos próximos anos somente para EUA e Brasil.

CAFÉ: MEXICO - BRASIL - GUATEMALA

México

Atualmente o México é o quinto maior produtor e exportador mundial de café. Também é o principal produtor e exportador mundial de café orgânico, abastecendo cerca de 20% do consumo mundial (Infoaserca, 2002). O país possui o quarto lugar em volume de café, o quinto em área

e o nono em rendimento, produzindo basicamente café de sombra, contrariamente ao Brasil, onde predomina extensas áreas de café de sol, sumamente tecnificada e com forte uso de agroquímicos.

O cultivo de café em México, 1999 e 2000, teve participação entre 14-15% das exportações agrícolas, e valor de US\$ 580-615 milhões anuais. Entre 1990-2000, o café participou com 11% das exportações agrícolas, com valor médio de US\$ 564 milhões anuais (Fonte: Banco de México). Segundo dados do Sagarpa, SIAP e Universidade Autónoma de Chapingo, em 2000 o cultivo de café participou em 68% da área de cultivo orgânico em México. Já em termos de Estados, os cultivos orgânicos se concentraram principalmente em Chiapas e Oaxaca, que juntos respondem por 70% da área nesse sistema.

Brasil

O Brasil é o principal produtor e exportador mundial de café. Produção cerca de 28 milhões de sacas anuais. A exportação de café representa cerca de 23% da demanda mundial. Também tem um grande mercado interno, da ordem de 13 milhões de sacas, e em perspectivas de crescimento.

Nos últimos anos o café deixou de ser o principal item na pauta de exportações agrícolas do país em função da queda nas cotações internacionais do produto, ficando atrás do complexo soja, açúcar e carne de frango (Saes et al., 2002). O valor agregado da produção brasileira de café é de cerca de US\$ 4 bilhões, com US\$ 1,5 bilhões gerados pela indústria de torrefação. Já a receita cambial representa aproximadamente US\$ 3 bilhões anuais (Marra et al., 2001).

Guatemala

O cultivo do café tem sido um dos principais produtos dos países centro americanos desde a segunda metade do século XIX, e desde então tem sofrido uma série de transformações produtivas, mas ainda continua tendo forte influência na economia dos países. Sua participação média no PIB é de 4,6%, abrangendo 28% das exportações, sendo que as áreas com café representam um terço da

área cultivada da região (Amador et al., 2002). A Guatemala é o maior exportador de café da América Central, e tem tradição em café de qualidade. Além das características de solo, com boa fertilidade, meio ambiente privilegiado, e qualidade de café.

Caracterização dos países México

Atualmente, o café é cultivado em 12 estados (Fig.13). No México, os estados maiores produtores de café são: Chiapas, Veracruz, Puebla e Oaxaca (85% do café verde). O Estado de Chiapas produz importante volume de café orgânico, que são de grande demanda pelo mercado estadunidense e europeu (Infoaserca, 2002).

Quanto a tipo de café, 97% são *Coffea arabica* que são conhecidos por originarem café de qualidade superior; e 3% de participação com *Coffea canephora* (Robusta), que é mais rústico, resistente a pragas, maior conteúdo de cafeína e de sabor mais áspero (Infoaserca, 2002).

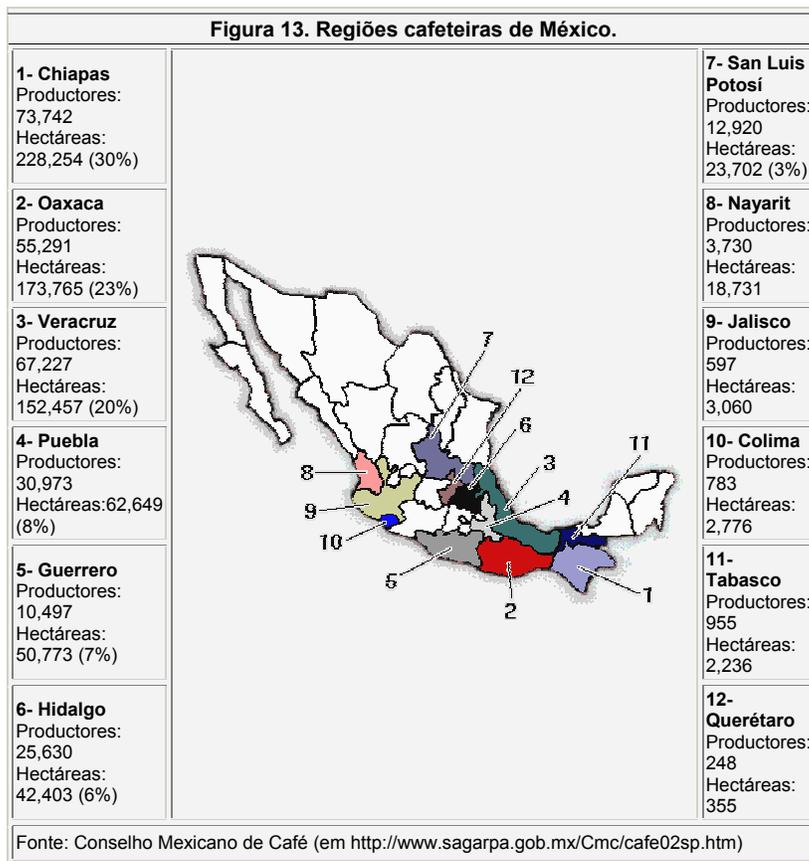


Tabela 12. Características da produção de café do México.

Descrição	Características
Tipo de café / variedades	97% são <i>Coffea arabica</i> (variedades principais: <i>Tipica</i> , <i>Caturra</i> , <i>Mundo Novo</i> e <i>Garnica</i>) e 3% de participação com <i>Coffea canephora</i> (Robusta)
Sistemas de produção	Sob sombra (Rústico ou tradicional, Policultura tradicional, policultura comercial, monocultura de sombra) e sob sol (monocultura de sol)
Área	713.095 ha ciclo (1999/00)
Volume	6,19 milhões de sacas (1999/00)
Produtividade	8,68 sacas/há
Destino das exportações	81,1% EUA; 4,07% Japão; 2,49 Holanda; 2,26 Alemanha; 1,73 França; 1,24 Dinamarca; 0,85 Coreia; 0,83 Noruega; 5,42 outros
Número de produtores	280 mil
Estrutura de produção	72% 1-2ha (produz 35-40%); 27% 2-10 ha (produz 40-45%); 1% + 10ha (produz 20%)
Novas Tecnologias	Beneficiamento com menor uso de água; tratamento de resíduos de beneficiamento;

Fonte: elaborado pelo autor

Brasil

Estados brasileiros maiores produtores de café são: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Rondônia. A produção do café arábica concentra-se nos mais tradicionais produtores como Minas Gerais (maior produtor com cerca de 50%), São Paulo e Paraná, e também na Bahia (Fig. 14). No Estado de Espírito Santo ambas às variedades arábica e robusta são plantadas, mas o café robusta representa 80% da produção do Estado. Já em Rondônia predomina café robusta.

A composição do parque cafeeiro do Brasil é de 85% café arábica e 15% de robusta, que tem plantada apenas a variedade denominada conillon. Em 2000 o Brasil tinha 1,98 milhões de hectares em produção, e outros 300.000ha em formação. Já a Embrapa estima que o parque cafeeiro do país é de 2,2 milhões de hectares, sendo 85% em produção e 15% em formação (Item, 2000). Os produtores de café brasileiro vem descobrindo novas regiões para expandir a cultura do café, como o cerrado de Minas Gerais e o cerrado da Bahia. Regiões com condições propícias de clima (sem risco de geadas), com áreas planas (facilita a mecanização), e com menor custo da terra. Estas condições tem possibilitado a expansão da cultura e o aumento de sua competitividade. Nessas regiões estão se concentrado os produtores mais tecnificados do país, pois possibilita o uso de técnicas modernas como irrigação, mecanização dos tratamentos culturais e colheita mecanizada. Os

resultado dessa expansão tem sido positivos também na qualidade do café, que já tem ganhado prêmios nacionais e internacionais.

Figura 14. Brasil: principais regiões produtoras de café

Fonte: Conab; extraído de Saes et al, 2002

Tabela 13. Características da produção de café do Brasil.

Descrição	Características
Tipo de café / variedades	Arábica (85%) (variedades: Icatu, Obatã, Catuai e outras). A robusta (15%) tem plantada apenas a variedade denominada conillon.
Sistemas de produção	Convencional ou sol tecnificado, e orgânico (ainda sem expressão econômica)
Área	2,30 milhões de hectares
Volume	28 milhões de sacas (60kg) anuais
Produtividade	12,90 sacas (60kg)/Ha em 2001 (sendo a 24ª posição mundial);
Destino das exportações	Europa acima de 50% das exportações; em seguida vêm os países da América do Norte e da Ásia; o Mercosul responde por apenas 2%.
Número de produtores	300 mil
Estrutura de produção	27% <10 ha (produz 26%); 42% 10-50 ha (produz 40%); 31% + 50ha (produz 34%)
Novas Tecnologias	café adensado; novos cultivos em áreas e altitudes, com menor risco de geadas e secas; crescimento da mecanização, da área irrigada e do uso de fertilização; variedades resistentes a doenças; sofisticado zoneamento agroclimatológico;

Fonte: elaborado pelo autor

Guatemala

Segundo dados de ANACAFE, a produção de café na Guatemala está distribuído em 22 Estados. No período de 1995-2000, os principais Estados produtores do país, e que juntos somam cerca de 77% da produção total, foram respectivamente: Santa Rosa, San Marcos, Guatemala, Quezaltenango, Suchitepequez, Alta Verapaz, Huehuetenango e Chimaltenango. A área cultivada com café é de 273.000ha (CEPAL, 2002).

Apesar de sua reduzida extensão territorial possui grande diversidade ecológica como resultado de sua formação geológica, sua posição entremares, seus abruptos pisos altitudinais e outros aspectos (Roux & Nassar, 1992).

As melhores plantações se encontram nas faldas (saia, sopé) das montanhas e seu café é reconhecido por sua tradição da mais alta qualidade, entre os melhores do mundo (CEPAL, 2002).

A maioria das variedades que se cultivam em Guatemala pertencem a espécie *Coffea Arabica*, que representa 99% do café de exportação. Os cafés de Guatemala estão compreendido dentro dos cafés suaves centro americanos. A produção do país inclui 67% de cafés finos. Os cafés finos "de altura" e algumas marcas especiais são considerados entre os melhores cafés do mundo.

Tabela 14. Características da produção de café na Guatemala.

Descrição	Características
Tipo de café / variedades	Basicamente café lavado, arábica (99%), das variedades Bourbon, Catuai, Caturra, Typica, Arábica, Maragogype, Pache; Robusta 1%; produz basicamente café lavado.
Sistemas de produção	Sob sombra
Área	273.000 ha
Volume	4.702.587 sc (média 1995-2000)
Produtividade	16,80 sacas/ha em 2001 (11ª posição mundial);
Destino das exportações	EUA (48%); Alemanha (14%); Japão (9%); Itália (4%); Bélgica (4%); Canadá (3%); Suécia (3%); Finlândia (2%); outros (13%).
Número de produtores	44 mil
Estrutura de produção	90% 1-2ha (produz 15-20%); 9% 2-500 ha (produz 45%); + 500 ha (produz 35%)
Novas Tecnologias	Beneficiamento com menor uso de água; tratamento de resíduos de beneficiamento;

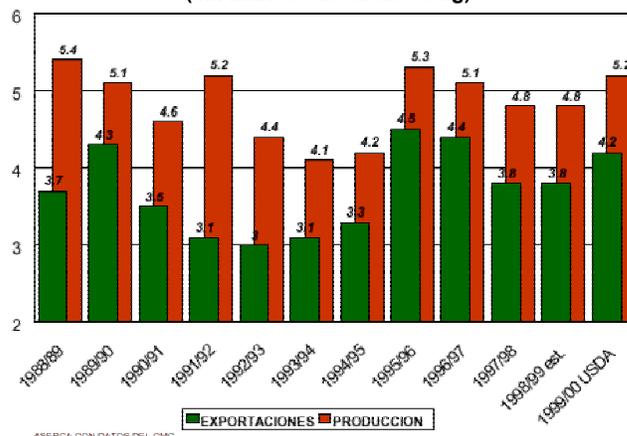
Fonte: elaborado pelo autor

Produção – Produtividade - Competitividade

México

A produção de café no México esta na ordem de 5 milhões de sacas (60 kg), e a exportação de aproximadamente 4 milhões de sacas (Fig. 15). Segundo dados do Conselho Mexicano de Café, o país teve a produção média de café do período do ciclo 1991 – 2000 de 4,90 milhões de sacas (60 kg).

Figura 15. Produção e exportação de café em México. (em milhões de sacas 60 kg)



Brasil

O Brasil responde por cerca de 27% (vinte e sete por cento) da atual produção mundial, que é superior a 105 milhões de sacas (60 kg) de café de grãos de café verde (Luna-Filho, 2003). A produção do país é de cerca de 28 milhões de sacas anuais.

A produtividade média brasileira é pouco significativa. A diversidade de espécies plantadas, o sistema de plantio, a região (montanhosa ou plana), o tipo de clima, o tipo de lavoura (irrigada ou sequeiro), a idade das lavouras, os trato culturais, e outros fatores, conferem uma grande variação na produtividade, que pode variar de 5 a 90 sacas de café beneficiado por hectare (Ormond et al., 1999).

A introdução de novas tecnologias e a maior preocupação com uma gestão profissional por parte dos produtores possibilitaram o aumento significativo da produtividade dos cafezais, bem como da melhoria do produto (Ormond et al., 1999). Nos últimos anos tem havido um movimento intenso em busca de qualidade e capacitação tecnológica em todas as regiões produtoras, destacando-se o uso de fertirrigação e na forma de beneficiamento, sendo que o Brasil tem liderado o processo tecnológico, com grandes perspectivas de aumentar sua participação no mercado internacional. Outro aspecto referente a competitividade, é relacionado as questões tributárias que geram distorções que reduzem a competitividade do café brasileiro (Saes et al., 2002).

Guatemala

Segundo dados de ANACAFE (Associação Nacional do Café), a produção total média no período de 1995 a 2000 foi de 4,7 milhões de sacas (60kg). Já a taxa de crescimento da produção de café está praticamente nula. No ciclo 2000/2001, os Estados com maior rendimento foram Chiquimula (33 sc/ha), El Quiche (30 sc/ha) e Baja Verapaz (29 sc/ha). A produtividade média do país no período de 1995-2000, foi de 15 sc/ha (CEPAL, 2002).

Consumo

México

O consumo de café no México é bastante baixo, com consumo per capita de 0.8 kg/hab, comparado a outros países que chegam a consumo de acima de 8kg/hab como Finlândia, Noruega, Dinamarca e Suécia. E se considerarmos que tem uma população relativamente jovem, e que não tem hábito de tomar café, se tem grande possibilidade de promover o café e aumentar o consumo interno nesse país. Já está havendo iniciativas para promover o consumo doméstico. O consumo interno total é de aproximadamente 1,2 milhões de sacas. A importação de café é pequena, menos de 1% (Tab. 15).

Brasil

O país é o segundo consumidor mundial, atrás apenas dos EUA. O consumo interno no Brasil absorve 14% do café produzido no país (Luna-Filho, 2003).

Um dos maiores entraves para o aumento do consumo de café pela população brasileira é a existência de grande quantidade de café de qualidade inferior, para não dizer de baixa qualidade, no mercado interno. Agregado a isso, os consumidores não sabem identificar o bom café, acreditando que café é tudo igual. Também não há informações nos rótulos da composição ou do processamento do café. Assim, fica muito difícil que estimule o consumo. Portanto, medidas devem ser tomadas para incentivar a produção de bom café, com qualidade e pureza, com selo e rótulo da sua composição. Somente depois disso se pode pensar em promover o consumo pela população brasileira. Promover o consumo e oferecer produto de baixa qualidade certamente não dará resultados positivos.

Tabela 15. Consumo interno México, de 1995 a 1998 (sc de 60 kg)

Descrição	1995	1996	1997	1998
Café verde utilizado pela industria (sacas de 60kg)				
Nacional				
Elaboração de tostado e moído	255.133	334.150	296.017	313.121
Elaboração de solúvel	646.350	912.983	791.050	830.571
Sub total	901.483	1.247.133	1.087.067	1.143.692
Importado				
Importação definitiva	2.860	1.456	106.451	18.774
Total de café verde usado utilizado pela indústria	904.343	1.248.589	1.193.518	1.162.466
Café industrializado importado em forma definitiva				
Tostado e moído	2.672	4.143	4.975	7.072
Solúvel		18.467	24.209	21.450
Total	2.672	22.610	29.184	28.522
Consumo interno total (sacas de 60 kg)	907.015	1.271.199	1.222.702	1.190.988
População mexicana (hab.)	91.120.433	92.760.601	94.430.292	96.130.037
Consumo per capita (kg/hab ano)	0.60	0.82	0.78	0.74

Fonte: Consejo Mexicano del Café.

Guatemala

De maneira geral os países da América Central não consomem muito café. Destes esses países a Guatemala, mesmo assim, está entre os mais baixos índices de consumo da América Central, com 1,75 kg Per Capita. Na última década o consumo em relação a produção teve média de 7% (Cepal, 2002). No entanto iniciativas tem sido tomadas para melhorar a qualidade do café de consumo doméstico, tendo sido criado um programa para promover o consumo interno de café "100% café puro de Guatemala", sendo que o ANACAFE impulsionará a adoção de selo de pureza a todo o café de Guatemala 100% puro destinado ao consumo interno.

Beneficiamento –Exportação - Logística

México

Segundo dados do Conselho Mexicano de Café (CMC), as exportações de café do México na década de 90 ficou em cerca de 3,9 milhões de sacas (60kg), representando um valor de aproximadamente US\$ 575 milhões. No ciclo 1999/00 produziu cerca de 6,2 milhões de sacas, exportou 5,14 milhões de sacas (83%) representando cerca de US\$ 670 milhões (Tab. 16). As exportações de café representam em média de 11% do PIB agropecuário do país.

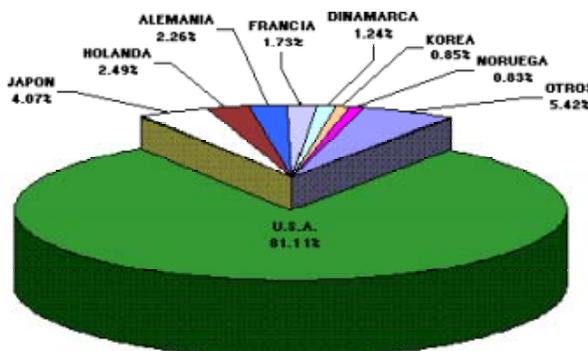
Tabela 16. Produção e exportação de café de México. (1990-2001)

Período	Superfície colhida (ha)	Volume produzido (sacos 60 kg)	% da produção exportada	Volume exportado (sacos 60 kg)	Valor das exportações (mil US\$)
1990-91	558.415	4.586.000	76,5	3.506.000	384.545
1991-92	558.500	5.159.000	60,5	3.119.000	266.030
1992-93	559.891	4.421.000	69,2	3.061.000	271.585
1993-94	592.565	4.116.000	76,5	3.150.000	437.200
1994-95	615.516	4.159.000	78,3	3.257.000	678.043
1995-96	683.166	5.300.000	86,4	4.579.000	663.843
1996-97	690.077	5.100.000	85,9	4.381.000	858.364
1997-98	700.087	4.801.000	80,9	3.882.000	770.731
1998-99	713.095	4.750.000	86,4	4.085.000	550.821
1999-00	713.095	6.193.000	82,9	5.138.000	668.979
2000-01	-	5.000.000	72,4	3.621.719	316.587

Fonte: Consejo Mexicano del Café; Aserca (México);

Da produção total, se exporta cerca de 80%, sendo os EUA o principal destino com mais de 80% (Figura 16). Dessas exportações, 94% é café verde, 5% café solúvel e o restante em café torrado e moído. A exportação teve um crescimento de 78% na década de 90. Já a exportação do café orgânico cresce a um ritmo mais acelerado, sendo que ampliou-se em mais de 10 vezes nos últimos cinco ciclos.

Figura 16. Principais mercados de exportação do café mexicano.



Conselho Mexicano de Café

De acordo com o CMC, o México produz e exporta diferentes tipos de cafés. No ciclo 1998/99 por exemplo, exportou cerca de 3,9 milhões de sacas (de 60 kg) em café verde de diferentes tipos e qualidade, outros 234 mil sacas de café industrializado (solúvel, tostado, e extrato), 310 mil sacas de café descafeinado, e 126 mil sacas de café orgânico.

Tabela 17. Exportação brasileira por tipo de café, ciclos 2001/02 e 2002/03.

Tipo de café	2001/2002				2002/2003			
	1.000 US\$	Sacas de 60 kg	%	US\$/sc	1.000 US\$	Sacas de 60 kg	%	US\$/sc
Verde	1.146.180	21.718.610	89,70	52,80	1.305.580	27.145.675	91,06	48,10
Verde descafeinado	140	1.920	0,01	72,45	400	5.780	0,02	69,05
Solúvel	175.910	2.405.960	9,93	73,10	175.860	2.558.800	8,58	68,73
Torrado	5.140	89.915	0,37	57,15	6.275	94.870	0,32	66,15
Torrado descafeinado	300	3.140	0,01	94,65	385	3.435	0,01	112,40
Cascas e películas	30	110	0,00	302,10	140	565	0,00	250,35
Extratos e essências de café	-	-	0,00	-	110	385	0,00	292,12
Total Geral	1.327.700	24.219.650	100	54,82	1.488.755	29.809.510	100	49,95

Fonte: saes et al (2002)

O país tem se caracterizado por produção e exportação de cafés suaves, e do qual cerca de 90% são da produção de cafés se beneficia através de via úmida (lavado), e o restante em via seca (naturais). O beneficiamento úmido é realizado por instalações industriais e semi-industriais pertencentes a propriedades ou por associações de produtores, e em menor quantidade de nível familiar. No entanto, o beneficiamento úmido demanda um grande volume de água, que posteriormente se descarrega nos aquíferos, tendo impacto no meio ambiente. Assim, o México tem implementado programas para a reconversão industrial, para o uso eficiente de água e que reduza a descarga contaminantes no meio ambiente (Infoaserca, 2002).

Brasil

A safra brasileira atual atingiu 45 milhões de sacas, o que provocou expressiva queda nos preços. Para o próximo ano agrícola, as projeções da FAEMG apontam para uma safra nacional de 27 milhões de sacas, 52% produzidos em Minas Gerais.

O Brasil exportará mais de 27 milhões de sacas em 2002, com destaque aos embarques de café robusta, que também tem tido uma melhor recuperação no preço que o café arábica. No acumulado do ano, às exportações de robusta somam 3,80 milhões de sacas, 260% superior ao mesmo período de 2001 (Fonte: Gazeta Mercantil).

De acordo com Saes et al. (2002), no ciclo 2002/03 as exportações brasileiras de todos os tipos de cafés são aproximadamente 30 milhões de sacas de 60kg, sendo a mais de 90% de café verde (Tabela 17).

Tabela 18 Principais mercados do café brasileiro em grão verde, ciclos 2001/02 e 2002/03.

Países	2001/2002		2002/2003	
	Mil Sacas (60 kg)	US\$ 1000	Mil sacas (60 kg)	US\$ 1000
Eua	3.123 (14%)	150.269	5.745 (21%)	255.154
Alemanha	4.416 (20%)	241.714	5.403 (20%)	275.717
Itália	1.967 (9%)	116.990	2.499 (9%)	133.233
Japão	1.538 (7%)	94.136	1.664 (6%)	97.702
Bélgica	1.048 (5%)	57.490	1.300 (5%)	62.802
Espanha	801 (4%)	41.243	1.162 (4%)	53.144
Eslovênia	897 (4%)	41.878	996 (4%)	37.379
França	975 (4,5%)	54.067	966 (4%)	51.104
Grécia	610 (3%)	28.090	708 (3%)	28.082
Suécia	579 (3%)	32.465	649 (2%)	34.730
Sub Total	15.955 (74%)	858.344	21.093 (78%)	1.029.047
Outros	5.764 (26%)	287.837	6.053 (22%)	276.532
TOTAL GERAL	21.719 (100%)	1.146.181	27.146 (100%)	1.305.579

Fonte: Sec. Comércio Exterior (Secex), Ministério do Desenvolvimento, Coffee Business; modificado pelo autor

Os principais mercados para o grão verde brasileiro são os EUA, Alemanha e Itália (Tab. 18). Num segundo grupo de países de importância estão Japão e outros países europeus.

Um dos desafios do Brasil é exportar café com valor agregado. Apesar de haver crescimento na demanda por grão verde, devido a expansão de grandes redes (ex. Starbucks) que oferecem aos consumidores a possibilidade de tomar cafezinho com café torrado e moído na hora, o Brasil pretende ganhar maior participação no mercado de café torrado e moído. Maior produtor de café, o Brasil ainda o exporta em grão verde, sem acrescentar valor ao produto. Com isso, abastece mercados, como o da Alemanha — maior importador de café verde da Europa e também maior re-exportador (sem ter nenhum pé de café) — que industrializa o produto, aumenta o preço e gera empregos nesse país.

Há no país cerca de 450 empresas exportadoras de café. A indústria de torrefação e moagem do país é bem estruturada, sendo composta por mais de 1.500 empresas, que estão voltadas ao mercado interno. Apesar de equacionado o problema de perecibilidade pelo uso de embalagens a vácuo, a inserção do café torrado e moído brasileiro no mercado internacional é muito restrita, sendo cerca de 1% do volume exportado em grãos (Saes et al., 2002). Segundo dados do CECAFE, em 1999 foram embarcadas 3 mil sacas, em 2000 foram 12 mil sacas, e em

2001 foram embarcadas 40 mil sacas. Assim, desde 2000 tem sido verificado um forte crescimento na exportação de café torrado e moído brasileiro.

Para conquistar os mercados, é indispensável oferecer um café de boa qualidade. Assim, o mesmo desafio de outros países como o México, o Brasil tenta também incorporar valor ao café, e os sistemas mais sustentáveis podem ser uma das alternativas para isso, como o café orgânico. De acordo com Ormond et al. (1999) está havendo crescimento nos principais mercados mundiais em cafés especiais (EUA e Europa), e o Brasil não está ainda capacitado para explorar essa oportunidade. Esse mercado pode viabilizar a pequenas empresas exportadoras direcionada a pequenas torrefadoras ou boutique de cafés internacionais.

O Brasil lançou a campanha de marketing “Cafés do Brasil”, que tem por finalidade incrementar a qualidade dos produtos brasileiros, a revitalização de sua imagem, e procurar diversificar e diferenciar produtos para mercado de café verde, torrado, moído, e solúvel, tanto no âmbito interno como externo (Item, 2000).

Tabela 19. Principais mercado do café solúvel brasileiro (mil sacas de 60kg). Média de 1999 e 2001.

País	Quantidade (Mil sacas de 60kg)	País	Quantidade (Mil sacas de 60kg)
1. EUA	478	11. Lituânia	37*
2. Rússia	412	12. Finlândia	27
3. Ucrânia	252	13. Reino Unido	14
4. Japão	263	14. Romênia	25
5. Alemanha	215	15. Canadá	28
6. Argentina	67	16. Coreia	13*
7. R.Tcheca	63	17. Uruguai	12
8. Singapura	57	18. México	18**
9. Espanha	49*	19. Polônia	17
10. Malásia	53*	Outros	170

Media Total: 2.174 mil sacas de 60kg
 Total 1999: 1.961 mil sacas de 60kg;
 Total 2000: 2.066 mil sacas de 60kg;
 Total 2001: 2.494 mil sacas de 60kg;
 Taxa média de crescimento no período: 13% a.a

Fonte: Saes et al. (2002); * somente 2001; ** média de 1999 e 2000; Modificado pelo autor

A indústria de café solúvel brasileira destina sua produção para o mercado interno e externo. Em 1997 o Brasil respondeu por 56% do total mundial exportado desse tipo de café, participação que caiu em 1998 para 43%, enquanto isso a participação de países como Colômbia vem aumentando, pois cresceu mais de 8% em 1997 para mais de 16% em 1998. Os EUA e Rússia representam os principais mercados, com participação acima de 40% da

receita com exportações de café solúvel brasileiro (Ormond et al., 1999). Entre os países da ALCA, o mais importante são os EUA, mas o Brasil exporta solúvel para Argentina, Canadá, Uruguai, e México (Tab.19).

Em relação a tecnologia para café solúvel, o maior problema é a escala de produção quando comparado com empresas internacionais, e também o menor desenvolvimento da indústria de embalagens no país, o que também dificulta a participação do produto brasileiro no mercado internacional (Saes et al., 2002). Além disso, nesse segmento, outros problemas competitivos é em relação ao maior custo da matéria-prima e barreiras tarifárias.

De acordo com informe do Programa "Cafés do Brasil", o país pretende começar a vender café solúvel no próximo ano para a China, que é um mercado grande, e que pode vir a ser um potencial comprador. O consumo de café na China aumentou muito nos últimos anos. A China consome cerca de 400 mil sacas de cafés especiais, sendo grande parte desse volume produzido no próprio país por multinacionais.

No Brasil está se procurando aproximar a produção de café robusta das regiões de industrialização do café para reduzir custos de logística e tornar mais competitiva a industrialização do café. A produção de cafés de qualidade (especiais) estão crescendo a taxa anual de 15%, enquanto o café *commodity* a apenas 1% (Item, 2000).

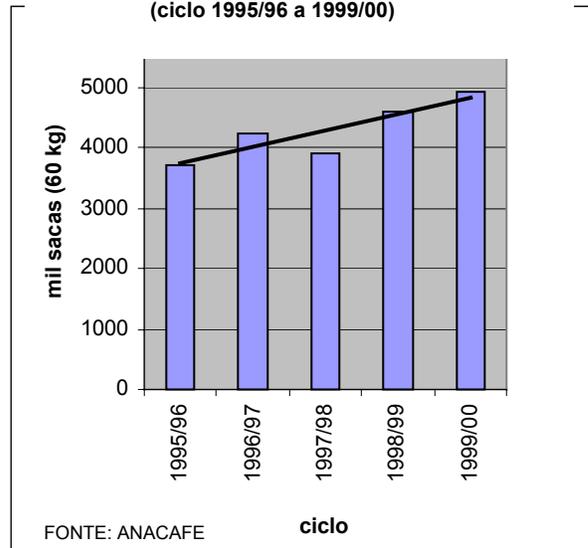
O beneficiamento mais utilizado no Brasil é através de via seca, em que os café colhido é colocado para secar em área plana (terreiros), sem a retirada da casca, e podendo passar ou não por lavadores para separação dos grãos secos (bóias), verdes e cerejas. A secagem dos grãos é um processo fundamental para a qualidade do produto, a qual deve ser lenta e uniforme, conferindo uniformidade de cor, consistência do grão, e mantendo as características de sabor do produto.

Guatemala

Desde 1995 a 2000 cresceram as exportação de café de Guatemala (Fig. 17). Em 2002 a Guatemala exportou pouco mais de 3,3 milhões de sacas (de 60 kg), e com isso obteve um total de superior a US\$ 248 milhões. Mas quando comparado a produção desta colheita com a de 1999/2000, a maior dos últimos 5 anos, tem diminuído a

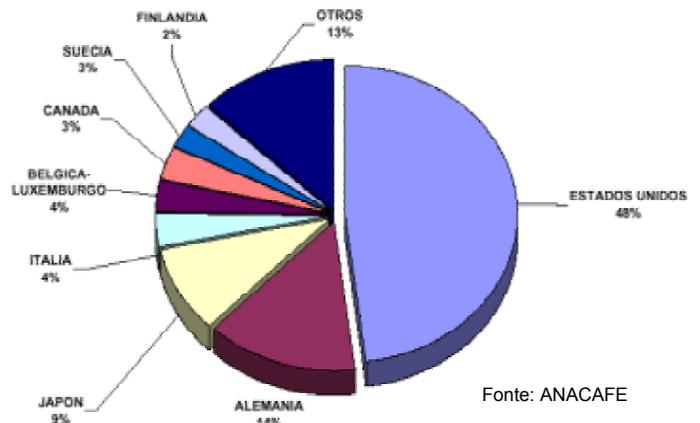
exportação em cerca de 31% (Moneda, 2002). Segundo dados de ANACAFE, do total da produção nacional, cerca de 90% é exportado (média 1995-2000).

Figura 17. Exportação de café Guatemala. (ciclo 1995/96 a 1999/00)



A Guatemala aproveitou a eliminação das cotas da OIC em 1989 para aumentar suas exportações, principalmente para os EUA, que atualmente compram cerca de 50% das exportações desse país. Alemanha e Japão são outros grandes compradores do café da Guatemala (Fig.18).

Figura 18. Participação dos principais destinos do café de Guatemala (ciclo 1999/00).



Segundo López (2000), o EUA é o principal sócio no comércio exterior da América Central, sendo o principal comprador de produtos primários como banana, carne, e em menor grau açúcar. O segundo sócio em importância é a Europa, um dos principais destinos das exportações de café. Cerca de 80% das exportações de Centro América para a Europa estão compostas por produtos de origem agrícola, e deste, 63% é de café. Em terceiro lugar em

importância nas exportações centro-americanas está o comércio intra-regional (MCCA).

Países como Suécia, Dinamarca, Noruega e Inglaterra, que tem buscado oferecer café de qualidade, tem incrementado suas compras de Guatemala em média em mais de 100% nos últimos dois anos (Qurin, 1999).

Tabela 20. América Central: participação da produção de café na economia.

País	Participação do café no PIB agropecuário			Participação do café no PIB		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000
Guatemala	19,1	18,4	18,1	4,9	4,4	4,2
Costa Rica	12,6	15,1	12,1	2,0	1,7	1,3
El Salvador	26,6	23,1	19,6	4,5	3,1	2,5
Honduras	26,9	30,1	33,3	7,4	8,3	8,2
Nicaragua	17,7	17,0	24,4	4,4	4,6	7,2

Fonte: Extraído de CEPAL (2002).

Nos países centro-americanos o café exerce grande importância sobre o PIB (Tab. 20), principalmente em Honduras e Nicarágua, e em menor proporção em Costa Rica. Assim, verifica-se que realmente esse cultivo exerce grande influência econômica e social nessa região.

Sistemas de produção utilizados - Custos de produção México

Segundo Tovar (2000) e Haumann (2003), as áreas certificadas com orgânicos passaram de 23 mil hectares em 1996 para cerca de 143 mil hectares em 2001. Existem cerca de 137 zonas incorporadas ao movimento orgânico no México, cultivando cerca de 30 diferentes produtos, com destaque para o café (cultivado em cerca de 75% da área); maçãs (5% da área); hortaliças, incluindo tomate, pimenta, pepino, alho etc. (10% da área); e outros cultivos (Darolt, 2003).

Tabela 21. México: Exportações de café orgânico, e preços médio pago por café suave convencional e café orgânico (1995-2000)

Descrição	96/97	97/98	98/99	99/00
Exportação café orgânico (sc/60kg)	63.380	230.000	126.220	158.280
Preço café suave convencional (US\$ sc/60kg)	192	195	132	128
Preço café orgânico (US\$/saca 60 kg)	240	215	172	163
Diferença (%)	24%	11%	31%	27%

Fonte: Consejo Mexicano del Café.

No México existe vários sistemas de produção para a cultura do cafeeiro. Alguns desses tem menores impactos sobre o meio ambiente. Em sistemas de produção de café tem sido dado ênfase ao *sistema tradicional* como uma alternativa para a conservação da biodiversidade, sendo o "café de sombra" ou café "amigo dos pássaros" (*bird-*

friendly) como uma estratégia de marketing (Bray et al., 2002). Quase a totalidade do café de México é originário de sistemas sob sombra. Os principais sistemas de produção de café utilizados no México são: tradicional ou rústico, policultura tradicional, policultura comercial, monocultura de sombra e monocultura de sol.

No México, cerca de 17% da área com café se maneja sem sombra; na Costa Rica 40%; em Colômbia 69%. Uma menor área maneja com sombra implica na redução significativa da avifauna endêmica e migratórias. Estudos conduzidos em México e Colômbia confirmam isso, onde ocorreu redução de 95% de espécies de aves em cafezais sem sombra comparado ao manejo com sombra diversificado (Hömberg & Ripken, 2001).

No entanto, estes não necessariamente se encontram na sua forma separada. Assim, o comércio justo é com frequência uma combinação de categorias (não necessariamente orgânico), e o orgânico não necessariamente é cultivado sob sombra, ou de comércio justo.

No México a produção de cafés sustentáveis ou orgânicos permite enfrentar o problema de preços baixos, diminuem os custos pela compra de insumos, e permite maior rendimento em função do melhor preço pelo seu produto. Um exemplo de organização de produtores que tem dado certo é a Coordenadora Estatal de Produtores de Café de Oaxaca (CEPCO), que tem atualmente com 46 organizações e cerca de 23 mil sócios, conta atualmente com 22 organizações e cerca de 6 mil sócios trabalhando com produção orgânica de café, com área de 10 mil/ha. A CEPCO iniciou um processo de conversão da produção de todos seus sócios para orgânico, e ampliação dos mercados solidários e de preço justo. Os motivos que originaram o programa foram as preocupações com o deterioro ambiental da terra e do ambiente devido ao uso de insumos químicos, além do alto custo e a dependência que criam, e os baixos preços e crises periódicas do café.

Em 1995 o México tinha quase 46 mil/ha em café orgânico certificado, e no ciclo 1997/98 mais de 93 mil/ha (Amador et al., 2002). No ciclo 1998/1999 o México exportou mais de 126 mil sacas (60kg) de café orgânico. Em 1999/00 chegou a exportar cerca de 160 mil sacas de café orgânico (3% do volume exportado), representando valor superior a US\$ 26 milhões, que significou 4% do valor

total de café exportado no ano (US\$ 670 milhões). O sobre preço para o café orgânico variou de 11 a 31%, no período de 1996 a 2000 (Tab. 21).

Segundo CMC (2001), na colheita de 1998/99 se exportaram a nível mundial um total de 486.000 sacas (60 kg) de café orgânico, dos quais 126.230 sacas (26%) provinham do México. Atualmente o México exporta café orgânico para 17 países (Tab. 22).

Tabela 22. México: exportações de café orgânico de 1996 a 2000 (em sc/60 kg).

País	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00
América	17.762	120.389	35.227	32.052
EUA	17.762	119.074	34.637	31.520
Canadá	-	1.167	575	431
Argentina	-	148	15	101
Europa	41.427	100.779	83.485	114.466
Asia	4.189	8.789	7.511	11.763
Total	63.378	229.957	126.223	158.281
(sc/ 60 kg)				
Cresc.	64%	263%	-45%	25%
Exportações				
Nº países a que exporta	12	16	15	17

Fonte: Consejo Mexicano del Café.

Segundo Giovannucci (2001), quanto ao país de origem do café sustentável na América do Norte, verificou-se que procede do México 38% do café orgânico, 27% do café comércio justo, e 28% do café de sombra.

Segundo a Organização Internacional do Café, o México é o maior produtor de café orgânico com 103 mil sacas, que representam 1,94% da sua produção total de café. Outros países também produzem café orgânico como outros países centro-americanos, Quênia, Etiópia, Índia, Madagascar, Nova Guiné e outros países latino-americanos.

No México, por exemplo a Sociedade de Trabalhadores Agrícolas do Altos de Chiapas, tem laboratórios pilotos para a produção de *Bauveria bassiana*, em colaboração com o Instituto Tecnológico Agropecuário de Oaxaca, com objetivo de controlar biologicamente a broca do café, uma das pragas mais prejudiciais ao café. Junto a isto também cultivam e promovem o estabelecimento de *Cephalonomea stephanoderis* outro parasitóide da broca, com fim de pressionar ao mínimo sua população. Também se conta com diferentes vermicultivos para a produção de adubo orgânico mediante a decomposição da polpa de café e outros dejetos orgânicos através de uso de minhocas.

Brasil

No Brasil o sistema predominante é o cultivo de sol tecnificado. Evidentemente que há uma certa variação na intensidade de uso de insumos e tecnologia. Também há mais recentemente a expansão da área com café orgânico, porém ainda não tem expressão econômica, mas está em franco crescimento.

Pela perspectiva de sustentabilidade ambiental, o café brasileiro (predominantemente de sol e tecnificado) poderia ser considerado com de maior impacto no meio ambiente quando comparado com sistemas mais sustentáveis, como os sistemas de café de sombra de México e Guatemala.

Uma das tecnologias que tem possibilitado o Brasil a ampliar sua produtividade e produção total é a conversão para sistema de café adensado, e a expansão da área irrigada (Fig. 19A e 19B). O aumento no número de plantas por área, com o devido manejo, possibilita um considerável incremento na produtividade. Atualmente essa tecnologia tem sido cada vez mais difundida e implementada, sendo considerada uma das alternativas para aumentar a remuneração por área. Segundo o IAPAR, o Estado do Paraná em 1999 já tinha cerca de 25% da área total com café adensado e em franco crescimento. Em 2000, o país tinha aproximadamente 200.000 ha com café irrigado, que representam cerca de 10% da área total cultivada no país com essa cultura (Item, 2000)

Estudo realizado pela Embrapa em Minas Gerais com três sistemas de produção de café com produtividade de 10, 20 e 30 sacas de café beneficiado por hectare de acordo com a utilização de insumos e tecnologia, e identificou que o sistema adotado pelos produtores mais tecnificados, apesar de ter maiores custos de mão-de-obra e insumo, é compensado pela maior produtividade, sendo mais viável economicamente. Também verificou que embora todos apresentem lucratividade, o sistema adotado pelos produtores mais tecnificados é economicamente mais eficiente. Além disso o estudo confirmou a competitividade da cadeia, e demonstram que é vantajoso o uso de insumos e tecnologia avançada (Marra et al., 2001).

No país há uma grande variação na produtividade das plantações, variando de 65 sc/60kg por hectare no oeste do Estado da Bahia até a média de 8 sc/60kg no Estado de Rondônia, mas a média nacional fica em cerca de 14 sc/60kg/ha. Quanto a dimensão das áreas, a média nacional é de 12ha por produtor, mas nas áreas de fronteira agrícola as propriedades são maiores que 500ha, localizadas em áreas planas, propícias à mecanização (Saes et al., 2002). Também há referência de produtividade de até 120 sc/60kg por hectare, em sistema altamente tecnificado (Fig. 19A e 19B).

Figura 19 A. Brasil: Vista geral de empreendimento de café tecnificado.



Fonte: Item

Figura 19 B. Brasil: Vista geral de lavoura de café irrigado



Fonte: Item (2000)

A quimiirrigação é a técnica de aplicação de produtos químicos na lavoura, utilizando-se a água de irrigação como veículo. Os principais produtos aplicáveis são: fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas e nematicidas (Item, 2000).

No café robusta o Brasil tem custo de produção bem superior que o Vietnã (maior produtor mundial), e também tem menor produtividade (Tab. 26). Assim, tem perdido alguns mercados, pois o café robusta tem-se mostrado mais como produto de substituição do que complementar para o café arábica brasileiro na composição dos *blends*.

Em termos de volume, o Vietnã já passou o Brasil no fornecimento de café para os EUA (Saes et al., 2002). Já em café arábica o Brasil tem boa posição frente aos demais concorrentes, pois tem custo menor e maior produtividade (Tab. 25), garantindo assim o crescimento da participação no mercado internacional.

Tabela 23. Caracterização países em estudo.

	Tipo	Preparação	Nº produtores	% área	% produção
Brasil	85% arábica	Via seca e via úmida	300 mil	«10ha	26%
	15% robusta			27%	40%
				10-50 ha 42%	34%
				+50 ha 31%	
Guatem	99% arábica	Via úmida	44 mil	1-2 ha	15-20%
	1% robusta			90%	45%
				2-500 ha 9%	35%
				+500 ha 1%	
México	96% arábica	Via úmida	280 mil	1-2 ha	35-40%
	4% robusta			72%	40-45%
				2-10 ha 27%	20%
				+10 ha 1%	

Fonte: Extraído de Saes et al. (2002).

As características edafo-climática e topográfica do Brasil proporciona melhores condições para a mecanização e a produção em escala, diferentemente das condições de cultivo do México e Guatemala, onde boa parte se localiza em áreas ímprimas, de intensa vegetação, e geralmente são constituídas por pequenas propriedades.

Mesmo utilizando os métodos naturais a produtividade do café orgânico no Brasil pode chegar a 23 sacas beneficiadas por hectare, com custos variando de US\$ 80-120 por saca, índices equivalentes a produção tradicional (Ormond et al., 1999). No Brasil o consumo de café orgânico ainda é incipiente.

Produção sistemas alternativos

A produção de café sustentável no Brasil é ainda incipiente. No país a expectativa de expansão da demanda por produtos orgânicos certificados é evidente. Ainda que mais caro, o café orgânico torrado e moído apresenta crescimento da demanda que, segundo alguns torrefadores desse segmento, se situa acima dos 30% ao ano. Isso demonstra que os consumidores, crescentemente preocupados com uma alimentação mais saudável, têm

sido bastante receptivos ao café orgânico, principalmente nas principais capitais do Centro-Sul do País (Moricochi et al., 2002).

Em 1998 o Brasil tinha cerca de 2.100 ha com café orgânico certificado (Amador et al., 2002). O segmento de cafés orgânicos, por ser voltado a nichos – volumes menores e preços elevados – é perfeito para permitir a inserção das pequenas e médias empresas brasileiras no mercado mundial de café torrado e moído (Sindicafé–SP).

O produtor do Café Native, certificado pelo Instituto Biodinâmico (IBD), possui cerca de 300 hectares com café orgânico e estabeleceu parcerias com cafeicultores familiares do Sul de Minas, pretendendo processar em 2001 mais de 8 mil sacas de café beneficiado. Para esse ano, aguardam-se lançamentos, por parte das torrefadoras mencionadas, de café solúvel orgânico (do tipo liofilizado) e de *cappuccino* (Moricochi et al., 2002).

No Brasil, os produtos orgânicos movimentam cerca de US\$ 70 milhões. Os principais produtos são a soja, café, hortaliças, frutas, grãos, açúcar, algodão, cereais, óleos, vinhos e flores. O café é um dos produtos com maior tradição de certificação, seja na fase de plantio ou de processamento (café solúvel, torrado e moído ou em *sache*). Já existem cerca de 50 empresas e produtoras de café orgânico credenciadas no Instituto Biodinâmico (IBD). O orgânico tem uma fatia de 2% do mercado, mas espera-se que este número aumente nos próximos anos. Segundo informes do IBD, o interesse por este tipo de produtos tem crescido consideravelmente no Brasil. Há cinco anos, havia menos de 100 projetos certificados. Hoje tem 270 certificações e mais de 360 projetos em processo de avaliação (fonte: Libris).

A Biofach 2003, uma feira internacional de produtos orgânicos que se realiza na Alemanha, terá seis empresas brasileiras que participarão do evento, destas, cinco são pequenas e médias. Este tipo de evento é uma oportunidade para divulgar as marcas brasileiras e também para fazer contatos e conhecer outras experiências.

Segundo Giovannucci (2001), quanto ao país de origem do café sustentável na América do Norte, verificou-se que procede do Brasil 11% do café orgânico, 14% do café comércio justo, e 8% do café de sombra.

OIC (2000) o Brasil produz cerca de 40.000 sacas de café orgânico, que representa 0,15% de sua produção total

de café. No Estado de Espírito Santo, há mobilização de associações de produtores apoiados por instituições governamentais e não-governamentais para a produção e comercialização de café orgânico. Essa é uma alternativa para os produtores reduzir os impactos prováveis do declínio dos preços sobre a renda dos produtores, na ausência de fortes mecanismos de intervenção no mercado (Item, 2000).

Guatemala

Dos países da América Central, a Guatemala possui a maior extensão cafeteira e tem a maior produção da região. A maior parte se cultiva sob sombra, com grau de especialização e tecnificação muito variado. A disponibilidade de mão-de-obra barata proporciona uma baixa tecnificação nas grandes propriedades (CEPAL, 2002). A Guatemala possui a maior área e produção de café orgânico da América Central. Já Honduras e El Salvador mostram um panorama de intenções ambiciosas.

Os pequenos produtores, em sistema de produção tradicional, praticamente não tiram nenhum benefício do cultivo a não ser a remuneração do próprio trabalho, ao contrário das grandes propriedades onde os rendimentos são maiores. Uma das alternativas seria a adoção de sistemas mais intensivos, utilizando maiores doses de fertilizantes e maior controle fitossanitário (Roux & Nassar, 1992).

A informação de como o cultivo de café afeta positivamente o meio ambiente tem começado a difundir aos tostadores, para alcançar uma sociedade que cada dia esta mais preocupada com a contaminação do planeta, reconhecendo que produzir e consumir café ajudará a preservar nossos recursos naturais (Qurin, 1999).

De acordo com ANACAFÉ, uma hectare cultivada de café nas grande propriedades tem um custo de US\$ 1.130. Em 2001, a produção de café na Guatemala teve um custo médio de 1.470 US\$/ha, e custo médio de US\$ 96 por saca (60kg). O preço pago ao produtor foi de US\$ 65. Assim há perdas de cerca de US\$ 31 por saca (Cepal, 2002). Isso é reflexo da crise internacional do café, e também dos custos de produção local.

Produção sistemas alternativos

Tradicionalmente o sistema de produção de café no país é sob sombra (praticamente 100%). O grau de especialização e tecnificação é muito variado, sendo que há explorações altamente especializadas, enquanto que outras procuram diversificar o cultivo com outras espécies para assegurar ingressos adicionais, com processo de intensificação tecnológica incipiente, presença de variedades de porte alto, etc. Nas grandes propriedades há variações no grau de tecnificação em virtude da disponibilidade de mão-de-obra barata.

O café de Guatemala tradicionalmente se cultiva sob sombra de outras árvores, que ajudam na preservação do meio ambiente. Plantações com árvores de sombra é uma prática generalizada no país, o que significa ter o bosque artificial mais grande da América Central. Especialistas tem determinado que duas hectares de cafezal gera a mesma quantidade de oxigênio produzida por uma hectare de bosque tropical úmido. Os cafezais se cultivam nas ladeiras das montanhas, e contribuem para evitar a erosão do solo causada pela chuva.

Os bosques constituídos por milhões de plantas de café e árvores provedores de sombra, são hábitat que buscam inúmeras espécies de aves migratórias procedentes do sul e norte do planeta, e onde chegam durante o inverno de todos os anos depois de voar enormes distâncias.

Em 1998 a Guatemala tinha sob cultivo orgânico um total de 7.000ha, e em 2000 já eram quase 15.000ha, representando mais de 1/3 da área da América Central (quase 42mil/ha) em produção orgânica. A nível de América Central há uma clara tendência de aumento da área orgânica, especialmente em Guatemala e Nicarágua (Amador et al., 2002). Já o café orgânico certificado no país no ciclo no ciclo 1997/98 tinha cerca de 7.900 ha, com produção de café orgânico de mais de 38 mil sacas (60 kg), e em 2000/01 atingiram mais de 60 mil sacas.

Segundo Giovannucci (2001), para o ano 2000 se estimou que foram certificadas cerca de 3 mil/ ton de café de sombra, provenientes principalmente de Guatemala e El Salvador. No mesmo ano se vendeu nos EUA pouco mais de 9 mil sacas (60 kg) café de sombra, com valor aproximado de US\$ 16 milhões. quanto ao país de origem do café sustentável na América do Norte, verificou-se que

procede da Guatemala 41% do café orgânico, 34% do café comércio justo, e 40% do café de sombra.

Devido a situação precária em que se encontram os pequenos agricultores em Guatemala, a qual tem sido intensificado pela crise internacional do café, tem sido desenvolvido iniciativa em manejo sustentável dos recursos naturais em algumas regiões, financiado pelo Governo da Guatemala contando com apoio de cooperações (holandesa) e com apoio de organizações locais. Entre os trabalhos tem sido promovido o café e outros cultivos sob sistema orgânico, bem como a diversificação das propriedades, como parte de desenvolvimento estratégico de curto, médio e longo prazo (Cifuentes et al., 2002).

Importância social

México: no México existem cerca de 283.000 produtores de café. A produção nacional está baseada em pequenas propriedades, onde a grande maioria dos produtores cultivam cerca de 2-4 ha. Mais de 90% dos agricultores, e acima de 60% da área destinada ao café é de propriedades com cinco hectares ou menos. Normalmente esta distribuição se verifica nos principais Estados produtores de café, que são: Chiapas, Oaxaca e Veracruz. Áreas com mais de 50 ha de café representam apenas de 8%.

Também se geram cerca de 300 mil empregos temporais ligado a atividade primária, 100 mil empregos relacionados a indústria e comércio, e fonte de renda de mais de 700 mil famílias ou de cerca de três milhões de pessoas. A crise do café tem ocasionado a migração para as áreas urbanas ou imigração ilegal, para países financeiramente mais estáveis afim de encontrar trabalho.

Ainda, como revela Osorio (1996), o México apresenta um panorama social altamente diversificado, dentro do qual os povos indígenas são os que mais aportam seu patrimônio a nação, e estão integrados, por ao menos 10 milhões de pessoas, e são mais de 10% da população. Os mexicanos indígenas possuem, nas regiões em que vivem, uma superfície que abrange a quinta parte do território, e aportam 75% da população em atividades agrícolas. Em alguns produtos agro-comerciais importantes como o café, dois terços dos produtores são indígenas.

Brasil: a cadeia de café no Brasil é uma das maiores no país, e uma das que mais gera emprego. O café é um

cultivo que necessita de uma demanda maior de mão-de-obra em comparação a outras culturas anuais cultivadas no país. O café é produzido no Brasil por 1.770 municípios, em aproximadamente 300 mil propriedades. Particularmente

em grupos ou cooperativas. No entanto, as propriedades medianas (317) e grandes (217) são responsáveis por cerca de 80% da produção. Esses são os que participam de toda a cadeia agroindustrial e exportação. Na região o setor

Competitividade em café - A infra-estrutura, as instalações portuárias e rodoviárias para o escoamento da safra são de vital importância porque afeta a sua agilidade, confiabilidade de entrega e custos do produto. Na Colômbia, por exemplo, somente se pode carregar meio container de café, porque as estradas não suportam o peso de um container cheio. Outros aspectos são: o sistema bancário, a estabilidade política e econômica. A liberalização é um dos motivos que fez crescer a cafeicultura em países como Uganda, Índia, e Costa do Marfim. O consumo doméstico também é outro fator determinante da competitividade, pois países que contam com um mercado cativo para seus cafés, como o caso de Brasil e Etiópia, que consomem 30 a 40% do café que produzem. Talvez por isso México e Índia planejam aumentar seu consumo interno. Outra fonte de competitividade é a tecnologia de colheita, sendo que países que melhorem sua tecnologia de colheita podem ameaçar a competitividade dos cafés brasileiros. (Carlos Brando, Consultor de Marketing Internacional; por Teixeira (Universidade Federal de Viçosa).

Ranking	Países
Mais competitivos	Brasil, Vietnã e Índia
Competitividade intermediária	Uganda, México, Indonésia, Costa do Marfim, Etiópia, e Peru.
Menos competitivos	Colômbia, Guatemala, El Salvador, e Costa Rica

Fonte: Carlos Brando (consultor de Marketing Internacional); por Teixeira (Universidade Federal de Viçosa-Brasil)

em Rondônia, onde se destaca na produção de café robusta, e que se caracteriza pelo baixo uso de tecnologia e qualidade de produto, a cafeicultura tem destacada importância na geração de emprego e renda.

Como sinalou Saes et al.(2002), somente no Estado de Minas gerais (o maior produtos nacional, onde ±99% do café é tipo arábica) há cerca de 150 mil propriedade rurais com cultivo de café, e geração de 4,6 milhões de empregos direto e indiretos. Já no Estado do Espírito Santo (o maior produtor nacional de robusta, com ±56% das áreas com o cultivo nesse Estado) há mais de 56 mil propriedades com cultivo de café, e geração de aproximadamente 500 mil empregos, direto e indiretos. Acredita-se que no Brasil cerca de 10 milhões de pessoas dependem, direta ou indiretamente, da cadeia do café.

Guatemala: no país a estrutura social da produção cafeteira pode separar-se em três estratos claramente diferenciados: pequenos, médio, e grandes produtores. O extrato predominante é de micro e pequenas propriedades, que normalmente estão localizadas em áreas marginais, tanto pelas condições agroecológicas - solo, clima, altura etc - como pelos aspectos socioeconômicos como infraestrutura, acessibilidade e facilidade de comercialização etc. (Roux & Nassar, 1992). O café tem um forte componente social na sociedade centro-americana (Amador et al., 2002). De acordo com CEPAL (2002), estima-se que há 62.500 produtores, dos quais 45 mil são pequenos, e do total 16 mil produtores estão organizados

agrícola contribui na absorção de grande percentagem da força de trabalho, sendo que a atividade cafeteira contribui consideravelmente na geração de empregos. O país registra o maior número de jornales da região centro-americana, com média de 221 por hectare.

Estima-se que na América Central 1,4 milhões de pessoas estão direta ou indiretamente envolvidas na atividade, representando um quarto da População Economicamente Ativa (PEA) rural. Em Guatemala, a PEA rural é de 2.286.000 pessoas, representando 57% do total. Somente na produção de café são 700.000 empregos (Cepal, 2002).

A Guatemala fundamenta sua economia na agricultura, cujo tipo de exploração de baseia na "agricultura de subsistência", caracterizada por minifúndios, com baixa disponibilidade de recursos econômicos, por manejo inadequado de tecnologia, débil coesão associativa e pouco vinculado ao mercado, que se traduz em propriedades pouco produtivas e produtores pobres.

Tabela 24. Ranking mundial em produção e exportação de café, 1999-2003.

Países	99/00		00/01		01/02		02/03	
	Produção	% participação						
1. Brasil	27.170	24,36	31.100	28,23	28.137	23,70	47.265	39,80
2. Colômbia	10.400	9,32	10.530	9,56	11.950	10,05	11.250	9,45
3. Vietnã	11.650	10,45	14.775	13,40	12.250	10,30	8.665	7,30
4. Indonésia	5.432	4,85	6.735	6,10	7.650	6,44	5.830	4,90
5. Índia	5.460	4,90	4.515	4,10	4.940	4,16	4.665	3,93
6. México	6.220	5,60	4.815	4,37	4.325	3,65	4.000	3,35
7. Guatemala	5.185	4,65	4.680	4,25	3.605	3,03	3.800	3,20
Outros países	43.210	38,75	34.393	31,22	37.308	31,40	33.301	28,04

Países	99/00		00/01		01/02		02/03	
	exportação	% participação						
1. Brasil	23.094	27,15	18.083	20,15	23.273	25,77	28.296	31,85
2. Colômbia	10.000	11,75	9.175	10,23	9.945	11,00	10.315	11,60
3. Vietnã	7.740	9,10	11.177	12,46	11.500	12,74	8.100	9,10
4. Indonésia	5.075	5,95	5.215	5,80	5.394	5,97	5.162	5,80
6. Guatemala	4.670	5,50	4.340	4,85	3.110	3,45	3.540	4,00
7. Índia	3.613	4,25	4.440	4,95	3.730	4,13	3.373	3,80
8. México	4.358	5,12	4.304	4,80	3.333	3,70	2.390	2,70
Outros países	26.550	31,20	32.996	36,77	30.013	33,24	27.681	31,15

Fonte: OIC; MDIC/SECEX/ALICE; elaborado por DECOM/SPC/MAPA; em <http://www.revistacafeicultura.com.br>

Tabela 25. Custo de produção e produtividade de café dos principais países produtores de café arábica da América (média 1999-2001).

País	Custo de produção (US\$ por saca)	Produtividade (sacas/ha)
Brasil	85	17,0
México	105	6,5
Guatemala	130	17,5
Colômbia	110	15,0
Costa Rica	130	24,0
Honduras	85	11,5
El Salvador	115	9,5
Ecuador	130	6,5
Peru	-	11,5
Nicarágua	90	14,5
Bolívia	-	16,5
R. Dominicana	-	15,0

Fonte: compilado pelo autor, com dados de Coffee Business, USDA, OIC, Embrapa; FAO; Saes et al, 2002; CEPAL; Sica (Gob/Equador);

Tabela 26. Custo de produção, produtividade e produção total de café dos principais países produtores de café Robusta do mundo.

País	Custo de produção (US\$ por saca 60 kg)	Produtividade (sacas/há)	Produção (milhões de sacas de 60 kg)
Brasil	67	11,6	7,0
Vietnã	36	34,3	13,2
Uganda	51	11,4	3,1
Costa do Marfim	67	1,5	4,9
Tailândia	63	21,8	1,5
Índia	57	16,3	3,1
Indonésia	42	6,6	6,1

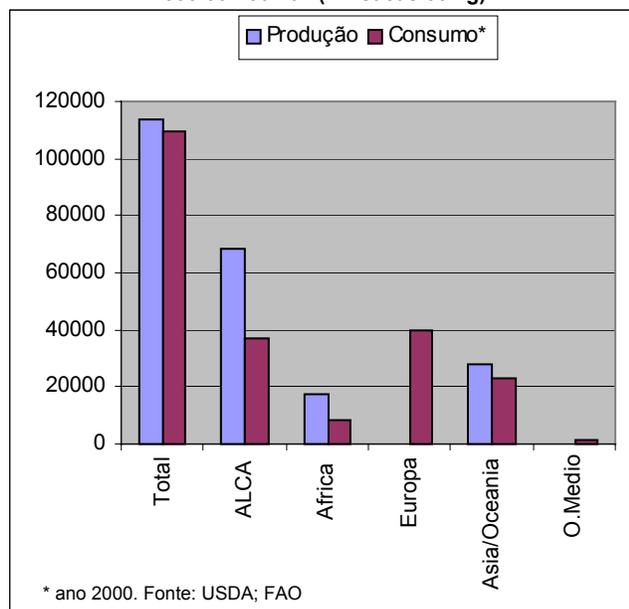
*Ecuador: US\$289/ha. Fonte: Coffee Business, USDA, OIC, Embrapa. Extraído de Saes et al, 2002; COFENAC/Sica (Gob/Equador); modificado pelo autor

DISCUSSÃO CAFÉ

Aspectos Econômicos

Podemos observar que a região da ALCA consome cerca da metade da sua produção de café, assim como a África. A Europa é grande importadora de café. Já a Ásia e Oceania possui excedente principalmente devido ao Vietnã. Enquanto que a região do Oriente Médio pode ser considerado como pequena importadora. Assim, verifica-se que a região da ALCA é importante em termos de exportações de café (Figura 20), e onde os países que incluímos no estudo jogam papel importante, juntamente com outros exportadores latino-americanos.

Figura 20. Café: produção e consumo mundial, 1999/00-2001/02 (Mil sacas 60 kg).



Tarifas

Para EUA e Canadá não há barreiras tarifárias. Já para exportações aos países latino-americanos as tarifas são elevadas. Para esse último grupo também é relevante o escalonamento tarifário. O café verde brasileiro não tem barreira tarifária para os principais mercados mundiais, mas o produto industrializado (como o café solúvel) têm tarifas elevadas relativamente para os mercados de Europa e outros, no qual não faz parte do Sistema Geral de Preferência (SGP) como outros países latino-americanos.

Em nosso estudo verificamos que o Brasil é bastante competitivo em café, em especial devido a constante renovação tecnológica e conseqüente ganho em produtividade. O café do Brasil, que já conta com uma grande capacidade de abastecimento, tem melhorado sua produtividade, reduzindo custos, e melhorando sua qualidade, bem como reformulando sua estratégia de marketing. Também, para Saes et al. (2002), na continuidade da conjuntura atual, o Brasil é bastante competitivo na exportação de café verde, considerando que questões tarifárias não influenciam no seu desempenho, pois as restrições não trazem efeitos relevantes sobre as exportações.

Verificamos que a redução tarifária para café na ALCA deverá ter pouco efeito sobre as exportações para EUA e Canadá, diferentemente do que poderá ocorrer em outros cultivos como citros, que apresentam tarifas elevadas. Porém pode haver alguma mudança nos fluxos de comércio entre os países produtores, que atualmente são relativamente protegidos, em especial o mercado mexicano (Tab. 58). No entanto, esses mercados mais protegidos são de menor importância relativa se comparado ao poder de consumo dos EUA. Os mercados latino-americanos mais atraentes são Brasil e México.

No caso do café, o NAFTA não proporcionou nenhuma vantagem comparativa ao México em relação aos outros países latino-americanos, pois as tarifas já são reduzidas a todos. Assim, a conformação da ALCA não deve significar nenhuma perda de mercado a México devido a questões tarifárias, em termos de exportações à América do Norte. Porém o NAFTA possibilita a entrada de café industrializado dos parceiros de NAFTA para o mercado mexicano a tarifas reduzidas, como previstas na desgravação total de jan/2003 (Tab. 59). Assim, em um ambiente sem ALCA os EUA e Canadá poderão exportar café industrializado para México em melhores condições que os demais latino-americanos.

Com a eliminação de tarifas e escalonamento tarifário, há uma tendência dos países produtores aumentarem sua participação no mercado de produtos industrializados.

Acesso a mercados e competitividade

Os maiores compradores do café brasileiro é a Europa, com 50% das exportações, depois vêm a América do Norte e Ásia. O Mercosul responde por apenas 2%. Para café

solúvel do Brasil, no período de 1995 a 2001, os principais mercados foram EUA e Rússia. De acordo informes da Secex (Brasil), em termos de ALCA, os mercados de café solúvel de maior importância são EUA e Argentina. Para o Chile, que é um mercado relativamente pequeno, o Brasil exporta café em grãos, com margem de preferência de 100%. Em termos de Mercosul, o Chile importa de seus parceiros cerca de US\$ 10 milhões em café, principalmente sem tostar e preparações a base de essências e/ou extratos de café (Tab. 62).

A médio prazo o café de México deve perder espaço no mercado norte-americano para produtos de outras Partes, além de ter que abrir seu mercado que hoje é protegido; porém terá acesso ao Brasil, que tem um grande mercado, e que demanda produtos de qualidade. Busca de mercados extra bloco afim de manter as exportações. Aumento no fluxo de investimentos pode favorecer a incorporação de tecnologia nos processos produtivos. Dificilmente vai haver melhoria do preço do café aos produtores, porém a competição e a melhor exploração de nichos de mercado podem proporcionar café de melhor qualidade para os consumidores a preços mais acessíveis que hoje.

O café é o primeiro produto agrícola de exportação do Brasil, sendo exportado basicamente café verde beneficiado, selecionado e ensacado, ou seja, *commodity*, sendo reconhecido mundialmente por produtor de quantidade e não de qualidade. Para Ormond et al.(1999), essa imagem contribui para diminuir a participação do café brasileiro no mercado mundial, principalmente quando o novo padrão de consumo privilegia a qualidade. De acordo com Saes et al.(2002), para café torrado e moído, a pequena participação do Brasil no mercado internacional está mais relacionado a baixa capacidade gerencial das empresas nacionais do que do ambiente de regulamentação internacional. Para alguns especialistas (e também do novo Ministro da Agricultura), o Brasil precisa buscar mecanismos de agregação de valor que permitam ao Brasil exportar menos café verde e mais café torrado e moído.

Uma das alternativas dos países produtores é cada vez mais considerar mercado interno de café. O aumento do consumo nesse países tem crescido de forma mais dinâmica que nos países importadores, principalmente devido a melhoria da qualidade do café para consumo

doméstico, novas marcas de café, melhores preços, e outras iniciativas para promover o consumo. A expectativa é de que siga crescendo, pois ainda há muito espaço para consumo, e para atender nichos ainda não foram adequadamente explorados.

A OIC tem tomado algumas medidas com objetivo de motivar a melhora da qualidade, como a retirada de boa parte do café de baixa qualidade que há no mercado, e promovendo a melhora da qualidade através da determinar um grau mínimo de qualidade e de teor de umidade máxima dos grãos destinados a exportação. Também tem incentivado os produtores a diversificar suas propriedades de forma a reduzir a dependência do café, e tem promovido o consumo em novos mercados, bem como em países produtores, e buscando eliminar as barreiras ao comércio, tanto tarifários como barreiras não-tarifárias ao café em nível mundial.

Em determinadas condições de mercado as empresas tendem a mudar a proporção de café de origem diferente na composição de seus *blends*, havendo um deslocamento para cafés de origem mais baratos (*downtrading*). Essa projeção não encontra muita sustentação, visto que consumidores buscam qualidade a baixo preço. A ALCA não deve gerar motivação suficiente para que ocorra queda na qualidade dos cafés a fim de produzir cafés mais baratos.

O Vietnã tem sido um dos produtores mundiais que tem de certa forma preocupado os países produtores do hemisfério. Esse país possui um boa produtividade, e baixos custos (Tab. 26), e vem cada vez mais ganhando mercado, mas em café robusta. De acordo com a Oficina Central de Estatísticas do Vietnã, esse país exportará um total de 16 milhões de sacas no ciclo 2001/2002, o que é 29% superior ao ciclo anterior (Aserca, 2002). O forte dos países latino-americanos são café arábica, considerado de melhor qualidade.

Apesar das tentativas de controlar a sobre-oferta do produto, o aumento da produção brasileira e alguns outros países tem impossibilitado essa medida, porém, medidas de retirada de café de baixa qualidade poderiam dar resultados mais positivos para a recuperação dos preços internacionais.

Tabela 27. Principais fornecedores de café verde para EUA (de 2000 a 2002).

País	2000		2001		2002	
	Quantidade (mil sacas 60kg)	%	Quantidade (mil sacas 60kg)	%	Quantidade (mil sacas 60kg)	%
1-Brasil	2.520	12.5	2.730	15.4	4.770	27.0
2-Colômbia	2.800	13.9	2.830	16.0	3.175	18.0
3-Vietnam	2.475	12.3	2.860	16.2	1.860	10.5
4-México	3.300	16.4	1.680	9.5	1.650	9.3
5-Guatem.	2.340	11.6	1.945	11.0	1.540	8.7
6-C. Rica	645	3.2	800	4.5	875	4.9
7-Peru	850	4.2	680	3.9	820	4.6
8-Indonésia	640	3.2	835	4.7	695	3.9
9-El Salvad	1.200	6.0	500	2.8	470	2.6
10-Hondur.	800	4.0	510	2.9	400	2.3
11-Nicarag	485	2.4	450	2.5	340	1.9
12-Venez.	32	0.2	1	-	170	1.0
13-Ecuador	165	0.8	225	1	140	0.8
18-Panama	105	0.5	100	-	70	0.4
22-Bolívia	9	-	12	-	22	-
30-Jamaica	1	-	4	-	3	-
Rep.Domin.	28	-	20	-	1	-
Sub total	18.410	91.4	16.190	91	17.000	96
Outros	1.740	8.6	1.495	9	680	4
Total	20.150	100	17.680	100	17.680	100
Total Arabica	9.620	47.7	8.970	50.7	9.765	55.2
Total Robusta*	10.530	52.3	8.710	49.3	7.915	44.8

* inclui variedades inferiores não classificadas pelo governo estadunidense
 Fonte: Department of Commerce U.S. Census Bureau Foreign Trade Statistics; Coffee Business (obtido por Associação Brasileira de Exportadores de Café); modificado pelo autor

Após a recuperação do mercado estadunidense, atualmente o Brasil é o principal fornecedor de café verde para esse país, superando a Colômbia (seu principal concorrente) e outros países latino-americanos, e Vietnã. Já para México, tem havido perda de mercado em anos recentes. O mesmo tem acontecido com os cafés de Guatemala. O Brasil e Colômbia são os principais países que tem ganhado mercado nos EUA em anos recentes

Tabela 28. EUA: Principais fornecedores de café torrado e solúvel (em US\$ 1000). Período: 12 meses(jan/fev) de 1997 a 2002.

País	1998	1999	2000	2001	2002	Part. (%)
Canadá	136.824	129.647	125.292	111.174	110.424	22
México	109.990	81.304	78.509	65.727	63.079	12
Colômbia	122.726	83.577	69.299	59.571	51.835	10
Alemanha	85.353	73.654	68.543	44.240	48.002	9.5
Brasil	45.936	48.577	45.439	40.411	36.238	7.2
Holanda	34.365	33.735	34.886	34.342	35.519	7.0
Suécia	34.282	25.796	25.288	21.927	26.201	5.2
Suíça	2.400	3.940	9.433	17.754	21.872	4.3
Costa Rica	17.234	35.920	27.115	18.917	19.399	3.8
Itália	14.614	16.182	17.201	14.758	18.575	3.7
Guatemala	13.514	5.496	7.144	14.688	14.281	2.8
França	27.669	27.714	12.845	14.782	11.417	2.2
Indonésia	13.253	10.264	9.519	9.704	11.384	2.2
Rep.Domin.	371	8.010	8.136	4.642	7.680	1.5
Inglaterra	2.143	4.726	6.777	8.119	4.160	0.8
Vietnam	4.273	2.546	2.207	3.266	3.645	0.7
Nicaragua	348	147	420	1.329	2.550	0.5
Peru	2.220	2.522	2.301	1.534	2.534	0.5
Madagascar	0	0	0	0	2.425	0.5
Japão	729	173	1.993	1.183	1.776	0.4
Sub total	668.244	593.930	552.347	488.068	492.996	97.3
Outros	28.014	20.034	17.334	14.883	13.623	2.7
Total geral	696.258	613.964	569.681	502.951	506.619	100%

Fonte: USDA/FAS; Elaborado por Coffee Business; Extraído da Associação Brasileira de Exportadores de Café.

(Tab. 27). Cerca de 80% do café verde importado pelos EUA são de origem latino-americano. No entanto, para café torrado e moído e solúvel a situação é diferente. O Canadá lidera a participação, seguido de México, Colômbia, Alemanha, e depois Brasil. A Guatemala participa com cerca de 3% desse mercado. Nos últimos 5 anos os EUA tem reduzido a importação de café torrado e moído e café solúvel em cerca de 30% (Tab. 28).

O café brasileiro exportado em grãos pelo Brasil, até chegar ao consumidor estrangeiro, passa por uma corrente de intermediários, perdendo qualquer identidade com sua origem ou procedência. Incluir processos de certificação, e denominação de origem, ao produto brasileiro pode contribuir para reduzir esse problema. Tem-se verificado tentativas de estabelecer alguns diferenciais para o produto vendido e consumido no varejo internamente por parte da indústria brasileira de torrefação e moagem, que reúne mais de 1.500 empresas, segundo estimativas da Abic (Associação Brasileira da Indústria de Café). Por exemplo, buscando a sofisticação dos hábitos de consumo e a diferenciação de tipos de produto, como o café expresso, os cafés *gourmets*, os orgânicos, os aromatizados (Luna-Filho, 2003).

A cultura brasileira do café, após período de crise, passa por renovação. Nos últimos dez anos, o setor registrou um salto na produtividade de quase 100%. Hoje, o produtor colhe em média quase 20 sacas (60 kg) por hectare, enquanto no início dos anos 90 o volume oscilava entre 10 e 12 sacas. Além disso, as lavouras estão concentradas em regiões mais propícias à produção, afastadas dos locais propícios à formação de geadas, como cerrado mineiro e Bahia.

De acordo com Ormond et al. (1999), o Brasil tem mostrado dinamismo na busca por novas tecnologias de produção, com maior produtividade, menor custos por unidade de produto, e também na melhoria da qualidade, apresentação e diferenciação do produto. Também, a estratégia para a cadeia do café no Brasil está em reconquistar o mercado interno, divulgação da qualidade do café no mercado internacional, e fugir da "comoditização". O Brasil tem o segundo maior consumo mundial de café, e ainda há espaço para crescer.

A taxa de reexportação de café também é pertinente. Por exemplo, países como EUA reexportam cerca de 16%

do volume importado, Alemanha 27%, França 8%, Itália 6%, Bélgica/Luxemburgo 15%. Assim, tornam-se competidores dos países produtores de café em produtos com maior valor agregado.

A maior barreira a ser rompida é com a imagem negativa do café brasileiro, é a forma de tradicional de comercialização, onde as relações de compra e venda ocorrem com agentes buscando a maximização dos ganhos a curto prazo. Como não há estímulo pela qualidade as negociações ocorrem com objetivo de obter a maior vantagem possível em termos de preço, em detrimento da qualidade. Assim, basicamente o café brasileiro é usado na composição de *blends* ou para dar volume (Saes et al., 2002).

No Brasil, uma das alternativas apontadas pelo setor para ampliar as vendas externas é atrair grandes companhias processadoras globais para que transformem o país numa base de exportação. Hoje quase a totalidade das vendas externas do produto é de café verde, *commodity* de baixo valor agregado. Para Saes et al. (2002), parece ser uma boa tática o Brasil investir na exportação de café industrializado para o diferencial de preço. Já há alguns grupos, ao menos em Minas Gerais, que vem exportando para a Europa certa quantidade de café industrializado. Há no Brasil algumas multinacionais como Strauss Elite e a Sagafredo Zanetti que já estudam a possibilidade de manter o Brasil como base de exportação de café, principalmente para a América Latina.

Tabela 29. Volume e valor das exportações brasileiras (2001 e 2002).

Café arábica				
Ano	Volume (sc/60kg)	Variação (%)	Valor (US\$ 1.000)	Variação (%)
2001	19.715.912	-	1.185.302	-
2002	21.103.744	7,04	1.046.674	-11,70
Café torrado e moído				
2001	40.854	-	1.923,97	-
2002	69.050	69,16	3.926,06	104,06

Fonte: Vegro & Martin (2003), com dados da CECAFE

No mercado internacional, os grandes grupos empresariais que atuam no setor realizaram crescentes lucros após o rompimento do último AIC (Acordo Internacional do Café). Segundo estatísticas da OIC, cerca de US\$10 bilhões foram transferidos dos países produtores para os consumidores, representados pelos grandes conglomerados da indústria alimentar que atuam no

comércio de transformação de café verde. De 1990 a 1992, a queda nos preços do café torrado e moído foi de apenas 7% frente a uma redução de 34% nos preços da matéria-prima. Com a completa desregulamentação aumentou o poder de manipulação do mercado por parte dos grandes grupos (Ormond et al., 1999).

A liberalização do mercado e o crescimento da demanda atraíram novos e grandes investidores internacionais, que estão alterando a fisionomia do setor. Por outro lado, a indústria de café torrado e moído é formada em maior parte por microempresas (64%), que juntamente com as pequenas somam 83% do total. A maior parte delas tem administração familiar e caracteriza-se por baixo nível tecnológico e gerencial (Ormond et al., 1999).

Devido a estrutura comercial da indústria de café em muitos países importadores, assim como os EUA, a queda do preço do café no mercado internacional não refletiu no preço ao consumidor, o que contribuiu para o virtual estancamento no consumo de café (103 milhões de sacas). Assim, as perdas dos produtores transformaram-se em ganhos para as principais companhias multinacionais que dominam boa parte do comércio, e que controlam 60% do mercado estadunidense e 40 % das vendas mundiais (Cepal, 2002). Assim, a presença marcante dessas companhias irão influir no novo cenário, a partir do acordo de livre comércio, e devem jogar um papel importante no comércio de café, principalmente na América do Norte.

Atualmente duas das seis maiores multinacionais do ramo de café, Sara Lee e Segafredo, já estão instaladas no País. Segundo o diretor do Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil (Cecafé), há potencial para que outras grandes companhias, como a Lavazza, General Foods, Procter & Gamble e Illy decidam torrar e moer no Brasil o café beneficiado em outras partes do mundo. Um obstáculo à entrada de companhias estrangeiras para fazer do Brasil uma plataforma exportadora de café torrado e moído é o temor de mudanças nas regras de importação. Como o País não tem todas as variedades de café que entram na mistura (*blend*), o processamento depende de cafés importados. Outra alternativa para agregar valor às exportações é a exportação do café torrado e moído com marca própria para grandes distribuidores internacionais.

Em cafés, nos últimos anos o Brasil tem tido bom desempenho exportador, além da recuperação de

importantes clientes como os EUA. Apesar das exportações terem aumentado em 7%, o acentuado declínio nas cotações do arábica, que resultou em queda de 12% no valor recebido. Assim, o ganho de mercado tem sido basicamente em função da oferta a preços mais baixos. Já o café torrado e moído, contrariamente ao grão verde, cresceu tanto os volumes quanto as receitas (Tab. 29), demonstrando que o trabalho em termos de marcas e de qualidade do produto propiciam vantagens econômicas para todo o segmento (Vegro & Martin, 2003).

Algumas características pertinentes México: a alta sensibilidade econômica, devido a participação da cafeicultura na geração de ingressos para agricultores, indústria e exportadores, e para a economia do país; a elevada sensibilidade social originada na grande demanda de mão-de-obra que participa em todas as etapas do cultivo de café, inclusive na industrialização; e importância ambiental, determinada pela grande extensão de área que ocupa a cultura, e por sua capacidade de adaptação a terrenos de topografia acidentada.

No México, um dos fatores que contribui em grande medida a que os cultivos sejam remunerativo, a ausência e/ou a limitada dispersão de pragas quarentenárias, como a broca do cafeeiro (*Hypothenemus hampei*) - que nos últimos anos tem se constituído no principal problema entomológico em todas as regiões cafeeiras do mundo, ocasionando perdas de 10 a 80% da produção - a ferrugem do cafeeiro (*Hemileia* sp), broca da cereja (*Virachola bimaculata*), enfermidade da casca (*Fusarium stilboides*), entre outras, as quais são capazes de levar a perda total de das plantações de café. Atualmente, a primeira está presente nos Estados de Chiapas, Veracruz e Oaxaca, e em áreas limitadas dos Estados de Puebla e Guerrero. Apesar de ambas pragas se encontrarem amplamente distribuídas no mundo, o que é indispensável manter medidas fitossanitárias para prevenir sua entrada e a de outras pragas quarentenárias igualmente importantes.

Alguns especialistas nacionais e estrangeiros, consideram que o café genuíno Antigua, é um dos cafés mais finos que se produzem no mundo. Os bosques de café da Guatemala formam parte do Corredor Biológico Mesoamericano. A Guatemala jamais deixou de vender toda sua colheita, ainda que com preços baixos ou devido a sistemas de restrição da exportação, devido a demanda por

qualidade de seu café. Em 1990 se iniciou uma estratégia de mercado ressaltando as qualidades dos cafés determinados pelas diferenças de solos e micro-climas, e assim gradativamente tem melhorado o preço recebido por seu produto, e diferenciando-se dos demais concorrentes.

A Colômbia por exemplo, que é o principal concorrente dos países que estamos estudando, na última década (1991-2002) tem perdido mercado em receita de café sem tostar em quase todos os países europeus. Nos EUA manteve os mesmos níveis. Por outro lado tem ganhado mercado Canadá e Japão, mas pouco expressivo. Em café sem tostar descafeinado apresenta aumento de 4% nos EUA e aumento de 26% para Espanha, e de 23% para outros países. Por outro lado reduziu em 24% para Canadá. Em café tostado tem mantido a mesma participação nos EUA, e aumento para Venezuela (47%), México (8%), França (8%), e Japão (7%). Porém há redução em valores principalmente para Rússia, Alemanha, Austrália, e Finlândia (Luna et al., 2003).

Há pelo menos duas grandes tendências para o mercado de café que devem ser ressaltadas. A primeira diz respeito ao café verde, onde a expansão de cafeterias em diversos países tem aumentado a demanda por grão verde. A outra é relacionado a industrialização de café, oferecendo café torrado e moído. Apesar da expansão das redes de cafeterias, as vendas de café torrado e moído permanecem crescentes. Atualmente os EUA e outros países europeus destinam boa parte de suas importações de café verde para industrialização, e é nesse mercado que os países produtores querem ter maior participação.

Para café, uma das alternativas que deve ser melhor explorada é a capacidade de consumo de nos países em desenvolvimento. Geralmente esses países têm um baixo consumo per capita o que possibilita um significativo aumento se for bem trabalhado esse mercado, possibilitando assim espaço para a expansão da participação do café dos países do hemisfério.

Apesar de não haver grandes expectativas para um maior comércio de café, um cenário com ALCA deverá criar um ambiente para a entrada de mais empresas importadoras e exportadoras, devido ao estímulo da redução de tarifas, que tendem a zero, e pelas simplificações dos processos de importação e exportação.

As perspectiva em mercado globalizado é de cada vez mais acirrar a competição, com redução na margem de lucro, onde a qualidade e a eficiência no processo produtivo em toda a cadeia jogam um papel importante sobre sua competitividade e na permanência na atividade.

Com relação a outros mercados extra-ALCA, há países como China e Índia, que são países bastante populosos ainda tem baixo consumo per capita de café. Assim, esses dois países poderão ter importância relativa nas estratégias de mercado para produtos de café nos próximos anos, assim como países onde o consumo ainda pode expandir, como Rússia, países do Leste Europeu e Países Árabes.

Ainda, como está previsto no estágio atual do acordo ALCA, nenhuma Parte poderá manter proibição ou exigir licença para importar ou exportar produtos agropecuários para outras Partes.

Inelasticidade da demanda nos EUA

Como o café é consumido como um estimulante e não como um alimento, sua elasticidade de demanda com relação ao preço é mínima, ou seja, a demanda não aumenta quando baixam os preços. Por outro lado caem sensivelmente quando aumenta a oferta. No entanto, a oferta sim é muito elástica ao preço, ou seja, quando sobem os preços os produtores rapidamente aumentam sua produção, e conseqüentemente logo os preços caem novamente. Estas características também valem para café orgânico (Hömberg & Ripken, 2001).

Nos últimos 20 anos a demanda per capita de café nos EUA tem diminuído, o que demonstra que as gerações de agora não tem o hábito de café, provavelmente devido a existência de outras tantas bebidas que tem no mercado. Sobre o consumo, a Associação de Consumidores de Café dos EUA estima que a elasticidade (do preço) da demanda é de -0.21, que a caracteriza como inelástica. Assim, a inelasticidade faz com que o preço tenha baixo efeito o consumo.

Os EUA são de longe os maiores consumidores de café do mundo, importando cerca de 18 milhões de sacas por ano para satisfazer a demanda interna. Assim, o que ocorrer nos EUA é importante para os mais de 250.000 produtores de café do México, na Guatemala ou outro país da região. Quase a metade dos consumidores estadunidenses apreciam tomar café, mas o consumo per

capita está em queda. Segundo informe divulgado pela FAS/USDA, na década de 60 os estadunidenses bebiam cerca de 3 copos por dia de café, e desde então vem gradualmente decrescendo para uma média atual de 1,65 copos, sendo que a maior queda tem sido registrada para café solúvel, de 0,65 copos para 0,11 copos per capita (FAS/USDA, 2002). A principal demanda ascendente é a de cafés especiais, ou *gourmet*, além do crescimento das vendas de café expresso e cafés gelados. Cerca de 80% dos adultos americanos tomam café regularmente ou ocasionalmente. Somente 14% dizem consumir diariamente cafés gourmet - *premium blends*, expresso, café moca, *cappuccino*, café gelado e bebidas gelada compostas com café. Porém representam quase 29 milhões de pessoas, bem acima dos oito milhões a cinco anos atrás, de acordo com pesquisa da *National Coffee Association* em 2001.

O mercado de cafés de especialidades da América do Norte representa um dos maiores e mais atrativos mercados de cafés do mundo. De acordo com a OIC e a Associação Estadunidense de Café de Especialidades (SCAA), os mercados de cafés de especialidades com maior potencial estão longe de saturar-se. As vendas de cafés de especialidades continuam crescendo entre 5-10% a.a, segundo cálculos conservadores (Giovannucci, 2001). Segundo a *National Coffee Drinking Trends* (2001), em 1998 os EUA importou 3,4 milhões de sacas de cafés especiais, desse volume a Colômbia participou com 32%, a Guatemala com 14% e o Brasil participou com 5% do total.

Pelos números fechados de 2002, divulgados pelo Conselho dos Exportadores de Café Verde (Cecafé), às exportações brasileiras alcançaram 28 milhões de sacas em 2002, ante 24 milhões em 2001. Já a receita cambial caiu de US\$ 1,40 bilhão em 2001 para US\$ 1,35 bilhões. Essa queda é reflexo do comportamento dos preços internacionais, e indica também que a conquista de mercado em parte foi devido ao preços baixos. Também influenciou o aumento dos embarques de café robusta, que passaram de 1,20 milhão de sacas em 2001 para 4,30 milhões, pois recebem uma cotação inferior ao arábica.

No Brasil, empresas multinacionais tem sido atraídas para a indústria visando o significativo consumo interno, de cerca de 13 milhões de sacas, assim o setor tem sido um importante fator para a atração de investimento estrangeiro direto e na entrada de empresas estrangeiras nesse ramo

de atividade. Para a indústria de café, outro motivo de atratividade das empresas internacionais é a facilidade de estar ao lado da matéria-prima. A entrada de empresas estrangeiras no Brasil, dispostas de vantagens de capital e gerencial, tem ocorrido por meio de aquisição de empresas nacionais já consolidadas e com certa reputação diante dos consumidores (Saes et al., 2002). Com a possível consolidação da ALCA, e se a mesma criar um ambiente propício para o crescimento das economias e para o investimentos estrangeiros, pode ser interessante para o Brasil como uma forma de atrair investimentos externos no mercado de café.

Barreiras não-tarifárias

Aspectos sanitários e fitossanitários são relativamente importante para a cultura do café. Atualmente o café tem algumas pragas e doenças que podem ocasionar danos econômicos. Alguns países da América Central tem tido problema com a broca do cafeeiro. Normalmente os países produtores admitem a importação apenas de café pré-tostado como uma forma de reduzir os riscos de introdução de alguma praga ou doença que possa causar a produção nacional. De maneira geral, os países produtores importam muito pouco café de outros países, e quase sempre é para compor *blends* ou atender nichos de mercado.

Em café verde há de se considerar as barreiras técnicas, pois para o Brasil é importante exigir a implementação de ações que visem a harmonização das regras de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. As normas brasileiras tendem a ser mais rigorosas, e acarretam em maiores custos, que os demais produtores concorrentes. Nos EUA, o FDA (Food and Drug Administration) atua para evitar a entrada de café que tenha sido contaminado por insetos, fungos ou resíduos químicos que podem apresentar riscos a saúde. Assim, por exemplo, café com conteúdo maior que 0.2 ppm de Diazinon (inseticida) ou mais de 2 ppm de Delapon (herbicida) terá sua entrada impedida (Saes et al., 2002).

Quanto a barreiras não-tarifárias para café, os mercados de EUA e Canadá não apresentam cotas, não há exigência de porto de entrada das importações, nem há problemas de ordem fitossanitária, pois não há risco de contaminar cultivos. No entanto se exige que respeitem os critérios normais para produtos agroalimentar, afim de

manter a segurança dos alimentos, a adequada etiquetagem e rotulagem, e que os sistemas de certificação sejam reconhecidos por organismos nacionais. Já para outros países, que são produtores, há preocupação com risco fitossanitário, e assim, as importações devem prever uma tostagem prévia do grão.

Dentro do que está previsto na ALCA, não poderá ser impedido o acesso de produtos de áreas de livre, ou de baixa incidência, de pragas e doenças, mesmo que o país como um todo ainda não esteja livre do risco.

Subsídios

Como EUA e Canadá não são produtores de café também não há subsídios ou medidas antidumping ou compensatórias. Assim, nesse sentido os demais países do hemisfério tem que estar mais atentos ao que passa nos países produtores da região.

Para Guatemala, os programas de subsídio a exportação tem sido útil para acesso a mercados altamente distorcidos. Da mesma forma que para ajuda interna, os países em desenvolvimento tem menores capacidades para conceder esse benefício, além de enfrentarem também debilidades estruturais de competitividade. Para países pequenos como Guatemala, mesmo medidas como Ajuda Interna são incompatíveis com a pequena capacidade de conceder ajuda, sendo consideradas um dos fatores que distorcem o comércio (Palomo, 2001).

Aspectos ambientais

A integração poderia avançar para uma resposta regional, em que a comunidade internacional que valora os serviços ecológicos, econômicos e sociais em florestas tropicais seriam persuadidos a ajudar a conservar os recursos naturais. Poderia haver maior interesse para investimento em eco-turismo juntamente com a produção sustentável de café, manejo de florestas etc. Para desenvolver projetos dessa natureza é preciso haver investimentos.

Café de sombra pode melhorar consideravelmente a condição ambiental em relação ao cultivo de sol. Sistema de sombra sustentável têm mais benefícios ao ambiente que de sombra mais tecnificado. Café de sol orgânico têm mais benefícios ao meio ambiente que o convencional.

Na Guatemala, a tecnologia utilizada a nível de cadeia produtiva é muitas vezes obsoleta, e sistema de mercado não competitivo. Outro agravante é quanto a aspecto ambiental, pois há escasso reconhecimento de impacto ambiental por práticas de produção agrícola.

Indústrias cafeeiras localizadas nos EUA e Europa enfrentam cada vez mais os elevados custos de mão-de-obra e as exigências ambientais cada vez mais rigorosas. Assim, juntamente com outros aspectos já citados, tornam o Brasil ou mesmo o México e Guatemala em áreas de interesse para atração de investimento direto estrangeiro.

Sistemas de produção

Difícilmente deverá haver uma corrida por tecnificação em sistemas de café de sombra, pois baseia-se em conceitos de sustentabilidade; já o café de sol deve incorporar novas tecnologias, intensificar esforços para atingir a máxima produtividade por área dentro dos custos compatíveis com os preços do mercado de café; o café orgânico de sol deve ter incremento com fins de acessar o mercado norte-americano para cafés sustentáveis. A certificação do café orgânico assegura a qualidade do café e garante um prêmio de cerca de 40%, o que permite lucro apesar dos baixos preços do café.

Sistema de produção tradicional são usados quase que exclusivamente por pequenos agricultores, e são virtualmente todos de policultura de sombra, onde o café é intercalado com outras árvores, arbustos e cultivos de outros alimentos (Faminow & Rodriguez, 2001).

O México enfrenta alguns problemas com relação ao deterioro dos recursos naturais. O país possui entre 130 e 170 milhões de hectares em condições de erosão, cerca de 470 mil hectares com ensilstramento, perda de 40 milhões de hectares de bosque em 50 anos, e grande desperdício de água (García, 1999).

A América Central possui uma posição vantajosa como provedora de café verde, a partir de vantagens naturais, e da acumulação histórica de vantagens comparativas. A qualidade de seu produto se conjuga com as tendência de mercado rumo a segmentação, que reconhecem melhores preços a café de melhor qualidade, e originados por tecnologias limpas.

Assim como na Guatemala, em Nicarágua como descrito por Ortega (2001), na década de 90 a cafeicultura

desse país passou por transformações para adoção de conceito de sustentabilidade e enfoque de agroecossistema. Nesse país o cultivo de café é realizado em cinco pisos ou extratos. No primeiro piso (extrato alto), é compreendida com espécies de madeiras e que possibilitam sombra; no segundo piso, um pouco mais baixo que produz lenha e energia para a unidade produtiva; no terceiro piso, compreende frutas; no quarto piso corresponde o cultivo de café; e no quinto piso (extrato mais baixo), corresponde a ervas e demais plantas de cobertura, que protegem o solo. Segundo ele, um modelo de cafeicultura para o novo século deve estar em harmonia com o meio ambiente.

De acordo com Porras (2001), um dos grandes desafios do café da América Central é desenvolver a flexibilização na estrutura de produção, afim de reposicionar-se através da atualização do produto via diferenciação, e encurtamento da cadeia. Nichos de café de especialidade como orgânicos e outros mostram esse caminho. Também, países com custos mais altos como os centro-americanos requerem esforço para desenvolver a produção com base na maior produtividade com apoio do conhecimento e desenvolvimento tecnológico. Sinala também que o desenvolvimento da industrialização do café é um limitante importante. No entanto, não parece possível exportar café industrializado de qualidade sem antes desenvolver previamente um mercado interno, que é uma tarefa pendente para a maioria dos países centro-americanos.

Cafés sustentáveis possibilitam aos pequenos produtores ferramentas úteis para o manejo de riscos, devido a diversidade de cultivo (policultivo), possibilitando maior segurança que cultivos convencionais.

De acordo com Ortega (2001), um modelo de cafeicultura produtiva deve permitir aos produtores trabalharem sistemas agroflorestais, manajem bosques naturais, recuperem fontes de água, melhorem e transformem o beneficiamento úmido convertendo-o para processos ecológicos, com adequado manejo de águas residuais do beneficiamento.

Da porcentagem total das exportações centro-americanas para os EUA a maior parte é de bens primários de procedência agrícolas (de 35% do total no caso de Nicarágua, até 66% no caso de Guatemala). Estas se concentram em banana, café, carne, lagosta, camarão,

açúcar, frutas e vegetais frescos. Essa região está passando por reestruturações em função do processo de abertura comercial, e conduzindo a diversificação das exportações de bens primários e bens industriais, que está significando também a diversificação de mercados (López, 2000).

O uso de maquinarias na agricultura deve ser intensificado com vistas a atingir escala e baixar custos; isso pode gerar a médio a longo tempo a redução no uso de mão-de-obra, e gerar desemprego, que provavelmente deverão migrar para outros setores que devem expandir, como parte da reestruturação. Agricultores familiares podem se beneficiar do acordo se tiverem organizados e capacitados para explorar nichos de mercado.

Para produtores de café irrigado no Brasil, os principais benefícios dessa tecnologia é a manutenção da produtividade média, e da diminuição da bianualidade da cultura (Item, 2000). A cafeicultura irrigada no Brasil tem apresentado importantes incrementos na produtividade, porém pode haver um futuro incerto, seja pelo uso excessivo ou inadequado, chegando a provocar grandes desgastes ao solo e até levar a salinização. O novo Código Brasileiro de águas, que prevê a cobrança de seu uso e pode aumentar os custos das lavouras de forma e amplitude ainda não definida. Também pode afetar o custo da tecnologia de beneficiamento, que utiliza água em abundância, além de haver questionamentos sobre a poluição pelos efluentes do processo. Ainda, tanto a irrigação como o despolpamento pode acarretar o comprometimento dos mananciais, acarretando um importante problema ambiental (Ormond et al., 1999).

O crescimento das exigências da Europa em relação a resíduos nos alimentos faz com que a rastreabilidade ganhe importância para manter as exportações. A exigência de rastreabilidade cresce em todo o mundo, sendo mais um reflexo da globalização. É cada vez mais importante ter o histórico de cada lote de vegetais ou animais em toda a cadeia produtiva, como alimentação, medicação, transporte e condições de manejo. Em cada fase do processo produtivo é necessário registrar acontecimentos que possam ajudar a detectar problemas. A denominação de origem (ou certificação de origem) já é uma prática comum nos mercados de alimentos e bebidas na Europa, e tem se expandido rapidamente para outros países nos últimos

anos. Isso possibilita que seja certificada determinado produto que seja produzido com atributos qualitativos indissociável de características próprias de uma região ou micro-região delimitada, seja elas relativas ao clima, ao solo, à história ou à mão-de-obra. Assim, não podem ser reproduzidos em outra condição, e pode ficar protegido por uma legislação e denominação de origem, que certifica e fiscaliza sua autenticidade.

Cafés sustentáveis

Para Ormond et al. (1999), os produtos orgânicos estão ampliando sua participação de mercado, e com o café não é diferente. Cada vez mais os consumidores estão buscando e pagando por produtos de melhor qualidade, livres de resíduos de agroquímicos e que não agridam o meio ambiente. A sua produção se tornou uma alternativa atraente em vista da demanda crescente dos EUA e Japão. Também, nos mercados consumidores dos cinco continentes o consumo de cafés finos vem crescendo a uma velocidade muito superior à do café *commodity*, bem como da oferta desses pelos produtores.

Nos últimos anos o mercado mundial alimentário tem sofrido alterações importantes, originando uma certa segmentação e oferecendo oportunidades para nichos de mercado, como o de produtos orgânicos, sustentáveis e de alta qualidade conhecidos como *Gourmet*. Os fatores que mais incidiram nesse processo foram: busca por produtos mais saudáveis; consumidor mais atento a qualidade; maior consciência da degradação ambiental (Infoaserc, 2002). Vários esforços tem sido destinados para acelerar o processo de "selo verde" (*Eco-labeled*) para sistema de sombra e café "amigo dos pássaros". Estas medidas visam aproveitar o interesse dos milhões de consumidores que simpatizam de maneira geral com a causa ambiental.

O café de México, além de já ter uma distinta e reconhecida qualidade, está buscando incorporação de valores adicionais a sua qualidade, como o respeito ao meio ambiente e a ecologia ao introduzir qualidades específicas como o café orgânico, e café de origem pura, produzidas em determinadas regiões, assim como os cafés *gourmets*, destinados aos mercados diferenciados. Além disso está procurando introduzir normas/regulamentos de qualidade e certificações.

Como exemplo, nos Estados Unidos, um café tradicional custa, em média US\$ 6/kg, enquanto um café orgânico pode custar US\$ 25/kg. Para enfrentar a concorrência dos cafés orgânicos do México – o maior produtor e exportador deste tipo de produto – às empresas brasileiras vão destacar que o grão brasileiro é mais bem preparado que o do país concorrente, resultando num produto final com melhores características de qualidade, como mais aroma, sabor pronunciado, doçura e corpo mais agradável.

Ainda, em função da crise e da abertura de novos mercados, o café continuará rumando para café de qualidade e buscado maior diferenciação. Outra visão seria de que a concorrência reduziria a qualidade na busca por baixos preços. Essa última é pouco provável, já que inclusive o no Vietnã já está havendo iniciativas para produzir café tipo arábica ou de qualidade superior.

O segmento de mercado de cafés sustentáveis está crescendo de maneira muito rápida. A indústria de café sabe que seu futuro está intimamente ligado com a sustentabilidade e a qualidade de seu produto. Dentro deste mercado de especialidades, os chamadas “cafés sustentáveis” tem tido boa participação, e tem boas expectativas de vendas tanto no hemisfério como para países extra-bloco. A demanda de café *commodity* cresce em ritmo lento, enquanto que o consumo de cafés especiais cresce vigorosamente, caracterizando importante mudança no ambiente competitivo. A educação e a informação são elementos essenciais para a expansão desses nichos de mercado. Pouca informação sobre tendências de oferta e demanda de café orgânico ou sustentáveis; informações escassas e dispersas, e de maneira geral não muito confiáveis.

Além de padrões de qualidade, em um futuro imediato o mercado passará a exigir outras condições a que também se pode obter um prêmio, como café compatível com meio ambiente, “amigável dos pássaros” (Bird Friendly) ou comércio justo (Hömberg & Ripken, 2001). Os cafés sustentáveis, dentro dos quais estão os cafés de sombra, o orgânico e o comércio justo, tem sido um importante mercado para muitos produtores desse aromático que buscam melhores preços pela venda de seus produtos. Por outro lado, os consumidores tem a oportunidade de consumir um produto de melhor qualidade, e sobre tudo

mais seguro para sua saúde e com reflexos positivos no meio ambiente.

Os programas de certificação de café comércio justo, café de sombra, e café orgânico foram criados com o objetivo de contrapor os efeitos do mercado de *commodities*. Esses termos têm se tornado um atrativo para os consumidores de todo o mundo (Inman, 2002). De acordo com Hömberg & Ripken (2001), a Colômbia foi um dos países pioneiros no esforço por diferenciar seu café de outras origens, mas hoje, muitos países buscam o mesmo objetivo, querendo ser reconhecido pela qualidade de seu produto.

Todos os aspectos positivos em termos de conservação ambiental e da conservação da biodiversidade tem promovido o interesse por café com atributos de sustentabilidade. E isto tem sido explorado economicamente como uma estratégia de marketing. O café orgânico é considerado um modelo bem sucedido, de como nichos de mercado para produto com alto conteúdo social e ambiental pode ter um impacto positivo para beneficiar pequenos agricultores e o ecossistema (Bray et al., 2002). O México é atualmente o maior produtor e exportador mundial de café orgânico, abastecendo cerca de 20% desse mercado.

Atualmente a demanda por café convencional com selo FLO-International (comércio justo) não mostra dinâmica de crescimento significativa, por outro lado, a demanda de café orgânico com o selo supera a atual oferta a nível mundial (Hömberg & Ripken, 2001).

Atualmente o café orgânico segue sendo um nicho de mercado, e devido a demanda limitada o mercado está cada vez mais competitivo. Assim, é importante contar com provedores confiáveis, que garantam tanto a curto como a longo prazo um volume importante e de qualidade em café orgânico. Uma das estratégias brasileiras para atingir maior inserção no mercado internacional é a separação por qualidade e a maior segmentação do mercado.

Em café orgânico, principalmente, o uso de tecnologia de insumos é limitado, até porque é uma agricultura que se prepõem a ser uma alternativa para agricultores descapitalizados (principalmente ao alto preço dos insumos) e aos baixos preços da *commodity*. O NAFTA pouco influenciou sobre o café, pois a maior parte dos investimentos foram destinados a outros setores da

economia. De maneira geral o café no México tem sido marcante pela sua busca por cafés sustentáveis, não consumidor de tecnologia de insumos, mas de conhecimento, principalmente em técnicas de manejo. Com a ALCA esse tipo de tecnologia de manejo - processamento e comercialização, etc - são as que podem vir a ter impacto positivo a nível de cadeia produtiva. Em termos de custo de produção, o sistema orgânico também possui custos similares aos convencionais.

Esforços para promover o café de sombra e iniciativas de *eco-labeling*, ou rotulagem ambiental, em geral tem que avançar no entendimento das transformações institucionais e processos de organizações sociais, que levam ao crescimento do café orgânico como uma opção viável para superar o empobrecimento dos agricultores (Bray et al., 2002). Para poder vender café orgânico juntamente com o selo de comércio justo é necessário se enquadrar nos requisitos de certificação e estar inscrito no registro de produtores FLO, que conta com cerca de 290 cooperativas de pequenos produtores de café (Hömborg & Ripken, 2001).

Assim, o que devem fazer? busca por diferenciação, explorar mais os nichos de mercado ainda não explorados, e incorporação de novos valores de acordo com as demandas dos consumidores.

O Café orgânico tem ganhado cerca de 2% do mercado europeu de café, e tem crescimento estimado em 15% a.a. (Rice, 1998). A Alemanha é o maior consumidor europeu de café orgânico, com cerca de 33.300 sacas (60kg) anuais (Amador et al., 2002).

Já os EUA importam anualmente cerca de 175 mil sacas de café orgânico procedente de México, Peru, Guatemala, Timor Leste, Sumatra, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Colômbia, Bolívia, Brasil, Uganda e Papua Nova Guiné. O mercado estadunidense ainda é pequeno, mas com boas tendências de crescimento. Já a Europa devido as exigências mais rigorosas vigentes desde 1991, contribui para menores volumes disponíveis, cerca de 92.000 sc/60kg (Hömborg & Ripken, 2001).

Segundo projeções da Illycafé, o consumo mundial de café no ano 2010 será de cerca de 120 milhões de sacas, e provavelmente será composto por 70% café arábica e 30% robusta. Desse total, estima-se que 15% será de cafés especiais. Apesar das estimativas otimistas, um aumento

significativo da produção sem a contrapartida real do consumo pode ter resultados desastrosos no preço, com reflexos na produção, ainda mais quando se percebe a pequena diferença entre os custos de produção atuais e o valor pago pelo mercado (Ormond et al., 1999).

A medida que se vai introduzindo novas técnicas de produção e manejo de cafés sustentáveis é esperado que sua produtividade se aproxime a dos café convencional. Assim, com uma oferta maior é esperado que o sobre-preço se reduza, porém, é pouco provável que ocorra em menos de 3 a 5 anos. Segundo Hömborg & Ripken (2001), unidades convencionais experimentam uma redução significativa da produção nos primeiros anos de transição, podendo ser mais ou menos dramática dependendo da capacidade do produtor de implementar as novas práticas. Em médio prazo é esperado a recuperação da produção estável com níveis economicamente rentáveis.

A certificação é considerada uma estratégia importante para consolidar o crescimento de mercado nesse segmento. Segundo Giovannucci (2001), a falta de certificação não indica que não cumpre as normas ou que não seja sustentável, mas geram dúvidas. Mais de dois terços dos entrevistados tem convicção de que a certificação é importante. O mesmo autor verificou indícios de que possa estar havendo informações fraudulentas sobre o que está sendo vendido como sustentável ou certificado como sustentável.

Há muitas informações estatísticas do crescimento da produção e consumo de produtos orgânicos ou "verdes", e que traçam um futuro promissor para esses segmentos. Assim, a grande questão, e que permanece em branco, é qual o limite desse mercado?

Os grupos estratégicos voltados aos cafés especiais têm interesses e demandas diferenciadas daqueles que estão voltados para o mercado de quantidade (Saes et al., 2002). Embora seja o maior produtor mundial de café arábica, o Brasil tem pouca participação no mercado de cafés especiais. Se necessita de ações para inserir o país nesse mercado, não desperdiçando a oportunidade de agregar valor ao café brasileiro, e de assegurar sua participação a longo prazo no mercado interno e externo (Ormond et al., 1999).

Saes et al (2002), defendem que a competitividade futura do café do Brasil não depende somente das questões

tarifária, ou de negociar a inclusão no Sistema Geral de Preferências (SGP), mas de um conjunto de estratégias individuais e coletivas, com iniciativas públicas e privadas para melhorar ou manter a posição competitiva do agronegócio do café. Ainda defende que o Brasil tem condições de atender a todos os mercados, desde commodities aos mais finos cafés. Ainda, que a concorrência via preço e custo baixo continua sendo importante, mas se observa que a concorrência está mais para qualidade a custos baixos. Os autores defendem que o Brasil não pode abrir mão de participar do mercado de especialidades e da agregação de valor ao café, pois isso significaria a perda da participação no mercado (interno e externo) no longo prazo.

No Brasil já há importantes sinais da mudança de comportamento de produção e comercialização de café, voltados a produção de cafés de maior qualidade. Também é crescente o número de concursos de qualidade, afim de premiar os melhores grãos, sendo um forte indutor da melhoria da qualidade. Nesse processo, a Associação Brasileira de Cafés Especiais – ABCE - (*Brazilian Speciality Coffee Association*), tem tido uma importante contribuição na definição de estratégias, na educação de produtores e consumidores, e na expansão das exportações brasileiras de cafés especiais e seu reposicionamento mundial nesse segmento. A ABCE está a cargo de executar o Plano de Marketing Estratégico Internacional para os Cafés Especiais Brasileiros, iniciado em 2001, com o objetivo de mostrar que o país também oferece cafés de altíssima qualidade, e reposicionar os Cafés do Brasil.

Como sinalado por Hömberg & Ripken (2001), ainda que em algumas ocasiões se consiga vender um pequeno lote de café (10 a 50 sacas), os importadores buscam geralmente negociar no mínimo um container (250-300 sacas). Assim, de suma importância é a organização dos produtores, pequenos e médios, afim de alcançar volumes interessantes, principalmente para quem pretende exportar. Outro aspecto de importância é ter um certo grau de profissionalismo, pois empresas exportadoras devem estar formalmente constituídas e aptas a alcançar um alto grau de compromisso entre os envolvidos.

O desenvolvimento de processos de certificação permitirá incrementar suas oportunidades. Para isso é preciso ações adequadas que apóiem às comunidades

locais e produtores, afim de proporcionar acesso a mecanismos de certificação, bem como a adaptar sua práticas de produção para processos ambientalmente amigáveis. Mais de dois terços da indústria de café de especialidade considera que a certificação dos cafés sustentáveis será um elemento importante para seus negócios futuros (Giovannucci, 2001).

Assim como em muito outros produtos orgânicos, no café também há interesse crescente por parte dos consumidores, e pelas estimativas de crescimento tudo indica que estará em franca ascensão nos próximos anos. Na exploração desse mercado o México tem tido êxito, sendo considerado o maior produtor e exportador mundial de café orgânico, e cujas vendas tem-se mostrado relevantes, até quadruplicando-se em menos de dois anos.

Apesar do otimismo, ainda há um largo caminho a ser percorrido, e os cafés sustentáveis e principalmente o café orgânico ainda estão relativamente longe de vir a ocupar um espaço de expressão no mercado mundial. Além disso, não é nada fácil tomar decisões de produzir determinados produtos sem que se tenha informações seguras de demanda, e canais de vendas consolidados. A maioria das informações de mercado, principalmente para café sustentável é muito fragmentado, dificultando a análise mais segura.

Aspectos sociais

A cadeia produtiva do café tem importante função social em muitos países produtores, que são basicamente países em desenvolvimento e relativamente dependentes da exportações de commodities para geração de divisas. Internamente aos países, a cadeia do café desempenha importante função na geração de emprego e renda. Segundo a Organização Internacional do Café (OIC), se estima que em escala mundial são mais de 125 milhões de pessoas cuja subsistência depende desta cultura. O cultivo do café é uma das principais fonte de renda para milhares de famílias dos países em desenvolvimento no continente americano.

Quando a situação da agricultura não vai bem, e não remunera adequadamente o trabalho dos camponeses ou agricultores familiares, estes acabam migrando para centros urbanos, como vem acontecendo, ou mesmo rumando para outros países, mesmo em condições ilegais

(ex. o que vem acontecendo em Guatemala, na fronteira com México).

Como resultado da maior produção mundial, a cafeicultura de Guatemala enfrenta hoje a crise mais severa de sua história. Na economia a crise atual tem provocado um efeito em cadeia, como resultado da redução dos ingressos dos cafeicultores e, sobre todo, da população que depende da cafeicultura para sua subsistência. Isso tem aumentado as condições de pobreza na área rural, com a conseqüente migração desta população para as cidades ou a outros países, o qual repercute na estabilidade social e política do país (Moneda, 2002). Se estima que com a crise do café houve perdas de mais de 77.000 empregos, onde cerca de US\$ 62 milhões deixaram de ser aplicados em salários, somente na Guatemala (Cepal, 2002).

Na Guatemala, os ingressos anuais recebidos pela exportação de café tem caído quase pela metade nos últimos quatro anos, e o paro rural tem alcançado quase 40%, em grande parte devido a queda do preço no mercado internacional. O cultivo do café tem sido por muitos anos o eixo produtivo agrícola mais importante para grande, medianos e pequenos cafeicultores em Guatemala.

Os pequenos produtores na Guatemala muitas vezes acabam vendendo sua safra em cereja para intermediários (Coiotes) e assim acabam recebendo preços inferiores pelo seu produto. Também há um generalizado endividamento, baixa produtividade, e altas taxas de juros aos financiamentos (na maioria das vezes não bancário), ou mesmo devido a venda antecipada da produção. Além disso, boa parte desses pequenos produtores não são cooperativados. Por outro lado, os grandes possuem seu próprio beneficiamento e vende aos exportadores. Já os produtores medianos vendem ao beneficiamento ou aos exportadores. Os financiamentos bancários se orientam basicamente para setores empresariais. Assim, os desafios para Guatemala são grandes.

Os países centro-americanos tem procurado desenvolver café orgânico como uma estratégia para o desenvolvimento rural, principalmente como uma ferramenta alternativa para pequenos produtores. Há informações vinculadas a imprensa de que em Honduras a APROHCAFE teria lançado um programa com intenção de intensificar esforços em produção orgânica de café, com meta ousada de chegar a 60% em sistema orgânico em

médio prazo, procurando vincular cerca de 80 mil pequenos e médios produtores.

Dada a problemática do campo, produtores campestres de México provavelmente irão solicitar a seu governo para não liberar as importações de café devido risco de fortes impactos sociais na estrutura cafetaleira do México.

Assim, o café tem uma grande função social nesse país, sendo uma importante fonte de emprego e renda para milhares de famílias em México, onde muitas delas estão em regiões com altos índices de pobreza e em condições precárias, sem acesso a serviços básicos como luz, água e saúde. Muitos desses agricultores são de origem indígena, cerca de 180 mil, distribuídos em aproximadamente 28 grupos étnicos diferentes, principalmente nos Estados de Oaxaca, Chiapas e Guerrero, onde se produz boa parte do café orgânico.

Em países como o Brasil, onde há mão-de-obra em abundância, agricultura alternativa constitui uma excelente opção para ocupação de pessoas no meio rural, com a vantagem de preservar a saúde do trabalhador rural, e conservar o ambiente natural.

Aspectos gerais

É esperado a maior intensificação da concorrência mundial, devido a desregulamentação do café, entrada de novos produtores, acordos de livre comércio, e o aumento da oferta mundial. Por outro lado também deve ser esperado aumento do consumo devido a intensificação de promoção de consumo de café em países que não tem o hábito de consumo, e do aumento do consumo em países produtores.

Elemento tradicional da competitividade do café é o custo de produção, que determina as vantagens comparativas de um determinado país em relação aos demais. Na produção do café arábica o Brasil é o país que tem o menor custo, que aliado à produtividade tem garantido a manutenção e o crescimento da participação no mercado internacional.

Embora o custo seja um importante fator para determinar a competitividade, há que ressaltar que o mercado de cafés especiais é o que mais cresce no mundo. O Brasil é tido como um fornecedor de quantidade, enquanto que outros países como Colômbia, Guatemala,

Costa Rica e Quênia, entre outros, são mais valorizados e recebem um "prêmio" pela qualidade.

Para o Brasil, a renovação e revitalização da lavoura cafeeira é imprescindível, diante do livre mercado mundial, sem acordos de sustentação de preços, competição por produtividade e qualidade do produto. Nesse sentido, a adoção de novas tecnologias como a de café adensado, tem objetivo fundamental o aumento da rentabilidade e estabilidade econômica dos cafeicultores através eficiência produtiva, maior produtividade, redução dos custos de produção, e da melhoria da qualidade do café.

A produtividade e custos de produção são elementos importantes para uma análise de competitividade, e determinam vantagens comparativas de um país em relação aos demais. Nesse sentido, o Brasil em café tem uma significativa vantagem comparativa em relação a México e Guatemala. No entanto, se verifica que México e Guatemala possuem vantagens comparativas em outros elementos, como condição ambiental dos cultivos, desenvolvimento de cafés especiais, e reconhecimento de sua qualidade nos mercados internacionais. Se verifica que países como México e Guatemala estão atualmente muito mais preparados enfrentar a competição no mercado de cafés de qualidade do que o Brasil.

De acordo com notícia vinculada a imprensa (BBC-Londres, abril 2003), o Vietnã, o segundo maior produtor de café do mundo, depois do Brasil, planeja destruir 20% de suas plantações, como tentativa de impedir que os preços baixem ainda mais devido ao excesso de oferta. A produção do país cesceu rapidamente, e ele se tornou o maior fornecedor do mundo de grãos robusta. Atendendo a pressões internacionais, o país planeja substituir parte das plantações da variedade robusta por plantações da variedade arábica.

Segundo Vieira et al. (2001), alguns autores avaliam a competitividade de acordo com a existência de mercados segmentados, o dinamismo tecnológico e o uso adequado de economia de escala. Segundo eles, um conceito aplicável de competitividade deve ser mais abrangente do que o baseado apenas nos custos de produção. Há outros indicadores para medir a competitividade, entre eles a busca contínua pela inovação de produtos e processos, que podem ou não levar a redução custos e de preço. Nesse

caso, a concorrência não se faz via preços, mas por meio da diferenciação dos produtos.

A pouco tempo o Brasil criou o "Consórcio Brasileiro de Pesquisa do Café", que é coordenado pela Embrapa. Esse consórcio é um mecanismo para otimizar os esforços em favor do agronegócio do café, melhorando a coordenação e recursos físicos entre universidades, empresas, institutos de pesquisa, cooperativas, associações e sindicatos de produtores (Item, 2000). Possivelmente como uma proteção a isso o México tenha intensificado esforços para fortalecer sua cafeicultura, buscando modernizá-la e também diferenciar seu produto, intensificando estratégias de promoção de seu café no mercado interno e externo, e explorando a imagem dos atributos sustentáveis, para se diferenciar do café brasileiro.

Um trabalho recente sobre a competitividade da cadeia do café brasileiro, por Saes et al. (2002), ressalta que medidas importantes como a melhoria da infra-estrutura, reforma tributária, e estabilidade econômica podem ser de grande importância para a competitividade da cadeia, e que só podem ser providas, ou coordenadas, pelo Estado. Esse estudo também lança amplas medidas para a maior capacitação do setor cafeeiro do Brasil frente a criação de zonas de livre comércio. Os autores sinalam que a criação de um centro de informações sobre o mercado do café, e a eliminação das distorções tributárias, são as medidas que mais benefícios traria a todos os segmentos do setor.

A diversificação da pauta de exportações brasileiras e as negociações comerciais, como o Acordo Internacional do Café que esteve em vigor de 1962 a 1989, contribuíram para o declínio da participação relativa do café brasileiro no mercado internacional do produto (Marra et al. 2001). No entanto, com a retomada do crescimento da sua participação, atualmente o Brasil é possivelmente o único país que ainda tem disponibilidade de solos apropriados para ampliar significativamente sua produção, e em condições de conquistar parcela importante do mercado (Ormond et al., 1999).

Para Saes et al. (2002) algumas propostas políticas que poderiam contribuir para o fortalecimento da cafeicultura brasileira seriam: regulamentação técnica sobre regras e certificação de origem, incentivar o uso eficiente da água, continuar parcerias em pesquisa entre governo-setor privado-instituições, negociar a inclusão do Brasil no SGP,

linhas de financiamento para exportação de café processado e compra de equipamentos para processamento, adquirir marcas já estabelecidas no mercado internacional, possibilitar a importação de café verde, remover as barreiras tarifárias, entre outras.

Na verdade, o Brasil deixou de investir na imagem de seu café, e assim a imagem que predomina no mercado internacional que este país é um produtor de quantidade de café, em detrimento da qualidade. Hoje tanto na América do Norte como na Europa, principais mercados de café, há uma nítida ascensão dos cafés especiais, enquanto que os cafés tradicionais estão estagnado. Assim, qualquer país que procure maior inserção no mercado mundial de café, que tem um crescimento limitado, terá que aliar qualidade, produtividade e baixos custos, além de uma estratégia de marketing mais agressiva.

Para Ormond et al. (1999), não é hora de aumentar exageradamente a produção brasileira, mas sim intensificar os esforços na melhoria da qualidade e na imagem interna e externa do café brasileiro. Os exemplos da Colômbia, que distingue seu café através do marketing da sua qualidade, e dos países da América central pelo modo de produção (orgânico ou de sombra), demonstram que a disputa está cada vez mais competitivo. Uma boa estratégia e investimento suficiente em marketing, a nível doméstico e externo, pode ser um ponto forte para o Brasil aumentar sua participação no mercado. O Brasil tem muito o que explorar sobre mercados de cafés de qualidade. Como sinalou Saes et al. (2002), em 2000 dos 16 milhões de sacas de café verde exportadas apenas 300 mil sacas foram destinadas aos mercados de cafés de qualidade, sendo que o país poderia estar destinando cerca de 20% do volume total.

Em um mundo cada vez mais globalizado, uma boa estratégia de marketing é um dos fator chave para o sucesso. Muitas vezes não basta ter um produto de excelente qualidade e não estar aliado a uma boa estratégia de marketing. A Colômbia por exemplo, investiu mais de US\$ 100 milhões entre 1960-1995 na imagem internacional de seu café, e hoje tem seu produto valorizado. Também criaram a idéia de que os cafés suaves são melhores (Saes et al. 2002).

Países centro-americanos, como Guatemala e Costa Rica, vem incrementando suas exportações de cafés de

qualidade durante anos, e estão em boa posição para melhorar sua competitividade em mercado global de cafés de alta qualidade (Ortega, 2001). Outras alternativas para a diferenciação de café: *Drip Coffee* (kit completo e descartável para preparação de café), café creme (utiliza proteína em substituição ao leite), café em sachê (com medida exata para uma ou dois cafés), café com leite pronto, café em lata, outras (Ormond et al., 1999).

Para países centro-americanos, dentro de uma estratégia de mercado, devem aumentar o controle sobre cafés de baixa qualidade para assegurar a adequada diferenciação do produto. Outra medida é assistir aqueles produtores que produzem café de baixa qualidade, e que estão em áreas impróprias para a produção de café para que diversifiquem sua produção para outra atividade mais rentável. Ações como essa requerem recursos para aliviar o impacto social dessa transição (Ortega, 2001).

Medidas de ajuda ou suporte a produção de café deve ser direcionada a produção de café de qualidade, pois pouco adianta incentivar ou manter benefícios escassos para a produção de café de baixa qualidade, e que os consumidores não tem muito interesse em tomar, perpetuando os problemas e ineficiências. Há uma crescente conscientização dos consumidores sobre cafés de qualidade, e felizmente esse processo dificilmente será reverso.

Como a ALCA pode mudar alguns componentes que intervem na cadeia produtiva de café ou outras? A ALCA deverá possibilitar maior acesso a tecnologias, e possivelmente a um custo menor. Em termos de mercado abre, a possibilidade de a médio ou longo prazo ter acesso a todos os países das Américas. Outro aspecto poderá ser a maior cooperação e assistência técnica. Outro componente é a disponibilidade de financiamentos, ou financiamentos mais baratos. Muito disso será em função da maior facilidade de fazer negócios, do ganho de escala, e da maior concorrência.

Em termos de produtos "verdes", apesar de a não-discriminação ser um dos princípios do acordo, é possível que possa haver acordo a fim de criar mecanismos para incentivar esses segmentos. Uma alternativa é, quando houver prazo de desgravação, que produtos "verdes" possam ser facilitados, através de menores tarifas ou prazo menor de desgravação. Também poderia haver

simplificação de procedimentos aduaneiros para produtos certificados. Outra possibilidade poderia ser a menor burocracia no registro de produtos "verdes" a ser comercializado em outros países. Parte. Para tanto é preciso que os produtos sejam certificados. Também é importante avançar no reconhecimento de sistemas de certificação. O acordo ALCA prevê condições diferenciadas para economias menores. Assim, esses países poderiam ser liberados do compromisso de redução ou eliminação de apoio ou subsídios destinados a fomentar a produção agrícola em sistemas sustentáveis.

O Que a ALCA pode proporcionar ao café de Brasil?

O processo ALCA certamente vai gerar a necessidade de maior competência, intensificando a procura por sistemas mais eficientes, e também de sistemas que possuam maior capacidade de ganhar mercado.

O maior acesso a mercado de café estadunidense e canadense dependerá da estratégia de ação de marketing e promoção do café brasileiro, pois em termos de tarifas elas já são zero, tanto para grão não torrado, torrado e moído e solúvel; o país deve explorar melhor as vantagens comparativas que possui, como capacidade de abastecimento, maior eficiência produtiva e menores custos, e intensificar esforços em café de qualidade.

Como não há barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre o café brasileiro nos EUA e Canadá, a exceção feita aos cafés preparados com leite e açúcar, os ganhos seriam pequenos na ALCA - exemplo no Chile - (Saes et al., 2002).

De maneira geral a consolidação da ALCA pode significar bons negócios para o café de Brasil, dada sua competitividade, sendo um dos setores agrícolas do país que mais tem a ganhar com este acordo; o Brasil tem um grande potencial para aumentar sua participação no mercado em todos os segmentos do agronegócio do café.

Provavelmente será um estímulo para a indústria nacional diversificar produtos, explorar mais nichos de mercado, tanto para nível doméstico como para exportação. Saes et al. (2002), sustentam que a entrada no Brasil de café de outros países produtores poderia possibilitar às indústrias torrefadoras a composição de variados *blends*, que poderiam aumentar a oportunidade de inserção no mercado externo; hoje a entrada de café de outros países

tem sido dificultada que por motivos fitossanitários, pressão dos lobby do segmento produtor, ou pelas restrições burocráticas por parte do Governo Federal. Porém, deve haver negociação sobre regulamentações técnicas, normas técnicas e regras de origem, para que se contemple padrões mínimos de qualidade, segurança fitossanitária, e para evitar a triangulação, e evitar a entrada de café verde de baixa qualidade de outros países produtores.

Poderá ganhar mercado no México, onde hoje as tarifas são bastante altas, variando de 23% para grão verde chegando a 141% para torrado e moído, e solúvel; a queda dessa barreira pode significar o acesso a esse mercado; também poderá ter redução das tarifas do Chile que hoje estão 9%.

Outro ponto é que hoje a TEC (Tarifa Externa Comum) do MERCOSUL taxa o café verde importado de países extra-bloco em 11,5%; a partir da ALCA essa barreira deverá ser removida, e liberando o acesso de café de demais integrantes do novo bloco. O mercado brasileiro deixará de ser cativo, e o consumidor poderá valorizar o café importado, isso em função de não haver tradição na oferta de café de boa qualidade no mercado interno; isso é bom para o consumidor.

Também possibilita a entrada de café oriundo de outros países integrantes da ALCA no país. A possível triangulação de café verde de países da Ásia e África poderia ser barrada através de regra de origem que proíba a triangulação. Poderá se esperar a entrada de uma pequena parcela de cafés suaves, isso porque são mais ácidos e tem menos "corpo" que o café brasileiro, assim, é esperado que entre mais para compor *blends* do que para substituí-lo (Saes et al., 2002).

Há quem argumente que a privatização de portos, ferrovias e rodovias, poderia trazer melhorias e assim, poderia contribuir para uma melhor logística, aumentando a competitividade do setor cafeeiro brasileiro.

Apesar de ter que enfrentar a competência dos mexicanos com seu apelo ambiental também podem fazer uso de técnicas mais limpas, como a adoção da produção integrada de café, ou mesmo a produção orgânica (que ainda está em fases iniciais de implementação, e não tem expressão econômica, mas que tem apresentado um crescimento contínuo).

Uma maior intensidade na procura por produtos diferenciados, com maior valor agregado, também vai beneficiar o meio ambiente pela uso de sistemas "ambientalmente mais limpos".

Saes et al. (2002) argumentam que em café verde há de se considerar as barreiras técnicas, pois para o Brasil é importante exigir a implementação de ações que visem a harmonização das regras de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, já que as normas brasileiras tendem a ser mais rigorosas, e acarretam em maiores custos, que os demais produtores concorrentes.

Em uma hipótese de que o México faça uma proposta ousada para a abertura de seu mercado de café, que está protegido por tarifas relativamente altas (Tab. 58), poderá facilitar o acesso de café de outras origens, como o café do Brasil. Por outro lado também poderão acessar mais facilmente ao mercado brasileiro, que de certa forma também é protegido. Intensificaria a necessidade de modernizar o setor cafeeiro, para torná-lo ao menos a médio prazo mais eficiente e competitivo. Possibilidade de acesso a outros mercados no hemisfério, mesmo que de menor significância, aproveitando a experiência que possui em livre comércio (NAFTA).

O livre mercado exigirá maior competência no processo e maior escala, assim haveria a necessidade de reforçar o caráter associativo dos produtores. Isso poderia favorecer a redução na venda de café cereja e aumentar a participação de café processado. Isso já é uma medida que está em processo de conscientização dos produtores mexicanos de que eles devem ir mais além, e agregar valor ao produto e além de aumentar o poder de negociação; isso já está sendo acompanhado por processo de capitalização de projetos viáveis.

Acredita-se que a maior concorrência hemisférica possivelmente será com o café de Brasil e Colômbia, e com os países centro-americanos em café "*sustentável*". Assim, dependerá muito da disposição dos consumidores norte-americanos em valorar outros atributos, como sociais e ambientais, bem como da capacidade mexicana em promover seus produtos. Também será necessário maior integração da cadeia produtiva de café, principalmente os sustentáveis, para baixar os custos e oferecer produto de qualidade e em quantidade suficiente. O México conta com o diferencial principal de incluir outros atributos de

qualidade que vai além do produto em si, mas por valorar o meio ambiente e as questões sociais. Estima-se que café de especialidade representa cerca de 17% do total das importações estadunidense de café verde, com vendas de cerca de 40% do valor do mercado estadunidense de café. É um mercado grande e promissor para o café de México, mas possivelmente terá que buscar ampliar suas vendas para países extra bloco, para não ficar muito dependente do mercado norte-americano de cafés. Também há possibilidade de que com a ALCA poderá haver um maior direcionamento dos investimentos no setor cafeeiro do Brasil, tornando-o mais competitivo no mercado de café de qualidade, o que poderá conduzir a uma perda de participação do café de México no mercado estadunidense, que hoje é importante.

Muitos consumidores já não querem café comum, estão mais exigentes, e estão cada vez mais dispostos a comprar produtos de qualidade ou com alguma inovação. Segundo às teorias econômicas, o livre mercado poderia melhorar o poder de compra dos consumidores, que por sua vez poderiam estar mais dispostos a pagar um maior preço por produtos de qualidade, ou que possua diferencial ambiental ou social. A redução tarifária em México facilitará o ingresso de café de outras origens possibilitando preço mais baratos aos consumidores, porém devem gerar alguma dificuldade aos produtores internos.

Há oportunidade de promoção do café de qualidade, a nível nacional e internacional, e ampliação do consumo interno de café de qualidade. Também tem a possibilidade de ampliar a promoção e imagem do café mexicano no mercado internacional. Já está em implementação um programa estratégico para esse fim. Pode ser interessante trabalhar junto ao consumidor o impacto socioeconômico e ambiental que pode ter uma xícara de café na vida cotidiano. O país tem oportunidade de produzir e comercializar "*café sustentáveis*" pois tem uma vocação natural para isso, principalmente para café de *sombra* e *orgânico*, em unidades de produção familiar; isso abre a oportunidade do país impulsionar sua participação nos mercados de café especiais.

Para o México, a melhoria constante da qualidade e competência em todas as etapas da cadeia produtiva é importante para enfrentar as demandas de um mercado cada vez mais globalizado; ex. necessidade de

modernização agroindustrial e processos de beneficiamento. Um aspecto positivo é que cada dia mais produtores, empresas e consumidores estão trabalhando em conjunto de modo a fomentar a indústria do café com maior respeito ao meio ambiente, e com maiores benefícios econômicos e sociais para os produtores; três categorias têm destaque: *café orgânico*, *café de comércio justo* e *café de sombra*.

Para México acredita-se que dificilmente haverá uma corrida ao uso de agroquímicos e mecanização para buscar maiores produtividades, até porque não há recursos financeiros para isso, e nem é a vocação natural do país. Porém, poderá fazer uso de outras técnicas que podem tornar-se disponível para melhorar a produtividade e o manejo da cultura. Facilitação na transferência de novas tecnologias que poderiam tornar o processo mais eficiente, com tecnologias com menor impacto ambiental, como a modernização do beneficiamento úmido (ex. maior eficiência no uso da água ou tratamento dos efluentes) ou do acesso a tecnologias de manejo dos sistemas produtivos, e inclusive tecnologias de informação. Possibilidade de ampliar produção de café "*sustentável*", e especializar-se na oferta de café de sombra, orgânico, ou comércio justo (certificados), tanto para atingir mercado hemisférico como os demais mercados externos. Também poderia estimular o investimento estrangeiro nesses segmentos de cafés para aproveitar as vantagens comparativas.

Seria interessante a adoção de selo de qualidade (voluntário) que permita identificar, no mercado interno e externo, que o produto adquirido pelo consumidor é de alta qualidade, além de ser uma garantia da origem, também contendo as propriedades do produto.

Necessidade de políticas públicas para motivar a modernização do setor, integração da cadeia produtiva, melhoria da qualidade e da competitividade. Assim, é altamente desejado a implementação de política clara e de longo prazo e com uma adequada visão com vista ao desenvolvimento social no meio rural. Há uma grave questão social no campo que necessitam ser superadas o que demanda, entre outras coisas, de visão estratégica e de políticas adequadas.

Os impactos da ALCA para Guatemala em termos de café são semelhantes ao que passará com México. Apesar de já comercializar praticamente a metade de sua produção

com os EUA, o sucesso dependerá da capacidade de oferecer produto de qualidade a preços competitivos com os demais integrantes. Salienta-se que poderá haver maior interesse de multinacionais se instalarem no país, aproveitando a oferta de café de qualidade e de mão-de-obra barata e abundante. O maior ou menor sucesso dependerá da capacidade do país de atrair investimentos externos, e que acreditem no país como um centro de exportação de cafés de características superiores de qualidade. O país já tem uma política bastante aberta para investimentos externos, mas acredita-se que a ALCA possa melhorar a disponibilidade de recursos financeiros para financiamento ou créditos mais favoráveis no país, que por sua vez poderia ter impacto positivo nos setores produtivos.

Também terá acesso a dois mercados relativamente grandes, mexicano e brasileiro. Desses, o mercado brasileiro é o mais interessante, pois o nível de concorrência no mercado doméstico nesse país é bastante baixo, sendo que tem um consumo importante e que seus consumidores estão mais atentos a qualidade comparado a última década. Por outro lado, também terá que abrir seu mercado, apesar de pouco expressivo, para outros concorrentes. Porém isso deve ser considerado como um incentivo a melhoria dos processos produtivos em Guatemala. Ainda, o ingresso de café de outros países pode contribuir para a indústria cafeeira de Guatemala na composição de diversos *blends* e vice-versa.

Já para pequenos produtores nesse país, afim de enfrentar melhor o novo cenário devem vincular-se em associações e/ou cooperativas afim de ganhar escala, atuar em várias fases da cadeia produtiva, e escapando assim dos intermediários, e com isso podem receber melhores preços e contar com outros serviços como suporte técnico e maior acesso a financiamentos.

Tabela 30. ALCA – Perspectiva de fluxo de comércio café para Brasil, México e Guatemala.

Importação	Origem exportação		
	Brasil	México	Guatemala
EUA	+	-	+
Canadá	+	+	+
Brasil	-----	+	+
México	+	-----	=
Argentina	- / =	+	+
Chile	+	=	+
Outros hemisféricos	+	=	=

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 31. ALCA – Perspectivas para sistemas de produção de café em termos de área cultivada.

Descrição	Área		
	Brasil	México	Guatemala
Convencional	+	=	+
Econômico	+	=	+
Ambiental	-	=	-
Social	=	=	+
Sistema de prod. Sustentável	+	+	+
Econômico	+	+	+
Ambiental	+	+	+
Social	+	+	+

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 32. Prováveis conseqüências da desgravação tarifária na ALCA para México, Guatemala e Brasil.

Descrição	Importação	Exportação
Café do México		
Café verde	Aumento	Estável
Café torrado e moído	Aumento (pouco significativo)	Aumento
Café Solúvel	Aumento (pouco significativo)	Estável
Café da Guatemala		
Café verde	Ligeiro aumento	Ligeiro aumento
Café torrado e moído	Ligeiro aumento	Ligeiro aumento
Café Solúvel	-----	-----
Café do Brasil		
Café verde	Aumento (pouco significativo)	Estável
Café torrado e moído	Ligeiro aumento	Aumento
Café Solúvel	Aumento (pouco significativo)	Aumento

Obs: o aumento significativo das exportações depende de políticas de incentivo a exportação (principalmente crédito); como não há tarifas sobre o café brasileiro nos EUA e Canadá, exceção aos preparados com leite e açúcar, os ganhos seriam pequenos (Chile) na ALCA¹⁵. Fonte: elaborado pelo autor; Café de Brasil extraído de Saes et al. (2002).

6 . O CASO MAÇÃ

A maçã (*Malus sp.*) é uma típica frutífera perene de clima temperado. Tem certa exigência em frio, o que limita o seu cultivo, sendo mais indicado para áreas temperadas e/ou clima subtropical, onde possui melhor adaptação, e maior resposta produtiva. É uma espécie exigente em tratamentos culturais, principalmente fitossanitários. A maçã pode ser utilizada para consumo fresco, como para indústria. A fruta depois de colhida pode ser armazenada por ± 10 meses em condições adequadas, evidentemente que quanto maior o tempo de armazenagem há uma perda gradativa da qualidade.

A fruticultura é exercida predominantemente por pequenas e médias propriedades em quase todos os países, basicamente em função do manejo da cultura, da intensidade de mão-de-obra, e da flexibilização de custos frente a variação de preços. A produção de frutas para exportação é baseada em pequenos e médios empreendimentos, com sistemas de comércio acoplado a grandes companhias ou estruturas governamentais, que organizam a colocação do produto no mercado internacional. Também há empreendimentos em grande escala e muitas vezes orientados a exportações.

O mercado internacional é dominado por frutas de clima temperado e que são consumidas nos grandes mercados, tanto na Europa como nos EUA. Nos últimos anos as frutas que tem tido maior expansão de sua produção tem sido a pêra e a maçã, com crescimento médio anual de cerca de 6%. Quanto a produção de maçã, os países que apresentaram maior crescimento médio foram China com 26%, Egito com 50%, e Polônia com 9% (Filho et al., 2000).

A maçã representa cerca de 17% da produção mundial de frutas e 19% das exportações de frutas frescas (Filho et al., 2000). Entre 2000 e 2003 a produção mundial tem

situado-se em torno de 45 milhões de toneladas métricas (Figura 21). A produção mundial de maçã atingiu o auge em 2000, teve uma queda no ano seguinte, e prevê ligeira queda para a safra 2002/2003 (Figura 21). De acordo com dados da FAO, as exportações mundiais de frutas representam um mercado anual de aproximadamente US\$ 20 bilhões, e o de maçã de aproximadamente US\$ 2,6 bilhões.

A mudança nos hábitos alimentares fez surgir a "geração saúde", que já é consolidado entre os europeus e norte-americanos, de consumir produtos *in natura*, sendo assim, abre-se uma perspectiva adicional de consumo de frutas frescas

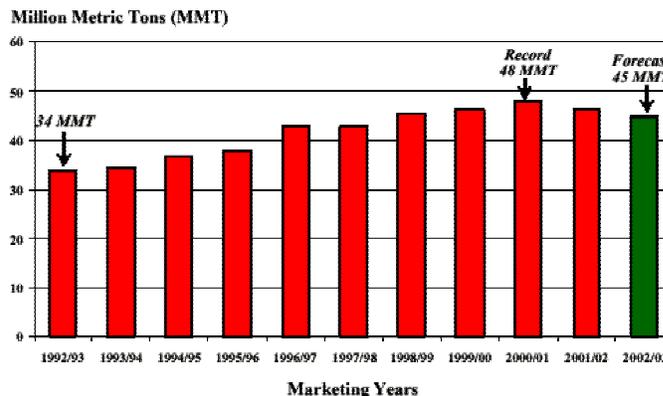
Tabela 33. Maiores produtores mundiais de maçã.

Países	Produção (ton)	Superfície (ha)	Produtividade
China	20.050.000	3.700.000	5,0
U.S.A	4.300.000	170.000	28,2
Turquia	2.400.000	121.000	17,4
Iran	2.350.000	150.000	13
Itália	2.132.000	70.000	28,6
França	2.055.000	70.000	25,7
Alemanha	1.536.000	45.000	31,1
Índia	1.320.000	210.000	5,7
Polônia	1.280.000	-	-
Argentina	1.000.000	60.000	23,3

Fonte: FAO, 2002; Centro de Pomáceas (Chile)

Em termos de produção mundial de frutas, há que considerar a participação da China (Tab. 33), que vem aumentando sua produção de maçã, mas ainda não é superavitária, no entanto em termos do aumento da produção total (18% a.a) e da participação no abastecimento mundial (12% a.a.) sugere uma estratégia de reposicionamento como supridor do mercado mundial, especialmente em frutas de clima temperado como maçã e pêra (Filho et al., 2000).

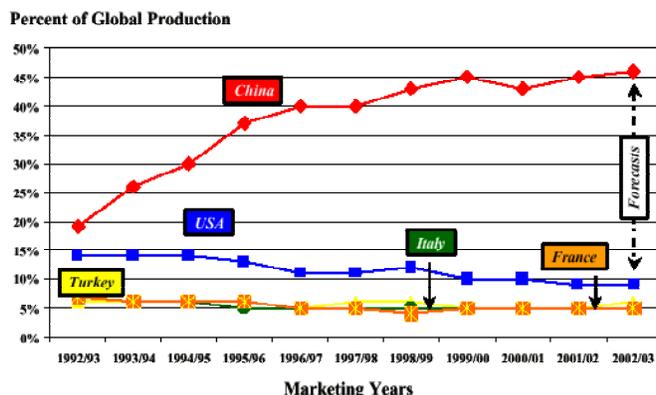
Figura 21. Produção mundial de maçã.



Source: USDA Agricultural Attache Reports and the U.S. National Agricultural Statistics Service. Extraído de FAS/USDA (2003)

O governo chinês está implementando políticas para diversificar sua produção, o que pode contribuir para a redução de sua área com macieira. Já a produção de maçã estadunidense segue em queda desde 1994/95 (Figura 22). Em 2002/03 pode chegar a 3.8 milhões de toneladas, que são os menores patamares desde 1988/89. A redução em área e produção se deve em parte por problemas financeiros, que tem forçados aos produtores a abandonar o negócio (FAS/USDA, 2003).

Figura 22. Evolução na participação na produção mundial dos maiores produtores.



Source: USDA Agricultural Attache Reports and the U.S. National Agricultural Statistics Service. Extraído de FAS/USDA (2003)

Quanto aos produtores de maçã do hemisfério sul, para o ciclo 2002/03 a expectativa é de crescimento da produção para 4.4 milhões de toneladas. Essa tendência se deve principalmente pelo aumento da produção de Chile e Argentina, favorecida em parte pela desvalorização de suas moedas. O Chile e a Argentina são os maiores produtores de maçã do hemisfério sul, juntamente com a África do Sul. Com exceção da China, a produção mundial tem permanecido relativamente estável na última década. De maneira geral, pode-se dizer que o mercado mundial de maçã está em crise, marcadamente devido ao excedente de produção, baixos preços e pela forte competitividade (FAS/USDA, 2003).

A Europa participa de 47% das exportações de frutas frescas, enquanto que a América com cerca de 36%. Quanto a importações, Alemanha, EUA, Inglaterra, e

França absorvem 42% do comércio internacional de frutas frescas, sendo que a Alemanha é a maior importadora com 16%, seguida dos EUA com 11% (Filho et al., 2000).

De acordo com prognóstico da produção para 2005, há

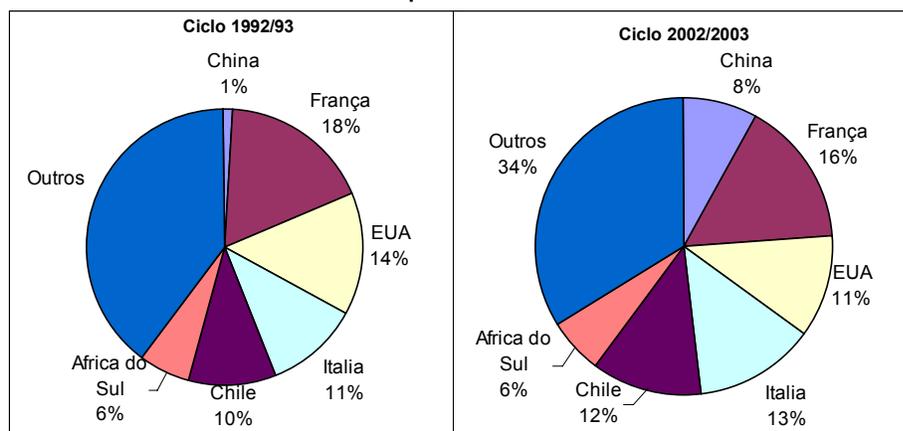
Região/País	1997/98	2005
Europa	10.630.000	13.439.000
Europa (EU)	6.920.000	8.779.000
Europa (resto)	3.710.000	4.660.000
América del Norte	5.610.000	6.800.000
Asia	24.430.000	33.850.000
China	18.500.000	27.750.000
Russia	1.150.000	1.200.000
Resto	4.780.000	4.900.000
Hemisfério Sur	4.250.000	5.160.000
Otros	8.245.000	9.070.000
Total	53.165.000	68.319.000

Fonte: The World Apple Report ; Centro de Pomáceas (Chile)

perspectiva de crescimento na Europa, Ásia (basicamente pela China), na América do Norte, e no hemisfério sul (Tabela 34).

Nos últimos 10 anos, a China tem ampliado sua área cultivada e produção de maçã, e tem ganhado mercado muito rapidamente nos últimos 10 anos. O Chile e Itália também ampliam participação nas exportações. Por outro lado, EUA, França e outros países tem perdido participação (Figura 23).

Figura 23. Evolução na participação nas exportações de maçã pelos principais exportadores.

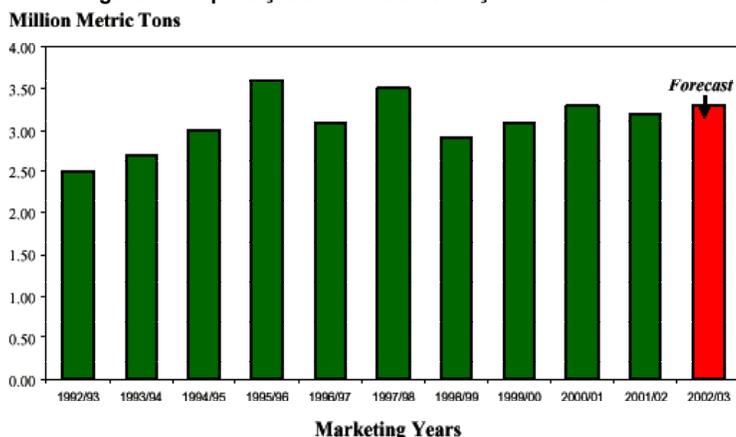


Fonte: USDA Agricultural Attache Report and the U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census; in FAS/USDA (2003).

Os maiores produtores nem sempre são os maiores exportadores, sendo assim, países com mercados internos pequenos como Nova Zelândia e Chile tem boa participação no mercado em virtude da grande

predisposição a exportar. Ao mesmo tempo, países que são grande produtores também são grandes consumidores, como os EUA, que importa maçã por razões estacionais, variedades ou para atender nichos de mercado. Já outros como Holanda e Bélgica, são portas de entrada de frutas para a Europa, e assim, tornaram-se grandes importadores e exportadores (Pronofruta, 2002).

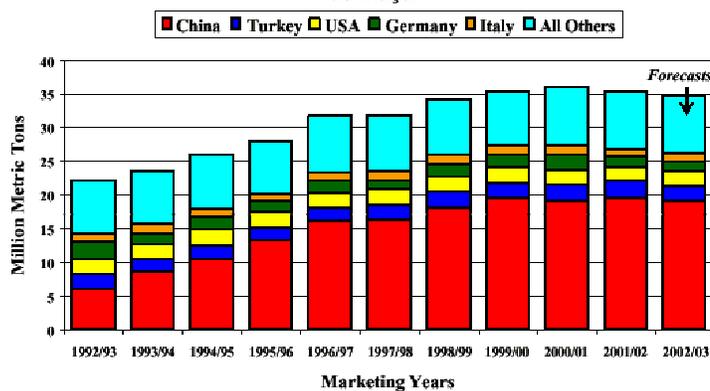
Figura 24. Importações mundiais de maçã 1992-2003.



Source: USDA Agricultural Attache Reports and the U.S. National Agricultural Statistics Service. Extraído de FAS/USDA (2003)

As importações mundiais de maçã tem se estabilizado em cerca de 3,25 milhões de toneladas métricas nos últimos 4 anos (Figura 24). Essa estagnação aliado aos prognósticos de aumento da produção pode significar que deve se acirrar a competição por mercados, e significar queda nos preços devido a sobre-oferta. Em um setor que já se encontra em crise, esses prognósticos podem ser um tanto negativos se não for acompanhado de um significativo aumento na demanda.

Figura 25. Participação dos países no consumo mundial de maçã.



Source: USDA Agricultural Attache Reports and the U.S. National Agricultural Statistics Service. Extraído de FAS/USDA, 2003

A maçã é uma das principais frutas comercializadas e consumidas no mundo, sendo que também são bastante consumidas em forma de sucos. A demanda de frutas frescas está concentrada na Europa e nos EUA, que absorvem respectivamente 60% e 11% das importações mundiais. No entanto, esses mercados são grandes produtores e produtores de frutas frescas.

A China além de ser o maior produtor mundial de maçã também é o maior consumidor com consumo próximo a 19 milhões de toneladas. Outros países que também tem destaque no consumo são EUA, Turquia, Alemanha e Itália, que juntos consomem cerca de 7 a 9 milhões de toneladas. O restante é distribuído nos demais países (Figura 25). Como podemos ver, nessa mesma figura, não há nenhuma região que se destaque pelo incremento de consumo nos últimos anos.

Tabela 35. Consumo per capita mundial de frutas frescas. (Kg/hab/ano)

País	Consumo total frutas	Maçã
Itália	103	35
Suíça	102	66
Espanha	82	33
Bélgica	80	61
França	55	34
Alemanha	44	26
EUA	39	17
Coréia	25	16
Japão	16	8
México	12	8
China	10	6
Chile	-	7-9
Brasil	-	5

Consumo da maçã mundo: 10kg/hab/ano.

Fonte: Centro de Pomaceas (Chile); modificado pelo autor. Porém se fazer o calculo da sua produção divididos pela população, se verifica que o consumo per capita deve ser maior.

Em termos de consumo per capita de maçã, se destacam em um primeiro grupo Suíça e Bélgica, com consumo extraordinário. Um segundo grupo com Itália, Espanha, França, Alemanha, além de EUA e Coréia, todos com consumo per capita elevado. Um terceiro grupo constituído por países como Japão, México, China, Chile e Brasil, com consumo relativamente baixo, portanto com plena capacidade de expansão (Tab. 35). Como vimos na figura anterior, o consumo também está estagnado em China, que tem consumo per capita relativamente alto (6 kg/hab/ano), superior ao consumo per capita brasileiro.

A maçã no hemisfério

Em termos de condição climática para produção de frutas, os três países selecionados para o estudo têm vantagens, pois possuem condições para cultivo de diversas espécies, tanto de clima temperado como de clima tropical.

Tabela 36. Fluxo de comércio maçã fresca nos principais mercados hemisférico, na média de 1999-2002 (em ton).

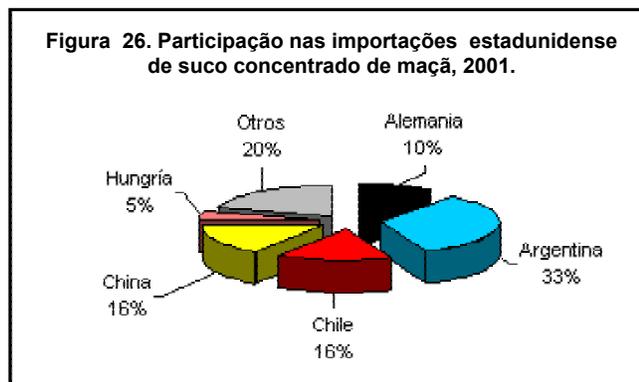
Pais	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	% Part. mundial	Processado	Principais destinos
Brasil	838.730	58.420	897.150	837.470	59.680	(<2%)	-	Europa (94%), Ásia (2%), Colômbia (1%), EUA (0,5%), Barbados (0,3%), Costa Rica (0,2%), outros (2%) EUA**
México	423.950	171.310	595.260	510.000	-	-	85.250	Europa (24%), EUA (10%), Arábia (9%), Colômbia (9%), Venezuela (6%), Equador (5%), México (6%), Peru (5%), Brasil (3%), Bolívia (3%), demais (20%)
Chile	957.500	30	957.530	107.090	521.800	(12%)	328.640	México (29%), Canadá (17%), Taiwan (15%) Hong Kong (5%), Indonésia (5%), outros (29%). EUA (68%), Filipinas (12%), México(7%), UK (13%), Europa (49%), Brasil (28%), Rússia (13%), Outros (10%)
EUA	4.449.875	173.910	4.623.790	2.249.550	609.920	(13%)	1.764.320	
Canadá	529.870	121.780	651.650	389.680	61.980	(<2%)	200.000	
Argentina	1.019.470	4.500*	1.023.980	359.480	163.850	(4%)	500.650	

Fonte: elaborado pelo autor, com dados do USDA; FAS-USDA (2003); INDEC (Argentina); Statistics Canadá; U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census; ODEPA (Chile); **exporta algumas toneladas aos EUA na entre safra;

* representam menos de 3% da oferta interna, e 90% vem do Chile; suco concentrado vem do Brasil (1.500ton).

Como pode ser observado, nesses países selecionados e que são importantes em termos de cultivos, consumo, processamento e exportação de maçã, se verifica que quase todos são auto-suficientes, exceto México. Canadá por exemplo, importa praticamente a mesma quantidade que exporta. Já os EUA importam cerca de 170 mil ton, porém exporta muito mais do que isso (Tab.36). Assim, podemos caracterizar o hemisfério como exportador líquido de maçã, com exportações próximas a 1,5 milhões de toneladas. Os principais destinos das maçãs do hemisfério são para Europa, Ásia, e intra-ALCA.

Também há um volume importante de maçã que é processada. Os EUA apesar processarem grande volume ainda importa volume importante para suprir sua demanda doméstica. Argentina e Chile suprem quase 50% desse mercado (Fig. 26).



Fonte: Dirección Nacional de Alimentación según datos del USDA; em Bruzone (2003).

Dos exportadores mundiais de suco de maçã, Argentina e Chile se destacam como os principais a nível hemisférico, com participação no mercado mundial de cerca de 10% e 7% respectivamente. Atualmente as exportações mundiais de suco de maçã rondam as 770 mil ton. A Polônia e China são os principais produtores mundiais, sendo que a produção da china registra crescimento alto e sustentado, devido ter um preço médio menor que seus competidores. Os EUA ocupam o terceiro lugar como produtor, destinando quase a totalidade a seu mercado interno (Bruzone, 2003).

Atualmente um 24% do mercado de exportação de suco de maçã corresponde a Polônia, e 20% a China, que deve destacar-se como o principal abastecedor nas próximas temporadas. A Argentina, líder no hemisfério sul, participa com cerca de 10% do comércio mundial e divide o 4º lugar com Alemanha. A China coloca cerca de 36.000 ton no mercado estadunidense e vem crescendo a taxa média anual de 70%. Apesar de em 2000, os EUA terem aplicado uma sobretaxa tarifária (entre 9% e 52%) sobre o suco chinês, devido um possível *antidumping*, os ingressos continuaram aumentando. EUA é um grande importador, somente superado pela Alemanha, que absorve 45% (Bruzone, 2003).

Tabela 37. Produção e destino da maçã orgânica no hemisfério.

País	Área (ha) / Produção (ton)			Principais Destino
	1998/1999	1999/2000	2000/2001	
Chile *	95 ha	144 ha (73 ton)	234 ha	EUA
Canadá	-	-	320 ha	-
EUA	-	-	7.000 ha	Mercado interno
Brasil	n.d	n.d	n.d	n.d
Argentina	-	380 ha (3.322ton; 612 ha (Exp. 2.526 ton) c; (exp. suco 114 ton ou 65.000 litros)d	600 ha (5.157 ton); 5.183 ton (exp. 5.158 ton) a; + (suco cenc. 304 ton suco ou 114.000 litros)b	Europa (85%), EUA (12%), outros (3%)
Mexico	2.010 ha; (2.285 ha; Prod. 2.080 ton)	2.300 há	5% da área	EUA e mercado interno

a= 4.532 ton (UE); 609 (EUA); outros (17 ton; 1 ton Brasil e 16 ton Noruega); b= 42 ton (Europa); 262 ton (EUA); c=298 ton(EUA); 2.040 ton (UE); 188 ton (outros); d=114 ton (EUA); * estimativa de 850 ha para 2005;

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de: Senasa (2002); Senasa (2001); Garcia (2002); Granatstein & Kirby (2002); Darolt (2003); Puppi & Ramirez (2001); apostado na produção orgânica em maçãs é o México,

Se verifica que os volumes de maçã orgânica são bastante pequenos (Tab. 37), comparado aos volumes de maçã convencional, caracterizando-se assim como um nicho de mercado. Nesses dados não estão as maçãs em sistema de Produção Integrada, pois não há dados disponíveis.

De acordo com informe da FAO (2001), os principais destinos da produção orgânica de frutas e verduras chilena em 1999/2000 foram: EUA (70%), Europa (23%), e outros (7%).

havendo informações de que cultiva cerca de 5% da área nesse sistema. Depois vem Argentina, Canadá e Chile.

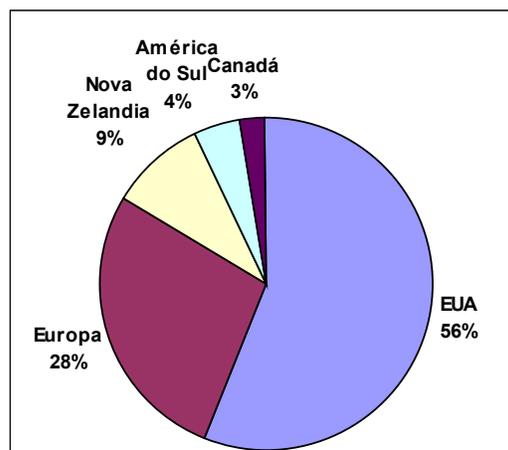
Em Canadá a maçã orgânica ainda é muito incipiente (\pm 320 ha), porém tem área bem estabelecida no Vale de Okanagan, em British Columbia (Granatstein & Kirby, 2002). A Nova Zelândia, Chile e Argentina tem expandido sua produção voltado à exportação em nichos de mercado de frutas frescas, principalmente para os períodos de entressafra do hemisfério norte.

A produção orgânica tem crescido rapidamente na Argentina, com números que relatam aumento de 1.100% em apenas quatro anos, atingindo área de mais de 2.8 milhões de hectares. A maior parte da área é destinada a pastagens, mas tem cerca de 240.000 ha em outro cultivos. Já a área estimada com maçã orgânica ainda é pequena, apenas 324 ha em 2001 [Granatstein & Kirby, 2002]. Também possui produção de suco concentrado orgânico de maçã, cerca de 65.000 litros em 1999, e 114.000 litros em 2000 (García, 2002).

Entre os produtos orgânicos, as frutas exportáveis são as que mais crescem em Argentina, depois de produtos aromáticos e produtos industrializados. Se incrementou em 150% às exportações de pêras orgânicas e 104% para maçã orgânicas, produtos de principal oferta. Os principais mercados de destino são o mercado europeu, com cerca de 85% de toda a fruta orgânica exportada; e EUA com cerca de 12% da exportação de maçã orgânica exportada pela Argentina. Entre os produtos orgânicos industrializados exportados estão o azeite de oliva, suco concentrado de uva, e de maçã (Puppi & Ramirez, 2002).

No Brasil não há informações quanto a área ou volume de cultivo nesse sistema. Porém, vale ressaltar que o Brasil

Figura 27. Área mundial com maçã orgânica em 2001 (em ha).



Fonte: Granatstein e Kirby (2002)

Para Granatstein e Kirby (2002), a área mundial estimada com maçã orgânica em 2001 foi de aproximadamente 12.500 ha, sendo a maior parte localizada nos EUA onde se cultiva quase 7.000 ha nesse sistema. Já a América do Sul tem relatado apenas 560 ha em maçã orgânica (Figura 27).

Em produção orgânica a nível hemisférico e mundial os EUA são os maiores produtores. Outro país que tem

praticamente optou por adotar a Produção Integrada, que é considerada um meio termo entre convencional e orgânico. Em cultivo de maçã orgânica o manejo necessário é bastante complexo, um período de aprendizagem em PI pode possibilitar experiência suficientes para depois então investir em produção orgânica. A nível de Brasil há informações de que para o próximo ano cerca de 25% da produção será sob sistema PI.

Já em termos de consumo de produtos orgânicos de forma geral, em Chile aproximadamente 40% da produção é destinado ao consumo interno, devido ser sistema relativamente novo e ainda não consolidado, com produção total não expressiva economicamente.

Na temporada 99/00 a América do Norte (EUA e Canadá) representou o principal mercado de Chile, com 40% das exportações de frutas, seguido de América Latina e Europa com 25% e 23%, depois Extremo Oriente com 7% e Oriente médio com 5% (Minchel, 2002).

MAÇÃ – Chile, Brasil e México

Chile: A fruticultura chilena nasceu exportadora, pois não conta com um grande consumo interno. Seu sucesso foi desenhado para atingir mercados externos. O país montou um sistema exportador, com uma cesta restrita de frutas, e entregou a grandes *tradings* o processo de comercialização (Filho et al., 2000). Dentro de hemisfério sul, o Chile representa 35% das exportações de maçã, sendo o terceiro maior exportador mundial. Hoje a produção de frutas no Chile representa cerca de 8,6% das suas exportações (Minchel, 2002). De acordo com Odepa (Chile), em termos de valor às exportações chilenas de maçã (1998 a 2000), representaram em média cerca de US\$242 milhões.

Brasil: De acordo com o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), o Brasil é um dos maiores produtores de frutas do mundo, com 42 milhões de ton. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,2 milhões de hectares, gera 4 milhões de empregos diretos e um PIB agrícola de US\$ 11 bilhões. Nos últimos 12 meses, em relação ao ano anterior, o Brasil teve um crescimento em 20% nas exportações de frutas.

Desde a metade dos anos 70 até hoje, o Brasil gradualmente passou de grande importador a grande produtor de maçãs. Mas devido seu consumo doméstico

ainda importa certa quantidade de maçã, e exporta muito pouco. Porém, em anos recentes tem sido notável os esforços do setor organizado para exportar maçã, principalmente para a Europa.

Segundo informações divulgadas pela IBRAF, pelo quarto ano consecutivo a balança comercial brasileira de frutas frescas se mantém superavitária. As exportações de frutas frescas obtiveram 12% de crescimento em valor e 15% em volume em relação ao ano de 2001. O incremento das exportações de frutas foram impulsionadas pela banana, que aumentou o volume de exportações em 129%; maçã com 84%; limão 47%; uva 28%; e mamão com 25%. Ao contrário, as importações de frutas frescas sofreram queda de 20% em volume e 25% em valor, sendo que em pêra teve queda em volume de 30%, e a maçã queda de 38%. Isso demonstra que o país está se capacitando, e que as políticas governamentais direcionadas para o setor nos últimos anos tem dado certo.

México: As frutas de clima temperado cobrem entre 20 e 25% da superfície total destinada a produção de frutas no México, mas às exportações destas espécies são muito menores se comparado com a produção e a exportação total de espécies tropicais. De maneira geral, cerca de 10% da produção de frutas no país é destinado a exportação. O México tem sido um dos maiores mercados importadores de maçã em anos recentes. Mas tem sido realizado esforços grandes de investimento e extensão para apoiar a exportação de frutas (Perez, 2000). De acordo com o Banco do México, as exportações de frutas frescas participaram com cerca de 12% das exportações agrícolas entre 1999 e 2000, com valor de aproximadamente US\$ 490 milhões anuais.

Região produtora - Area cultivada – Cultivares

Figura 28. Regiões de Chile com cultivo de maçã e regiões onde há algum tipo de cultivo orgânico.



Chile: No Chile as regiões produtoras de maçã são: VII (58% da área), VIII, IX e X (Fig. 28) . Em termos de posição geográfica, o Chile está em uma posição privilegiada, protegida por barreiras naturais como a Cordilheira a leste, Pacífico a oeste e deserto de Atacama ao norte (Filho et al., 2000). Em termos de produção orgânica de alimentos estende-se da região IV a X (Fao, 2001).

O Chile possui aproximadamente 240.000 ha com frutas. A área cultivada no país com maçã é de aproximadamente 36.000 ha no ano de 2001 (Odepa, 2002a). A área com maçã representa 18% da área total com frutas, sendo que 90% da produção de maçã se localiza nas regiões VI e VII (Minchel, 2002).

Brasil: Muito bem adaptadas aos climas regionais, as maçãs encontradas nos mercados brasileiros provem, do sul e do sudeste do país, principalmente dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As maçãs brasileiras atualmente ultrapassam em qualidade e preferência do consumidor brasileiro as famosas maçãs Argentinas.

De acordo com dados do IBGE, o Brasil possui área plantada de cerca de 31.000 ha, e vem crescendo em cerca de 3%a.a. O Estado de Santa Catarina possui área de aproximadamente 17.000 ha, o Rio Grande do Sul têm 13.500ha, e juntos representam cerca de 94% da áreas do país com macieira.

Para variedades verdes o Brasil não tem clima, tampouco existe um mercado com hábito de consumo dessas variedades. O Brasil tem clima apto para as variedades vermelhas, e a superfície com maçã no Brasil tem crescido a uma taxa de 10 a 15% ao ano, principalmente em cvs. Fuji e Gala.

México: No México 24 estados são encarregados da produção nacional. As principais regiões produtoras de maçã são os estados de: Chihuahua, Durango, Coahuila e Puebla. Estas abarcam cerca de 85% da produção total.

Desde 1980 a superfície estabelecida de maçã tem se mantido acima de 65.000ha. A distribuição da área também se concentra nos Estados de Chihuahua (36%), Durango (19%), Coahuila (13%) e Puebla (9,9%). Juntos representam quase 80% da área total. Quanto a produção, 57% concentra-se em Chihuahua, 13% Durango, 8% Coahuila, 7% Puebla e 15% em outros. A produção nacional tem evoluído a uma taxa média anual de 6% (Mercado, 1998).

Produção e comércio de maçã**Produção – Importação e Destino****Chile****Tabela 38. Produção, importação e destino da maçã no Chile (em ton/métricas).**

Ciclo	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	Processado
1999/00	760.000	60	760.060	98.360	387.700	274.000
2000/01	1.000.000	60	1.000.060	90.000	540.516	369.544
2001/02	1.010.000	0	1.010.000	110.000	569.000	331.000
2002/03*	1.060.000	0	1.060.000	130.000	590.000	340.000

Fonte: FAS-USDA (2003) * estimativa;

A produção total de maçã no Chile é na média de pouco mais de 900.000 ton ano. Em anos mais recentes os volumes chegam a superar 1 milhão de toneladas. A produtividade da maçã chilena está em cerca de 25 ton/ha, o que é considerada competitiva. O país não possui consumo interno significativo para maçã. Assim, sua estratégia é direcionar esforços para o mercado de exportação, sendo que as exportações são da ordem de mais de 550 mil ton. anuais (Tab. 38).

A época de produção de frutas de clima temperado no Chile ocorre no período de entre safra do hemisfério norte, colocando o país em um posição privilegiada e em boas condições de ser supridor desse mercado, principalmente em maçã.

A Europa historicamente tem sido o principal destino da maçã chilena, principalmente das variedades verdes. Em função de recente acordo comercial com a UE, há expectativas promissoras para exportações de frutas frescas a tarifas reduzidas, permitindo um maior acesso a este mercado. A UE recebe mais de 25% das frutas frescas do país. A maçã ficou sob tarifa zero desde o momento da assinatura do acordo (Odepa, 2002a).

As exportações de maçã de Chile em 2001 destinaram-se principalmente para o hemisfério, abrangendo 55% das exportações, com o principal comprador sendo os EUA com 11,5%. Isso demonstra a importância que os parceiros de ALCA representam como mercado da fruta chilena, em especial os países andinos. A Europa participou com 23% (Tab. 39).

No Chile as exportações de frutas participam com cerca de 35% das vendas do setor silvoagropecuário, representando valor de US\$ 1,6 bilhões (FOB) anuais, sendo US\$1,3 bilhões em frutas frescas (Odepa, Chile).

Tabela 39. CHILE - Exportação de maçã frescas (ton). Cod. (8081000)

Países de destino	1995	1999	2000	2001	% Part. 2001
EE.UU.	21.950	44.100	43.630	61.420	11,5
Arábia Saudita	54.280	36.680	42.800	45.800	8,5
Holanda, Reino Unido, Espanha e Itália	128.970	149.510	78.140	123.860	23
Colômbia	41.510	47.200	36.660	45.480	8,5
Venezuela	16.160	27.870	27.350	37.560	7,0
Ecuador	14.670	18.540	15.800	35.870	6,5
México	62	35.000	22.000	26.000	5,0
Perú	14.700	24.670	14.970	32.000	6,0
Brasil	21.270	9.640	10.840	19.750	3,5
Bolívia	7.770	11.500	8.780	16.890	3,0
Sub total	347.330	429.790	326.100	471.070	87
Os demais	111.160	117.020	86.740	96.100	18
Total	432.520	521.740	387.700	540.750	100,0

Fonte: ODEPA, con información del Servicio Nacional de Aduanas. Modificado pelo autor

Brasil**Tabela 40. Produção, importação e destino da maçã no Brasil (em ton/métricas).**

Ciclo	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	Processado
1999/00	967.063	43.651	1.010.714	946.234	64.480	0
2000/01	705.515	80.374	785.889	750.103	35.786	0
2001/02	857.340	53.487	910.827	844.900	65.927	0
2002/03*	825.000	56.162	881.162	808.642	72.520	0

Fonte: FAS-USDA (2003) * estimativa;

A produção de maçã do país é, de acordo com média de 1999/2002, da ordem de 843.000 ton. Estimativas de produção, e tendências para o próximo ano, apontam para 825 mil ton no ciclo 2002/2003 (Tab. 40). Para o ciclo 2003/2004, a previsão é de 850.000 ton (ABPM-Agapomi-Frutipar). A área cultivada no país é da ordem de 31.000 ha. A colheita nacional ocorre entre janeiro e maio, período de entressafra dos principais mercados. A produtividade da maçã brasileira é boa, e está próximo a 22 ton/ha.

A época de produção de frutas de clima temperado no Brasil (assim como Chile e Argentina) também ocorre no período de entre safra do hemisfério norte. No Brasil, esta estratégia de abastecimento na entressafra já vem sendo adotada, mas em pequena escala, haja vista que o mercado consumidor interno tem uma grande demanda, e também pela acirrada competição internacional com outros países fornecedores. Quando os preços externos são mais atraentes que no mercado doméstico a fruta é exportada.

O consumo de maçã no Brasil tem aumentado. Em 1985 o consumo Per capita era de 2,20 kg/hab/ano, em 1995 eram 4,70 kg, e em 2000 foram 5,60 kg/hab/ano. O consumo nacional de maçã *in natura* nos últimos cinco anos está em cerca de 800 mil/ton/ano (IBGE-SECEX-ABPM). Apesar de ter uma boa produção, o Brasil importa uma certa quantidade de maçã, que é importado basicamente da Argentina e em menor quantidade do Chile.

A participação da maçã nas exportações de frutas brasileiras varia em função da safra nacional, mas geralmente está entre as três mais exportadas.

O Brasil tem exportado na média dos últimos quatro anos (1999/2002) cerca de 56.000 ton de maçã. O principal destino é a Europa, com cerca de 90% das exportações. O continente americano participa com apenas 6% das exportações de maçã. Os envios para os EUA não chegam a 1% (Tab. 41).

Embora o mercado estadunidense para frutas e legumes importados do Brasil esteja em expansão desde 1980, ainda é pequena a participação brasileira. As exportações brasileiras nesses produtos foram de US\$ 20 milhões em 2000.

Tabela 41. Brasil: Exportações de maçã (ton).

País destino	1999	2000	2001	2002	%
Europa	51.329	59.377	34.946	60.965	92,4%
Asia	5.286	1.448	-	1.635	3,7%
Outros	67	966	762	2.528	1,9%
Argentina	-	6	-	-	<1%
Barbados	-	339	42	106	< 1%
Colombia	-	1.524	-	277	< 1%
Costa Rica	-	195	-	90	<1%
EUA	746	552	21	281	<1%
Uruguai	-	-	15	-	<1%
Suriname	-	72	-	45	<1%
Total	57.428	64.479	35.786	65.927	

Fonte: com base nos dados da DECEX/SECEX; ABPM

O Brasil tem aumentado significativamente sua produção de maçã nas duas últimas décadas acompanhado pelo aumento da demanda no mercado interno. Em termos de exportação, como tem uma produção significativa, possibilita a exportação de uma parte (Filho et al., 2000). Mas de maneira geral, as importações brasileiras de maçã são maiores do que as exportações.

Tabela 42. Importações brasileiras de maçã (em ton) por país de origem, período de 1996-2002.

País origem	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	203.956	94.984	87.875	50.521	27.072	57.696	39.283
Chile	86.311	11.663	19.571	9.607	10.601	20.338	13.314
EUA	20.809	8.459	5.445	1.742	509	230	-
Uruguai	1.746	410	780	858	362	109	11
Paraguai	100	64	38	-	-	-	-
Venezuela	270	165	99	-	-	-	-
França	1.512	3.215	2.064	3.143	3.381	1.792	707
Portugal	440	46	18	49	22	20	136
outros	10.636	1.275	9.276	457	1.703	189	36
Total	325.780	120.281	125.166	66.377	43.650	80.374	53.487

Fonte: Informações oficiais Decex/Secex; ABPM

A origem das importações de maçã são originárias principalmente de Argentina e Chile. O volume de importações está baixando desde 1996, quando importou 325.000 ton. Em anos mais recentes o volume médio caiu para cerca de 60.000 ton anuais. Praticamente todos os fornecedores perderam mercado, em especial Argentina, Chile, e EUA (Tab. 42). Segundo a Secretaria do Comércio Exterior (Secex-MDIC), as atuais cifras das importações brasileiras de maçã são da ordem de US\$ 29 milhões.

O país tem boa capacidade frigorífica, capaz de armazenar mais de 500.000 ton de maçã, sendo 56% em atmosfera controlada (que garante maior período de armazenagem) e 44% sistema convencional (ABPM/Agapomi/Frutipar). Isso possibilita o abastecimento do consumo doméstico por longo período.

México

Tabela 43. Produção, importação e destino da maçã no México (em ton/métricas).

Ciclo	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	Processado
1999/00	449.866	155.590	605.456	514.456	0	91.000
2000/01	338.245	228.063	566.308	496.308	0	70.000
2001/02	442.679	189.581	632.260	542.260	0	90.000
2002/03*	465.000	112.000	577.000	487.000	0	90.000

Fonte: FAS-USDA (2003) * estimativa;

No período de 1990-1997 a produção de maçã em México teve média de 492.507 ton anuais uma taxa média anual de crescimento de menos de 1% (Mercado, 1998). Em anos mais recentes a produção tem diminuindo, sendo que a média de 1999/2002 foram cerca de 410.000 ton (Tab. 43). O rendimento médio nacional é próximo a 10 ton/ha. O estado de Chihuahua apresenta a maior média de rendimento, com cerca de 15 ton/ha, e também é o Estado com maior produção, com cerca de 70% da produção nacional. A produção de maçã no México tem nível bastante alto de adoção de sistemas de irrigação, que representa cerca de 85% da produção total, e 65% da área cultivada.

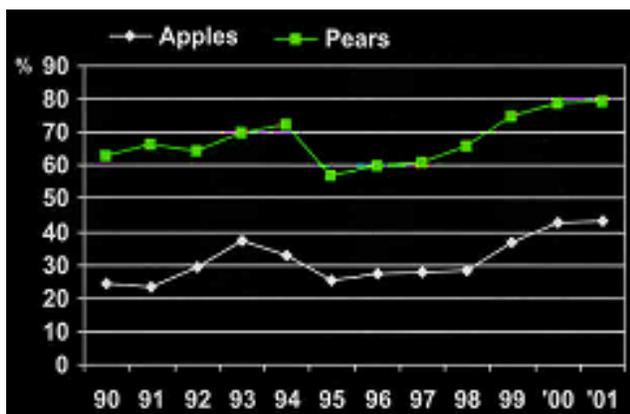
No México a maçã é uma fruta de alto consumo e aceitação, sendo o 5º lugar no consumo de frutas, perdendo somente para laranja, banana, abacate e limão. O consumo é basicamente de maçã fresca, com 70-75%, e

em menor parte para uso na indústria, 25-30% (Unifruit, 2002). O consumo é maior nos centros urbanos, e são distribuídos basicamente por centrais de abastecimento. O consumo (1980-1997) incrementou-se em 6,5% a.a, com média de consumo de 495 mil ton anuais. Em anos mais recentes (1999/2002) esse volume chegou a média de 517.000 ton anuais (Tab. 43). Nos últimos anos o consumo nacional começa a crescer a uma taxa superior ao da produção, sendo necessário importar fruta. O consumo Per capita está próximo a 8 kg/hab/ano.

As importações de maçã e pêra provenientes dos EUA representa cerca de 73% das importações mexicanas do setor de frutas. Com a entrada do México no NAFTA, que iniciou em 1994, se fixou uma tarifa alfandegária de 20% para a maçã, e se estabeleceu uma salvaguarda especial em forma de tarifa cota. Se acordo que os EUA teria uma cota de 55 mil/ton para 1994, com incremento de 3% a.a. aplicando uma tarifa preferencial de 50% da tarifa vigente na data de importação. Para o Canadá uma cota de 1.000 ton para 1994, com incremento de 5% a.a., e aplicando tarifa preferencial de 50% sobre a tarifa vigente na data de importação. Assim se determinou uma velocidade de desgravação de 10 anos, sendo concluído a desgravação para a maçã no NAFTA em 2004 (Mercado, 1998).

Os parceiros do NAFTA, Canadá e México, tem se tornado de grande importância como destino das exportações estadunidenses de maçãs e pêras frescas na última década (Fig. 29). O México tem se tornado um dos principais destinos da maçã estadunidense (Fig. 30). No âmbito do NAFTA, o México entrou com investigação antidumping para a entrada de maçã originárias dos EUA,

Figura 29. EUA: participação de maçã e pêra fresca exportado aos parceiros do NAFTA, 1990-2001.

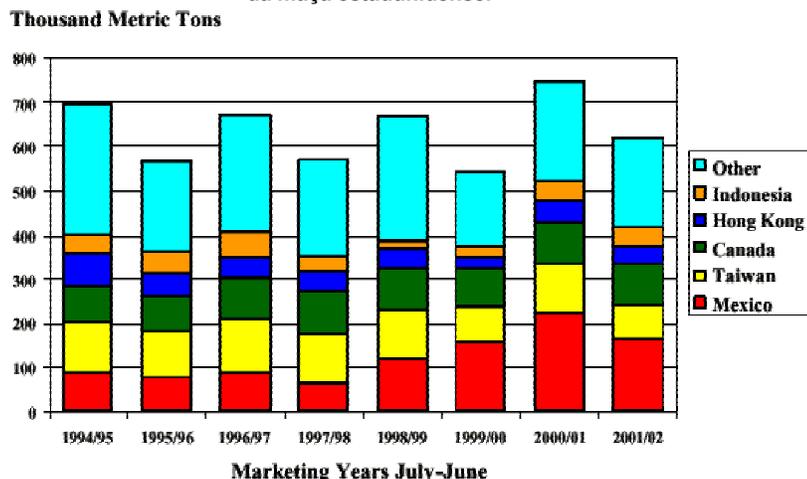


Fonte: USDA, in The World Apple Report, Nov/2002.

no qual se determinou impor cotas compensatórias provisionais de 101% às importações.

No México, a produção se dá principalmente de agosto a início de novembro, período de entressafra nos EUA (Mercado, 1998). As exportações de maçã pelo México jogam um papel irrelevante frente às importações. Exportação para Canadá são praticamente nula, e para os EUA muito reduzida. As importações provêm dos EUA e representam cerca de 95%, o restante de outros países como Canadá, Nova Zelândia, e Chile. Se verifica aumento crescente de importações.

Figura 30. México tem tornado-se o principal destino da maçã estadunidense.



Source: U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census.

Sistemas de produção de maçã

Brasil: A produção de maçãs tem sido uma atividade que demanda uso importante de insumos químicos e tratamentos fitossanitários, assim, para adequar-se às novas demandas e manter competitiva nessa atividade, foi proposto o sistema de "Produção Integrada de Maçãs". No país, a Produção Integrada (PI) é uma novidade tecnológica, sendo a maçã o primeiro cultivo a adotar esse sistema no país. O programa começou a ser desenvolvido em 1998, e hoje envolve ações em nove centros de pesquisa da Embrapa, além de um grande número de universidades e instituições de pesquisas e desenvolvimento em todo o país.

Uma das cidades maiores produtoras de maçã (Vacaria-RS) já estão exportando a fruta com selo de Produção Integrada de Maçã (PIM). O selo de qualidade atesta que a fruta está sendo produzida com resíduos mínimos de acaricidas, sem uso de piretróides e reduzido uso de

fungicidas. Este ano no Brasil se estima produção de 750.000 ton de maçãs, sendo quase 25% a área plantada sujeita à certificação. No Rio Grande do Sul, de um total de 12.000 ha plantados, cerca de 45% é manejado em PI.

Antes de exportar, os produtores brasileiros precisam obter uma certificação chamada de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas (PIF), desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A certificação prevê a identificação da origem e os procedimentos de cultivo, o que permite a rastreabilidade no caso de problemas de contaminação. A

primeira fruta a receber o registro foi a maçã, que registrou uma redução média de 30% no emprego de agrotóxicos nas plantações nacionais. O Brasil pretende exportar cerca de US\$ 1 bilhão em frutas nos próximos cinco anos. O lançamento da Produção Integrada de Frutas marca uma nova etapa na agricultura brasileira.

Segundo informe da EPAGRI (2002), as doenças e as pragas são consideradas os principais problemas da macieira no Brasil. Nas regiões do sul do Brasil, o controle da sarna da macieira representa um dos mais importantes fatores do custo de produção. O uso de variedades com resistência genética permitirá reduzir drasticamente o número de tratamentos

para controle desta doença. Assim, aplicação de fungicidas fica restrita ao controle de doenças menos graves, permitindo reduzir em até 70% o uso de fungicidas, resultando em menor custo. Essa tecnologia possibilitará maior facilidade na adoção de sistema de PI em macieira no país. O surgimento de cultivares resistentes a sarna da macieira (*Ventura inaequalis* [Cke] Wint.), é um dos recentes avanços que tem contribuído para que seja possível caminhar para um sistema de produção "mais limpa". Esta doença pode causar perdas de até 100% da produção. O controle é feito com o uso de fungicidas, sendo necessárias cerca de 15 pulverizações durante o ciclo da cultura, encarecendo muito o custo de produção (EPAGRI, 2002). Atualmente há algumas cultivares resistentes geneticamente à sarna.

No Brasil centros de pesquisa (Embrapa, Epagri e outros), e algumas universidades, têm projetos em andamento com controle biológico de pragas e doenças,

que também é uma iniciativa com objetivo de oferecer métodos alternativos, e que podem reduzir em até 80% o uso de defensivos.

Tabela 45. Características da produção de maçã no Chile.

Descrição	Características
Varietades	Red Delicious (52%), Granny Smith (29%), Gala (9%), Fuji (3%), Braeburn (3%) e outras (4%); Pink Lady (mais recentemente)
Sistemas de produção	Produção convencional; Produção Integrada; Produção orgânica
Area	36.000 ha
Volume	900.000 ton
Produtividade	25 ton /ha
Destino das exportações	UE (44%), América Latina (24%), EUA (7%), Oriente Médio (12%), Extremo Oriente (13%)
Novas Tecnologias	Adequação a PIF e adoção de Boas Práticas Agrícolas; adequação das cultivares de acordo com o mercado; produção orgânica em processo de implantação; pomares adensados;

Fonte: elaborado pelo autor

Atualmente cerca de duas mil famílias no Estado de SC sobrevivem da agricultura orgânica. Especialista da EPAGRI diz que há tecnologia suficiente para produzir organicamente quase todos os produtos agropecuários do Estado. O desenvolvimento tecnológico da produção de frutas, como a maçã em sistema orgânico está mais atrasado. Mesmo assim, através de parcerias com ONGs, se tem verificado que é possível converter em dois anos um pomar de maçã para cultivo orgânico. A produção orgânica é uma das alternativas ao uso de agrotóxicos, principalmente para as pequenas propriedades rurais, e é uma das apostas do Governo desse Estado (Vogel, 2002).

Tabela 44 - Características da produção de maçã no Brasil.

Descrição	Características
Varietades	Gala (46%), Fuji (45%), Golden (6%) e Outras (3%).
Sistemas de produção	Prod. Convencional; P. Integrada e P. orgânica
Área	32.000 ha
Volume	815 mil toneladas
Produtividade/ custo	22 ton/ha - custo de US\$ 2.700/ha PC; US\$ 2.700/ha PIF
Destino das exportações	Basicamente Europa; pouco para América Latina e EUA
Novas Tecnologias	cultivares de acordo com o mercado; novas cultivares resistentes a doenças; incorporação da Produção Integrada; porta-enxertos anões e porta-enxertos adequados (resistentes pragas e doenças); aumento da densidade de plantas; tratores desenhados para fruticultura familiar chegam ao mercado.

Fonte: elaborado pelo autor

Chile: O sistema de produção de maçã predominante no Chile é o sistema convencional. No entanto nos últimos anos tem havido uma gradual conversão para sistema de

Produção Integrada (P.I.) ou adoção de Boas Práticas Agrícolas (BPA), e também algumas experiências com produção orgânica de maçã.

A produção orgânica em Chile não tem mais que alguns anos, e está pouco desenvolvida. Em produção orgânica o Huerto San Nicolas, na cidade de San Fernando, tem sido pioneiro na aplicação de métodos orgânicos na produção de frutas comerciais nesse país, sendo a única granja certificada orgânica em sua totalidade para a produção de maçã. Seus trabalhos com maçã iniciaram em 1994, e registraram a primeira exportação de maçã orgânica em 1998, com destino ao mercado norte-americano, e hoje a empresa é uma próspera exportadora de maçã orgânica.

O início da produção orgânica em Chile foi difícil, e em maçã a maior dificuldade técnica foi na luta orgânica contra pragas e doenças. No entanto outro problema tem sido a baixa produtividade, que tem sido de dois terços menor, ou seja cerca de 8 ton/ha contra cerca de 25 ton/ha de produção convencional. Além disso, apesar das vantagens de climáticas e naturais, falta práticas de manejo mais adequadas que tem obrigado os agricultores orgânicos a praticamente “reinventar a roda”, conduzindo áreas quase que de maneira experimental (Fao, 2001). Portanto, em função das dificuldades, a produção de maçã orgânica em Chile ainda é pequena, tendo sido relatada cerca de 234 ha no ano de 2001, área que representa somente 0,4% comparado a superfície total cultivada com maçã, de quase 40.000 ha. As projeções para o ano 2005 são de atingir mais de 850 ha.

O regulação e normatização sobre produtos orgânicos, com o apoio da Secretaria de Agricultura e Ganaderia (SAG) e do programa Pró-Chile, junto com a pesquisa sobre os cultivos orgânicos por diversas instituições deverão dar um impulso a essas atividades “ambientalmente amigáveis” (Muehnik, 1999). Também tem sido firmado convênios para impulsar, coordenar e executar programas a fim de fortalecer a agricultura orgânica, que conta com o apoio do governo.

No Chile e Uruguai, o sistema de P.I. está ainda em fase de pesquisa e implementação, contando nesses casos com apoio maciço de exportadores e do setor público. No Chile, o projeto de Produção Integrada conseguiu, entre outras, introduzir conceitos de Boas Práticas Agrícolas, tais como a adequada habilitação de locais de venda, uso de

recipientes de lixo nos campos sinalização dos distintos setores e atividades, e outras medidas.

O controle de pestes representa um importante fator nos custos, maquinarias, e do ponto de vista da mão-de-obra. Produtores argentinos estão gastando acima de US\$ 990 por hectare para controle de pestes em macieira, e US\$ 620 por hectare em pereira. No Chile, os custos são similares com mais uso de fungicidas e menos inseticidas.

México: No México predomina o sistema de produção convencional. Até o momento não há informações disponíveis sobre o sistema de Produção Integrada de maçã nesse país. No entanto há relatos iniciais de introdução de sistema de Boas Práticas Agrícolas (BPA), que é semelhante a produção integrada, pois visa um maior controle das práticas realizadas. Essas técnicas visam melhorar o manejo, procurando reduzir ao máximo qualquer tipo de contaminação nas diferentes fases do processo de produção e comercialização, além de melhorar a confiança dos consumidores nos alimentos. Está se dando mais na produção de produtos hortofrutícolas. Saiu em 1999, publicado pela SAGAR, o guia mexicano de Boas Práticas Agrícolas.

Tabela 46. Características da produção de maçã no México.

Descrição	Características
Principais Variedades	Red Delicious; Golden Delicious; Dorsett Goldon; Rome Beauty;
Sistemas de produção	Convencional; produção orgânica; P.I ?
Área	±65.000 ha
Volume	± 500.000 ton/ano
Produtividade	± 10 ton/ha
Destino das exportações	EUA (em apenas alguns períodos do ano)
Novas Tecnologias	Irrigação ± 63% da área; adubação e defensivos via água; adoção de Boas Práticas Agrícolas;

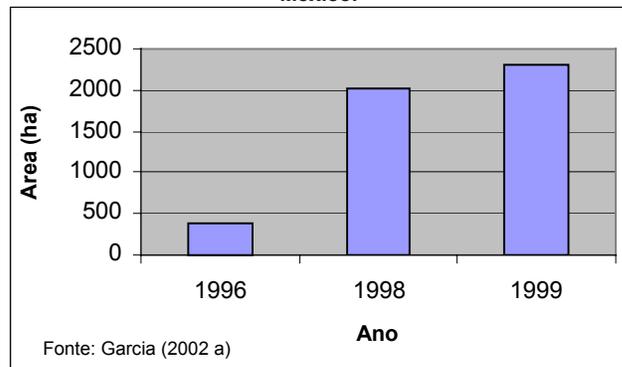
Fonte: elaborado pelo autor

A produção de maçã no país conta com cerca de 65% dos pomares irrigados, se concentrado com mais frequência nos estados de Chihuahua (96%), Durango (90%) e Coahuila (49%). No Estado de Puebla a grande maioria (99%) não é irrigada (Mercado, 1998). Custo de produção de um hectare de produção convencional de maçã, no Estado de Chihuahua, com rendimento de cerca de 15 ton/ha gira em torno de US\$ 2.670. Já um hectare com produção de 35 toneladas, o custo aumenta para US\$ 4.220 (Unifruit, 2002).

A área com produção orgânica no México ainda é pequena, pouco mais de 2.000 ha, mas vem crescendo (Fig. 31). De acordo com Darolt (2003), estima-se que

atualmente cerca de 5% da área com cultivos de maçã sejam conduzidos organicamente. No entanto, é bastante pequena se comparado com as mais de 60.000 hectares em cultivos convencionais.

Figura 31. Área com produção orgânica de maçã em México.



De acordo com Fachinello (2000) para passar de um sistema a outro, como de convencional a orgânico, nem sempre é fácil, sendo importante estar motivado e ter o conhecimento profundo do sistema de produção. Algumas culturas apresentam maiores dificuldades como o pessegueiro (no controle da podridão-parda) e macieira (com a sarna), mas há outras que se pode trabalhar sem muita dificuldade como: figueira, videira americana, amora, mirtilo e outras. Muitos especialistas sustentam que a conversão para P.I. é uma opção atualmente mais racional.

Um período de experiência em P.I. habilita e aporta componentes importantes para fazer futuramente uma transição mais segura para sistemas orgânicos. Evidentemente que cada cultura e país tem suas particularidades. A maçã por exemplo, é uma cultura que exige um maior entendimento pois necessita um manejo mais complexo devido a problemas fitossanitários.

Tabela 47. Diferenças fundamentais entre os sistemas de produção convencional, integrado e orgânico de frutas.

Prática cultural	Convencional	Integrado	Orgânico
Manejo do solo	intenso	mínimo	mínimo
Agroquímicos Pós-colheita	pouco controle usa agrotóxicos	restrito não usa	naturais não usa
Fertilização	sem controle	orgânicos e químicos	só orgânicos
Defesa cultura	da calendário	monitoramento	monitoramento

Fonte: Fachinello (2000)

Importância social

Brasil: segundo dados da ABPM-Abapomi-Frutipar o número de produtores de maçã no Brasil é relativamente pequeno, com cerca de 2.200. No entanto, proporcionam a geração de mais de 46 mil empregos diretos. O país tem uma média de 1,4 empregos diretos por hectare. De acordo com o IBRAF (Instituto Brasileiro de Frutas), para cada US\$10 mil investidos em fruticultura, geram-se 3 empregos diretos e dois empregos indiretos. Este setor demanda mão-de-obra intensiva e qualificada.

Um detalhe importante é que atualmente existem 1.500 agricultores no Estado de Santa Catarina, que lidam com a cultura da maçã, sendo que 50 são grandes indústrias. Estima-se que cerca de 80% da produção desse Estado está nas mãos dos grandes produtores. Apesar das dificuldades dos pequenos produtores, principalmente organizativas, a fruticultura e a horticultura possibilitam melhores condições dentro dessas pequenas propriedades.

Chile: o Chile conta hoje com cerca de 7.000 produtores de frutas, 423 empresas exportadoras e uma infra-estrutura da indústria que conta com mais de 385 câmaras frias de alta tecnologia, mais de 100 *packings* de grande tamanho e mais 1000 *packings* satélites (Minchel, 2002). No Chile a fruticultura é importante na geração de emprego e renda, e onde o cultivo de maçã tem importante contribuição. Toda essa estrutura demanda importante mão-de-obra. Em termos de tipo de produtor de frutas, cerca de 8.000 ha são cultivos de subsistência, 61.000 ha são pequenos produtores/empresarial, 49.000 ha são considerados medianos, e 118.000 ha são áreas de grandes produtores. Assim, o número total de área com frutas é de 235.000 ha (Odepa, 2001).

Já a produção orgânica no Chile é baseada na maioria por pequenos e médios agricultores, que ao longo do tempo tem adaptado seus métodos de produção. Mais de 80% das explorações orgânicas são menores que 10 hectares (FAO, 2001). Como a produção orgânica em Chile é basicamente em pastagens orgânicas para produzir criar ovelhas organicamente, tem um número reduzido de produtores (cerca de 300), sendo que 80% estão em área de até 10 hectares, e o restante da área (a maior parte) é pecuária extensiva praticada por poucos produtores. Assim, mesmo

sendo importante não repercute da mesma forma na geração de empregos e distribuição do ingresso como em outros casos. A área com cultivo orgânico de maçã em Chile ainda é reduzida, e assim atualmente há poucos produtores nessa atividade.

México: a produção de maçã também é importante como fonte de emprego e renda no país, pois são manejados mais de 60.000 ha, que demandam considerável mão-de-obra. Em maçã orgânica, como são estimados pouco mais de 2.000 ha, o impacto em geração de emprego e renda ainda é pequeno.

Competitividade

Quanto a competitividade em maçã, se verifica que de maneira geral Nova Zelândia e Chile são os países com maior competitividade. Entre os dez mais competitivos também estão os EUA (6º). O Brasil em termos gerais é 15º. Em termos de eficiência de produção Brasil e Chile são 4º e 6º respectivamente, sendo os melhores colocados em termos hemisférico (Tab. 48).

Tabela 48. Ranking de competitividade de alguns países produtores de maçã (2002).

Geral	Eficiência produtiva	Infraestrutura e Insumos	Financeiro e mercado
1º N. Zelândia	1º Áustria	1º Chile	1º N. Zelândia
2º Chile	2º P. Baixos	2º EUA	2º P. Baixos
3º P. Baixos	3º N. Zelândia	3º Argentina	3º Bélgica
4º Áustria	4º Brasil	4º N. Zelândia	5º Chile
6º EUA	6º Chile	5º Canadá	7º EUA
11º Argentina	14º EUA	11º Brasil	11º Canadá
13º Canadá	17º Canadá	12º Áustria	14º Argentina
15º Brasil	18º Argentina	16º Bélgica	17º Brasil
23º México	26º México	20º México	22º México

Fonte: Belrose Inc. – www.e-belrose.com

Perez (2000), sinala que há regiões em México que para a produção de maçã se necessita tirar água do subsolo, e outro problema é proteger a cultura de geadas, o que acarreta em maiores custos e uma certa perda de competitividade.

DISCUSSÃO MAÇÃ

Aspectos econômico e tarifários

Há alguns aspectos que ditam ou influenciam fortemente nas tendências de mercado mundial de frutas são: a gradativa globalização, o crescimento de produtos ambientalmente amigável, e o crescimento da demanda por frutas frescas.

A abertura de novos mercados, em uma condição preferencial também cria uma diferenciação ou uma barreira tarifária a países extra-ALCA, o que permite que aumente o comércio dos produtos intra-ALCA. Além disso, poderá proporcionar preço mais atraente ao consumidor, pela redução de tarifas, ao ajustamento para produtos e processos mais eficientes, e pela economia de escala.

Porém, para maçã a ALCA não deverá criar diferencial tarifário aos mercados de EUA e Canadá, pois já tem tarifa zero, mas pode ter importância para países latino-americanos, que apresentam tarifas relativamente altas (Tab. 60). Mesmo assim, não podemos deixar de sinalar que pode haver aspectos que poderiam favorecer de alguma maneira os países hemisféricos, como uma melhor logística, harmonização de medidas de controle/inspeção, reconhecimento de áreas livres de pragas, reconhecimento

de certificação, simplificação de procedimentos de aduana etc.

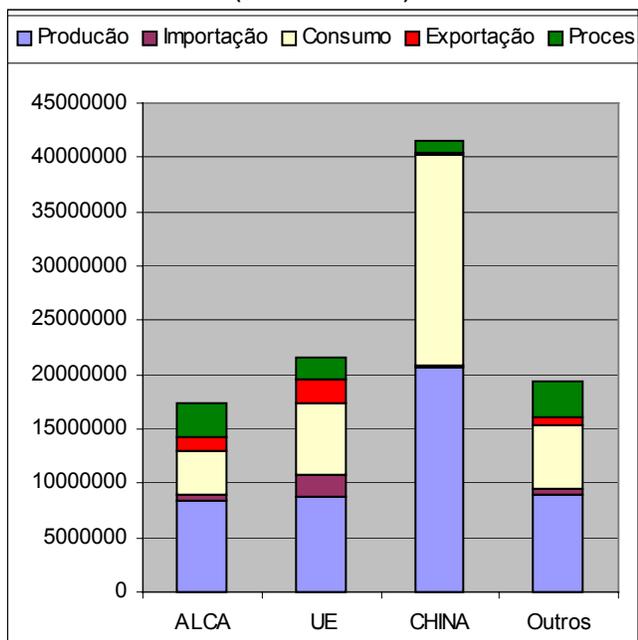
Em estudo do FAS/USDA (2003), com 27 países mais importantes em termos de maçã, observa-se que a região da ALCA importa pouca maçã por ser uma forte região produtora e exportadora. Consome parte e processa volume importante. A ALCA é a segunda região maior exportadora, depois da EU, que também é a maior importadora. A China Produz e consome grande volume de maçã (Fig. 32).

O crescimento da concorrência no mercado internacional de frutas frescas é cada vez maior. Embora o consumo cresça, a oferta tem-se expandido rapidamente, seja através de fornecedores tradicionais, seja pela entrada de novos exportadores (Filho et al., 2000).

Para Chile, em termos de eliminação de tarifas a ALCA não terá impactos significativos para maçã fresca, pois, apesar da maioria dos importadores hemisféricos possuírem tarifas de importação relativamente altas, cerca de 15-20% Ad Valorem, o Chile através de outros acordos comerciais consegue acessar esses mercados com tarifas diferenciadas, praticamente zero para a maioria dos países do hemisfério (Tab. 61 e 63). No entanto, o escalonamento tarifário (apesar de não ser expressivo) é um fator que tem inibido a capacidade de Chile de exportar aos EUA, pois produtos com maior valor agregado, em particular de agroindústria, e em especial os produtos como conservas, suco de frutas e hortaliças. Apesar da tarifa média não ponderada de EUA ser de 5.7%, ainda um 5% das linhas tarifárias envolvem taxas que excedem a três vezes a tarifa média (Direcon, Chile). Para os derivados de maçã não são valores proibitivos, se comparado com outras tarifas dos EUA (Tab. 49).

Em termos de maçã seca/desidratada o Chile exporta cerca de 3,5 mil ton (US\$ 12 milhões), sendo 30-40% exportado aos EUA e 50% para a UE. A tarifa de importação nos EUA é reduzida: EUA, NMF= 0,0074 US\$/Kg, Chile= 0,0074 US\$/Kg. Em suco de maçã, as exportações chilenas são da ordem de 42.000 ton anuais, de 1998-2000, com receita média de US\$ 43 milhões. As exportações de suco dirigem-se basicamente para EUA (85-90%) e Japão (5-10%). As tarifas de importação nos EUA são de NMF=0% e Chile=0%.

Figura 32. Maçã: produção, importação, consumo, exportação e processamento, 1999/00-2001/02. (em ton métricas)



Fonte: FAS/USDA, 2003

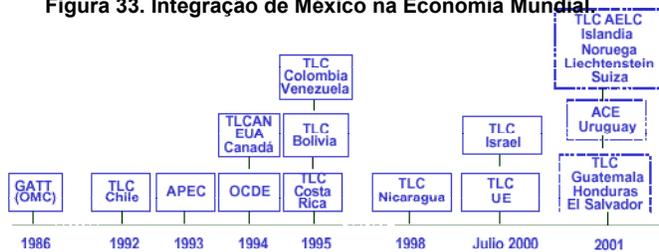
O regime tarifário estadunidense prevê que a entrada de fruta ingressada entre 01 de abril e 30 de junho (primavera) livre de tarifas. A fruta fresca ingressada fora desse período tem que pagar 1 cen/US\$/Kg, sendo que para Canadá é de 0,3 cen/US\$, e livre para os países do Caribe, Israel, países Andinos, e México.

A nível de Mercosul, em pomáceas, a posição comercial da Argentina é quantitativamente superior a de Chile. Isto se deve ao acordo Mercosul, pois a Argentina é sócio pleno. A maçã está na lista de exceção e com cotas de baixa quantidade (3.850 ton + incremento anual de 10% a partir de 1998) para importação para o mercado brasileiro, que se encerra em Jan/2011. Em maçã a Argentina exporta ao Brasil US\$ 50 milhões, enquanto que o Chile exporta somente US\$ 7 milhões (Odepa, 2002). De 1996 ao ano 2000 as exportações de maçã fresca de Chile ao Mercosul se reduziram, em termos de valor, mais ainda representam cerca de US\$10 milhões. Já as importações chilenas são pouco significativas (Tab. 62).

As exportações chilenas aos EUA são principalmente do setor agropecuário, acumulando cerca de um terço das exportações totais de produtos chilenos a esse mercado. Os embarques de recursos naturais provenientes da agricultura, principalmente fruticultura, constituem o principal grupo de produtos exportados em 2000. A maçã é um dos produtos chilenos que tem ganhado espaço no mercado estadunidense (Direcon, Chile).

Em produtos de maçã os principais competidores mundiais de Chile ao mercado estadunidense são: (maçã fresca) Nova Zelândia, Canadá e África do Sul; (maçã seca) Argentina e China; (conservas e misturas) México, Tailândia e Japão; (suco de maçã) Argentina, China, Itália e Alemanha. Já mercados internacionais de potencial interesse para Chile são: (maçã fresca) Bélgica e Venezuela; (maçã seca) França; (conservas e misturas)

Figura 33. Integração de México na Economia Mundial.



Fonte: <http://www.economia-snci.gob.mx/>

Tabela 49. Escalonamento tarifário em produtos derivados de maçã chilena nos EUA.

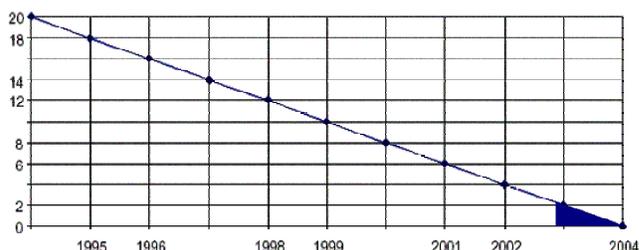
Descrição	Chile / NMF	%
Maçã fresca (0800.10.00)	0%	0%
Maçã seca (0813.30.00)	0,74cen/US\$/kg	0,2%
Marmelada (2007.99.90)	5,6%	5,6%
Conservas e mesclas (2008.99.00)	0,9 cen/US\$/kg	0,4%
Suco (2009.70.00)	0%	0%

Fonte: Direcon (Chile)

França e Suécia; (marmelada de maçã) México, Canadá e Brasil (Direcon, Chile).

Além do NAFTA, o México tem acordos de livre comércio com vários países (Fig. 33). Com Costa Rica se estabeleceu que as importações de maçã teriam uma tarifa em 1995 de 20% *ad valorem*, com velocidade de desgravação de 5 etapas, a partir de janeiro de 1995 (atualmente já estão zeradas). Com a Bolívia se estabeleceu uma tarifa de 20% *ad valorem*, com eliminação em 10 etapas anuais, a partir de janeiro de 1995 (nesse caso zeraram-se em janeiro de 2005). Com Chile (1998) onde se fixou uma tarifa de aduaneira de 20% *ad valorem*, com prazo de desgravação de 10 anos. Já com o G3 se estabeleceu uma tarifa de 14,4% com prazo de eliminação de 10 anos a partir de 1995. No âmbito da OMC ficou estabelecido tarifas de 30% para a maçã.

Figura 34. Maçã: Desgravação tarifária no NAFTA (%)



Fonte: Mercado (1998)

—●— ARANCEL AD VALOREM

A partir da consolidação do NAFTA os EUA tem gradualmente destinado importante parcela de sua produção de maçã aos seus parceiros de bloco. Em 1995 os EUA destinavam cerca de 25% da sua produção de maçã aos parceiros, que evoluiu até próximo a 45% em 2001. Boa parte da maçã dos EUA vai para o mercado mexicano, atualmente com tarifa antidumping (46%) contra a entrada de produtos estadunidenses. Além disso os produtores de maçã de México também estão descontente com o aumento na entrada de maçã fresca de Chile, e pretendem iniciar similar ação de antidumping. Na verdade, apenas em 2004 é que as maçãs no acordo NAFTA teriam tarifas zeradas (Fig. 34), o que significa o México ainda não

teve experiência em tarifa zerada em maçã, mesmo assim já há impactos da importação da fruta de seus parceiros comerciais. Segundo FAS/USDA (2003), as exportações dos EUA de maçã são estimadas em 530.000 ton. A partir da criação da ALCA o mercado mexicano de maçã deverá abrir-se para outros países Parte.

Tabela 50. Possíveis conseqüências da desgravação tarifária na ALCA.

Maçã Brasil	Importação	Exportação
Maçã fresca	ligeiro aumento	Estável
Maçã processada	ligeiro aumento	Estável
Maçã Chile		
Maçã fresca	Estável	ligeiro aumento
Maçã processada	Estável	ligeiro aumento
Maçã México		
Maçã fresca	Aumento	Estável
Maçã processada	ligeiro aumento	-

Fonte: elaborado pelo autor

Dentre as estimativas do efeito da desgravação tarifária da ALCA sobre o fluxo de comércio de maçã, podemos sinalar que para o Brasil as importações poderão ter um ligeiro aumento, tanto para frutas frescas como processadas. Para o Chile dificilmente haverá aumento de importações devido ao pequeno mercado interno e pela boa competitividade da cadeia nacional de frutas. Enquanto que para o México deverá haver aumento de importações de maçã fresca e ligeiro aumento em maçãs processadas, a medida que se amplia o número de países que tem interesse em exportar para esse país em função da desgravação, mesmo que gradual (Tab. 50).

Já para as exportações, nota-se que o Brasil vem adotando medidas consistentes para aumentar sua competitividade, se adequando as exigências internacionais (qualidade e rastreabilidade) e organizando a cadeia produtiva nacional. Há que fazer um menção ao trabalho que o Governo Federal vem desenvolvendo através do Ministério da Agricultura, juntamente com Instituições de pesquisa, Universidades e setor privado, com vistas a qualificar o setor nacional de frutas a fim de ganhar novos mercados. Em termos tarifários possivelmente vai influir muito pouco para o aumento das exportações, que por esse fator deverão permanecer estáveis. No entanto, medidas de incentivo como essas que citamos poderá influir na maior competitividade desse país a curto e médio prazo. Há que sinalar que o mercado de maçã é muito exigente e o nível de competitividade é marcante. Já o Chile, em função da ALCA e de outros acordos paralelos, poderá ter um ligeiro

aumento nas suas exportações de maçã. Para o México, a estimativa é de que as exportações sigam estáveis, onde a produção nacional deverá se voltar fundamentalmente para o abastecimento interno (Tab.50).

Segundo a Associação Americana de Maçã (US Apple Association), outubro de 2001, a indústria estadunidense de maçã reforçou a necessidade da Trade Promotion Authority (TPA). Segundo essa associação, a sobrevivência da indústria de maçã pode estar determinada pela habilidade dos industriais em acessar mercados externos através da negociação de acordos de livre comércio como a ALCA, e através da nova rodada multilateral na OMC. Na ALCA, os mercados de América Central e América do Sul representam oportunidade de exportação para os exportadores estadunidenses. Hoje às exportações para essas regiões estão impedidas por altas tarifas (Tab. 60), e injustas vantagens competitivas, que os competidores do hemisfério sul tem assegurado através de exclusivos acordos de comércio bilateral. Sinalam também que a ALCA poderia aumentar às exportações para a América Latina devido a redução das tarifas, e nivelando o jogo no campo competitivo.

O consumo de maçã não está crescendo nos países desenvolvidos, inclusive por já terem um consumo per capita significativo. Por outro lado, há boas perspectivas para aumento do consumo em países com menor consumo per capita. Aliado a isso, acordos comerciais e crescimento econômico desses países pode ter alguma contribuição nesse incremento de consumo. Já para o mercado de maçã orgânica e integrada há perspectivas bem interessantes, e por isso que muitos países tem procurado avançar nesse sentido.

Dos países do hemisfério americano, os mercados mais importantes para maçã, em termos de volume importado, são: EUA, México, e Canadá. Já os países com maior capacidade de exportação, em termos de volume, são: EUA, Chile, Argentina, e em menor proporção Canadá e Brasil. Quanto a tarifas de importação, o México é o que possui as mais altas, cerca de 23%. O Brasil apresenta tarifas de 11,5%, e Chile 6%. Já Canadá e EUA apresentam tarifas zero. Outros países latino-americanos apresentam tarifas de importação de 10-15%. Normalmente apresentam tarifas um pouco mais elevadas para produtos com maior nível de processamento (Tab. 60).

Acesso a mercado e competitividade

A produção orgânica de maçã no Brasil é pequena, sabe-se que existe iniciativas, porém não há dados disponíveis. Isso se explica por dois motivos. O primeiro é que o país optou pela estratégia de passar a Produção Integrada como forma de responder as demandas dos principais mercados. Assim, intensificou esforços para rapidamente converter seu sistema de produção convencional para esse novo sistema sem riscos de perder mercados. O outro motivo é a dificuldade de implantar o sistema orgânico em maçã, pois o manejo e a defesa vegetal é muito mais complexo, além de demandar certo custo para a transição. Passar do sistema convencional para o orgânico seria mais arriscado. Apesar disso há várias iniciativas em centros de pesquisa e universidades procurando viabilizar esse sistema. O surgimento de variedades mais resistentes a doenças, a melhoria nos métodos de controle integrado de pragas e práticas de manejo agroecológicos serão importantes para a viabilização técnica e econômica da atividade em sistema orgânico.

Países como Nova Zelândia e África do Sul são os concorrentes no mercado de maçã que possuem os maiores índices de produtividade, com respectivamente 48 e 38 ton/ha. Ainda, a China, Itália e Chile tem ganhado espaço nas exportações de maçã. Uma característica da N. Zelândia é estar com mais de 80% com variedades novas (Odepa, 2002).

Os países do hemisfério encontram fortes competidores em maçã no mercado externo, como: França, Itália, Nova Zelândia, África do Sul, Holanda e China. O consumo mundial não tem apresentado crescimento importante, por outro lado a oferta tem sido crescente, o que deprime os preços no mercado internacional, e ainda mais se a isso se agrega os subsídios aplicados ao setor.

Em termos de suco de maçã, a marcante presença de Polônia e China tem sido importante, principalmente a China em relação ao mercado estadunidense, que apesar da sobretaxa tarifária imposta ainda continua enviando volumes importantes e segue ganhando mercado. Para suco em termos hemisférico, os mais competitivos tem sido Argentina e Chile. No Brasil há pouco interesse em produzir sucos. A estratégia é produzir fruta fresca de boa qualidade

para ganhar melhores preços. Normalmente a fruta para suco é a de baixa qualidade, e o preço recebido geralmente é menos da metade do valor recebido por frutas frescas.

Exportações de frutas tradicionais como maçã, depende do comportamento de seus principais mercados, EUA e Europa. Nos últimos anos, as exportações chilenas de frutas tem tido maior dinamismo para a região centro-americana e México (CCI, 2000). Também houve aumento de exportações de frutas para a região andina, principalmente após acordos de livre comércio.

Os EUA são grande produtores de maçã, com produção de aproximadamente 4,3 milhões de toneladas, em 180 mil hectares, e produtividade de 28 ton/ha (Tab. 33). No entanto, nos últimos 10 anos os EUA tem perdido participação, que passou de 14% em 1993 para 11% em 2003 (Fig. 23). Em produção perde apenas para a China, que produz 20 milhões de ton. e que destina a maior parte ao consumo interno, no entanto nos últimos 10 anos tem crescido suas exportações de maçã. Assim, é indiscutível que os EUA são uma das grandes forças em termos de maçã. A nível hemisférico Chile também é muito competitivo.

Também, os prognósticos de aumento de produção nos principais mercados mundiais de maçã, aliado a certa estagnação das importações, cria condições para aprofundar a crise do setor se não houver um significativo aumento na demanda.

De acordo com USDA (2002), os EUA tem um consumo doméstico em suco de maçã da ordem de 400.000 ton métricas. A exportação de suco de maçã estadunidense tem decrescido devido a baixa produção e ao aumento da demanda interna. No ciclo 2000/01 importaram cerca de 226.000 ton métricas de suco de maçã (em valor de US\$ 245 milhões), e que deve aumentar para 285.000 ton no ciclo 2001/2002. Os maiores fornecedores são Argentina (46.000 ton), China (35.000 ton), Chile (35.000 ton), Itália (28.000 ton) e Alemanha (23.000 ton). Outros fornecedores a nível hemisférico são Brasil com cerca de 5.000 ton, México pouco mais de 4 mil, e Canadá 3.500 ton. No entanto tem havido mudanças em relação a estrutura de fornecimento, se reduzindo a participação relativa de países hemisféricos como Argentina (-27%), Chile (-17%), Brasil (-44%), México (-47%) e Canadá (-8%). Por outro lado tem aumentado às importações de outros fornecedores como

China (em 22%), Itália (em 50%), Alemanha (35%), Nova Zelândia (290%), Hungria (430%), Áustria (200%), Polônia (210%) e outros. Países como China, Nova Zelândia, Hungria e Argentina são os fornecedores com os preços mais competitivos.

O livre comércio vai contar com a presença e concorrência dos EUA na produção de maçã. Assim, o grande mercado agrícola que os latino-americanos desejam também vai se deparar com atividades agrícolas onde os norte-americanos (EUA e Canadá) tem uma boa competência. Por outro lado também abre a possibilidade de outros países suprirem o mercado mexicano de maçã. Um outro grande produtor e exportador de maçã no continente é a Argentina, que também terá acesso a esses mercados (ver anexo B.2).

Tabela 51. ALCA – Perspectiva de fluxo de comércio maçã.

Importação	Origem exportação		
	Brasil	México	Chile
EUA	+	=	+
Canadá	+	=	+
Brasil	-----	=	+
México	+	-----	+
Argentina	=	=	=
Chile	=	=	-----
Outros	+	=	=

Fonte: elaborado pelo autor

A demanda se vê aumentada principalmente para frutas e hortaliças pré-prontas, assim como: pré-cortada, congelada e sucos. Os consumidores querem frutas e hortaliças frescas de qualidade durante todo o ano, e a preços razoáveis. Também esperam encontrar novidades adequadas as suas necessidades e expectativas. A crescente introdução de novos produtos, novas variedades, e as importações desempenham papel chave nesse grande mercado (CCI, 2002).

O Chile no Mercosul tem o status de parceiro, não sendo ainda país-membro. No entanto, não participa da União Aduaneira devido às grandes diferenças de tarifas praticadas entre o Chile e os países do bloco, pois tem níveis de tarifas muito inferior ao praticado pelos parceiros.

De acordo com informe da Odepa-Chile, na composição das exportações silvo-agropecuárias das exportações de Chile aos parceiros em outros acordos comerciais indicam significativo aumento, exceto para Mercosul, Equador e Peru. Para com Canadá, desde que se firmou acordo comercial houve incremento de 25%, com Bolívia 40%, Colômbia 50%, Venezuela 90%, e em México aumento de 320%. Para todos, exceto Canadá, às exportações de maçã

estão presentes na composição do comércio com média de 11%, com mínima composição de 3% para Mercosul, e máximo de 17% para Equador.

A economia chilena é uma das mais abertas e mais desenvolvidas da América. A orientação exportadora, em regime de economia aberta, e as política de liberalização, inclusive de investimento estrangeiro, são alguns dos fatores que tem permitido que os principais indicadores econômicos do país tenham um comportamento positivo (CCI, 2000). Podemos agregar aqui que Chile tem jogado em muitas frentes, pois tem realizado acordos comerciais com distintos países e blocos econômicos, como os países andinos, México, Canadá, Mercosul, EU, e mais recentemente com EUA. Também pretende fechar acordo com Coréia do Sul.

Em 1993 Colômbia e Chile assinaram acordo comercial, e dentro dos produtos que receberam desgravação imediata a partir de 1994 estava o café sem tostar de Colômbia, e as frutas frescas de Chile. De 1991-1999 o volume de importações de frutas e hortaliças chilenas cresceram a taxa de 27% a.a., com a maçã sendo a fruta mais demandadas por Colômbia, com 68% do total (CCI, 2000). O Chile dispõem de mão-de-obra não qualificada nos períodos de maior demanda a um custo menor que seus competidores. Também é um país extenso, que permite estender a produção e colheita e ingressar em diferentes mercados. Também tem menores custos de transporte que alguns competidores, devido ter sistema de transporte bem desenvolvido (Schwartz, 2000).

De acordo com CCI (2002), a demanda de frutas e hortaliças frescas nos EUA esta determinada por seu tamanho e dinamismo do mercado. Mudanças no estilo de vida, na composição étnica, e expansão das redes e vendas varejistas tem influenciado esse mercado. A expansão das vendas varejistas de alimentos nos EUA tem experimentado um intenso processo de consolidação devido a aquisição e fusão de empresas, que resultaram em grandes companhias que visam a economia de escala e eficiência logística e distribuição. Essas empresas nos últimos anos tem dedicado um espaço maior para a seção de frutas e hortaliças. Esses aspectos acabam afetando o sistema de abastecimento de frutas e hortaliças nacionais e importadas. Esse é um tipo de fenômeno que deve se intensificar no cenário com ALCA.

Para Chile na ALCA, não deverá haver um grande aumento nas exportações frutícola, porque em geral as tarifas já são bastante baixas. O país está bem adiantado em abertura comercial, mas pode reduzir ainda mais possíveis barreiras comerciais, tarifárias e não-tarifárias. Poderá beneficiar-se de cooperações técnicas, e de harmonização de normas, critérios ou procedimentos sanitários e fitossanitários.

O Chile além de possuir vários pontos fortes (Anexo B.1, quadro 4) em termos de produção de maçã, assim como produção na entressafra dos principais mercados, eficiência logística, mão-de-obra qualificada disponível, e experiência agro-exportadora, também conta com uma condição geográfica ímpar, que possibilita boas condições para proteção sanitária e fitossanitária, devido estar protegido por barreiras naturais.

A época de safra da maçã no México coincide com o período de entressafra dos EUA. Seus pomares tem uma boa condição fitossanitária, e não apresenta risco de exportar pragas de importância econômica como a grapholita (*Cydia molesta*), mariposa das gemas de macieira (*Platynota idaeusalis*) e reduzido risco para mosca-das-frutas (*Anastrepha*). Ainda, pode ser favorecido em termos logístico devido a proximidade do principal mercado hemisférico.

Para o Brasil a ALCA cria um ambiente que favorece a competição, e isso gera a necessidade de aumentar a eficiência produtiva, e a escala de produção com vistas a manter vendas no mercado interno e ao mesmo tempo ter política de exportação. O país tem custo relativamente inferior aos demais competidores hemisféricos. O novo cenário demanda que o Brasil consolide sua eficiência produtiva, e siga em seu crescimento como exportador de maçã, que ainda é bastante incipiente, mas com boas perspectivas. Um cenário futuro com redução de subsídios nos países desenvolvidos, possibilitando competição mais justa e com melhora no acesso aos principais mercados, podem ser motivador para os PED expandirem suas exportações.

No Brasil a cadeia da maçã está bem organizada e possui bom nível de desenvolvimento, que juntamente com

outros fatores tornam a maçã brasileira bastante competitiva no mercado internacional. O Brasil já conta com tecnologia suficientemente avançada e com excelente suporte de pesquisa e extensão. Porém, dado o crescente avanço em tecnologias como biotecnológicas, manejo, defesa vegetal, processamento industrial, e telecomunicações, podem ter algum impacto positivo em termos de produtividade e qualidade de produtos, ao menos em horizonte de médio e longo prazo. Com a ALCA poderá haver mais facilidade no acesso a tecnologias de manejo, produção, informação e comercialização, bem como na disponibilidade e nos custos dos insumos e máquinas agrícolas. Atualmente as tarifas de importação de adubos e defensivos estão em torno de 5% para o Brasil, 3% para México, 7% para o Chile e zero para Guatemala. Já as máquinas, como tratores, tem tarifas de importação mais elevadas para México e Brasil, sendo de 23% e 14% respectivamente. Para o Chile a tarifa está em 7%. E para a Guatemala, como já estão zeradas, a ALCA não deverá ter impacto sobre as tarifas das mesmas (Tab. 64).

Segundo manifestação da Associação Brasileira de Produtores de Maçãs, no processo global de abertura de mercados, o Brasil contrariou qualquer princípio econômico básico, pois não fez equalização tributária. Devido ao efeito cascata dos impostos pagos pelo produtor, desde a compra dos insumos até a comercialização, os brasileiros perdem competitividade.

Para Filho et al. (2000), um dos maiores limitantes enfrentados pelos produtores de frutas para a exportação no Brasil é o alto custo da informação, principalmente para os produtores de baixa renda. Também não tem acesso a consultores especializados para se conectar a mercados a fim de melhor direcionar seus produtos.

Para o Brasil, a fruta fresca in natura é a melhor forma de comércio da maçã. Segundo o dirigente da ABPM (Associação Brasileira de Produtores de Maçã), a agregação de valor à maçã é inviável economicamente, pois a industrialização apenas aproveita a fruta de menor valor, e o retorno do produtor é muito baixo. No entanto considera como uma boa estratégia a armazenagem de fruta classificada e limpa como forma de regular o mercado.

Sistema Geral de Preferências (SGP) - EUA Nos últimos 8 anos, o Chile tem acendido ao SGP dos EUA. Em 2000, o Chile exportou cerca de US\$ 420 milhões sob esse sistema, o que equivale a 13% do total dos embarques aos EUA. No começo do programa foi aprovado para um extenso período, nos últimos anos congresso estadunidense somente tem renovado por um ou dois anos. O SGP outorga preferências tarifárias, particularmente benéficas quando se é parte do grupo de países do hemisfério que não tem acordos comerciais com os EUA, essa introduz uma maior dose de discricionariedade nas regras de comércio bilateral ao incorporar, por exemplo condições em matéria de estándares laborais e ambientais, e de incertezas como conseqüência de sua revisão a cada dois anos, e dos atrazos que esse processo pode experimentar (Direcon, Chile).

O México tem sido um importante importador de maçã em anos recentes. A ALCA poderá ser um estímulo para a melhoria de sua produção, tanto em tecnologia, qualidade, como em produção total, como uma estratégia de assegurar sua participação no abastecimento interno. Seu mercado doméstico poderá ter mais acesso a produtos de outros provedores. Em anos recente, o México tem sido invadido por maçã dos EUA, que entram no país em condição especial pois recebem subsídios no país de origem, o que tem dificultado os produtores nacionais de competir em condição justa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), como estratégia de aumentar às exportações em âmbito global a maçã brasileira tem como mercado alvo a os países Escandinavos, Reino Unido e Alemanha. Entre os novos mercados incluem a Ásia e o Leste Europeu.

A flexibilização dos regulamentos fitossanitários para os principais mercados da fruta chilena tem contribuído para o bom desempenho de seus produtos, os EUA são um exemplo disso, pois flexibilizou regulações fitossanitária e controle de insetos. Também foi obtido acordos com China, Filipinas, Coréia e Japão, que estenderam o reconhecimento de áreas livres de mosca-das-frutas no país, o que implica em eliminar o tratamento de frio para maçã e outras frutas (CCI, 2000).

Uma das medidas previstas na ALCA é a de que nenhum país Parte poderá manter proibição ou exigir licença para a importação/exportação de produtos agropecuários e seus derivados a outra Parte.

A obesidade atinge 60 milhões de estadunidenses (mais de 30% da população) e continua avançando, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA. Nesse sentido, o aumento do consumo de frutas e de

dieta mais saudável tem sido estimulado através de programas federais.

Sistemas de produção

No custo anual total, do sistema Produção Integrada (PI) comparado ao sistema de produção de maçã convencional (no Brasil), percebe-se variação pequena entre os dois sistemas. O custo total anual de maçã no sistema convencional, na média das cvs. Gala e Fuji, é de US\$ 2.700/ha no sistema convencional e de US\$ 2.680/ha no sistema de produção integrada (Protas et al., 2001). Assim, a adoção do sistema de PI por parte dos produtores brasileiros não deve encontrar obstáculos em termos de custos. A PIF leva a um maior gasto com mão-de-obra, monitoramento, e com o uso de defensivos mais específicos e menos agressivos (porém mais caros). Por outro lado reduz os gastos globais com agroquímicos, e de benefícios indiretos com a mudança nas características dos defensivos utilizados.

Ambos os sistemas de produção serão afetados pelas mesmas medidas, ou seja, sofrerão às mesmas pressões de mercado em condições iguais. O que deve mudar é o aproveitamento das oportunidades, e a capacidade de exploração das vantagens comparativas. Assim, produtos oriundos de diferentes processos produtivos terão igualdade de condições, a diferença será na exploração de suas vantagens comparativas afim de estimular o consumo. Porém, nada impede que os países se utilizem das medidas do acordo que possibilitam incentivar a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Dentro dos subsídios permitidos estão previstos a manutenção de incentivos para pequenos agricultores e para agricultura de baixo impacto ambiental, e que estão incluídas na Caixa Verde. Está prevista na ALCA a revisão dessa caixa.

Os preços internacionais de produtos orgânicos são bastante flutuantes, dependem muito da época e do volume comercializado, mas normalmente tem retorno médio favorável em relação aos produtos convencionais. Entretanto, consumidores como de EUA exigem preços razoáveis, que não distanciem-se excessivamente dos produtos convencionais (CCI, 2000).

Em termos de frutas frescas, muitos países latino-americanos vendem suas frutas orgânicas para Europa e EUA: o Brasil por exemplo, exporta maçã e uvas; Chile exporta kiwis, framboesa e morangos; Colômbia, Honduras

e Rep. Dominicana exportam bananas, abacaxi, mangas e outras frutas tropicais; Argentina vende maçãs, pêras e frutas cítricas; e México também vende maçãs, abacate e bananas para o mercado internacional (Yussefi & Willer, 2003).

O mercado estadunidense de orgânicos têm crescido bastante, cerca de 20-30% ao ano. O aumento da demanda tem sido acompanhada pela expansão da produção, assim como no Estado de Washington (EUA) e em outras partes do mundo. Uma pesquisa conduzida pela Fresh Trends (2002) observou que os compradores de orgânicos aumentou de 23% em 1996 para 34% em 2002. Os entrevistados indicaram também que a maçã é a fruta mais procurada. Além disso, com a tendência de consolidação de empacotadoras e varejistas, e a competição na contra-estação se pode esperar impacto nos produtores de frutíferas orgânicas nos EUA, bem como em produtores em sistema convencional (Granatstein e Kirby, 2002).

O acordo ALCA poderá estimular o consumo de produtos "verdes" à medida que estará disponível em mercados em que anteriormente não havia oferta, e assim aos poucos pode tornar-se mais freqüente a substituição dos produtos convencionais. Também, com o avanço no desenvolvimento produtos transgênicos e seu acesso aos países, sua maior circulação deverá ser um estímulo para os consumidores aumentar a procura por orgânicos, tanto em PD como em PED.

A ALCA pode afetar de alguma forma os sistemas de produção, como facilitando a modernização da exploração agrícola, mais acesso a insumos, máquinas e outras tecnologias. Com essa modernização deverá acarretar um aumento da produtividade, e possivelmente também a expansão agrícola em áreas marginais (expansão da fronteira agrícola) possibilitado pelas ferramentas tecnológicas disponíveis. Também deve criar um cenário onde a eficiência e os custos de produção devem ser plenamente considerados. Também é esperado que aumento o fluxo de investimentos inclusive em agricultura, em especial aos setores mais dinâmicos da atividade agrícola, além de benefícios indiretos de investimentos em outros setores como telecomunicações, infraestrutura, serviços etc.

Entre os impactos que essa transformação pode ocasionar está o possível aumento de índices de

desemprego, devido principalmente pela maior tecnificação dos cultivos. Também há referências quanto ao impacto que um maior uso de insumos químicos e defensivos na agricultura, com impacto na saúde e no meio ambiente. Aqui sinalamos a necessidade dos Estados implementar programas de gestão correta de substâncias tóxicas, bem como o adequado descarte das embalagens de agrotóxicos utilizados na agricultura. Para fortalecer a proteção ambiental há a possibilidade de destinar esforços para promover a agricultura de baixo impacto ambiental. Também estão as demandas crescentes dos consumidores por produtos mais saudáveis, e maior conscientização de problemas ambientais.

Também, com a maior competitividade deverá haver maior otimização no uso de insumos, que geralmente são caros, e seu maior uso reduz as margens de lucro. Além disso, mesmo as empresas já estão se conscientizando da necessidade de criar moléculas biodegradáveis, de baixo impacto ambiental, e baixo poder residual. Ainda, ao menos em termos de América do Sul, em anos recentes há alguns países que vem promovendo a atividade de turismo, onde o turismo rural é uma das estratégias, assim, a maior conservação dos recursos, criando espaço para a melhoria da paisagem pode tornar-se uma fonte de geração de emprego e renda no campo. Esses aspectos sinalados contribuem de alguma forma para que possa haver maior interesse pela gestão adequada dos recursos naturais.

Tabela 52. ALCA: Perspectivas para sistemas de produção de maçã em Brasil, México e Chile.

Descrição	Área		
	Brasil	México	Chile
Sistema Convencional	Diminui	Aumenta	Diminui
Econômico	Positivo	Positivo	Positivo
Ambiental	Positivo	Negativo	Positivo
Social	Positivo	Positivo	Positivo
Sistemas Alternativos	Aumenta	Aumenta	Aumenta
Econômico	Positivo	Positivo	Positivo
Ambiental	Positivo	Positivo	Positivo
Social	Positivo	Positivo	Positivo

Fonte: elaborado pelo autor

O Brasil é um país que tem direcionado ações para a qualificação do setor de frutas para ganhar mercados. O país tem um consumo interno significativo e isso assegura a produção de frutas oriundas de sistemas convencionais, devido basicamente a baixa exigência do mercado interno. Há que sinalar que a partir da maior competição e pela oferta cada vez mais freqüente de frutas de melhor qualidade, o consumidor aos poucos se tornem mais exigentes. Para Brasil e Chile é estimado que o sistema

convencional vá diminuindo a medida que aumenta o interesse por sistemas de menor impacto ambiental e melhor qualidade de frutas, como produção integrada e uso de Boas Práticas Agrícolas. Essa mudança é altamente positiva, pois melhora a condição ambiental, com reflexos sociais e com benefícios econômicos. Já em México, o sistema convencional tende a aumentar, a fim de produzir frutas com custos compatíveis para fazer frente às importações. Assim, dificilmente haverá melhorias ambientais, ao menos a curto e médio prazo. Em termos sociais, é positivo do ponto de vista da geração de emprego. Para os três países é esperado que os sistemas alternativos tenham aumento, e isso é altamente positivo, e uma transformação necessária para a maior competitividade e ganho de mercado (Tab. 52).

Apesar do consumidor brasileiro pagar alta carga de impostos sobre a alimentação, ainda está longe de ter alimento de qualidade. De acordo com dois estudos realizados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), e divulgados recentemente através da Folha de São Paulo, mostram que 22% de frutas e verduras vendidos têm excesso de agrotóxicos, e que 34% dos alimentos industrializados mais consumidos (de uma lista) apresentam algum problema de higiene. A situação mais séria, segundo a agência, é a contaminação dos alimentos por agrotóxicos. Em análise de diversas frutas, inclusive maçã, a Anvisa em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz identificaram que 80% das amostras possuíam algum resíduo de agrotóxicos ou pesticida não autorizado. Apenas as frutas e os legumes exportados são fiscalizados pelo Ministério da Agricultura quanto ao uso abusivo de agrotóxicos, pois esses produtos devem atender aos requisitos dos países importadores.

No Brasil tem havido o aumento de tecnologias de produção limpa, como a Produção Integrada em frutas, e mais recentemente e em menor escala a produção orgânica, estando de acordo com as novas demandas tanto em termos de qualidade como de variedades. Medidas de harmonização de critérios e normas fitossanitárias e de mais agilidade nas inspeções podem ter impacto positivo nas exportações, principalmente porque poderá facilitar a entrada de frutas no mercado norte-americano.

O sistema convencional de produção de maçã deverá utilizar-se cada vez mais da biotecnologia para o aumento

da produtividade e expansão da área agrícola. A crescente da demanda por alimentos "verdes" certamente não deve afetar significativamente a produção convencional devido a pequena participação no mercado destas vertentes alternativas. Em curto e médio prazo será necessário a conversão para Produção Integrada, especialmente para países exportadores afim de assegurar mercados de exportação. Entre os desafios estão a difusão ou acesso de novas tecnologia, recursos financeiros para custeio e investimentos, disponibilidade de informações de mercados, canais de comercialização, melhoria logística, e introduzir técnicas mais sustentáveis aos processos produtivos.

O uso de sistema de P.I. também deverá utilizar-se cada vez mais da biotecnologia para o aumento da produtividade e expansão da área agrícola. A crescente da demanda por alimentos "verdes" ou "orgânicos" é um concorrente aos produtos desse sistema. A P.I. está em franca expansão e crescimento em vários países e espécies cultivadas. Entre os desafios está a necessidade de maior difusão ou acesso de novas tecnologias, recursos financeiros para custeio, investimentos e conversão, disponibilidade de informações de mercados, e canais de comercialização e eficiência logística, integração do setor para acessar novos mercados, difusão ou marketing de suas vantagens comparativa, e por último, o fato de que os consumidores ainda desconhecem o que seja P.I.

Para sistemas de produção alternativos, a maior adoção deste sistema conduz ao aumento do volumes de oferta, assim os preços ao consumidor tendem a baixar até níveis mais compatíveis com o poder de compra de outras classes sociais. Consumidores estão mais dispostos a comprar-los em função dos benefícios a saúde relacionado a qualidade dos alimentos. A produtividade tende a ser maior a medida que o sistema se consolida, possibilitando um maior equilíbrio ecológico. Entre os desafios está as altas taxas de analfabetismo ou semi-analfabetismo no meio rural, disponibilidade de tecnologia adaptada para cada região, difusão ou acesso dessas tecnologias (basicamente tecnologia do conhecimento, não de insumos), recursos financeiros para a conversão (que em geral leva 2 a 3 anos), disponibilidade de informações de mercados e canais de comercialização e também o custo dessas informação, conscientização dos consumidores das vantagens comparativas que oferece, preços mais

acessíveis aos consumidores para alavancar o consumo, e as altas margens de lucro do setor varejista.

Entre as tendências em maçã está o cultivo de novas variedades, e forte tendência a instalar pomares adensados (Odepa, 2002). Também, a oferta de maçã orgânica deverá aumentar nos próximos dois anos, em função da quantidade de produtores em transição.

Em março de 2002 foi aprovado em Canadá fundos para desenvolver projetos de diretrizes para a Produção Integrada de Frutas (PIF), e princípios e padrões para na indústria de maçã canadense (AAFC, 2002).

Em 2003, as vendas externas de frutas estão ameaçadas pela exigência européia, continente que consome 63% do volume total embarcado do Brasil, para que os produtos sigam às normas de Produção Integrada. As normas estabelecem que todas as informações sobre a cultivar embarcada estejam descritas, como o tipo de sementes, qualidade da água e que os agroquímicos utilizados estejam registrados nos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente. Se nas frutas importadas pelos europeus forem encontrados resíduos químicos de defensivos não registrados, os lotes enviados poderão ser devolvidos.

Na PI, o Manejo Integrado de Pragas (MIP) representa 80% da estratégia de implantação desse sistema de produção agrícola. Os conceitos a serem internalizados pelos produtores, em especial no que se refere às boas práticas de manejo fomentadas pelas normas das séries ISO, ainda são relativamente "novos" e, portanto, devem ser trabalhadas ações no sentido de incorporá-los ao setor agropecuário o mais rápido possível, uma vez que a partir de 2003 nenhum produto agrícola sem certificação de qualidade será recebido por países importadores.

Todos os países produtores de maçãs do Cone Sul têm programas de produção Integrada de maçãs e, em alguns deles há também trabalhos com outras fruteiras de clima temperado. Em geral, as instituições de pesquisa tem impulsionado, organizado, e contribuído na definição e implementação da Produção Integrada.

Nesse contexto de profundas mudanças no perfil do mercado nacional e internacional da maçã, via mudanças dos hábitos, gostos e preferências dos consumidores, e da disponibilidade de conhecimentos científicos suficientes tornam a PI uma alternativa interessante. Esses aspectos

tornam a adoção da PI uma opção viável, técnica e economicamente, e significa habilitar o setor para enfrentar os desafios que este novo cenário impõem. É importante ressaltar que a introdução da Produção Integrada nos países exportadores é uma questão crítica para manutenção da competitividade no mercado Internacional.

Barreiras não-tarifárias (Barreiras Técnicas)

Os países do hemisfério norte de certa forma protegem-se dos produtores do hemisfério sul basicamente de três formas: tarifária; sanitária (ex. pragas quarentenárias); e tecnológica (ex. rastreabilidade). Dessas, às barreiras sanitárias são as mais importantes, isso porque é difícil conseguir 100% de isenção de determinada praga. O Brasil tem tomado providências para evitar pragas quarentenárias e resíduos químicos para os países a quem exportam. O Canadá por exemplo, só aceita maçã que tenha passado por expurgo com Brometo em Metila (ABPM).

Nos EUA os requisitos aduaneiros e fitossanitários para produtos agro-alimentares são regulados principalmente por organismos federais, como a APHIS (do Departamento de Agricultura), FDA (Food and Drug Administration) do Departamento de Sanidade (como o correto etiquetado, resíduos de pesticidas, etc.), e o National Bureau of Standards (NBS), que elabora e publica normas técnicas sobre produtos industriais, acredita laboratórios privados e centraliza a informação sobre normalização através do National Center for Standards Institute (NCSCI). Em relação a embalagens e etiquetado, as autoridades locais são muito exigentes quanto aos controles de produtos importados.

Os EUA possuem uma quantidade de normas e regulamentos. Embora essas normas e regulamentos não sejam intencionalmente discriminatórias, a complexidade do sistema estadunidense já é, por si só, uma barreira importante a ser transposta.

No mercado internacional barreiras comerciais tem sendo gradualmente substituídas por barreiras fitossanitárias. A manutenção de sistemas de produção baseado no uso abusivo de agrotóxicos pode levar a restrições na demanda. Tendências mundiais de consumo está orientada para os produtos de boa qualidade, obtidos com o uso mínimo de agrotóxicos. Aumento no desenvolvimento e utilização de defensivos ou produtos

fitossanitários que não prejudiquem o controle biológico, nem alterem o meio ambiente (bio-pesticidas).

As maçãs são as principais frutas brasileiras exportadas para os EUA, mas sua entrada está restrita aos portos do Atlântico Norte (também para a Argentina) e, assim como para uvas, requerem um tratamento especial a frio antes serem embarcadas. Ainda, os produtos necessitam ser certificados pela APHIS (Serviço de Inspeção Sanitária de Animais e Vegetais) no Brasil (Secex, 1999). A maçã brasileira é admitida nos EUA, desde que com licença prévia de importação, e com entrada nos portos do Atlântico Norte, e com o devido tratamento de refrigeração obrigatório (Embaixada do Brasil, 2001).

As exportações de frutas, vegetais, e carnes, com destino aos EUA são prejudicadas pelas aplicações de regulamentos sanitários e fitossanitários. Obter autorização de importação para esses produtos envolve um processo longo e custoso. Assim, considerando a tarifação de importação, a licença prévia de importação, e as *marketing orders*, conclui-se que o setor de frutas e vegetais são bastante protegidos contra importações, o que explica a dificuldade da penetração desses produtos por parte do Brasil no mercado estadunidense (Secex, 1999).

As barreiras sanitárias estadunidenses vedam a importação da maioria das frutas e legumes brasileiros – alguns com grande potencial no mercado. Outro obstáculo adicional é o requisito obrigatório da obtenção pelos importadores de licença prévia de importação – praticamente 100% das frutas e legumes brasileiros necessitam de licença prévia (Embaixada do Brasil, 2001). Esse tipo de barreira também afeta outros países exportadores.

As demandas e aplicações de direitos compensatórios e anti-dumping, aplicadas ao salmão fresco, os *champinhons*, e o caso das uvas, são as que mais tiveram impactos sobre Chile devido as barreiras estadunidenses. Menos conhecidas são as restrições derivadas de estándares de qualidade, que se aplicam mediante os *marketing orders* a uva, kiwi e outras frutas (Direcon, Chile).

Um outro aspecto que demanda cautela quanto as exportação destinadas ao mercado estadunidense é o uso de normas ou regulamentos ambientais. Entre Brasil e EUA há experiências de uso desses argumentos como forma de discriminação arbitrária, dificultando as exportações

brasileiras, que muitas vezes teve que recorrer a OMC (Secex, 1999).

O Canadá por exemplo tem uma tarifa sazonal para importação de frutas, vegetais e flores, que vigora apenas por uma parte do ano. As importações desses produtos, quando realizadas fora do período de aplicação da tarifa sazonal, são internalizadas com tarifa zero. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Brasil, o Canadá proíbe a importação de frutas e vegetais a granel, devendo ser cumprido os requisitos canadenses de embalagens.

Nos EUA a etiquetagem serve como uma forma de informação sobre o produto. Entretanto o excesso de exigência também é considerado uma barreira a exportação, significado altos custos para o exportador, e demandado um certo tempo para conseguir a aprovação da etiqueta. Também aumenta consideravelmente o custo da informação não só referente as normas e regulamentos, como também os procedimentos de avaliação da conformidade. Outro problema é o uso limitado por parte dos EUA de normas e regulamentos estabelecidos por organismos internacionais, e mesmo que o governo argumente que suas normas e regulamentos são tecnicamente equivalentes aos internacionais, poucos padrões internacionais são efetivamente adotados (Secex, 1999).

No México, em virtude da importância da praga Mosca-das-frutas (*Anastrepha*) se criou em 1992 um programa nacional de proteção, depois de muitas ações se estabeleceu algumas zonas reconhecidas por organismos sanitários internacionais como zonas livre da praga, favorecendo assim a sua exportação. Dado o fluxo de importação de maçã dos EUA para o México, os dois países estabeleceram um plano de trabalho para ser usado como guia para a certificação e exportação de maçã (Mercado, 1998).

Chile e EUA, após o caso das uvas contaminadas, realizaram acordos de cooperação em sistemas de controle e inspeção sanitária e fitossanitária. Um sistema de cooperação técnica e de informação, aliado a adoção de estándares mínimos, uso de normas internacionais, reconhecimento de áreas livres, e de certificação, podem ser importantes para facilitar o comércio de produtos animais e vegetais, e seus derivados, além de aumentar a transparência desses processos.

No capítulo de agricultura da ALCA está previsto o reconhecimento de áreas livres ou de baixa prevalência de pragas e doenças. Também prevê que não poderão ser impedidos o acesso de produtos dessas áreas mesmo que o país como um todo não esteja livre. Outro aspecto em discussão é relativo a homogeneização de critérios e procedimentos quanto a MS e MFS.

7. DISCUSSÃO GERAL

ASPECTOS ECONÔMICOS

Entre os países ou regiões que pretendem formar a ALCA há que reconhecer que existem grandes diferenças, principalmente de estrutura organizativa interna, recursos naturais, fontes de riqueza, nível de desenvolvimento e uma grande diferença de tamanho de economias (Tab 56), além é claro de aspectos culturais e sociais. A América do Norte destaca-se por seu poder econômico, em especial devido aos EUA. Já os países latino-americanos destacam-se por sua riqueza biológica e de recursos naturais em geral. Entre os países selecionados para o estudo, o Brasil destaca-se como a maior economia e a maior população, seguido de México, Chile e Guatemala. Em termos de PIB verifica-se que Guatemala possui índices bem inferiores em relação aos demais (Tab. 57).

Para Paixão (2002), a experiência de países que abriram efetivamente suas economias, assim como o México, demonstra que nações menos desenvolvidas obtêm mais vantagens do que dissabores quando se integram a mercados de maior poder econômico. A exemplo de Portugal e Espanha com a integração na comunidade europeia, o México também foi beneficiado com a integração ao NAFTA. Outro aspecto é referente a taxa anual de crescimento do valor real do comércio, onde o México no período de 1996-2001 teve uma taxa de média de crescimento de 9%, enquanto no Brasil foi de 4%.

O processo de liberalização faz com que ocorra mudanças nas características do comércio agrícola, como: competitividade, suscetibilidade aos ciclos econômicos, instabilidades e tendência de queda de preços, aumento da participação dos países em desenvolvimento, elevado grau de ingerência governamental e crescente importância da promoção comercial e marketing. Isto porque o comércio torna-se mais fluido e menos sujeito a barreiras

protecionistas. Isto proporciona maior estabilidade frente aos ciclos recessivos, reduz a influência governamental tanto em termos de proteção como de incentivo (Coelho, 2002).

Para que os países em desenvolvimento se beneficiem de um comércio mais livre, seus produtores agrícolas terão que demonstrar sua capacidade para responder aos preços internacionais crescentes e mais estáveis que se derivariam de um comércio dessas características. Se necessita uma mobilização massiva de recursos para melhorar a produtividade agropecuária a nível nacional e sua competitividade no exterior. O mais importante é o aumento dos créditos para às zonas rurais e os investimentos em todos os aspectos de apoio a produção e elaboração agropecuária, incluídas às infraestruturas rurais, pesquisa, educação, formação de recursos humanos, e o estabelecimento de normas e controles de qualidade. Nos países em desenvolvimento, a supressão dos impostos sobre exportação de produtos agropecuários, e das tarifas alfandegárias às importações de produtos, melhorariam às condições do comércio agropecuário e poderiam ajudar os agricultores a competir nos mercados internacionais (FAO, 2002).

Segundo a CEC (2002), durante a década de 90 o comércio de bens no NAFTA quase dobrou, passando de US\$ 350 bilhões (em 1994) para mais de US\$ 700 bilhões (em 2000). Desde 1994 o México têm experimentado o aumento de quatro vezes nas suas importações e exportações. Além disso, cerca de 80% do comércio mexicano é com os EUA. A interdependência econômica e comercial entre os parceiros do NAFTA também ocorre entre EUA e Canadá.

A Rodada do Uruguai mesmo após vários anos do acordo apesar de ter possibilitado alguns avanços em agricultura, como o aumento do comércio mundial, é considerado incompleto e insuficiente para as necessidades dos países em desenvolvimento e para as economias pequenas (Palomo, 2001).

A liberalização, e a queda de barreiras comerciais é bom para os exportadores de países em desenvolvimento, que podem gerar divisas, emprego, e renda em seus países. Para países desenvolvidos isso também é positivo, pois a importação de alimentos possibilita aos seus consumidores o acesso a produtos mais baratos e

geralmente de melhor qualidade. Assim, um cenário de protecionismo não é interessante nem para países desenvolvidos nem para países pobres ou em desenvolvimento.

Tsigas (2001), em estudo sobre liberalização comercial, fez simulações do que aconteceria com uma redução de 30% nas tarifas de importação agro-alimentares, e verificou que às exportações estadunidenses de commodities agrícolas poderiam ter aumento em US\$ 1,3 bilhões e o balanço de comércio em produtos agrícolas processados incremento de US\$ 170 milhões. No mesmo estudo, o México teria um aumento de US\$ 8 milhões em commodities agrícolas e redução de US\$ 27 milhões na balança comercial de produtos processados. O Canadá teria aumento de US\$ 490 milhões em commodities e redução de US\$150 milhões na balança comercial de produtos processados. Já o resto da América teria um ganho de US\$ 630 milhões em *commodities* e aumento de mais de US\$ 2 bilhões em produtos processados.

Alguns setores agrícolas se encontram em crise, assim como de café, e em menor grau o de maçã, e que geram uma série de efeitos negativos com repercussão econômica, social e também ambiental. No caso do café, muitas economias do hemisfério americano dependem em certo grau dessa cadeia produtiva, tanto para geração de divisas (ex. Colômbia) como para aspectos sociais (ex. México).

A Guatemala é um país aberto ao comércio internacional, pese a ter algumas limitações em certos produtos que são considerados sensíveis para seu setor produtivo. O Chile é outro país bastante aberto, e tem buscado acordos em várias frentes, procurando explorar ao máximo os benefícios da globalização e liberalização comercial.

A nível hemisférico, considerando que são 34 países, o comércio de produtos agrícolas intra ALCA têm sido fortemente concentrado em seis ou oito países (Fig. 38). Assim, países como EUA, Canadá, México, Brasil, Chile, Colômbia, e Costa Rica, são os que inicialmente atraem mais interesse em análise de fluxo de comércio.

Tarifas

A eliminação ou redução gradativa até a completa eliminação, ou tarifa zero, é a medida que tem o maior

impacto em nível de fluxo de comércio. É esperado que ocorra um aumento gradual dos fluxos de comércio entre os países Parte, criando uma área de preferência e de acesso praticamente irrestrito aos mercados de todos os integrantes. Os maiores benefícios dessa medida serão para países que atualmente enfrentam altas tarifas às suas exportações, e pouco importante para países que já contam com tarifas baixas.

Uma redução das tarifas deverá eliminar as preferências obtidas por outros acordos regionais ou bilaterais, que por sua vez implica na eliminação das atuais vantagens comerciais, como por exemplo entre as preferências que os países latino-americanos têm frente a outros países, como por exemplo em relação a EUA e Canadá.

De acordo com Tsigas (2001), globalmente as tarifas de importação de alimentos processados permanecem entre as mais altas do setor agrícola, isso devido ao escalonamento das tarifas, que aumentam de acordo com o grau de processamento. Após a Rodada do Uruguai o nível de escalonamento de tarifas tem sido reduzido, mas ainda permanece altos níveis de escalonamento de tarifas. No entanto, nas culturas analisadas não verificamos essa ocorrência.

As tarifas de importação de café e maçã são bastante baixas para entrar nos EUA e Canadá. Porém, de maneira geral às tarifas de importação do setor agrícola nos EUA na média são de 14%, sendo maiores que às de México (9%), Canadá (3%) e resto das América (9%). Já para os alimentos processados os EUA tem tarifa média de 15%, México 29%, Canadá 26% e resto da América 16% (Tsigas, 2001).

Segundo o Banco Mundial e o FMI, o comércio é o canal mais importante a afetar o crescimento dos países em desenvolvimento. O Banco Mundial conclui que o aumento do acesso dos países pobres aos mercados exportadores mundiais poderá gerar renda adicional de US\$ 1,5 trilhões ao longo de dez anos e elevar suas taxas anuais de crescimento de PIB em 0,5%. A liberalização do comércio também pode apoiar reformas econômicas voltadas para o crescimento e auxiliar na transferência de tecnologia e conhecimento. *Alan Larson, subsecretário para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas, Departamento de Estado dos Estados Unidos, Jan/2002.*

Em análise dos países membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), constata-se que após a assinatura dos acordos da Rodada do Uruguai, o valor global das exportações passaram de US\$ 4,3 trilhões em 1994 para mais de US\$ 5.8 trilhões em 1996. Houve, portanto, um

crescimento superior a 36%, ou seja US\$1,5 trilhões, comparado com o crescimento de apenas 10% obtido entre 1990 e 1993. No entanto, o setor agrícola não acompanhou este incremento em virtude do estabelecimento de regras pouco claras, e da tímida liberalização e do protecionismo por muito países desenvolvidos, e assim, fazendo com que o comércio agrícola ficasse aquém das expectativas (Coelho, 2002). Segundo Carpentier (2001), estudo da escala agregada indicam benefícios no bem estar econômico para o conjunto de países em desenvolvimento derivados da liberalização do comércio agrícola, ainda que com importantes variações na quantidade de benefícios.

De acordo com Van Meijl & Van Tongeren (2001), em análise *ex-post* dos resultados da Rodada Uruguai do GATT (OMC), e estudos prospectivos dos benefícios de futuras liberalizações a partir da Rodada 2000 da OMC, estimam benefícios da redução de barreiras protecionistas em agricultura da ordem de US\$ 50-70 bilhões anuais.

Estudo de Vaillant (2001) identificou que vários países latino-americanos (como Bolívia, Paraguai, Equador e Venezuela) apresentam poucas oportunidades na ALCA, pois a oferta exportável é pouco diversificada e concentrada em produtos que já contam com preferências tarifárias ou que não possuem proteção para entrar nos mercados de EUA e Canadá. Também, de maneira geral as tarifas 'ad valorem' são baixos nos produtos onde existe oportunidades, mas em muitos deles há tarifas específicas que são barreiras que podem estar associados a interesses locais defensivos.

De acordo com Vaillant (2001), o café não está na lista de produtos de oportunidades para países da ALADI, pois a ALCA não deve melhorar as condições de acesso do ponto de vista de tarifas de importação, tanto as tarifas "ad valorem" como específicas. Assim, é necessário um estudo mais detalhado das restrições não-tarifárias para identificar as oportunidades de melhoria de acesso.

Com contribuição importante dos diversos acordos bilaterais, e de Livre Comércio, a economia mexicana tem tornado-se dinâmica, e também no setor agrícola, onde tem apresentado taxa média de crescimento de cerca de 10%a.a. (de 1990-1999) em exportações agro-alimentarias (Peralta, 2001).

O crescimento econômico proporciona mais recursos para ser destinados a contenção de desigualdades sociais,

e assim como para disponibilizar mais recursos para o meio ambiente.

De maneira geral se espera que a implementação da ALCA possa servir como um marco para a abertura do comércio e liberalização total dos mercados na América. Em termos de produtos agrícolas, como exemplo o suco de laranja, o Brasil enfrenta barreiras a exportação aos EUA, que tem tarifa de cerca de US\$ 470/ton ou 60% de tarifa, e se for importado pela Flórida tem adicional de US\$ 66/ton.

Um dos objetivos do acordo, que pode ser identificado em sua versão preliminar, é promover a mínima interferência do Estado em termos de comércio, não podendo exigir permissão nem aplicar tarifas para importação ou exportação de qualquer produto agropecuário e seus derivados para qualquer país Parte. As principais atribuições dos Estados em termos de comércio deverá ser o de dar suporte ao cumprimento do acordo, adequação de sua legislação, controle de fronteira, inspeções, controle sanitário e fitossanitário, pesquisa e extensão agropecuária, e concessão de créditos, ajudas ou subsídios permitidos no acordo.

Nas culturas que analisamos a redução ou eliminação de tarifas terá uma importância menor, pois já se encontram em um patamar relativamente baixo, ou já zeradas. Assim, outros aspectos tornam-se importante como as barreiras não-tarifárias, os subsídios, medidas antidumping e direitos compensatórios. Outro aspecto que torna-se importante, e deve ser considerado é a redução de tarifas de bens intermediários (que são aqueles bens que são absorvidos na produção de outros, assim como insumos), que podem ter ação indireta sobre a produção, e possível de ser um incentivo para a redução dos custos totais, melhoria da tecnologia utilizada, e assim, atuar indiretamente na capacidade de competir no mercado hemisférico ou em terceiros mercados.

Conforme definido no processo ALCA, o cenário a curto e médio prazo vai depender muito das listas que cada país divulgar, contendo as concessões estabelecidas por cada país, ou as tarifas adotadas e seus respectivos períodos de desgravação dos produtos de cada Parte.

A implementação da ALCA não deverá haver completa eliminação de tarifas de modo imediato. De acordo com o cronograma do acordo, a desgravação tarifária deve ocorrer em quatro etapas, sendo que os países devem fazer oferta

significativa para desgravação imediata (lista A), além de produtos com período não superior a 5 anos (lista B), não maior que 10 anos (lista C), e lista dos produtos com prazo de desgravação superior a 10 anos (lista D). Ainda não se tem conhecimento da lista de produtos que ficam fora do compromisso de redução ou eliminação de tarifas. Cada país deverá fazer em breve suas ofertas, e indicar para quais produtos não quer fazer concessões.

Como nenhum produto deverá ser excluído da negociação, os setores e produtos mais sensíveis de cada país certamente deverão entrar na lista de exceção, contando com um período para desgravação que deverá ser de 10 a 15 anos, dependendo da estratégia de cada país.

Acesso a mercado e competitividade

A cláusula de tratamento nacional determina que deve haver trato nacional aos produtos importados, assim, não pode haver discriminação, possibilitando igualdade de oportunidades de acesso ao mercado e evitar medidas protecionistas. Outra medida prevista é a que nenhuma Parte poderá manter proibição ou exigir licença para importar ou exportar produtos agropecuários a outra Parte.

Em relação ao capítulo de acesso a mercados, e relativo a barreiras não tarifárias, restrições, licenças ou proibições de importação e exportação, em termos de produtos agrícolas aplicar-se-ão as disposições específicas do Acordo sobre Agricultura da OMC. Ainda, nenhuma das Partes adotará ou manterá quaisquer restrições, proibições, impostos, tarifas ou gravames sobre a exportação de mercadoria alguma para território de outra Parte. Ainda, nenhuma Parte poderá instituir ou manter, entre outras, as seguintes medidas: restrições quantitativas das importações, preços ou valores mínimos, ou requisitos de preços de exportação e importação.

Um primeiro aspecto é que em café não haverá nenhuma competição com os EUA e Canadá, pois são importadores líquidos, mas sim entre os demais parceiros de ALCA.

A busca por integração e consolidação de parceiros comerciais joga um fator importante e, de certa forma decisivo, na abrangência de seu mercado, podendo assegurar um destino para sua produção. Por outro lado também há que considerar a competitividade entre

parceiros de bloco que possuam competitividade nos mesmos produtos, pois este fator também terá importante influência sobre seus mercados.

Os principais competidores no mercado estadunidense, nos produtos mais importantes de Chile, são Canadá e México, ambos sob o amparo das preferências tarifárias outorgadas pelo acordo NAFTA. A competitividade das exportações chilenas frente a esses competidores se vêem afetada quando consideramos os altos custos relativo ao transporte (Direcon, Chile). Porém, em termos de maçã fresca não há diferenças tarifárias, mas custos mais elevados de transporte.

A produção de maçã de países como EUA e Canadá tem alguma possibilidade de gerar um deslocamento parcial das exportações de outros países do continente, pois ambos possuem bons indicadores produtivos, qualidade, experiência e capital para exportar a produção excedente a outros países a nível de continente, ou mesmo de deslocar mercados em terceiros países. O mesmo não deve ocorrer em café, pois EUA e Canadá são dois mercados importadores líquidos de café, não tem condições climáticas para o cultivo, assim, não se encontra na cesta de produtos que podem ter algum perigo.

Potts (2000), sinalou que a persistência do nível de dependência que muitos países em desenvolvimento tem sobre um pequeno número de commodities (como o café) que os tornam países vulneráveis às mudanças no mercado internacional, vulnerabilidade essa que freqüentemente opera como um obstáculo ao seu desenvolvimento. Sinalou também que os preços internacionais das commodities entre 1980 e 1993 decresceram em 50% em relação a bens manufaturados, e desde então, seus preços relativos no mercado internacional estão caindo a taxa média de 1,5% a.a.

Considerando isso, é cada vez mais necessário que os países diversifiquem sua estrutura de comércio (principalmente países em desenvolvimento), e na medida do possível procurar agregar valor aos produtos, e atender efetivamente a nichos de mercado que ainda não são completamente explorados, além de buscar a inovação de produtos e processos. Segundo Tsigas (2001), o comércio global em alimentos processados cresce mais rapidamente comparado ao de *commodity*, sendo que esse crescimento é alimentado pelo aumento da renda, a globalização no

setor agroalimentar, e a mudanças nos hábitos de consumo. Isso é um indício da necessidade de buscar a maior integração das cadeias produtivas, procurando dentro do possível industrializar os produtos agrícolas na origem, para possibilitar maiores benefícios para a economia dos países. Para facilitar esse processo é imprescindível que ocorra redução ou eliminação do escalonamento tarifário em produtos agrícolas processados, que atua como barreira a industrialização e crescimento econômico, principalmente em países em desenvolvimento.

Em termos de café os três países selecionados possuem certa competitividade no comércio internacional, podendo ser considerados equivalentes, pois um tem mais eficiência produtiva e produz grande quantidade de café (Brasil), enquanto os outros dois tem maior reconhecimento internacional em cafés de qualidade e cafés especiais. Quando aprofundamos para produto com valor ambiental se percebe que há grandes diferenças, que podem determinar uma estratégia de marketing mais agressiva por parte de Guatemala e México, em virtude de sua condições edafoclimáticas, estrutura de produção, manejo dos recursos naturais, e demais aspectos ambientais. Certamente essas diferenças oferecem certa vantagem comparativa em relação ao café brasileiro.

Já em termos de maçã, o Chile é muito competitivo, porém em termos de produto "ambientalmente amigável" se encontra em estágio inicial, sem grande importância em termos de mercado. Porém possui vantagens comparativas, em termos de condição climática e características geográfica, compatíveis para a obtenção de frutas mais limpas. Assim, este país possui grande possibilidade de ampliação da produção de maçã com baixo impacto ambiental e com baixos níveis de resíduo tóxicos, porém ainda há um longo caminho para que esses sistemas alternativos se consolidem e alcancem nível produtivo satisfatório. De acordo com a Fundação Chile, há expectativa que nos próximos anos nível de consumo interno alcance entre 8-10% do consumo total de alimentos no país, seguindo a tendência mundial. Essa perspectiva é a maior motivação para a expansão dos "verdes".

Quanto aos impactos que a ALCA pode proporcionar, em termos de comércio de café e maçã no hemisfério, mais importante que as tarifas (que são baixas para os principais mercados) estão os aspectos de barreiras não-tarifárias, os

subsídios, medidas antidumping e direitos compensatórios. Essas preocupações também podem ser verificadas para outros produtos agrícolas, como grãos e carnes. Essas questões são as que mais preocupam os futuros parceiros do novo bloco econômico. A redução tarifária é mais importantes em produtos onde há picos tarifários.

Em termos de competitividade tanto os setores de café e maçã devem ter influência mesmo que indiretamente, do índice de competitividade geral do país. De acordo com o Relatório Anual da Competitividade Mundial, estudo elaborado pelo *International Institute for Management Development* (IMD – <http://www.imd.ch>). Em um estudo do IMD, onde se avaliou 314 critérios em 59 países e regiões econômicas (alguns exemplo abrangidos foram o desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica, o funcionamento da administração pública, a qualidade do sistema educacional, índices macroeconômicos, adaptabilidade da população, produtividade e índices de violência). Assim, em 2003, o ranking ficou assim configurado: (Com mais de 20 milhões de habitante –30 colocações) 1º EUA, 2º Austrália, 3º Canadá, 16º Colômbia, 21º Brasil, 24º México, 29º Argentina e 30º Venezuela. No grupo com menos de 20 milhões de habitantes, o Chile está em 16º. A Guatemala não participou do estudo.

Das culturas e países, quais são mais competitivos em livre mercado (ALCA)? Em relação a maçã, os países como Brasil, Chile e México certamente irão se deparar com a maçã produzida pelos EUA, que é o maior produtor e também tem a maior produtividade do hemisfério. Esse país produz cerca de 4,8 milhões de toneladas anuais, em área de 170.000 ha e com boa produtividade (28 ton/ha).

Conforme alertou Sagarpa (2002), em termos de comércio exterior mexicano, é necessário atitude pró-ativa defendendo o mercado interno e conquistando o mercado internacional. Também é importante articular sistemas de informação e assessoria empresarial em comércio exterior, bem como promover produtos mexicanos no mercado externo. Outro aspecto é referente a aplicação de sistema acreditado de certificação de qualidade, bem como divulgação e vigilância do cumprimento de normas oficiais de qualidade.

Com as experiência do NAFTA se verifica a necessidade do México impulsionar seu mercado interno e

promover a conexão de suas cadeias produtivas, como uma ferramenta para alcançar melhores resultados econômicos.

De acordo com Vaillant (2001), o NAFTA em termos de comércio possibilitou maior integração comercial com EUA e Canadá. Para México, os EUA se converteram em seu mercado quase exclusivo de compras no exterior (cerca de 75%), bem como para suas exportações (cerca de 87%). Já Chile e países do Mercosul tem uma estrutura de importação e exportação muito mais multilateral de seu comércio com o resto do mundo. Já as oportunidades do Brasil na ALCA não estão unicamente no setor agrícola, pois tem um perfil mais diversificado que os demais países do Mercosul, sendo um dos países do hemisfério que mais possui oportunidades no acordo ALCA. O Brasil, mais precisamente em fruticultura, para que realmente possa dar seqüência à sua potencialidade, precisa de coordenação de mercado, e de políticas públicas, que possibilitem uma cadeia produtiva que tenha infra-estrutura e mecanismos de comercialização que dêem conta das exigências dos mercados internos e externos. Nos últimos anos o governo têm demonstrado interesse em promover o setor, bem como a adequação dos produtos e processos a tecnologias mais limpas, e isto têm contribuído para um crescente volume de exportação de frutas.

A competitividade internacional parece depender cada vez mais de sistemas eficientes de comercialização, que são resultados de ações públicas e privadas, combinada com doses variáveis. O Brasil ainda não foi capaz de estruturar tais sistemas, o que contribui para seu mau desempenho exportador em termos de frutas (Filho et al., 2000). Para o economista e professor da Universidade de Princeton (EUA), José Alexandre Scheinkman, o Brasil deveria realizar uma reforma tributária, antes de ingressar na ALCA, pois o sistema brasileiro taxa as exportações mais que a média dos outros países além de encorajar a informalidade. Como sinalou Paixão (2002), para preparar-se para a ALCA o Governo brasileiro deve encontrar maneira de reduzir suas despesas para investir onde é mais necessário, principalmente em infra-estrutura de transportes, saneamento, energia elétrica, telecomunicações, entre outros

O Chile já possui tratados de livre comércio com Canadá e México (ambos muito semelhantes a estrutura do NAFTA). Outros acordos são de complementação

econômica, negociados e subscritos sob a ALADI (Associação Latino-americana de Integração) como no caso de: Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Peru, e países do Mercosul. Esses acordos possibilitam certa vantagens atuais para Chile em termos de maçã. Assim, com a ALCA pouco ainda restaria para ampliar seu acesso a mercados hemisférico.

O Chile apesar de já possui uma economia bastante aberta, possuindo níveis tarifários bastante baixos (média de 8%), e de já possui vários acordos de comércio e outro tanto em negociação. Também tem um acordo bilateral com EUA que está prestes a ser assinado. Segundo a Ministra de Economia de Chile, (em entrevista a imprensa abril/2003) estudos mostram que esse acordo poderá incrementar em 0,9% o PIB do país, e contribuir para a geração de empregos. Esse acordo está previsto entrar em vigor em janeiro de 2004. Segundo estudo de Vaillant (2001), as oportunidades do Chile na ALCA se concentram em alimentos, matérias primas e minerais.

O Chile poderá aproveitar a oportunidade do livre comércio hemisférico para consolidar sua participação agro-exportador, principalmente de frutas de clima temperado, como a maçã e outras frutíferas. O país já têm em todo o mundo a imagem de importante exportador de frutas frescas e produtos elaborados (ex. vinho). Essa imagem associada ao conhecimento e infraestrutura disponível para exportações, e a vantagem de produzir na entressafra dos principais mercados proporcionam certa vantagem comparativa com outros concorrentes, para produzir e comercializar produtos orgânicos.

Quando se está diante de um processo de liberalização comercial dessa magnitude se faz necessário tomar medidas que os tornem mais competitivos. Em termos de América Latina é evidente a necessidade de ajustes macroeconômicos e estruturação de cadeias produtivas. Medidas políticas de liberalização têm envolvido reformas tarifárias, promoção externa, suporte às atividades de exportação, modernização de estruturas institucionais, e simplificação de processos administrativos relacionados com comércio exterior.

Barreiras Não-tarifárias (Barreiras Técnicas)

As restrições ao comércio internacional de bens são basicamente devido a três grupos de entraves: Barreiras

Tarifárias (tarifas de importação, outras taxas e valoração aduaneira); Barreiras Não-Tarifárias (restrições quantitativas, licenciamento de importações, procedimentos alfandegários, medidas antidumping e compensatórias); e Barreiras Técnicas (normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários, fitossanitários e de saúde animal). As barreiras técnicas podem surgir devido à falta de transparência das normas e regulamentos ou à imposição de procedimentos demorados ou dispendiosos para avaliação de conformidade ou, ainda, em decorrência de regulamentos excessivamente rigorosos e discriminatórios aos produto importado.

Entre as medidas prevista no acordo, está a não proibição do acesso de produtos oriundos de áreas livre ou de baixa prevalência de pragas e doenças, mesmo que o país como um todo não esteja livre; cooperação e assistência técnica em MS e MFS, em especial para economias menores; ainda, acordam fazer intercâmbio de informações e procedimentos técnicos para o controle e segurança em MS e MFS; também acordam fazer uso de procedimentos recomendados por organismos internacionais; além de incorporação imediata das resoluções da OMC em MS e MFS.

Para Fischer (1997), o novo protecionismo difere das formas clássicas de protecionismo (tarifas e cotas), e consiste em medidas como estándares mínimos de qualidade, acusação de dumping ecológico, ameaça de medidas antidumping e anti-subsídios, restrições fitossanitárias e outras, e pode ser ainda mais efetivo. A medida que os acordos multilaterais fazem cair às barreiras tarifárias, tem começado a aparecer formas mais sutis de protecionismo. Entre esses novos mecanismos estão os Estándares Mínimos de Qualidade (EMC), que afetam mais às importações que a produção doméstica. Para o autor, esses estándares podem conter medidas protecionistas. Isso tem levado a que as últimas rodadas de negociações multilaterais sejam concentradas menos em baixar tarifas, e mais em reduzir novas barreiras ao comércio.

Na ALCA deve haver medidas para que esse tipo de protecionismo, baseado em estándares e normas, não afete negativamente o comércio entre os países. Estabelecer disciplinas claras sobre barreiras técnicas, medidas de controle e solução de controvérsias se tornam muito importantes, para identificar corretamente quando um

estandar ou norma está sendo utilizado de forma incompatível com o livre comércio, afim de evitar maiores problemas nesse sentido.

De acordo com informe da Direcom (Chile), os EUA apresentam certas barreiras comerciais, como por exemplo às exportações de Chile, como: sanitária e fitossanitária (suco de frutas, falta de reconhecimento mútuo para HACCP^a; falta de reconhecimento mútuo para certificação orgânica); Marketing Orders^b; Direitos compensatórios e antidumping (alguns casos em curso com produtos agroalimentares); e subsídios, programas de ampliação de exportações e de acesso a mercados.

Outra medida contida no acordo é quanto ao uso de barreiras ocultas ao comércio, no qual não deverá ser permitido utilizar-se de medidas ambientais não justificáveis, como forma de barreira "disfarçada" ao comércio.

O comércio de frutas frescas tem um complicador que é quanto as regulamentações fitossanitárias, e portanto as preocupações são redobradas, pois um lote infectado pode pôr a perder esforços de erradicação de pragas e doenças, e que levaram anos e custaram milhões de dólares. Os

"É necessário elevar a competitividade da economia brasileira aos padrões internacionais, e isso não poderá ser feito sem escala e sem liberdade para importar insumos a preços competitivos. Existe muito espaço para ganhos de eficiência e competitividade com a redução das barreiras às importações... ainda assim, não se pode esquecer que, mesmo limitada, a abertura comercial no Brasil, como nas demais economias emergentes, foi acompanhada por um aumento das importações superior ao aumento de nossas exportações. Parcela relevante desse desequilíbrio deve-se a barreiras ao acesso nos mercados desenvolvidos. Nada mais natural, por conseguinte, do que buscar contrapartidas, e é isso que queremos ao negociar no hemisfério, com a União Européia e na OMC... o Brasil precisa continuar a importar, mas quer que seus parceiros removam os obstáculos às suas exportações".
Celso Lafer Ex-Ministro das Relações Exteriores, Brasil. Em Artigo sobre a ALCA, e publicado na Folha de São Paulo, junho de 2002.

^a HACCP: Análises de Perigo e Pontos Críticos de Controle

^b é um instrumento legal autorizado pelo Congresso dos EUA para ajudar os produtores de frutas e hortaliças a trabalhar em conjunto nos problemas de comercialização que não podem ser abordados individualmente, e no qual a Secretaria de Agricultura está facultada a regular a comercialização de algumas commodities, frutas, hortaliças e outras. Podem ser de regulação de

países com regras e instituições de controle mais rigorosas são justamente os grandes importadores (EUA, UE e Japão), o que torna bastante seletivo o acesso de novos exportadores aos fluxos de comércio internacional (Filho et al., 2000).

Entre os instrumentos utilizados como protecionismo pela maioria dos países importadores estão: exigências de qualidade mínima; acordos de privilégios para certas regiões; importação limitada durante o período da safra local; e obrigatoriedade de licença prévia para os importadores (Filho et al., 2000). Apesar da Rodada do Uruguai tenha determinado tarifas de todas as barreiras, o comércio internacional de produtos agrícolas continua sendo um dos mais restritivos. Para Pereira (2000), apesar da queda tarifária, as barreiras não-tarifárias devem ser os principais entraves para a entrada de produtos do Mercosul no mercado norteamericano, temas de difícil negociação.

O Chile tem sido afetado por medidas como: a lei de reciclagem de material de embalagens; embargo unilateral devido a problemas fitossanitários (como no caso das uvas de exportações com destino aos EUA que supostamente estavam contaminadas); acusações de dumping e problemas fitossanitário com produtos com destino a parceiros comerciais; e outras. O caso das uvas com cianuro ocorreu em 1989, e na época prejudicou toda a cadeia exportadora de frutas, porém o mais grave foi o impacto negativo sobre a confiança dos consumidores em relação as frutas chilenas (Fischer, 1997).

Quanto aos aspectos de FS-MFS, os países devem cooperar para implementar um acordo a nível de OMC, abrangendo padrões internacionais, harmonização, equivalência, acesso a riscos, áreas livres de pragas e doenças, transparência, sistemas de controle (inspeção) procedimentos de aprovação, e medidas de salvaguarda. A nível da ALCA surge um problema institucional, de quem? e como? serão realizadas as consultas e a solução das disputas. Nesse sentido já está previsto a constituição de um comitê de MS e MFS no âmbito da ALCA para garantir a transparência desses procedimentos. De maneira geral o capítulo de agricultura da ALCA não implicará mais compromissos que a nível de OMC.

Os regulamentos técnicos e normas de produção agrícola são diferentes entre os países. O uso arbitrário de regulamentos pode servir de entraves ao comércio com efeito protecionista. Nos EUA há inúmeros regulamentos aplicáveis tanto a produção nacional como a importação. Esses regulamentos incluem padrões de rotulagem, embalagem, práticas sanitárias e fitossanitárias, de boa fabricação, aditivos, pesticidas, corantes em alimentos, alimentos enlatados, etc.

Segundo a Embaixada do Brasil (2001), o sistema de normas técnicas, conformidade e certificação dos EUA atualmente podem ser consideradas importantes barreiras de acesso ao mercado, pois a complexidade do sistema torna-se oneroso para o exportador estrangeiro, especialmente para pequenos empreendimentos. Segundo a IBRAF, a cada ano as exigências dos importadores aumentam em relação aos países exportadores. Hoje, com o mercado mais livre e, com o protecionismo via altos subsídios agrícolas praticados, a cada ano surgem novas exigências de qualificações, que podem ser consideradas como novas barreiras não tarifárias, tais como: ISO 9000 / ISO 14000 / HACCP ou APPCC / EUREPGAP / NATURES CHOICE / BRC / AS 8000. Também, medidas adotadas pelos Estados Unidos, como o **Bioterrorism Act** (Ato Bioterrorista), lei que entra em vigor a partir do dia 12 de dezembro de 2003, afetarão não só as exportações brasileiras, mas as de todo o mundo, interferindo nas formas de inspeção e embarque de mercadorias e, conseqüentemente, restringindo o acesso ao mercado Estadunidense. Segundo altos funcionários do Governo Estadunidense, discutir o **Bioterrorism Act** (Ato Bioterrorista), que entrará em vigor em dezembro próximo, é mais importante para o Brasil que a própria ALCA (Área de livre comércio das Américas), já que esta nova lei irá regulamentar e abranger todas as importações Estadunidenses.

É importante reconhecer o direito dos países de adotar normas que considerem apropriadas, com o objetivo de proteger a saúde humana e o meio ambiente. Deve haver acordos de boa conduta para elaboração, adoção e aplicação de normas com reconhecimento internacional, e até agora a ALCA têm incluído medidas nesse sentido. Medidas de harmonização, e equivalência de produtos e processos, podem servir como um padrão para avaliação

da conformidade dos produtos em distintos países, facilitando os fluxos de comércio entre as Partes. Assim, a partir de estándares, se poderia avaliar a conformidade ou equivalência de um produto ou processo tanto no país importador como no país exportador.

O artigo 5 do capítulo de agricultura da ALCA prevê a necessidade de provar ou ter evidência científica para a proibição a entrada de algum produto. De acordo com Ita (2001), essa medida vai contra o princípio precautório do Protocolo de Cartagena, derivado da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), e impediria por exemplo que um Estado ou uma determinada região de um Estado possa declarar área livre de OGM's (transgênico). Assim, para que essa proibição seja possível o importador deve apresentar evidências com base científica suficiente para sustentar tal medida. O mesmo artigo também visa a reduzir ou eliminar a proibição da importação de alimentos com base no conteúdo de agroquímicos ou contaminantes biológicos, e a possibilidade de exigir etiquetado aos produtos geneticamente modificados. Essa questão está bastante polêmica e tem ocasionado "calourosos" debates e declarações.

Os produtores orgânicos da Nova Zelândia, por exemplo, estão preocupados com o protecionismo dos EUA e Europa, e das novas políticas de comércio. Segundo o Ministro da Agricultura desse país, Dr. Peter Kettle, "a recente conferência em Washington muito do foco dos participantes presentes, de 23 países, estava em aspectos econômicos, ambientais e sociais de produção orgânica com ênfase muito voltada para desenvolver a nível local... certamente a tendência está para comprar bens orgânicos produzidos localmente, porque a produção local é considerada mais sustentável em termos de consumo de energia, usado em transporte e assim por diante" (Kettle, 2002).

De acordo com às normas da OMC, estándares de qualidade podem diferir das normas internacionais aceitas desde que exista evidência científica. Assim, os membros têm o direito de adotar MS e MFS necessárias para a proteção da vida humana, vegetal ou animal, sempre que estas medidas não sejam inconsistentes com o acordo.

A vinculação automática dos acordos a nível de OMC ao acordo ALCA possibilita que não haja distorções entre o praticado a nível de hemisfério em relação ao que ocorre a terceiros países. A OMC não apenas provê aos países instrumentos judiciais para assegurar acesso aos mercados internacionais, mas também auxilia na estandarização de

regulamentos técnicos que precisam ser cumpridos para acessar esses mercados. Assim, por exemplo, acordo em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, e acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio, são importantes instrumentos para reger o comércio de alimentos entre os países, além de garantir mecanismos para a regulação de importação de produtos que afetam a saúde humana, animal e vegetal.

Na visão dos EUA, existe justificativa para iniciar ações do tipo regulatório para controlar ou minimizar o risco de contaminação de qualquer tipo, principalmente dos produtos frescos. Nas inspeções do primeiro semestre de 1999, o FDA identificou nas contaminações dos produtos exportados de América Latina, 29% delas eram oriundas de resíduos de pesticidas, 14% estavam com alguma contaminação microbiológica, 21% sujos, 13% com problemas de aditivos, 8% com problema de etiquetagem, e 15% apresentavam outros problemas. O nível de resíduos de pesticidas é muito superior ao verificado em produtos de outras procedências (1% Africa, e 2% para Asia/Oceania e Europa).

Em relação a propriedade intelectual, o acordo ALCA deve desenvolver diversas disciplinas para sua regulação, e não se descarta a possibilidade de, ao final das negociações ser acordado alguma forma de sanções a países que não protejam de forma satisfatória os direitos de propriedade intelectual (DPI). Atualmente, a legislação estadunidense em matéria de DPI não estabelece nenhuma barreira direta à entrada de bens e serviços, mas importantes dispositivos da legislação comercial dos EUA relacionados a DPI podem constituir restrições em potencial. Nos EUA, o Sistema Geral de Preferencias (SGP) contém dispositivos na área de DPI.

Na Europa, o crescimento dos orgânicos por exemplo, pode ser considerado uma alternativa a uma eventual queda nos subsídios, assim como pela maior procura por redução de insumos, e custo produção, e da possibilidade de obter melhores preços por seus produtos. Evidentemente, também pode ser uma maneira de se proteger da abertura, direcionando-se para atividades agrícolas de baixo impacto ambiental, afim de serem cobertos pelos ajudas ou subsídios que poderiam permanecer, como os de caixa verde.

Nos EUA os produtos orgânicos estão sujeitos as mesmas regras de comércio (tarifas e aspectos sanitários)

que os produtos tradicionais, a não ser o reconhecimento da certificação pelas autoridades estadunidenses. Atualmente há três possibilidades para exportar orgânico aos EUA: a) ter organismos de certificação nacionais que sejam reconhecidos NOP (Programa Orgânico Nacional); b) ser acreditado por um governo que seja reconhecido pelo USDA como válido para acreditar conforme os critérios do NOP; c) ser acreditado por um governo de um país que tenha acordos de equivalência com o USDA.

O crescimento do mercado de produtos orgânicos ou "verdes" em parte pode ser atribuída a maior liberalização comercial, que tem sido cada vez maior nessa última década. Provavelmente haverá maior intensificação dessa expansão em cenário com ALCA. Apesar disso, quando se analisa em outros cenários, por exemplo, de maior protecionismo, esses mesmos produtos também têm atributos ou características que os tornam mais "preparados" para acender mercados externos.

De acordo com Yussefi & Willer (2003), a harmonização de padrões orgânicos e certificações são importantes para facilitar o comércio internacional desses produtos. O programa de acreditação da IFOAM já contribuiu bastante nesse sentido. O primeiro passo significativo rumo a harmonização tem sido realizado através da IFOAM/FAO/UNCTAD. Com o suporte das diretrizes do Codex Alimentarius pode-se esperar que o setor privado avance em termos de harmonização apoiado por mais regulações orgânicas em muitos países.

Como sinalou Secilio (2001), os custos para cumprir com standares de qualidade podem ser mais elevados para empresas estrangeiras do que para as locais, convertendo-se em uma barreira ao comércio. Ainda, as grandes empresas podem assumir esses custos com mais facilidades do que as pequenas. Se sabe que os standares podem cumprir várias funções simultâneas, como: facilitar o intercâmbio; garantir a qualidade; e homogeneizar produtos. Por outro lado, podem também restringir a competição.

O tema de barreiras não-tarifárias deverá ser o ponto de maior conflito no acordo de agricultura, e o sucesso das negociações depende muito de como essa questão vai ser equacionada. Os governos alertam que não basta a redução de tarifas enquanto houver barreiras não-tarifárias, que dificulta a exportação principalmente dos países em desenvolvimento.

Subsídios

O aspecto que assume importância nessa fase final de negociações é sobre a eliminação ou redução significativa de subsídios agrícolas e incentivos a exportação.

Entre as medidas previstas no acordo estão a eliminação/redução de subsídios às exportações e estabelecimento de cronograma de redução; também evitar que as Partes utilizem essa prática para com seus sócios; e que recursos que deixem de ser utilizados não devem ser usados para subsidiar exportações para não-Parte.

Em termos de comércio mundial, as barreiras às exportações (tarifárias, não-tarifárias, e cotas de exportação) são mais prejudiciais ao comércio mundial por abranger uma gama maior de produtos, e é praticada por todos os países, enquanto que os subsídios são aplicados por poucos países (pouco mais de 20) e abrangem uma lista menor de produtos (Marcos Jank, professor da USP, em entrevista a Sociedade Rural Brasileira, 2003).

De maneira geral, boa parte do debates e das polêmicas da ALCA tem estado em torno das questões agrícolas. Muitos países latinoamericanos não estão dispostos a avançar nos demais temas enquanto não houver um acordo nesse capítulo, principalmente sobre a questão dos subsídios.

A intervenção governamental tem grande influência no comércio internacional de frutas, seja criando obstáculos, seja conduzindo agenda positiva de fomento a atividade. Em qualquer dos casos, a posição dos países menos desenvolvidos em ambas as dimensões tornam-se mais difíceis (Filho et al., 2000). Por muito tempo, o governo brasileiro concentrou suas intervenções nos grãos, deixando de lado o hortifrutigranjeiro como de menor importância, e o modelo de crédito não considerava o tempo de maturação da atividade frutícola. No entanto, nos últimos quatro anos tem-se percebido um grande interesse pela fruticultura no Brasil, e o governo tem realizado esforços para promover a atividade, principalmente para exportação. A maçã é uma das frutas que está recebendo suporte da Agência de Promoção das Exportações (Apex).

Com respeito às políticas, os obstáculos ao comércio e o apoio a produção nacional nos países desenvolvidos (principalmente os da OCDE) tem impedido o crescimento das exportações de produtos agropecuários procedentes de países em desenvolvimento. Estas distorções comerciais

impõem custos elevados e criam ineficiências generalizadas. Nos países que as aplicam, obrigam a pagar preços e impostos mais altos aos consumidores e aos contribuintes. Em outros países, limitam o acesso aos mercados de exportação, e introduzem uma competência não equitativa nos mercados nacionais. Mantêm também o baixo nível dos preços mundiais dos produtos e, assim, impedem o desenvolvimento da agricultura nos países em desenvolvimento, que normalmente dispõem de menor apoio governamental. O apoio aos produtores de todos os tipos segue sendo muito alto nos países desenvolvidos. Nos países da OCDE, alcançou em 2000 a cifra de US\$ 245 bilhões. Esta cifra aumenta para US\$ 327 bilhões quando se incluem transferências a agricultura de caráter mais geral (FAO, 2002).

Para os PED, um dos principais entraves ao livre comércio são os subsídios internos concedidos pelos PD aos seus produtores (especialmente EUA, UE e Japão), que atingiram US\$ 300 bilhões em 2002. Também os subsídios à exportação e as barreiras tarifárias e não-tarifárias. A remoção de subsídios que distorcem o comércio tem sido a prioridade da grande maioria dos países que integram o processo ALCA. Alguns países já manifestaram que não têm interesse em avançar nas negociações sem antes chegar a um acordo nessa questão. O Brasil tem defendido intensamente essa posição.

O avanço para a liberalização multilateral e reforma nas políticas agrícolas, tanto na UE como nos EUA poderiam conduzir ao decréscimo nos preços domésticos em países industrializados, e um aumento dos preços internacionais dos produtos, principalmente para produtos de clima temperados (como a maçã), que tem sido fortemente afetados por medidas protecionistas. Enquanto menores preços nos países industrializados tendem a reduzir a produção agrícola, o inverso ocorreria em países em desenvolvimento (Gutman, 2000). Tem sido evidente o exagero das políticas públicas de proteção à agricultura doméstica de países desenvolvidos, e que tem prejudicando o esforço global para o desenvolvimento dos países mais pobres.

A nível de OMC, às discussões de agricultura estão em torno do artigo 20 do acordo de agricultura. Ainda não foi definido as formas de aplicar as reduções dos incentivos às exportações, ou sua remoção progressiva, além de

reduções substanciais da ajuda interna que causem distorção do comércio. Este tem sido o foco das discussões, conduzidos principalmente pelos países tradicionalmente exportadores, como o grupo CAIRNS. A nível de ALCA a questão dos subsídios às exportações também tem sido um ponto polêmico e ainda indefinido.

O tema dos subsídios tem importância central no acordo ALCA, pois a agricultura é de longe o setor mais subsidiado e protegido do comércio internacional. Essas medidas incluem subsídios e créditos às exportações, pagamentos compensatórios, preço mínimo aos agricultores etc. É amplamente admitido que exportações subsidiadas distorcem o comércio e deprimem os preços, o que notoriamente prejudicam os países exportadores que não aplicam tais subsídios. Além disso, mudanças devem ocorrer também na ajuda interna, que faz com que se siga gerando excedentes desvinculadas dos preços internacionais. No entanto, para Gudynas & Evia (2003), os subsídios nem sempre são negativos, pois podem ser positivos em certas circunstâncias, assim como na proteção social de setores campestinos, na reconversão para formas de produção mais limpas e saudáveis, ou para a segurança alimentar.

Na Rodada do Uruguai se criou várias categorias para subsídios. A caixa vermelha são apoios não autorizados, caixa amarela incluem os apoios que estão sujeitos a disciplinas comerciais, a caixa azul são os pagamentos diretos ligados aos fatores de produção, e caixa verde os apoios autorizados. O acordo ALCA prevê a revisão da caixa verde, e a redução ou eliminação das demais.

Realmente, às barreiras tarifárias estão sendo gradativamente eliminadas, e mais cedo ou mais tarde mesmos os setores mais protegidos terão que se adaptar ao cenário de liberalização. Com exceção de poucos produtos, atualmente as barreiras técnicas e não-tarifárias são as que mais preocupam os países em desenvolvimento.

A eliminação ou redução substancial de ajuda interna nos EUA é importante para o futuro da ALCA. A aprovação da Farm Bill 2002, prevê ajuda a agricultura em US\$ 175 bilhões para os próximos 10 anos, o que vai em contra as expectativas dos países em desenvolvimento. Segundo Yussefi & Willer (2003), dentro da Farm Bill está previsto recursos para suporte a conservação a todos os produtores,

e contempla uma parte para agricultura orgânica. Em reconhecimento aos esforços de conservação dos produtores orgânicos, estabeleceu-se um programa de pesquisa orgânica (US\$ 3 milhões anuais até 2007), e parte dos custos de certificação (US\$ 5 milhões), e abre caminho para a isenção dos produtos orgânicos das tarifas obrigatórias de comercialização. Com a Farm Bill os produtores podem custear cerca de 75% de todos os custos com certificação.

O Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), organização norte-americana, em um relatório divulgado em 02/2003 acusa os EUA de praticar dumping. O relatório mostra que o milho, soja, algodão, trigo e arroz são exportados pelos EUA a preços abaixo do custo de produção (*dumping*), tomando mercados de outros exportadores mais eficientes. Para o algodão, o preço é 57% abaixo do custo de produção e, para o arroz, é de 20%. A depressão de preços causada pelo "dumping" tem dois efeitos sobre os agricultores de países em desenvolvimento. Primeiro, tira os próprios produtores locais de seu mercado nacional. Segundo, perdem mercados no exterior por conta do menor preço.

Os produtos brasileiros e de outros países latino-americanos freqüentemente enfrentam a competição de produtos estadunidenses beneficiários de subsídios, não somente no mercado local, mas também em terceiros mercados (Embaixada do Brasil, 2001). No entanto, o que os modelos de estudos mostram é que as barreiras (tarifárias, não-tarifárias e cotas de exportação) são medidas de proteção mais significativas do que os subsídios. De acordo com estas análises, a retirada das barreiras provocaria um maior impacto no comércio mundial por contemplarem uma maior gama de produtos. Ao contrário do que acontece com os subsídios, que são praticados por um número bem menor de países e atingem menos bens. Segundo dados internacionais, pouco mais de vinte e poucos países notificam a prática de subsídios. Enquanto que as barreiras protecionistas são desenvolvidas por todos.

De acordo com a proposta estadunidense para a ALCA (02/2003) o país está disposto a retirar todo o tipo de barreira tarifária, no entanto tira da negociação às barreiras não-tarifárias (como subsídios, cotas e restrições) que protegem os produtos americanos da concorrência externa.

Eliminação ou redução de subsídios às exportações, terá um cronograma de redução, além de tomar medida para evitar que países não-Parte utilizem essas práticas sobre exportação para membros da ALCA. Além disso os recursos que deixem de ser utilizados não podem ser usados para subsidiar exportação para terceiros países. Outra medida prevista é a redução na MGA total na OMC até a completa eliminação ao final do período de desgravação. Também, trabalhar para a eliminação/redução do Apoio Interno no âmbito da OMC; limite geral de Apoio Interno; e revisão da "caixa verde", e que essa não seja sujeito a medidas compensatórias.

A preocupação dos produtores de frutas nos países latinoamericanos se vê aumentada pelos US\$ 200 milhões que destina os EUA para a compra e distribuição de frutas e hortaliças, e aos mais de US\$100 milhões que se investe em compensar os produtores de maçã por perdas de mercado.

Para países pequenos ou economias menores, que não tem poder de fazer represálias econômicas como instrumento de retaliação, tem que contar ou apoiar-se em mecanismos multilaterais para solução de controvérsias. Essa questão de subsídios e barreiras não-tarifárias devem estar devidamente previstas e detalhadas no acordo ALCA. Ainda há um caminho bastante longo para até a um consenso sobre esses temas, mas o sucesso da ALCA depende em muito do avanço nessas negociações.

O México nas negociações multilaterais agrícolas defende que as redução de tarifas devem ser a partir do consolidado na Rodada do Uruguai. Também defende a redução significativa em subsídios e de ajuda interna que não se qualifiquem na caixa verde. Na caixa amarela defende a redução substancial das MGA, que deve ter uma redução maior nos PD que nos PED. Já na Caixa azul, a redução deve ser acelerada. Os subsídios a exportação devem ser eliminado a curto prazo, mas com prazo maior aos PED. Além disso, em termos de trato especial e diferenciado, deve ser mantido e na medida do possível aumentados para ajuda interna e subsídios a exportação, a fim de desenvolver o meio rural e reduzir a pobreza.

Subsídios e incentivos agrícolas permitidos no acordo

Se busca a redução de todos os subsídios a exportação, e também a redução aos subsídios internos.

Esta última limita gradativamente os Estados a realizar algum tipo de proteção, como investimentos ou promoção da agricultura de pequena escala ou familiar.

Até agora o acordo prevê que a partir da entrada "*...as Partes eliminarão e não introduzirão nem reintroduzirão qualquer modalidade de subsídio às exportações de produtos agropecuários exportados para outra Parte. As Partes tampouco aplicarão novas medidas e práticas que impliquem elusão do compromisso estabelecido de eliminar os subsídios agrícolas à exportação*" (Segunda minuta de ALCA/Agricultura). Há alguns incentivos que são previstos, e que não são enquadrados como subsídios, para fins desse acordo, como os créditos à exportação, as garantias de crédito às exportações ou os programas de seguro de crédito, assim como a ajuda alimentar internacional concedidos em termos compatíveis com os direitos e obrigações da OMC.

Porém, de maneira geral a segunda minuta do acordo sinaliza que deve rumar para a redução ou eliminação de subsídios, ajuda interna e medidas globais de ajuda. Esta segunda minuta prevê a revisão da "caixa verde" e que estas não sejam sujeitas a medidas compensatórias. A manutenção da caixa verde é um ponto positivo que pode ter importante impacto nos sistemas de produção, e conseqüentemente na qualidade de produtos e aspectos ambientais na prática agrícola. Porém não está claro como deve ser feito ou que tipo de iniciativa deve ser permitido. A manutenção da caixa verde e sua abrangência é um ponto que deve ser bem explorado, e aí reside muito do que pode ser conquistado para agricultura familiar e aspectos de sustentabilidade agrícola.

Subsídios ou ajudas para promover o cultivo com baixo impacto ambiental devem existir, porque é um suporte importante haja vista a maior dificuldade de manejo, de adaptação de tecnologia, período de conversão, certificação, informações de mercado, ou mesmo de mecanismos de acesso a mercados importantes. No entanto esses precisam ser disciplinados, pois países pequenos e em desenvolvimento não contam com a mesma disponibilidade de recursos financeiros que os países desenvolvidos. Tanto se fala em criar mecanismos de equilibrar ou amenizar as desigualdades, e o disciplinamento nesse tema pode contribuir para isso. Outro motivo para haver certa concessão aos países em

desenvolvimento é a diferença em termos composição da cesta de exportações, e valor do comércio em relação aos países desenvolvidos.

Pelo cenário atual, provavelmente as questões sobre medidas de ajuda interna deverão ser negociadas e resolvidas a nível de OMC. Mas segue o impasse, se pode avançar a nível de ALCA? ou se negocia-se a nível de OMC? Na ALCA há que negociar que tipo de ajuda pode ser permitida, o método de redução, disciplinas para evitar fraudes, e tratamento especial.

Esquemas de subsídios podem incluir subsídios para investimento ambiental, pagamento para agricultores para uso de técnicas ambientalmente mais amigáveis, incentivos financeiros para reduzir a atividade em áreas mais sensíveis, e treinamento de agricultores em técnicas ambientalmente mais sólidas. Os números atuais desses subsídios em países desenvolvidos não são elevados, cerca de 1-4% do PIB agrícola, no entanto existe a preocupação de que durante a reforma da política agrícola essas medidas ("*green payments*") possam ser aumentadas, tornando-se medidas que distorcionem o comércio (Gutman, 2000).

Segundo Sánchez (2002) os países desenvolvidos tem direcionado o apoio a produção mediante estímulos diretos aos produtores (subsídios, redução de impostos, etc) que em média duram cinco anos. Esses estímulos tem servido para apoiar as diferentes fases da produção orgânica (como preparação da terra, produção, embalagem e comercialização).

Os governos latinoamericanos não destinam subsídios diretos a produção orgânica, entretanto alguns países oferecem apoio indireto. Em México é apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Em Costa Rica há fundos para ensino e pesquisa em orgânicos. Já o governo de Brasil recentemente divulgou informação de que pretende auxiliar nos custos de certificação da produção orgânica. De acordo com Granatstein e Kirby (2002), nos EUA a nova política Federal para agricultura reconhece os benefícios de certas práticas, sendo que os produtores orgânicos estão recebendo benefícios financeiros e incentivos para o bom manejo ambiental em agricultura.

Investimento Estrangeiro Direto (IED)

Um dos aspectos que assume certa importância para os países em desenvolvimento com a ALCA é a possibilidade de aumentar o IED em seu país. O acordo ALCA claramente visa facilitar o fluxo de investimentos, e reduzir a possibilidade de aplicação de práticas discriminatórias aos investimentos. De acordo com a segunda minuta da ALCA, cada Parte outorgará ao IED de outra parte um tratamento não menos favorável do que a seu próprio investimento.

A nível de NAFTA, o crescimento do comércio e investimento no setor de agricultura tem sido significativo. As exportações estadunidenses de produtos agrícolas (inclusive processados) para Canadá e México tem crescido em mais de 50%. Já as importações estadunidenses de Canadá aumentaram em 76% e de México em 53%. A nível de NAFTA, o crescimento do investimento no setor agrícola tem sido significativo. O IED estadunidense dentro do setor de processamento de alimentos mexicanos aumentou de US\$ 2,3 bilhões em 1993 para US\$ 5 bilhões em 1997. Enquanto que no Canadá aumentou de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 5,2 bilhões entre 1990 e 1997 (CEC, 2002).

Segundo a Comisión Nacional de Inversiones Extranjera, México, no IED total nesse país no período de 1994-2001, os EUA participaram com 67% dos investimentos, e Canadá com 3,8%. Assim, nesse período, somente a América do Norte participou com mais de 71% do IED total. Quanto ao IED em México, no início do NAFTA eram de US\$ 10 bilhões, mas apenas US\$11 milhões no setor agropecuário. Em 2000 foram US\$ 14 bilhões, sendo US\$ 87 milhões no setor agropecuário. Ainda, em termos regionais, as principais regiões produtoras de café tiveram pouca participação nesses investimentos, pois Estados como Chiapas, Oaxaca, e Puebla receberam juntos menos de 2%. Apesar de incipiente, se verifica que o setor agropecuário vem atraindo volumes de recursos cada vez maior.

Um desafio que surge com o avanço da liberalização é de como proporcionar o investimento e o crescimento econômico mais homogêneo, com menor desigualdade entre as distintas regiões, e mesmo dentro dos países. Por exemplo, durante o NAFTA, enquanto a região norte de México recebeu grandes somas de investimento estrangeiro, a parte sul do país, onde estão os Estados com

maior marginalização e pobreza (e onde se localizam as maiores áreas com café) praticamente não teve investimento.

O IED é considerado benéfico, sobretudo quando integrado com às cadeias produtivas nacionais, multiplicando assim seu efeito positivo, e contribuindo de maneira mais intensa para o crescimento econômico, geração de divisas, e geração de empregos. É importante que estes investimentos sejam mais uma ferramenta para reduzir as enormes disparidades que existem entre países, e entre regiões dentro dos países. É sabido que o IED afeta positivamente a renovação tecnológica, a competitividade e o financiamento.

Para Ita (2001), o capítulo de investimento reduz ou elimina as restrições ao IED. Por outro lado permite que empresas ou corporações possam demandar os Estados por perda de seus lucros, presentes ou futuros, derivados de regulações estatais ao investimento. Esse é um problema que os Estados terão que conviver, pois os investidores sempre buscam tranquilidade a suas inversões. Na ALCA os Estados provavelmente não poderão exigir ao IED requisitos de desempenho, autorização ou exigir compromisso de exportar, ou que determinados componentes devem ser adquiridos localmente, ou outro requisito similar.

A Guatemala já garante ao IED o trato nacional, que permite o desenvolvimento de qualquer atividade com investimento externo (López, 2000). Nesse país o investimento estrangeiro recebe o mesmo tratamento que o investimento nacional, e está sujeita a mesma legislação fiscal.

Em Chile, apesar da maior parte do IED ser destinado a outros setores da economia, que não o agropecuário, acaba influenciando por vias indiretas sobre o setor, através de melhoria de redes de telefonia, rodoviário, aeroportos, energia etc. De acordo com dados da Direcon (Chile), o IED materializado que EUA tem acumulado historicamente registra cifras de US\$ 3,5 bilhões (31% do total recebido por Chile), ocupando a segunda posição depois da União Européia (36%), e seguido por Canadá (14%). Atualmente a maior parte da IED é de origem européia, depois a canadense e a estadunidense. Por outro lado, a solidez financeira do país sustenta-se em parte pelo alto nível de economia interna, que vem crescendo nos últimos anos, o

que tem possibilitado ao país ser uma fonte de financiamento dos investimentos no setor produtivo.

De acordo com dados da Cepal, também há um fluxo de investimento intra América Latina e Caribe. No período de 1990-1999 os países que mais investiram em outros os países da região foram Chile, México, Argentina, Venezuela, e Brasil. Já os receptores desses investimentos foram Venezuela, Argentina, Colômbia e Brasil respectivamente. As cifras totais acumuladas no período foram da ordem de US\$ 20 bilhões. É esperado que a ALCA tenha impacto positivo sobre a facilitação dos investimentos intra-regionais.

Logística

O sistemas de transporte marítimo é o mais econômico, e é o principal meio de transporte interno e externo à região. Nos modelos de comércio, os fluxos de importação e exportação se explicam melhor pelos custos e serviços de transporte, que pela simples distância geográfica. Algumas medidas podem melhorar a eficiência logística como: economia de escala, aumento da participação privada na operação e investimento portuário, e a redução das reservas de carga (que visam proteger os navios nacionais). Em comércio marítimo e aéreo, uma maior oferta de serviços regulares reduz o preços dos fretes, assim como ocorre em transporte rodoviário. Em muito casos, a melhora dos sistemas de transporte não dependem tanto de investimentos em infraestruturas, mas de aspectos legais, regulações e facilitação.

Em informe divulgado pela CEPAL (2003b), os países da América Latina e Caribe pagam mais pelo transporte de seu comércio do que a média mundial. Dentro da região há grandes diferenças, que podem variar de 5% (ex. para países como Brasil e México) a 15% do valor da mercadoria (ex. para alguns países do Caribe). Em anos recentes tem havido iniciativas para melhorar a integração física dos países da região, com o propósito de melhorar sua competitividade e a integração.

A Guatemala por exemplo não tem um sistema de logística eficiente, sendo considerada complexa e cara. Seu sistema portuário é caro principalmente pela baixa capacidade instalada. A melhoria da infraestrutura de transporte é uma das estratégias para melhorar seu desempenho exportador. Investimentos em uma estrutura

logística moderna poderia baixar os custos de fazer negócios. De acordo com CLADS (Centro Latino-americano para a Competitividade e Desenvolvimento Sustentável) a integração efetiva da região não é compatível com as condiciones competitivas por os altos custos da logística, insegurança nos trajetos, falta de transparência nas aduanas, lentidão do transporte, baixa eficiência dos portos marítimos, e o lento avanço da infraestrutura. Esses aspectos limitam a atração de investimentos, o comércio regional e global, o turismo regional, a participação da pequena empresa nos mercados internacionais, e a integração efetiva da América Central. Atualmente um corredor logístico na região de Centro-américa está em processo de estruturação para sua modernização, sendo um projeto multinacional com estimativa mínima do investimento de US\$ 2 bilhões.

Os custos de transporte acabam sendo importantes mesmos para países que tem uma logística bem desenvolvida. Para o caso chileno, fontes estadunidenses calcularam que os custos médios de transporte atingem cerca de 14% do valor em aduana das importações, devido a composição das exportações (que é intensiva em produtos agrícolas perecíveis) e aos problemas de competitividade dos portos latino-americanos pelos quais devem transitar as mercadorias. Esta cifra, por exemplo, é muito superior ao registrado por México (próximo a 1%). Um aspecto fundamental da competitividade dos produtos mexicanos e canadenses no mercado estadunidense é a distância geográfica (CEPAL, 2001). Assim, as preferências tarifárias (NAFTA), somado menor custo de transporte, tem um importante efeito de desvio de comércio em detrimento das exportações chilenas (Direcon, Chile).

ASPECTOS AMBIENTAIS

Sistemas de produção

Algumas das questões que procuramos responder são: o que a ALCA pode possibilitar aos sistemas de produção de baixo impacto ambiental?

A agricultura pode ser conduzida das mais diversas formas, com maior ou menor impacto econômico, ambiental, social, qualidade do alimento, e valor nutricional. De maneira geral, para os consumidores dos países desenvolvidos os aspectos de segurança dos alimentos, bem como os aspectos ambientais e sociais de produção

tem sido cada vez mais questionados, refletindo na escolha dos consumidores, que estão cada vez mais atentos aos produtos e processos produtivos.

O aumento da pressão de mercado tem levado os produtores a olhar para caminhos que podem levar a diferenciação de suas frutas, além da certificação orgânica como: embalagem para presente, variedades novas, selos adicionais para aspectos ambientais e de justiça social. Há tendência de que o controle fitossanitário seguirá pelo manejo integrado, o que implica fazer uso de todos os meios disponíveis para produzir mais e melhor. Nesse sentido, empresas de agroquímicos também estão obtendo substâncias sintéticas, ou natural, de fácil degradação e com ação mais específica para que atinja apenas um determinado tipo de praga, não afetando os demais inimigos naturais, bem como do ponto de vista toxicológico, que deve ser o mais inócuo possível.

Em sistemas tecnificados, a modernização ou a adoção de novas tecnologias disponíveis, como em biotecnologia, pode vir a reduzir a necessidade de pesticidas e gerar assim positivos ganhos ambientais. Essa é uma das promessas da nova revolução agrícola através da biotecnologia.

No âmbito do NAFTA, em termos de agro, tem havido aumento em dois tipos de produção: larga-escala ou nível industrial, para gado e processamento de alimentos; e pequena-escala (familiar). Esta concentração em larga escala, com uso intensivo de capital na indústria de processamento, é mais pronunciada em produção suína e aves, fabricação de vinhos, setor de alimentação de gado, culturas irrigadas (ex. algodão), e outras culturas hortícolas intensivas. Em pequena escala (nível familiar), especialmente em México, tipicamente conta com uma variedade de culturas e outros insumos para a produção. Entretanto, recentes tendências indicam a modernização da produção agrícola, até mesmo para pequenos agricultores. A modernização da agricultura está aumentando baseado na simplificação e especialização da produção dentro da porteira (CEC, 2002). Dentro dessa gradual modernização da agricultura em México, há referências que destacam que desde 1996, o uso de pesticidas e fertilizantes no México tem triplicado.

A agricultura, a silvicultura e a pesca tem contribuído para a redução da biodiversidade. Algumas das formas de

vida afetadas podem ser importantes recicladores de nutrientes do solo, polinizadores de cultivos e predadores de insetos daninhos. Outras são potencialmente uma fonte importante de material genético para melhorar cultivos, melhoramento animal, importância farmacológica e outros usos.

Segundo a FAO (2002), às projeções sugerem que dentre as tendências globais para os países em desenvolvimento se manterão ao menos até o ano 2030: se espera que a expansão da área cultivada represente cerca de 20% do aumento da produção, e as melhorias de rendimento em 70% será devido a maior intensidade dos cultivos. Na África sub-sahariana e em América Latina, a expansão das terras seguirá sendo importante, mas é provável que seja superada cada vez mais por incrementos dos rendimentos.

A agricultura praticada de forma intensiva e extensiva são associadas a diferentes tipos de externalidades. Assim, por exemplo, a erosão do solo pode ser a externalidade relativamente mais importante em agricultura extensiva, enquanto que o emprego de nutrientes e pesticidas pode ser a externalidade mais importante sob agricultura intensiva (Nimon et al., 2001). A agricultura intensiva, com uso de maior quantidade de insumos, tem impacto ambiental diferente da extensiva, sendo mais localizado. Porém do ponto de vista ambiental também tem sua contribuição positiva, pois evita a expansão da agricultura para áreas marginais, e que podem ser mantidas com florestas ou no seu estado natural. Por outro lado, o uso intensivo também deixa terras esgotadas, e acaba se expandindo para outras áreas.

Segundo a FAO, 25% das terras agrícolas do mundo tem sido degradadas pelo mau manejo. Também, o mau manejo dos recursos hídricos está estritamente ligado ao empobrecimento dos solos. Além disso cerca de 10% das áreas irrigadas do mundo tem sido perdidas ou seriamente prejudicadas por métodos intensivos que causam a salinização, alcalinização, e compactação dos solos. Esse mesmo organismo (FAO), já em 1993 havia publicado um resumo sobre questões que afetavam a agricultura no mundo. Na época alertou que os monocultivos não são sustentáveis, e que a melhora fitogenética está demasiadamente centrada nos principais em cultivos comerciais, se dá pouca importância aos sistemas de

cultivos "menores", e se recorre demasiadamente aos fertilizantes minerais.

Os países desenvolvidos tem reduzido a quantidade de defensivos agrícolas. De 1985/87 para 1995/97 esses países reduziram ao menos em 15% seu consumo de pesticidas na agricultura. O Canadá reduziu em 18% enquanto que os EUA reduziram em cerca de 2% (Parris, 2002). Atualmente muitos países do continente americano tem uso generalizado de agroquímicos, e não apresentam sinais de redução. O Brasil por exemplo têm atualmente a segunda maior taxa de crescimento de uso de agrotóxicos do mundo, sendo um dos cinco maiores consumidores mundiais, e com crescimento do uso é estimado em 6,5% ao ano, índice que é puxado pelos herbicidas.

De acordo com Bongaarts (1998), a tecnologia convencional sozinha não permitirá que a produção de alimentos seja aumentada o suficiente para alimentar uma população de 9,4 bilhões de pessoas estimada para o ano de 2050. Assim, é imprescindível um acentuado aumento na produtividade das culturas para que algumas regiões naturais possam continuar a ser preservadas. Dentro dessa linha de raciocínio, somado a gradativa abertura comercial mundial, e em especial a hemisférica, o desenvolvimento e difusão de tecnologia na área de biotecnologia deve ser ainda mais marcante nos próximos anos. Em termos agrícolas, o aumento ou facilitação de acesso de tecnologia, deve jogar um papel importante no uso e desenvolvimento de material genético (OGM's ou convencionais) mais produtivos, resistente a pragas, doenças, mais adaptadas a novos ambientes, com maior valor nutricional.

Segundo Cardoso et al. (2000), na União européia recentemente os níveis máximos aceitáveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos foram fixados abaixo dos valores estabelecidos pelo *Codex Alimentarius*, sendo uma clara demonstração de tendências de demanda para o próximo milênio, que em termos de exportação, mudanças desse nível não devem ser negligenciadas. Também afirma que a insistência em modelos de produção não compatíveis com a nova ordem mundial de preservação do meio ambiente e segurança alimentar pode impor perdas econômicas.

Aproximadamente 50% de compradores no EUA são influenciados por considerações ambientais, e consideram os rótulos como uma fonte fundamental de informação. Um

recente relatório do Grupo Hartman, que é especializado em estudos de comportamentos, sobre hábitos de compra dos consumidores, alguns dos resultados pertinentes são: dos 50% que pode ser considerado consumidores "verdes" atuais ou potenciais; 70% pensam que o ambiente é pior hoje que 20 anos atrás; 60% disseram que eles pagariam mais por produtos que demonstram um efeito ambiental positivo; 65% lêem informação sobre o produto; 85% acreditam há uma conexão entre a saúde do ambiente e sua própria saúde; 50% procuram apoiar agricultura sustentável por compras com sua identificação nos rótulos (Ritchie, 2003).

A ALCA pode incentivar o uso mais intensivo da terra, através do uso de sistemas de exploração agrícola mais intensivos. Assim, possivelmente as mudanças vão se dar nas duas direções, ou seja, uma tendência de produzir sob sistemas mais limpos, e também por sistemas mais intensivos. O que justifica isso é a diversidade de conceitos e ideologias, recursos disponíveis, capacidade de investimento, capacidade técnica, conhecimento de mercado, canais de vendas, etc. Além disso, existe mercado ou espaço para as duas grandes tendências. Todos os sistemas que preconizam a agricultura limpa ainda tem participação pequena, mas está crescendo nessa última década, com crescimento mais dinâmico em anos recentes. Assim, para onde rumar? Pode-se dizer que é uma questão de estratégia, dos recursos disponíveis, e dos objetivos que se pretende alcançar, o que podem ser bastante distinto e nem sempre motivado por maiores lucros.

Após a implementação da ALCA deverá ser marcante o uso de tecnologia disponível na produção agrícola. Muito provavelmente seguirá duas linhas fundamentais, e conceitualmente opostas - o da alta tecnologia e produção intensiva, com objetivo de obter escala e maximizar os lucros, onde o impacto no ambiente deve jogar um papel relativo de menor importância (ex. café em Brasil) – e outra vertente alternativa que visa o aproveitamento das oportunidades para mercados alternativos, com demandas crescentes de produtos mais "sustentáveis", onde o indivíduo e o ambiente jogam um papel relevante (ex. café em México). Certamente deverá também haver um terceiro grupo, com algum poder aquisitivo ou com acesso a financiamentos, que deve optar praticar uma produção

integrando insumos disponíveis, inclusive químicos/sintéticos juntamente com algum conhecimentos de manejo sustentável dos recursos naturais (ex. P.I. em maçã). E também um quarto grupo, que não deverá conseguir optar por uma ou outra alternativa, possivelmente por não possuir recursos financeiros e/ou de não ter acesso ao conhecimento necessário, e assim praticando a agricultura considerada "tradicional".

Pode ser esperado que com a ALCA ocorra maior uso de tecnologia e a intensificação dos processos produtivos a fim de atingir o nível de escala adequada, e onde os aspectos de meio ambiente podem ser considerados secundários. Por outro lado, juntamente com o maior interesse dos consumidores quanto aos alimentos que consomem, criam condições propícias para a expansão dos produtos orgânicos ou "verdes". Tudo indica que esta duas correntes conceitualmente distintas devem ter oportunidades, porém com características diferentes.

Provavelmente, mais importante que exportar orgânicos será explorar melhor seus mercados internos. Essa experiência é importante principalmente para pequenos empreendimentos, afim de se qualificar, e como um passo posterior pensar em exportar para outros mercados. A qualidade e segurança dos alimentos são pontos fundamentais no futuro do comércio mundial de produtos agroalimentares. Depois que os consumidores mudam seu comportamento ou hábito alimentar, para padrões ou exigências superiores, dificilmente há retrocesso, e isso passa em qualquer país do mundo.

Os problemas de "pragas" não são mais que a manifestação de um problema que tem sua origem na maneira em que se está manipulando o agro-sistema em questão, e que as pragas e doenças são "indicadores biológicos" que aumentam em certa proporção, mais que a causa de um problema, são o sintoma de que a maneira de fazer agricultura, está favorecendo seu desenvolvimento. É necessário conhecer e entender as relações de interdependência que ocorre entre os diferentes fatores bióticos e abióticos em cada um dos agrossistemas com que se trabalha, e que são as que determinam seu equilíbrio. Assim, um manejo racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis é fundamental (Garcia, 1999).

Hoje praticamente todos os países produtores de frutas na Europa, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul utilizam

a Produção Integrada de Frutas, principalmente em maçã, mas também em outras frutíferas e produtos derivados (ex.vinho). Essa estratégia de produção também se expande para outras culturas como hortaliças, cereais, e outros cultivos em vários países, especialmente Europa. A Produção Integrada nos países exportadores é uma questão crítica para a manutenção da competitividade no mercado internacional (Sanhueza, 2001). Especialmente em cultivos de macieira essa assume importância relevante a curto e médio prazo, em especial para países agro-exportadores.

A resistência aos transgênicos, a preocupação com resíduos químicos e antibióticos nos alimentos, e a necessidade de importação para suprir a demanda, vem gerando grande interesse do mercado europeu pelos grãos e demais alimentos orgânicos, desde que certificados e produzidos dentro das estritas normas de produção agroecológica. Cabe ressaltar, contudo, que a exportação de produtos orgânicos exige profundo conhecimento das intrincadas normas, padrões e exigências relativas à qualidade e certificação, exigidas pelo Mercado Comum Europeu. Porém também poderiam ser considerado como um tipo de protecionismo. Há que agregar que na Europa tem havido crescente aumento da área cultivada e em produção.

A partir do conhecimento da importância dos produtos agrícolas "verdes", e de todas as suas contribuições em termos de saúde pública, aspectos ambientais e sociais, bem como das vantagens comparativas dos países do hemisfério, principalmente os em desenvolvimento, é de se pensar na possibilidade de buscar na ALCA, e na OMC, um diferencial aos produtos orgânicos em relação aos seus convencionais, dando-lhes um tratamento diferenciado em termos tarifário e não-tarifário.

O mercado de produtos orgânicos é crescente, não só na Europa e América do Norte (que são os maiores mercados), mas também em muitos outros países, inclusive em países em desenvolvimento. Também há um crescente interesse dos órgãos oficiais na produção orgânica em diversos países. De acordo com Yussefi & Willer (2003), também há importante desenvolvimento e crescimento do mercado doméstico em países em desenvolvimento como Argentina, Brasil, Chile, China, Egito, Índia, Malásia, Filipinas e África do Sul.

Países como Argentina e Brasil já estão desenvolvendo seus mercados internos, em nível de centros urbanos, principalmente através de supermercados, como também Equador e Paraguai, em menor escala, através de organizações rurais e feiras locais. Segundo García (2002a), dos mais de 130 países que cultivam orgânicos, ao menos 90 países, ou cerca de 70%, são países em desenvolvimento.

Como sinala Gitli & Arce (2001), ainda há um longo caminho antes de pensar na agricultura orgânica como uma estratégia possível para o desenvolvimento de um amplo segmento da população rural. Os ganhos com este segmento alternativo tem incentivado a sua difusão, porém nem sempre é fácil participar desse mercado. Em primeiro lugar, quando se têm um produto diferenciado também deve ter um sistema de certificação adequado para fazer a sua distinção, e isso é um custo de cerca de 3 a 10% do valor da produção, e nem sempre há um mercado de empresas claramente definidos.

Nem sempre é possível produzir alimentos na quantidade necessária apenas por meios agroecológicos ou "ambientalmente amigáveis", havendo ainda muitas limitações de ordem técnica e econômica para sua adoção de maneira generalizada.

A menor produtividade, contrabalança com os menores custos dos insumos, sendo que o aumento da lucratividade da atividade dá-se basicamente pelo sobre-preço recebido, que varia muito em função da oferta e demanda. O sobre-preço ou "prêmio" orgânico varia com o produto e as condições de mercado. Além disso deve-se agregar os custos de segregação dos produtos convencionais, desde o produtor até a forma de exposição nas gôndolas do mercado final. Também agregar os custos de embalagem, de marketing e o custo da informação. Assim, podemos dizer que ainda é difícil que os produtos de agricultura alternativa, que seguem as normas, venham a ter preços semelhantes aos da agricultura convencional. Numerosos estudos tem estimado prêmios que variam de 10 a 100% para produtos orgânicos. Em 2002 um estudo da Statistics Canada verificou prêmio (*price premium*) de 73% para maçã orgânica comparado às convencionais (The World Apple Report, 2002).

Uma das formas de ampliar os negócios com produtos "verdes" é estimular às vendas domésticas, pois podem ser

melhor exploradas, e se faz necessário um esforço com campanhas de marketing e esclarecimento sobre os mesmos. Uma opção para quem não vislumbra exportar, é investir em vendas diretas ao consumidor, como por exemplo através de entrega residencial de cestas de frutas e hortaliças orgânicas, assim, além de entregar um produto que já contém um prêmio pela qualidade, também inclui o serviço de entrega, e com grandes possibilidades de ganhar definitivamente o cliente. Esta estratégia já vem sendo bem sucedidas nos grandes centros urbanos.

O Chile tem implementado políticas para desenvolver uma agricultura limpa e de qualidade. Para isso tem estabelecido o Programa de Boas Práticas Agrícolas (BPA), que visa maximizar a qualidade dos produtos hortofrutícolas. Um dos objetivos é qualificar a produção nacional para atender as demandas dos principais mercados mundiais de produtos agrícolas, colocando o Chile na vanguarda como provedor de produtos saudáveis e de qualidade. A produção através de sistemas alternativos ainda está em fase de implantação e hoje não se encontra perfeitamente estruturada. O Chile possui grandes possibilidades para converter-se em médio prazo num pólo exportador de frutas com baixo uso de insumos químicos, pois conta com uma boa condição natural para produzir alimentos orgânicos ou "verdes".

O convênio de associação entre a Comunidade Européia e Chile, que entrou em vigor em 1º de fevereiro/2003, permite facilidades amplas em aspectos tarifários, e que permite ao Chile introduzir na UE 47% de suas exportações de produtos agropecuários isentos de tarifas. Para outros 42% tem sido acordado uma redução tarifária gradativa em quatro anos. Atualmente cerca de 90% da produção biológica de Chile é exportada. O Chile tinha em 2001 mais de 4.300 ha de superfície ecológica certificada, além de 280.000 ha de pastagens extensivas, utilizadas para a criação de ovinos. Os principais produtos produzidos ecologicamente são: vinho, abacates, aspargos, maçã, uvas de mesa e kiwi.

O Chile está criando condições para uma agricultura mista, na qual possam conviver a agricultura orgânica, a agricultura em base de Boas Práticas Agrícolas, e agricultura transgênica afim de que seja explorado a plenitude do potencial agrícola chileno. Essa estratégia talvez seja a mais indicada para os países agro-

exportadores. Essa visão contempla desde a perspectiva empresarial até os camponeses, além de incentivar o avanço científico e a inovação. Diga-se de passagem, é uma estratégia ousada mas coerente com as novas necessidades e de encontro com sua política de inserção econômica mundial, buscando extrair ao máximo os benefícios de um mercado cada vez mais livre e globalizado. Para isso é importante investir em pesquisa e na formação de recursos humanos.

Dentro das possibilidades estão desde a tecnologia de produção de baixo impacto ambiental até as mais tecnificadas, com todo o aparato tecnológico como máquinas, equipamentos, insumos, inclusive utilizando todas as ferramentas biotecnológicas disponíveis para obter maiores rendimentos e melhor proteção das culturas, mesmo que seja esperado um impacto ambiental aceitável.

Tabela 53. Síntese da capacidade de enfrentamento dos problemas socioeconômicos e ambientais de café e maçã e seus sistemas de produção, com e sem a formação da ALCA.

	S/ ALCA	C/ ALCA
Crescimento da renda	<i>fraco</i>	<i>médio</i>
Geração de emprego	<i>fraco</i>	<i>médio</i>
Redução da pobreza	<i>fraco</i>	?
Alterar o perfil produtivo	<i>fraco</i>	<i>elevado</i>
Melhoria da proteção ambiental	<i>fraco</i>	?
Promover o desenvolvimento sustentável	<i>fraco</i>	?

Intensidade de enfrentamento: nulo; fraco; médio; elevado; Fonte: elaborado pelo autor

Fazendo uma análise somente quanto a cadeia de café e maçã, em um ambiente onde não ocorra a ALCA é possivelmente haverá fraca perspectiva de crescimento da renda, geração de empregos, redução da pobreza, alteração do perfil produtivo, e melhoria ambiental e desenvolvimento sustentável. Evidentemente que muitas dessas questões variam em muito em função das políticas desenvolvidas por cada país. Já com a concretização do acordo poderá haver perspectivas positivas para algumas questões, como o possível crescimento da renda, a geração de mais empregos e pela capacidade de alterar o perfil produtivos do setor agrícola. Porém não é tão claro o comportamento para aspectos como de redução da pobreza, melhoria da proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, até porque são questões pouco exploradas no acordo até o momento. Acreditamos que há muito a ser feito nesses aspectos (Tab. 53).

Considerando vários elementos que temos visto até agora, somado as transformações que estão ocorrendo a nível mundial na agricultura, possivelmente alguns países terão que pensar seriamente em fornecer recursos ou outros incentivos para que possa haver a reconversão agrícola, se é que já não estão fazendo. A diversificação dos produtos através da introdução de outras culturas mais sustentáveis em todos os aspectos, seja de ambiente ou seja em termos econômicos, aliado a adequada transformação industrial, para oferecer produtos finais ao mercado, é de extrema importância. Em especial para os países produtores de café. Atualmente o cultivo de café já não remunera como em tempos passados. Em alguns países latino-americanos ainda há grande dependência desse cultivo, o que é extremamente preocupante nesses países, por tudo o que representam para suas economias. Uma maior diversificação dos cultivos pode reduzir sensivelmente os riscos de quedas acentuadas nas receitas agrícolas. Em maçã ainda há certa margem de rentabilidade, mas está cada vez mais dependente de eficiência produtiva.

Para Soares (2002), a agricultura pode prover um conjunto de serviços ambientais como a conservação de solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade, produção de biomassa, etc., cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável. Segundo ele, às políticas públicas têm profundo efeito sobre qual o modelo de agricultura a adotar. Segundo o autor, os impactos ambientais de um policultivo tradicional são muito diferentes dos impactos da monocultura tecnificada, bem como em relação às funções sociais.

Produtos orgânicos ou “verdes”

Uma das perguntas que motivou nosso estudo foi saber quais as oportunidades dos produtos “verde” em cenário com ALCA.

Com a ALCA poderá ser esperado um incremento no crescimento de produtos “verdes” bem como da redução na variação dos preços e prêmios. Os processos produtivos mais limpos possuem certa vantagens comparativas, e deverão ganhar fatia cada vez maior do mercado de alimentos. Os produtos “verdes” podem ter seu consumo aumentado, inclusive intensificando o fornecimento local em detrimento de produtos importados intra-bloco, por ser

considerado melhor e mais sustentável (menor consumo de energia e como forma de incentivar a produção local). Esse tipo de efeito já está ocorrendo gradativamente nos EUA e na Europa. Somado a isso, também deve haver maior expansão de redes de varejistas. Nos últimos anos algumas dessas redes têm dedicado cada vez mais atenção ao produtos "verdes" como forma de demonstrar aos consumidores que estão na vanguarda, e em sintonia com as demandas e necessidades de seus clientes, oferecendo a excelência de serviços.

Apesar dos baixos preços do grão verde de café, os cafés de alta qualidade e de especialidades se encontram entre os poucos que recebem uma remuneração mais alta. O café orgânico, sombra, ou de comércio justo (cafés sustentáveis) ocupam nichos de mercado que recebem sobre-preço, e pode beneficiar seus produtores com benefícios ambientais, econômicos e sociais superiores (Giovannucci, 2001).

Atualmente, de acordo com dados da OTA (2000), cerca de 30-35% da população estadunidense ocasionalmente compra produtos orgânicos, sendo que 3% compram regularmente. Em média os produtos orgânicos nos EUA custam 20% a mais que os similares convencionais.

De acordo com estimativas do International Trade Centre (ITC), às vendas no varejo em 2003 deve situar-se entre US\$ 23-25 bilhões (Tab. 73), e provavelmente cerca de US\$ 29-31 bilhões em 2005. Para 2003 estima-se vendas de US\$ 11-13 bilhões somente nos EUA, com crescimento anual a ordem de 15-20%, o que faz desse mercado o mais vigoroso a nível mundial. A Europa participa com US\$ 10,5 bilhões, e Japão com US\$ 2 bilhões e o restante do mundo US\$ 1 bilhão. Nos EUA, apesar do forte crescimento na última década, a produção orgânica ainda está em seus estágios iniciais, com cerca de 2% de sua produção agrícola total sob esse sistema. Segundo a Organic Trade Association (OTA) é esperado que nos EUA essas cifras chegue aos US\$ 20 bilhões em 2005. A expectativa é de que esse mercado continue crescendo, principalmente depois da completa implementação dos padrões nacionais para produtos orgânicos (Yussefi & Willer, 2003).

Nos EUA, as frutas e hortaliças orgânicas atingem cerca de 49% das vendas totais em orgânicos, e 4,4% das vendas totais de frutas e hortaliças. Para 2003 há previsão

que as vendas de frutas e hortaliças orgânicas chegarão a US\$ 5,3 bilhões (CCI, 2002). Os EUA tem um grande mercado, mas também têm grande área cultivada com produção orgânica (>950.000ha). No entanto, insuficiente para atender a crescente demanda interna. Para países latino-americanos, poderá ser mais fácil acessar mercado de produtos "verdes" que não sejam produzidos nos EUA, como por exemplo em produtos tropicais.

Um aspecto que assume importância com relação aos produtos orgânicos é a possibilidade de contaminação microbiológica, que têm sido considerada tão prejudicial quanto a contaminação química. Esse tipo de problema pode ser evitado com boas práticas de manejo e de controles mais rigorosos.

Segundo a publicação The Packer (Fresh Trends, 1998), entre os consumidores estadunidenses que comprar orgânicos, a preferência por comprar verduras é três vezes maior que para frutas orgânicas. Em frutas o destaque é para a maçã, seguido por uvas, morango e pêssego. Além disso, outro estudo revela que os consumidores estadunidenses não estão dispostos a pagar sobre-preço (Muchnik, 1999). A margem de prêmio pago aos produtos "verdes" varia em função da oferta e demanda. Há estudo que indica que tem um comportamento como qualquer outro produto. Os EUA contam com um grande mercado, mas de maneira geral seus consumidores não tem demonstrado grande interesse no fato de ser orgânico ou não, sendo para a maioria similar a "light", "diet", etc. Assim, os norte-americanos diferem dos europeus, que primeiro avaliam os aspectos de saúde e sua ligação com os alimentos, depois o meio ambiente, e depois os aspectos físicos e de sabor.

De acordo com Darolt (2003), no Canadá, segundo a Canadian Organic Growers (COG) existem aproximadamente 3.250 produtores orgânicos, produzindo basicamente trigo, aveia, cevada, trigo, frutas temperadas e vegetais. A área manejada com orgânicos é de ± 430.600 ha ($\pm 0,6\%$ da área total). Existem 45 certificadoras no Canadá, e mais de 320 processadores de alimentos orgânicos. O mercado de alimentos orgânicos no Canadá é estimado entre US\$ 460-660 milhões. A expectativa, segundo a COG, é chegar a US\$ 2 bilhões em 2005.

O Canadá também tem se tornado um mercado importante em vendas de alimentos orgânicos, sendo

estimado vendas acima de US\$ 650 milhões em 2001. Cerca de 85-90% das vendas são de produtos importados, principalmente dos EUA, que são de longe o maior exportador para o Canadá. Muitas das vendas são de produtos não estadunidense (ex. produtos frescos de origem latino-americana ou embalados de Europa) que são re-exportados por companhias dos EUA com fácil acesso ao mercado canadense. Para Canadá em 2003 são estimadas vendas de US\$ 850-1.000 milhões, e taxa de crescimento entre 10-20% a.a (Tab. 73). O mercado doméstico é forte, principalmente em British Columbia, Alberta, Quebec e Ontário. Para 2005 são estimadas vendas da ordem de US\$ 2 bilhões (Yussefi & Willer, 2003; Darolt, 2003).

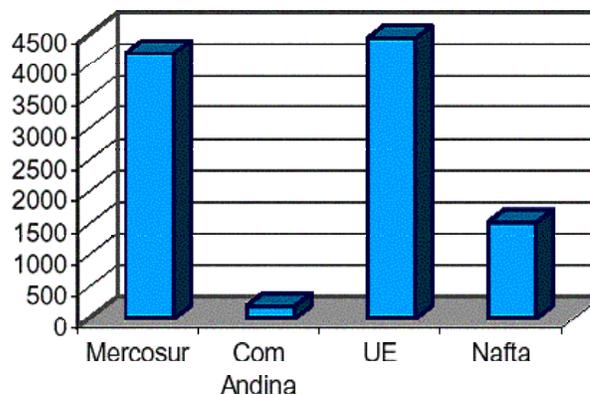
Outra estimativa de especialistas, e que parece um tanto exagerada, é de que para 2008 as vendas mundiais devem chegar a cerca de US\$ 80 bilhões, e onde o maior mercado seria a Europa, com 46% do total (Kortbech-Olesen, 2002). No entanto há muitas controvérsias sobre a real dimensão do mercado, principalmente o norte-americano, pois não se sabe ao certo quanto do total de vendas são de produtos não alimentícios como vitaminas naturais, produtos de beleza, etc. Quanto a taxa de crescimento anual de 20% para o mercado norte-americano é razoável quando às vendas base são pequenas.

Atualmente o principal destino das exportações orgânicas latino-americanas é a Europa, região que está gradualmente incrementando sua produção, além do aumento da participação de Austrália e Nova Zelândia nesse mercado (Gudynas, 2003). Num cenário futuro, dada essas tendência, naturalmente os EUA e Canadá se convertem em objetivos principais dos exportadores latino-americanos, apesar intercâmbio orgânico bilateral entre EUA e Canadá. A cesta de produtos agropecuário dos latino-americanos difere bastante da cesta de produtos orgânicos desses dois países.

A área de produção e a quantidade de produção *ambientalmente amigável* ou "verdes" varia de país a país, com diferentes estágios de desenvolvimento e com diferente grau de competitividade. Os países latino-americanos, com sua ampla diversidade de clima, solo e recursos naturais oferecem uma quantidade considerável de produtos orgânicos ou "verdes", cujas áreas e volumes de cultivo devem continuar crescendo, isso porque a

demanda também está crescendo, tanto para os mercados nacionais como internacionais.

Figura 35. Superfície total orgânica de alguns blocos comerciais (em mil hectares).



Fonte: extraído de Gudynas (2003)

Uma das oportunidades da ALCA é o maior acesso a mercados do hemisfério, sem tarifas ou com tarifas reduzidas. Uma ALCA ousada pode significar uma redução significativa nas barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de produtos agrícolas ou alimentícios. Isso pode significar maior comércio intra-hemisfério e redução na importação agrícola de países extra bloco. A ALCA pode também facilitar a difusão ou acesso a novas técnicas/insumos de produção, bem como de produtos menos agressivos ao meio ambiente e implicar na redução nos custos totais de produção.

Com quase 5 milhões de hectares orgânicos a América Latina, e em especial o Mercosul, converte-se no segundo bloco comercial em produção de orgânicos, apenas atrás da Europa (Fig. 35). O particular da América Latina é que quase toda a produção é para exportação, especialmente para os países industrializados. De acordo com a IFOAM, as exportações orgânicas de América Latina possuem baixo nível de processamento, e portanto com menor valor agregado (Gudynas, 2003).

A agricultura orgânica tem expandido muito em todas as culturas durante os anos 90, incluindo em frutíferas. A oferta de maçã orgânica deverá aumentar em breve. Esta afirmação é baseado no fato de haver muitas áreas em transição, e que entrarão no mercado em breve. Outro determinante são os grandes operadores que continuam entrando no mercado. Assim, um modo dos prêmios para maçã orgânica continuar alto será o significativo aumento da demanda (The World Apple Report, 2002).

A crescente conscientização sobre as necessidades de preservar o meio ambiente, a maior informação sobre a relação entre saúde e alimentos, as campanhas de promoção, e a política governamental de muitos países são alguns dos fatores que incidem nas interessantes perspectivas do mercado dos produtos "verdes". Porém os limitantes tem sido os altos preços, o reduzido número de pontos de venda, a limitada gama de produtos ofertados e dúvidas sobre a autenticidade da origem dos produtos.

Nos EUA a legislação para produtos orgânicos é rigorosa, a lei federal exige o conteúdo de 95% de ingrediente orgânico, e os outros 5% restante sob restrições. Também, em alguns Estados se exige que estes sejam certificados por organismos independente, ou exigem que entidades certificadoras estrangeiras disponham da aprovação ou licença do respectivo Estado estadunidense (Muchnik, 1999).

Em outubro de 2002 foi implementada nos EUA a National Organic Standards. De acordo com as normas os produtores estadunidenses que pretendam vender, etiquetar ou apresentar seus produtos como orgânicos deverão estar certificados por agências acreditadas pelo USDA. Há divergência de ponto de vista sobre o que isso significará para o negócio de alimentos orgânicos nos EUA, e entre os abastecedores e competidores em outros países. Importadores de maçã orgânica dentro dos EUA deverão estar certificado por um agente acreditado pelo USDA (The World Apple Report, 2002). Pelas novas normas, qualquer produto importado vendido como orgânico deverá cumprir com as mesmas normas que os produtos produzidos no país. Este requerimento poderá criar certas dificuldades para alguns produtores em exportar para os EUA, ao menos temporariamente. Também se criou um selo do USDA, e somente os produtos com 100% orgânico e orgânico (até 95%) poderão utilizar esse selo. Se espera que esse selo seja um bom sinal para os consumidores, que antes enfrentavam problemas de terminologia dos

orgânicos.

O apoio governamental para promover a produção agroalimentar utilizando tecnologias mais limpas é importante. Apesar de haver um certo consenso sobre isso, a destinação de recursos entre os países da ALCA possuem contrastes, marcadamente pela maior capacidade de aportar recursos financeiros, melhorias de infraestruturas, suporte de pesquisa, agências de controle e de certificação. Assim como EUA beneficiou a agricultura orgânica com a Farm Bill 2002, o Governo canadense também têm destinado recursos em produção orgânica. Em 2001 o governo canadense criou um fundo no valor de US\$ 560.000 para o *Organic Agriculture Centre of Canadá*. Outros governos no hemisfério também destinam de alguma forma recursos, porém em menores proporções. Em 2002 o governo mexicano, como medida para estimular o comércio no setor orgânico, anunciou a destinação de recursos para cobrir 75% dos custos com certificação orgânica (Yussefi & Willer, 2003).

A participação do setor privado na agricultura orgânica de México é reduzida, representa somente 2.5% do total de produtores, com mais de 10% da superfície e 22% das divisas geradas cultivando principalmente café, pinha, banana, maçã, abacate e hortaliças orgânicas (Tovar et al., 1998). A medida que os produtos verdes ganham respaldo e experiência, cresce o interesse do setor privado e investidores em participar desse processo, e contribui para que esse seja cada vez mais sólido, e traga a maior percepção do mercado.

Apesar de ter uma economia bastante aberta e baseada na exportação, o Chile ainda concentra a base de sua economia em recursos naturais. Há uma tendência de concentrar suas vendas em produtos primários, principalmente cobre, frutas frescas, recursos florestais e pesqueiro. Assim, a introdução e adoção de técnicas ou práticas de exploração sustentáveis assumem um papel importante para o futuro dessa exploração, bem como na manutenção de seus mercados externos. Conforme comentou CCI (2000), como estratégia para diversificar o setor agrícola, o Chile tem desenvolvido políticas de ampliação de produtos e mercados, através do investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas variedades, e em produção orgânica. Além disso, as preocupações sociais e com o meio ambiente tem feito com que o país promova a

Segundo um estudo da International Food Council, setembro de 2001, as principais preocupações dos seus consumidores, em ordem, são: manejo e preparação dos alimentos, contaminação, embalagem, resíduos de pesticida e produtos químicos, modificação genética. A preocupação pela saúde e pela segurança dos alimentos se traduzem na demanda crescente por produtos orgânicos (CCI, 2002). Fazendo uma busca na literatura, se verifica que essa é uma preocupação global, tanto em PD como em PED.

proteção dos recursos naturais, e os cuidados com a saúde, através do consumo de produtos mais naturais.

Acima de 70% dos alimentos orgânicos de Chile são exportados, sendo 57% para os EUA, 35% para Europa, 8% para Japão, e menos de 1% para o Canadá (Granatstein e Kirby, 2002). O Chile tem uma série de vantagens para produzir alimentos orgânicos, como: sua condição ecológica, abundância de fauna e insetos benéficos para o controle biológico, baixa incidência de pragas quarentenárias, produção na contra-estação, e experiência e condições para produzir frutas e hortaliças (Muchnik, 1999). Os problemas estão basicamente na debilidade institucional e na falta de conhecimento técnico (Fao, 2001). Já o México exporta cerca de 85% da produção orgânica, especialmente para os EUA, e os 15% restante é destinado ao mercado interno (Darolt, 2003).

O Chile possui mais de 15 milhões de hectares cultivada. No final da temporada 1999/00 o país tinha 3.300 ha que representavam cerca de 0.02% da superfície cultivada, 23% a mais que duas temporadas anteriores, das quais quase 700 ha foram destinadas a produção de frutas, principalmente maçã, framboesa, kiwi e abacate (Fao, 2001). De acordo com García (2002), atualmente o Chile tem área de 603.300 ha com cultivos orgânicos certificados, o que representaria 12,8% da área orgânica do hemisfério. O Brasil teria área de 803.200 ha (com 17%), México com 103.000ha (2,2%), e Uruguai com 1.300 ha (representando 0,1% da área orgânica hemisférica). Porém esses dados difere em muito da divulgada por Yussefi & Willer (2003), em que o Chile teria área de 273.000 ha com cultivos orgânicos certificados, o Brasil 275.600 ha (+600.000 com

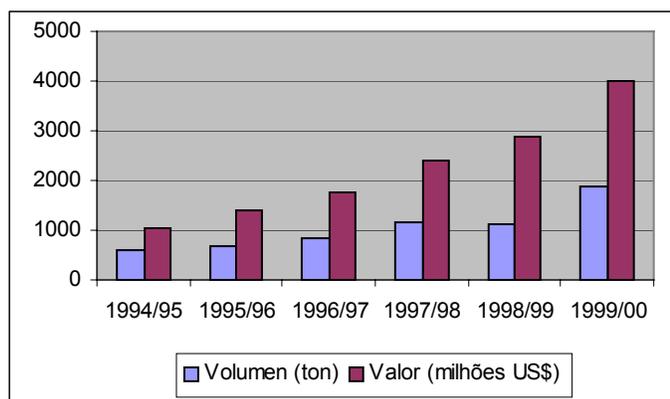
pastagens, mas que não estaria certificada), México 143.150 ha, e Uruguai 678.500 ha. Para Guatemala, às duas publicações concordam que a área orgânica é de 14.750 ha, que seriam 0,3% da área total hemisférica.

No Chile, no período de 1994/95 a 1999/00 houve aumento de volume nas exportações de todos os produtos orgânicos (Fig. 36), que passaram de 600 ton em 1994/95 a quase 1.900 ton em 1999/00. O valor destas exportações aumentou a um ritmo maior, passando de US\$ 1 milhão a US\$ 4 milhões no mesmo período, e desse valor cerca de três quartos corresponde a produtos hortícolas orgânicos, como: frutas orgânicas frescas, e verduras orgânicas frescas (Fao, 2001). O espargo foi o produto mais exportado, com um valor de US\$ 1 milhão, seguido pela framboesa (US\$ 643.000) e o kiwi (US\$ 630.000). Já a participação do Chile em produção de maçã orgânica ainda é pequena.

Recentes estudos estimam que o Brasil em 2001 teria uma área de 203.180 ha com culturas orgânicas, e outras 600.000 ha com pastagens orgânicas, somando no total mais de 800.000 ha, cifra que colocaria o país nas primeiras posições em termos de área cultivada. Estudo realizado em 2001 junto a certificadoras, produtoras ou comercializadoras, a existência de 7.060 produtores certificados ou em processo de certificação. As principais culturas são: soja, hortaliças, café, frutas, palmito, cana-de-açúcar e milho. Segundo estimativas do Instituto Biodinâmico (IBD) a produção orgânica no Brasil movimentou US\$ 90 milhões em 1998, e US\$ 150 milhões em 1999, dos quais US\$ 20 milhões circularam no mercado interno. As projeções apontavam estimativas de valores de US\$ 220 milhões a US\$ 300 milhões para a produção brasileira de orgânicos. No Brasil, a área cultivada com orgânicos representa hoje menos de 1% do volume total cultivado. Essa participação deve crescer nos próximos anos em função do aumento da produção orgânica. Segundo o IBD, a maior parte dos produtos orgânicos cultivados no país é exportada para a Europa, EUA e Japão.

Darolt (2002), sinala que em pesquisa de opinião no Brasil, verificou que a principal razão para os consumidores comprar orgânicos é o aspecto de saúde, e que cerca de 43% deles associam a produção orgânica com ausência de agrotóxicos. Outra pesquisa do IBOPE, mostra que os

Figura 36. Valor exportações orgânicas chilenas (ciclo 1994/95 à 1999/00)



Fonte: Hernández, 2000; Fao (2001)

brasileiros (68%) estão dispostos a pagar mais por alimentos que não poluem o meio ambiente.

Uma vez superadas as barreiras tarifárias, a implementação e adoção de normas ambientais constitui-se numa forma de superar as barreiras técnicas que podem surgir, e que somente podem ser transpostas pela adoção de um sistema de produção que racionalize o uso de agroquímicos, e que estes sejam menos prejudiciais ao meio ambiente e a saúde humana. Para Secilio (2001), a qualidade gera benefícios, pois a inovação induzido pelo cumprimento de estándares pode gerar menores custos, ou melhores produtos e gera vantagens comparativas, que também facilitam o acesso a mercados. Além disso, a regulação pode criar vantagens ao competidor que adotar primeiro.

O programa brasileiro de certificação de Produção Integrada de Frutas (PIF), lançado 2002 pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) é uma das medidas para quintuplicar (5X) as exportação brasileira de frutas, que hoje é US\$ 200 milhões por ano. Apesar de ser voltado à exportação, o programa beneficia também os consumidores internos. Isso pode manter a participação brasileira no mercado de frutas, bem como amplia-lo, possibilitando benefícios econômicos e sociais para a cadeia de frutas do país.

A produção ambientalmente amigável é possível tanto em pequenas propriedades como nas grandes, desde que se alcance um nível de integração agropecuária aceitável. Para ambos é importante o maior equilíbrio biológico, a redução significativa de insumos externos e otimização dos recursos naturais e laborais disponíveis. Evidentemente que a agricultura de nível familiar tem vantagens comparativas na adoção de sistemas mais sustentáveis, o que não significa que não se possa atingir tal equilíbrio em áreas mais extensas, mas é mais complexo. Atualmente tanto a nível mundial, como regional, as maiores áreas de cultivos orgânicos são em grandes áreas com pastagens extensivas. Já para outras culturas como frutas e hortaliças, ou mesmo para produção de grãos, a complexidade no manejo muda drasticamente.

Do ponto de vista dos consumidores, boa parte deles querem o melhor produto/serviço dentro do que estão dispostos a pagar, independente do país de origem. O novo cenário deve acentuar a maior competição pelo mercado,

sendo importante oferecer produtos de qualidade e baixo custo. Ainda, se a integração contribuir para o desenvolvimento dos países Parte, como pregam as teorias econômicas, e possibilitar geração de mais empregos e melhoria na renda, se pode então esperar que também haverá maior disposição para pagar sobre-preço a produtos diferenciados.

Os desafios da produção orgânica estão na ampliação do que ainda é considerado "nicho", em geral não passando de 1% a 2% do mercado de alimentos. Os recentes estudos concluem que o crescimento dos orgânicos ocorre principalmente em países industrializados. Neste sentido, o desafio é desenvolver mercados locais, sobretudo em países considerados em desenvolvimento. Um ambiente político favorável também inclui uma definição clara de uma legislação para a agricultura orgânica, não somente para exportação, mas também para fortalecer a confiança do consumidor e assim construir mercados locais. Em muitos países, onde a agricultura orgânica está começando, há falta de credibilidade. Para reverter esse quadro, tornam-se necessárias à introdução de padrões, e uma definição clara, do que é um alimento orgânico. Em nível internacional é urgente que haja uma harmonia entre os padrões de produtos orgânicos para facilitar o comércio, pois ainda existem diferenças entre normas estabelecidas pela IFOAM, *Codex Alimentarius*, e normas de regulamentação da UE (Darolt, 2003).

Um dos fatores que tem limitado a expansão dos produtos "verdes" são os altos preços, que tem afastado muito de seus potenciais consumidores, que não estão disposto a pagar uma margem tão larga, de até 100%, e eventualmente superior. Com a maior concorrência e conseqüente maior oferta, certamente os preços estarão mais atrativos, reduzindo um pouco a larga diferença em relação aos produtos convencionais.

Entre os fatores que influem no maior preço dos produtos orgânicos está os maiores custos de elaboração, e porque atualmente oferecerem volumes pequenos para uma ampla gama de produtos. Somado a isso, os custos de distribuição relativamente altos, o reduzido número de pontos de vendas e menores volumes negociados, e os custos de certificação, especialmente para países que não estão reconhecidos e para produtores de pequenos volumes (Muchnik, 1999). Ainda, é necessário ter

informações seguras dos mercados, e isso nem sempre é possível, dada a fragmentação dessa informação. Também há questões técnicas ainda não resolvidas, e a necessidade de adaptação das técnicas às condições locais. Acredita-se que a medida que aumenta a oferta os preços caem. Assim por exemplo, uma maior oferta de produtos orgânicos inevitavelmente levará a redução do prêmio pago em relação aos convencionais.

Nos últimos tempos, a sociedade têm estado mais atenta para os impacto da produção de alimentos sobre o meio ambiente, a saúde, geração de trabalho, e em relação a biodiversidade. Essa gradual conscientização tem sido um fator importante para a introdução e consolidação de novos processos produtivos, afinal, em uma economia de mercado, a sociedade (ou o consumidor), têm um forte poder impulsionador de novas tecnologias. Sendo assim, o desejo dos consumidores logo acaba fazendo o percurso inverso da cadeia produtiva, sendo um importante determinante do padrão de qualidade de produtos e processos que está disposto a pagar.

A lucratividade dos orgânicos será dependente do futuro de sua oferta e demanda, e isto não é fácil de ser previsto. No entanto, tudo indica que a oferta e demanda será global, como é para produtos convencionais. Assim, em livre mercado, a medida que cresce a oferta de produtos orgânicos e aumenta o acesso ao mercado, nenhum país estará imune da concorrência nesse segmento.

As políticas públicas não podem apontar somente para o mercado externo. Muitos investigadores indicam que há boas perspectivas de crescimento de mercado para produtos "verdes", no entanto, os mesmos terão que ser melhor desenvolvido, principalmente na América Latina.

Países em desenvolvimento, independentemente de seu tamanho, podem se qualificar e explorar esse mercado de alimentos "verdes". Produtos orgânicos são importantes como um atributo de diferenciação, mas não é tudo. Para acender mercados desenvolvidos é necessário estar bem etiquetado, limpo, ter boa aparência e apresentar grau de maturação adequada. Para os consumidores europeus, o significado de produto orgânico é o elemento mais importante entre os atributos de qualidade dos produtos agroalimentares, o que não acontece com os consumidores de EUA e Canadá, pois tem valoração diferente.

Facilidades de comércio vão ocorrer com produtos "verdes", como os produtos orgânicos. Os consumidores dos mercados mais desenvolvidos (EUA e Canadá), são os principais mercados de interesse para os países latino-americanos (em termos hemisférico), pois já tem maior conscientização e recursos financeiros para adquirir produtos diferenciados. Além disso, esses consumidores reconhecem que os produtos agroalimentares importados geralmente tem qualidade superior aos produtos domésticos.

O tema dos OGM's tem sido um tanto polêmico. Se fazermos uma projeção futura vemos que essa tecnologia pode contribuir para a solução de alguns problemas importantes. Pelo que parece é evidente o crescimento ou expansão dessa tecnologia, por muitos fatores que não cabe aqui discutir. A liberalização comercial deve jogar um papel importante sobre esse processo, e de alguma forma deve contribuir para a ascensão dos organismos geneticamente modificados (OGM's) em vários mercados mundiais.

Cabe salientar que os principais organismos internacionais que regulam aspectos de alimento e saúde humana consideram os OGM's aptos ao consumo. Porém, é importante que sejam tomadas as medidas adequadas para garantir o uso seguro dessa tecnologia. Como objeto de análise, de certa forma essa tecnologia influi sobre a produção orgânica. Do ponto de vista de mercado, os produtores orgânicos podem ver seus produtos valorizados pois as normas orgânicas não admitem OGM's. Há ainda certa desconfiança dos consumidores em relação aos OGM's pois ainda não estão seguros quanto a qualidade e segurança desses alimentos, principalmente na Europa. Assim, por outro lado é esperado que ocorra mais um incentivo para que os consumidores optem por orgânicos. Nesse cenário, os orgânicos deverão ter um espaço ou oportunidades interessantes.

Para Sánchez (2002), os acontecimentos relacionado a vaca-louca, e os transgênicos, deverão ser tomados não como um risco para o meio ambiente global, mas como uma oportunidade comercial em agricultura e pecuária orgânica. Por outro lado, os agricultores agroecológicos, parte da comunidade científica e ambientalistas, se preocupam com o potencial risco de contaminação de seus cultivos por plantas geneticamente modificadas.

Cada vez mais outros países estão se qualificando em tecnologias limpas de produção, e tecnologias de conservação e armazenagem, e com isto aumentam a competição por novos mercados. Assim, em um médio prazo, com canais de comercialização consolidados, pode se esperar que a motivação não seja tanto pelo prêmio, mas possivelmente por uma maior facilidade de venda.

"...outro elemento bastante importante diz respeito às exigências crescentes dos consumidores em países desenvolvidos para que os produtos contêm selos ou certificados que atestem o respeito às normas ambientais ...esse maior rigor pode acabar *contaminando* os produtos domésticos que buscam os mercados de maior poder aquisitivo....reduzir custos, no curto prazo, com mão-de-obra desqualificada (e portanto mais barata), ou negligências ambientais, perde importância se comparado com os ganhos a médio e longo prazo..." Young (2001)

Como vimos, o comércio de produtos de sistemas de baixo impacto ambiental, como no caso dos orgânicos, está em forte crescimento. Porém a produção deve ser bem avaliada, procurando identificar para que vai vendê-lo. Produzir orgânicos exige mais competência, e os mercados reais e potenciais não estão plenamente identificados e definidos. Apesar dos avanços recentes, ainda há relativamente pouca informação sobre mercados orgânicos, e muitas vezes há informações desconhecidas e/ou dispersas ou desagregadas. Produtos de café e maçã já enfrentam certa competência com outros países nos maiores mercados hemisférico, que já tem tarifas bastante baixas. Assim, um contexto com ALCA não gera grandes preferências. Além disso, esses principais mercados (EUA e Canadá) são economias bastante abertas e já possuem uma série de acordos comerciais com terceiros países.

A qualidade de um produto ou o seu custo/benefício praticamente determina se merece um sobre preço ou não, e se vai ou não ganhar espaço no mercado. Em se tratando de commodities, hoje há duas opções bem claras, se pode optar por produzir um produto diferenciado ou um produto comum. O limitante de optar pelo primeiro é identificar os mercados, e o tamanho da demanda, e seus competidores. O livre mercado, que muito em breve poderá ser global, somente vai intensificar esse processo. Todos os aspectos que temos investigado até aqui, em especial o livre comércio, fortalecem as boas perspectivas que já existem

para os produtos "verdes" ou sistemas de baixo impacto ambiental.

Em qualquer sistema de comércio, o que deveria ser priorizado é a produção rentável e de qualidade, de café, maçã ou qualquer que seja o cultivo agrícola. O reconhecimento dessa necessidade pelos diferentes atores é de fundamental importância para que às transformações necessárias possam ocorrer.

Para produtos "verdes" os limitantes são basicamente: a falta de informação de boa qualidade e seu acesso, paralelo ao desenvolvimento de investigações e a coleta de dados. A formação de recursos humanos também é fundamental para o sucesso de estratégias de desenvolvimento sustentável. Além disso, a educação e a informação são elementos essenciais para a expansão desses nichos de mercado. Uma sociedade melhor informada tende a ser mais conscientizada em relação a aspectos de meio ambiente e questões sociais.

A estandarização da terminologia utilizada, e uma certificação mais amigável com os consumidores, podem ajudar a evitar a confusão e o desgaste de apoio a este segmento "verde", e a maior conscientização dos consumidores com sua proposta alternativa de produção/consumo. Outro aspecto importante é a capacidade de diferenciá-la de outros sistemas produtivos o acesso dos "verdes" aos consumidores, principalmente através de supermercados ou lojas de produtos naturais. A carência de terminologia comum, a diversidade de selos, e a falta de controles facilita a fraude, que acarretam prejuízos a quem realmente produz e comercializa dentro das normas e padrões sustentáveis.

Para promover a maior participação dos produtos verdes é importante o comprometimento de instituições de ensino, pesquisa e extensão em promover o seu desenvolvimento. Isso já vem acontecendo na Europa e também em alguns países do continente americano. A produtividade dos projetos orgânicos pode ser similares ou inclusive superiores aos convencionais, o qual ainda não está bem claro, e pode gerar expectativa equivocadas. Há relatos que a produtividade é inferior, ao menos em curto a médio prazo. Isso também varia conforme o país ou cultivo, pois algumas culturas são mais aptas para cultivo orgânico. A existência de uma transição suave pode fazer a diferença entre o êxito e o fracasso de uma iniciativa, sem

necessariamente partir direto para a adoção de normas rigorosas de produção.

Os volumes que se obtêm em um projeto orgânico são importantes para a comercialização do produto. Se não se consegue um volume que seja atrativo comercialmente pode haver problemas de logística e de sobre-custos que podem prejudicar o êxito dos projetos. Por parte de quem comercializa, é importante o desenvolvimento de provedores confiáveis, que garantam tanto a curto como a longo prazo volumes interessantes e de boa qualidade. A falta de oferta ou oferta irregular prejudica o mercado desse segmento.

Há grande oportunidade para aplicar conceitos orgânicos em produtos agroalimentares mais processados, pronto para consumo, ou semi-processados. Há oportunidades para abrir novos espaços para a produção orgânica agregar outras certificações como comércio justo ou "amigável com as aves" (*Bird-Friendly*), como no caso do café.

As estimativas do tamanho dos mercados e a taxa de crescimento da demanda para os produtos "verdes" não é claro, principalmente no mercado norte-americano, e isso deve gerar incerteza a curto e médio prazo. Já o desenvolvimento do mercados internacionais de orgânicos é, e continuará sendo, o mais poderoso estímulo para o incentivo para o aumento da oferta nos países da América Latina e Caribe. No entanto, se faz necessário um trabalho de marketing direcionado ao aumento da demanda principalmente nos mercados locais e regionais, já que cada vez mais aumenta a competição pelos mercados europeus e norte-americano.

A expansão do comércio de produtos orgânicos depende de uma série de fatores, que podem variar de um país a outro. Um exemplo de que dificuldades enfrentam os produtos orgânicos foi relatado por Berges et al. (2002), em um estudo na Argentina, onde em ordem de importância relativa ficam relacionados quanto ao entorno econômico, político e social, depois a escala de produção, as deficiências do sistema de comercialização e logística, falta de assessoramento específico, e problemas de disponibilidade de tecnologia e pesquisa. Diferentemente do que poderia ser, o custo de certificação não representa uma barreira muito alta, e que seriam mais importante apenas

para pequenos produtores, e que não estão associado para suportá-lo (Berges et al., 2002).

Para não gerar expectativas exageradas, é necessário fazer estudos pontuais dos mercados externos que se pretende acender, assim como contar com estratégia a nível de mercado local. A nível de mercado externo, às feiras internacionais, como a *Biofach* na Alemanha (www.biofach.de) são uma boa oportunidade para expandir os horizontes e realizar negócios relacionados a produtos orgânicos.

Os países em desenvolvimento poderiam criar incentivos para a agricultura orgânica ou "ambientalmente amigável", assim como ocorre em países desenvolvidos. Dentro da realidade dos países latino-americanos, de escassos recursos, medidas de incentivo à exportação (como praticadas pela Argentina, que reembolsa parte do valor exportado), financiamento para o processo de certificação, ou redução de impostos para quem produz em sistema orgânico (Sánchez, 2002). Os EUA montou um Programa de apoio estatal que cobre perdas de colheita de orgânicos em caso de geada ou outro fator climático. Há também apoio a nível de Estados através de financiamento total ou parcial dos custos de certificação. Há também ajuda para comercialização. Já na Costa Rica existem fundos para reconversão produtiva e o Programa Nacional de Agricultura Orgânica, que conta com apoio do sistema financeiro. Há outros exemplos em países LAC, como Argentina e mais recentemente no Brasil.

De acordo com Sánchez (2002), para não gerar falsas expectativas, os produtores (e potenciais exportadores) de orgânicos deverão realizar estudos pontuais de mercado. Em alguns casos é importante que enfoquem também a produção para mercados locais, de maneira que sirva de experiência antes de ascender mercados externos.

Assim, como vimos os verdes de maneira geral tem boas perspectivas, ainda mais em sistema de livre comércio. De maneira geral se a ALCA é boa para os produtos verdes, então em parte também podemos dizer que é bom para o meio ambiente, seja pela maior incorporação das preocupações ambientais nos sistemas produtivos, seja pela diversificação de cultivos promovendo a maior diversidade biológica, ou seja promovendo atividades paralelas como eco-turismo.

Normas e regulamentos nacionais para orgânicos e Produção Integrada

Atualmente mais de 60 países já tem implementado, ou estão em processo de implementação, de normas orgânicas. Muitos países já possuem normas, no entanto a maioria dos mercados desenvolvidos exige também a acreditação de organismos internacionais ou reconhecimento de organismos nacionais do país de destino. Em 1992 a IFOAM (International Federation of Agriculture Movements) estabeleceu o Programa de Acreditação IFOAM (IAP). Essa acreditação é baseada nas suas normas internacionais que são continuamente melhoradas e que servem como diretrizes a nível mundial. Desde 2000 há um selo que identifica os produtos que são acreditado pela IFOAM, e que é um importante passo para a harmonização a nível mundial. Atualmente 21 organizações certificadoras tem sido acreditadas, e outras estão em processo de acreditação. Dessas certificadoras já acreditadas, duas são da Argentina, uma de Brasil, uma de Bolívia, e três dos EUA (Yussefi & Willer, 2003).

Em síntese, a maioria dos países da América Latina não possui uma legislação eficiente que regulamente a produção e comercialização de alimentos orgânicos. Alguns países como o Brasil, Chile, EUA e México já finalizaram a regulamentação, mas ainda não está implementada. Em alguns países como Canadá, Nicarágua, e Peru já iniciaram a construção das regulamentações. A Argentina estabeleceu suas normas em 1994. A Costa Rica também já possui uma regulamentação nacional para a produção orgânica (Tab. 54).

Tabela 54. Situação da regulação dos orgânicos em alguns países do continente americano.

País	Regulação implementada	Regulação finalizada, ainda não implementada	Em processo de construção da regulação
Argentina	X		
Brasil		X	
Canadá			X
Chile		X	
Costa Rica	X		
EUA		X	
México		X	
Nicarágua			X
Peru			X

Fonte: extraído de Yussefi & Willer (2003)

Desde maio de 1999 o Chile regulamentou a produção orgânica e estabeleceu sistema de certificação nacional para comprovar o seu cumprimento, e baseia-se nas normas vigentes nos EUA e Comunidade Européia, mas

não dispões de emblema nacional que identifique os produtos orgânicos. O Brasil já possui normas para regular produção orgânica e Produção Integrada. Em México cerca de 79% da certificação é realizada por agências estrangeiras, sobretudo por certificadoras norte-americanas, como a Organic Crop Improvement Association International (OCIA), que acompanha 43% da área certificada (Darolt, 2003). Desde 1999 o México conta também com normas de Boas Práticas Agrícolas (BPA). Em Guatemala não se encontrou informações, mas há agências de certificação ecológica (ex. MaiaCert).

O fato de não haver um processo legal na maioria dos países faz com que a produção para exportação seja certificada por empresas estrangeiras, sobretudo companhias norte-americanas e européias. Este procedimento faz com que o custo de certificação fique muito alto e, em muitos casos, acaba sendo um entrave para a expansão do mercado (Darolt, 2003).

De acordo com Yussefi & Willer (2003), há algumas certificadoras nacionais em países latino-americanos, como Argencert e OIA (Argentina); Instituto Biodinâmico (Brasil); Bolicert (Bolívia) – todos acreditados pela IFOAM – e Biolatina (Peru e outros). Há outras agências como a Ecológica (Costa Rica), Bio Nica (Nicarágua), Maia Cert (Guatemala) e CertiMex (México), Proa (Chile), Urucert e Sociedade de Consumidores de Produtos Ecológicos (Uruguai). Para comercializar com a Europa, todos os países precisam ser re-certificados por órgãos competentes da comunidade européia, exceto a Argentina, que tem status de “terceiro país”.

Os produtos oriundos de sistemas produtivos ambientalmente amigáveis, poderiam ter tratamento diferenciado, isto porque beneficiam a sociedade em várias instâncias, e que já foram discutidas nesse artigo. A ALCA poderia estabelecer mecanismos para o reconhecimento de processos de *eco-certificação* e apoiar tais certificações com tratamento preferencial em acesso a mercados e outros incentivos, além disso, poderia apoiar o comércio de bens ecológicos especialmente do setor agrícola e florestal, como por exemplo o café orgânico (Johnson et al., 2001). Porém, para isso ser possível há que compatibilizar essas medidas com o que prega a livre concorrência e a não discriminação entre produtos e processos semelhantes, ou eliminação de possíveis barreiras ao comércio.

Nos EUA existem não menos que 44 organismos de certificação, dos quais 33 são privados e 11 públicos. A Associação de Comércio Orgânico (OTA), criada em 1984, é basicamente uma associação de negócios representando a indústria orgânica em Canadá, EUA e México. Seus membros inclui todos os integrantes da cadeia produtiva de orgânicos, incluindo os importadores.

O aumento do comércio internacional de produtos orgânicos tem colocado a FAO como órgão para buscar maior harmonização em padrões orgânicos. Em 1999 a FAO iniciou programa em agricultura orgânica¹ visando disponibilizar aos países membros informações relevantes para o manejo orgânico. O programa colabora e constrói parcerias com instituições interessadas. Já a comissão do Codex Alimentarius tem endossado diretrizes em produção, processamento, comércio e certificação de produtos orgânicos.

A FAO e OMS (Organização Mundial da Saúde) também tem oficialmente declarado que as diretrizes internacionais em alimentos orgânicos são importantes para garantir a qualidade desses produtos, informar os consumidores e para facilitar o seu comércio. De acordo com Yussefi & Willer (2003) na construção de suas normas o Codex Alimentarius se baseou em uma série de normas e regulações existentes em vários países, normas do setor privado, e nas normas da IFOAM. Estas normas ou diretrizes do Codex Alimentarius² são um importante passo para a harmonização, e poderá ser um importante instrumento para a equivalência a nível de OMC.

Recentemente a Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Unacad (Comércio e Desenvolvimento) e a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) lançaram uma Força-Tarefa Internacional para Harmonização e Equivalência em Agricultura Orgânica. De início haverá revisão dos padrões e regulações existentes, e facilitação de acesso aos mercados orgânicos, em especial para países em desenvolvimento. A idéia surgiu da necessidade dos produtores orgânicos superarem às dificuldades em relação às diferentes regulações, padrões e etiquetagem em todo o mundo. A manutenção de um ambiente com uma

diversidade de selos e denominações pode ser interessante para muitas certificadoras, mas certamente não é interessante para a transparência e melhoria do comércio dos produtos "verdes". A harmonização de normas, procedimentos, e de denominações, podem facilitar o reconhecimento de certificações e facilitar o comércio entre os países.

Organismos Geneticamente Modificados (OGM's)

Apesar da agricultura convencional ter "externalidades", é o sistema responsável de manter o abastecimento de alimentos no mundo, e isso somente foi possível devido ao aumento extraordinários em produtividade. Essa agricultura vem sofrendo transformações, sendo fortemente influenciada pelas técnicas biotecnológicas.

A produção e liberalização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) tem tido significativa expansão nos últimos anos. Em termos de hemisfério, a produção está localizada em poucos países. No Chile está liberado somente produção para exportação. Nos EUA os transgênicos estão liberados para produção e consumo, sem necessidade de rotulagem. No Brasil recentemente foi emitida uma Medida Provisória do Governo Federal, liberando o cultivo até dezembro de 2004, mas com algumas regras. Os cultivos tem se dado principalmente em: soja, milho, algodão e colza. Em geral tem sido utilizados para tolerância a herbicidas e resistência a insetos.

Essa tecnologia pode oferecer benefícios importantes, no entanto ainda não foram respondidas alguns questionamentos da comunidade científica. Além dos questionamentos econômicos, ainda há riscos potenciais em termos de saúde e meio ambiente. Dada a grandeza dos investimentos, e o crescente interesse em adotar novas tecnologias, a transgenia pode alterar o desenvolvimento tecnológico ao menos a médio e longo prazo. Assim, há um risco potencial das tecnologias atuais tornarem-se obsoletas. Um dos argumentos em prol dos transgênicos é a possibilidade de melhoria dos produtos e agregação de valor.

O uso da tecnologia de DNA recombinante (transgenia) em frutíferas têm tido menor desenvolvimento comparado a culturas anuais, basicamente por questões comerciais. Dentro das atuais possibilidades, as culturas anuais são

¹ Mais informações e documentos de interesse podem ser obtidas no site <http://www.fao.org/organicaq>.

² Disponível em http://www.codexalimentarius.net/standard_list.asp

economicamente mais atraentes. Assim, as culturas voltadas a agricultura de pequena escala devem ser impulsionadas pelo setor público ou por agências de cooperação.

Técnicas de transformação genética em macieira já estão sendo utilizadas, e em um horizonte de tempo não muito distante devem estar no mercado. Já há iniciativas em países como EUA, Brasil e outros. Pesquisadores da Universidade de Illinois (EUA) estão desenvolvendo maçã geneticamente modificada com objetivo de proteger contra a infecção respiratória causada pelo VRS (Vírus Respiratório Sincicial), especialmente perigosa para crianças. Apesar de pesquisas mundiais contínuas, ainda não existe vacina para essa infecção. Segundo cientistas americanos, "os alimentos-vacina poderiam prevenir a expansão de muitas doenças, particularmente em países subdesenvolvidos, onde programas de vacinação tradicionais freqüentemente falham por causa da falta de recursos". Entre as tendências em transformação genética em frutas está a possibilidade de retardar a maturação, melhoria nos atributos nutricionais, introdução de características de resistência a determinadas pragas e doenças, e de características que possam melhorar o processamento industrial.

Já investigadores britânicos e japoneses encontraram e estão comercializando um *gem* que impede a síntese de cafeína, o que permite produzir café ou chá sem esta substância estimulante. Como vantagem, os novos descafeinados transgênicos terão o mesmo sabor e aroma que os atuais, porém sem cafeína.

O Brasil está desenvolvendo o Projeto Genoma do Café a fim de tornar-se líder mundial em genética do café. O objetivo inicial é decifrar o código genético do grão. Em grãos de café arábica, a finalidade é desenvolver variedades resistentes a pragas e doenças, tolerância a estresses ambientais, maturação uniforme, e melhores qualidades organolépticas (aroma e sabor) e características nutracêuticas do grão (teores de cafeína e ácidos clorogênicos) levando a uma melhor qualidade da bebida e agregando valor ao produto. Há um *pool* de instituições que estão envolvidas nesse projeto.

A expansão do desenvolvimento e comércio de produtos transgênicos poderá atuar como um elemento motivador da procura ou consumo de produtos orgânicos,

pois os consumidores estão mais atentos em relação aos alimentos que consomem. Dentre os produtos orgânicos, às frutas e vegetais são os preferidos, e entre às frutas a maçã tem ganhado a preferência dos consumidores. No acordo ALCA há referência a não discriminação entre produtos nacionais e importados, e que qualquer prática deve ser baseado no conhecimento científico.

A EU recentemente está dando sinais de deve em breve por fim ao embargo aos OGM's. A sustentação dessa medida é de que já há pesquisas suficientes que assegurem a segurança dos mesmos. Porém, tudo indica que a rotulagem deverá ser obrigatória.

O Meio ambiente e o Comércio

Que impactos positivos e negativos a ALCA pode ter no Manejo dos Recursos Naturais na produção de café e Maçã?

Em termos de sensibilidade ambiental, as áreas com cultivo de café são normalmente mais sensíveis que áreas de cultivo de maçã. O cultivo de café é tipicamente de ambientes tropicais, onde normalmente se encontra grande biodiversidade, diferentemente de macieira, que ocorre normalmente em regiões de clima temperado, onde normalmente há menor biodiversidade. Isso não significa que seja menos importante, mas é consenso que regiões tropicais exigem um manejo diferenciado devido sua maior sensibilidade ambiental.

Alguns efeitos do comércio podem ser analisados, como: a) efeito escala; b) efeito técnico; e c) efeito de composição ou estrutural; d) efeito regulatório.

a) Efeito escala: esse pode ser positivo quando o crescimento econômico alimenta a demanda por melhoria ambiental e da internalização de certos custos ambientais. Também pode ser negativo quando o crescimento econômico gera ou alimenta o aumento no uso ou degradação dos recursos naturais. Certamente a escala das atividades econômicas serão aumentadas induzidas pela liberalização. Assim, é esperado um incremento nos níveis dos recursos utilizados e poderá levar ao aumento também da contaminação, os quais se magnificam com a existência de falhas de mercado (ausência de preços, subvalorização dos recursos naturais, externalidades, etc) ou de políticas (subsídios distorsionadores).

O aumento da escala de produção e a re-alocação da produção ou dos recursos produtivos dentro dos países (em função da especialização) deve aumentar a pressão ambiental a nível local. Assim, a maior facilidade de acesso a tecnologia e insumos para intensificar a produção, tanto de café como de maçã, deverá ter a nível local uma maior pressão ambiental sempre que essa for conduzida de forma intensiva.

Esse efeito pode ser compensado parcialmente pela adoção de tecnologias mais limpas ou pelo efeito de composição, em função das vantagens comparativas. No entanto, conforme temos verificado não está previsto um grande aumento ou grande mudança nos fluxos de café e maçã no hemisfério com a ALCA. Nesse sentido, também não deve ocorrer intensificação ou corrida ao uso de agroquímicos. Mesmo que isso ocorra em alguns países, pode ser compensado pelo surgimento de insumos ou práticas agrícolas de menor impacto ambiental.

De maneira geral, a agricultura é uma das atividade que mais influi no equilíbrio ambiental, e dependendo da maneira de como é conduzida pode causar a contaminação de águas superficiais e reservatórios subterrâneos, perda de milhares de toneladas de solo todos os anos, e contribui também para a redução da biodiversidade. Assim, tendo conhecimento dos impactos negativos, e das alternativas existentes, seria altamente recomendado que ocorra, na medida do possível, a conversão para sistemas de produção agrícola (e porque não industrial) de menor impacto ambiental, como um caminho importantíssimo para se chegar ao tão desejado "desenvolvimento sustentável".

De acordo com projeções da FAO (2002), para a agricultura mundial para 2015-2030, as pressões sobre a biodiversidade ao longo dos três próximos decênios serão o resultado de tendências em conflito. Os métodos extensivos tenderão a deixar passo a intensificação, o que por sua vez pode deixar passo a agricultura orgânica ou a agricultura conservacionista (que usa práticas que prevê a conservação dos recursos). A perda de habitat para a vida silvestre devido a agricultura continuará, mas a um ritmo mais lento. A desflorestamento se fará mais lenta e o pastejo extensivo deixará passo cada vez mais a produção pecuária industrial. Ainda que a intensificação inclui seu própria gama de riscos ambientais (relacionados com os defensivos, fertilizantes químicos e resíduos animais), mas

a maior inclusão de considerações ambientais nas políticas agrárias deverá ajudar a contrarrestar esses riscos.

Muitas ações são necessárias para assegurar uma cooperação ambiental e construir uma ALCA ambientalmente consciente. Em um simpósio de comércio e sustentabilidade, na cidade de Quebec, foi proposto a criação de um *Acordo Ecológico das Américas* para integrar políticas ambientais, instituições e instrumentos no hemisfério. Outra proposta foi a criação de um grupo de especialistas para coordenar políticas de comércio e sustentabilidade (Johnson et al., 2001).

Em breve, os países Parte deverão iniciar procedimentos para a harmonização de suas legislações. As economias da América estão atualmente unidas por uma complexa rede estandares, regras, agendas, e responsabilidades, incluindo mais de 100 acordos bilaterais de comércio, e cinco acordos regionais, e acordos com membros da OMC (Segger et al., 2001). A ALCA potencialmente poderá simplificar grande parte dessa complexidade.

Conforme sinalado por Gutman (2000), as relações entre comércio e ambiente são complexas. O crescimento esperado do aumento do comércio pode produzir diferentes efeitos, com importantes conseqüências para o ambiente, incluindo efeito escala, mudança nos padrões de especialização, assim como o acesso a tecnologias mais amigáveis com o meio ambiente. A agricultura sempre transforma os recursos naturais, assim, impactos negativos podem ser esperados, como: mudanças nos ecossistemas (ex. perda na biodiversidade), mudanças no dom natural (ex. poluição, deterioração dos solos), ou vulnerabilidade da produção agrícola a médio ou longo prazo e outras atividades direta ou indiretamente afetadas.

Se argumenta que em país inicialmente com baixo nível de renda o efeito escala domina, assim há um aumento na demanda para todos insumos (*inputs*), incluindo recursos naturais. Entretanto, com o aumento da renda também é esperado o aumento na disposição para investir em proteção ambiental, e para o consumo de bens mais "limpos". Normalmente as regulações são realizadas para forçar a troca para processos com técnicas de menor impacto ambiental. Eventualmente o efeito técnico e de composição domina o efeito de escala (Nimon et al., 2001).

b) Efeito técnico: A adoção mais ampla de economia de escala deve gerar uma quantidade maior de lixo a nível de propriedades agrícolas e unidades de processamento, como por exemplo: materiais plásticos residuais de packing house, embalagens de agrotóxicos, etc. Isso demanda um melhor gerenciamento e destinação adequada desses detritos. Por outro lado deve ser incentivado o uso de materiais que podem ser reciclado.

O processo de integração hemisférica certamente deverá aumentar o fluxo de comércio. Um dos possíveis efeitos ambientais será a expansão da fronteira agrícola ou o uso mais intenso de insumos químicos e tecnologia de suporte, o que poderá causar algum impacto ambiental.

A necessidade de escala, e o aumento do profissionalismo, no setor produtivo pode proporcionar mudança em termos de capacitação para o manejo adequado de resíduos e uso de agroquímicos, que por si só já significa uma vitória, pois se sabe que há significativa falta de controle e negligência na manipulação de agroquímicos pelos agricultores.

Uma das preocupações com os sistemas de produção é a saúde dos agricultores (diretamente relacionado ao uso de pesticidas). Também há preocupações relacionados ao meio ambiente, devido ao uso de pesticidas, fertilizantes, e problemas de salinização e compactação do solo. Outros aspectos são relacionados a contaminação costeira e de fontes de água por fertilizantes químicos, pesticidas e esterco animal, além de mudanças nos regimes de água. Ainda podemos citar a perda da diversidade biológica e vida silvestre, deterioração dos ecossistemas. Também há aspectos relacionados a saúde dos consumidores.

Mudanças na demanda internacional de alimentos, como o aumento da procura por produtos "verdes", e mudanças nas políticas comerciais (barreiras não-tarifárias) tem forçado os produtores não só de maçã ou café, mas também na produção de outros produtos (animais e vegetais), a gradualmente adotar novas tecnologias. Essas mudanças podem ser por completa ou parcial conversão para sistemas mais limpos, adoção de novas variedades, maior controle de resíduos químicos nos produtos, novas técnicas de manejo que protejam os recursos naturais, melhor manejo dos recursos hídricos etc. Considerando as demandas de mercado, o nível de desenvolvimento tecnológico, e a capacidade de desenvolver novas

técnicas/metodologias ou novos insumos, pode-se esperar que o uso de tecnologia poderia não só melhorar a produtividade e a qualidade dos alimentos, mas também poderiam conduzir a maior eficiência no uso dos recursos naturais, ao menos em horizonte de médio a longo prazo.

A expansão da liberalização comercial, levará a adoção de padrões voluntários estabelecidos por países avançados. O comércio é de longe um propagador de padrões em duas vias, uma através da transferência de tecnologia, e a outra pelo aumento da demanda de mercado por padrões ambientalmente amigáveis (Tussie & Vásques, 2000). Segundo a FAO (2002), se mais sustentáveis métodos de produção forem utilizados, o impacto negativo da agricultura no meio ambiente pode ser reduzido. Além disso, em alguns casos a agricultura pode jogar um papel importante para reverter isso, como por exemplo para reserva de carbono no solo, aumentar a infiltração de água e preservar a área rural e a biodiversidade.

Uma maior importação de insumos químicos poderia intensificar impactos ambientais. Porém, como verificamos nos países estudados também não deverá haver grande mudança tarifária capaz de promover uma corrida a importação de insumos agroquímicos. As tarifas de importação são relativamente baixas ou zeradas em alguns países, como já é na Guatemala. Ainda, se estes forem de menor agressividade ao meio ambiente a mudança por uma abertura comercial hemisférica pode não ter impacto significativo nesse aspecto. Assim, a área de livre comércio poderia, ao longo do processo, facilitar o acesso a insumos químicos, que acompanhado pela tendência de mercado, que rumam para tecnologias mais limpas – a qual já é verificada também na própria mudanças de comportamento das empresas produtoras de agroquímicos – poderiam praticamente anular, de maneira geral, o impacto negativo no ambiente decorrente do aumento de importação e consumo destes insumos.

São esperadas mais pressões no ambiente, induzido pelo uso de técnicas mais intensivas como consequência de novas motivação para exportação. Por outro lado, alguns ganhos ambientais podem ser derivados da liberalização do comércio, como o acesso para tecnologias ambientalmente mais amigáveis (Gutman, 2000).

No caso de café e maçã, e talvez extrapolar para outras culturas, pode-se esperar que o livre comércio facilite a importação de tecnologias mais limpas, como: insumos de menor impacto ambiental, tratamento de água, tratamento de lixo, serviços ligados ao meio ambiente, etc. Em termos de café, o Brasil é possivelmente o principal centro de desenvolvimento de tecnologia mundial, e pretende manter a vanguarda com iniciativas como a de sequenciamento genético do cafeeiro, que abre uma vasta possibilidade futura de exploração comercial dessa cultura. Assim, aliando as técnicas modernas de biotecnologia, o sistema de produção convencional de café poderiam ter seus impactos ambiental minimizados.

Em sistemas convencionais, o avanço da ciência, as pressões de mercado (cada vez mais competitivo), juntamente com às maiores facilidade ou disponibilidade de recursos, poderão contribuir de forma significativa para o avanço da tecnologia, possibilitando o desenvolvimento de novas técnicas biotecnológicas, melhoria de técnicas de manejo, controle e monitoramento de pragas e doenças, sistemas de alerta e previsibilidade climatológicas, melhoria da comunicação, colheita mecanizada, avanços do conhecimento em nutrição de plantas. Essas transformações devem ter um efeito importante na melhoria da produtividade e/ou eficiência produtiva, e talvez reduza a necessidade de maior expansão da fronteira agrícola, rumando para sistemas mais intensivos de produção. Por outro lado, tecnologias como a de transgenia aliado ao melhoramento de plantas poderá oferecer cultivares que se adaptem a condições de climas e solos distintos (como de maior tolerância a seca ou encharcamento), motivando assim a expansão da área agrícola. Esse tipo de efeito é de difícil previsão, mas certamente deve variar de país a país devido aos recursos disponíveis e ao grau de desenvolvimento.

c) Efeito composição – estrutural: A liberalização comercial estabelece novas condições de mercado e promove a especialização de produtos. A necessidade de especialização, e a busca por maior eficiência devido ao ambiente competitivo deverá ter algum efeito em termos de composição, direcionando a produção para o aproveitamento das vantagens comparativas, e assim

causando a migração ou reconversão de certos setores em alguns países ou regiões para outras atividades.

No caso da maçã provavelmente não haverá grandes mudanças na estrutura de produção, que deve-se seguir sendo um cultivo mais adequado para pequenos e médios produtores devido principalmente quanto a dificuldade de manejo de grandes áreas. Poderá haver mudanças substanciais na cultura de café, a fim ganhar escala e baixar custos, salvo áreas conduzidas em sistemas alternativos, como em sistema orgânico, que também tem manejo mais complexo quando conduzido em grandes áreas.

Para Nimon et al. (2002), a liberalização comercial da agricultura no NAFTA tem afetado em alguns aspectos o ambiente, alguns efeitos positivos e outros negativos. Ainda, provavelmente haverá maior efeito de composição, concentrando indústrias em áreas que possuem vantagens comparativas. A expansão do comércio agrícola associado com o NAFTA podem ter efeitos positivos ou negativos sobre o ambiente como: substituição de culturas, modernização de tecnologia, importação de materiais perigosos, introdução de espécies exóticas, aumento no uso de transporte, e o desenvolvimento de produtos "verdes".

d) Efeito regulatório: Pelo acordo ALCA, nenhum país pode proibir uma determinada atividades por razões ambientais se não demonstrar com "certeza científica" que essa atividade ou produto é prejudicial.

Um exemplo de impacto de liberalização comercial, e uso de tecnologias limpas, pode ser o que tem ocorrido no Equador no setor de banana. Com o avanço na liberalização comercial tem havido a proliferação de certificações ambientais. Essas regulações promovem a adoção de sistemas de manejo ambiental, tecnologias ambientalmente mais limpas, prevenção e redução de impactos ambientais e de saúde humana. Nesse país diversos programas de certificação ambiental tem sido adotados por um número de companhias produtores de bananas, incluindo o padrão ISO 14.001^a, Programa Eco-OK^b, e certificação orgânica (CEDA, 2002).

^a padrão de certificação que possibilita o desenvolvimento de sistemas de manejo ambiental em todas as fases do processo produtivo, encorajando o cumprimento de princípios ambientais como a proteção do ecossistema natural, preservação da vida silvestre, manejo adequado de agroquímicos,

Devido a maior competição, fluxo e desregulamentação de capitais e investimentos, o novo cenário demandará dos governos adotar regulamentações ambientais adequadas, de forma a não tornar-se uma barreira a permanência de indústrias, e ao mesmo tempo não intensificar a poluição ou outros impactos ambientais. A lógica seria o enfraquecimento das leis ou regulamentos ambientais como forma de atração de investimentos, ou como forma de assegurar as empresas em seu país. Porém, isto não tem sido verificado a nível de NAFTA.

A maior abertura comercial certamente trará riscos e benefícios. Em termos ambientais, os benefícios dependerão da capacidade de cada país de procurar as alternativas (ou caminhos) mais adequados de aumentar sua participação no comércio mundial, e garantir a qualidade do meio ambiente e recursos naturais locais.

O que a agricultura tem a ver com o meio ambiente? O comércio é daninho ao ambiente? Qual a experiência do NAFTA?

Os recursos naturais são um dos elementos básicos da economia de qualquer país, sendo parte dos recursos econômicos ou fatores de produção, juntamente com o capital e o trabalho. Esses recursos naturais abrangem o solo, a fauna, flora, a água e o ar, e todas as demais riquezas biológicas encontrada na natureza. O uso intenso acaba levando ao esgotamento desses recursos, que são finitos. Assim, o bom uso, ou o uso sustentável, desses recursos é de fundamental importância para a satisfação das necessidades humanas presente e futura.

A agricultura representa a maior proporção de uso da terra pelo homem. Em 1999, somente as pastagens e os cultivos ocupavam 37% da superfície de terras agricultáveis do mundo. Quase 2/3 da água utilizada pelo homem se destina a agricultura. Na Ásia, a proporção aumenta até 4/5 partes. A produção agropecuária tem profundos efeitos no meio ambiente em conjunto, e são a principal fonte de contaminação da água por nitratos, fosfatos e pesticidas (FAO, 2002).

Há a preocupação de que a escala de expansão agrícola avance para maior pressão sobre o ambiente nas próximas décadas a fim de alimentar o crescimento populacional global em cerca de 1,5 bilhões, prevista para 2020. Alguns consideram que atuais práticas agrícolas estão levando a degradação dos recursos naturais os quais os agricultores dependem, como o solo, água, e espécies vegetais. Já outros visualizam um cenário diferente, onde a agricultura avança para uma nova era, dando continuidade na melhoria das práticas de manejo, avançando em biotecnologia, e revolucionando em termos de tecnologia de informação e comunicação. Ainda, os processos de liberalização e globalização nas cadeia agroalimentares podem jogar um papel importante para crescimento da agricultura por vias ambientalmente sustentável (Parris, 2002).

No aspecto ambiental, a substituição dos sistemas de rotação, com alta diversidade, por sistemas simplificados, baseados no uso de insumos industriais químicos, moto-mecânico, variedades vegetais geneticamente melhoradas e padronizadas, afetou drasticamente a estabilidade ecológica da produção agrícola (Romeiro, 1991). Apesar disso o sistema de produção convencional é o que possibilita a grande produção de alimento, e a obtenção de produtos agrícolas em áreas marginais ou de difícil execução. Evidentemente que há alguns impactos negativos ao meio ambiente e a saúde humana, mas a medida que evolui o conhecimento dos sistemas produtivos, tecnologia disponível e seu acesso, assim como regulamentações que garantam uma proteção ambiental adequadas também é esperado uma redução de seus impactos ambientais negativos.

Entre 15% e 25% das dioxinas depositadas no lago Michigan, no Norte dos EUA, procedem de lugares tão distantes como o Sul do Texas. Muitos dos produtos químicos voláteis lançados na atmosfera na América do Norte e em outras regiões depois aparecem no Oceano Ártico e em zonas montanhosas dos três países sócios do NAFTA. Entre as fontes desses poluentes estão geradores de energia, indústria de exportação, o trânsito de caminhões de carga e o uso de produtos químicos na agricultura (Cevallos, 2002).

Durante o III Fórum Mundial de Água (2003) a ONU divulgou um estudo assinalando que os recursos hídricos

lixo, e manejo adequado de solo e de recursos hídricos. São normas ambiental da International Standard Organization.

^b é um selo verde promovido pela Rainforest Alliance. Se diferencia da ISO 14.001 por não estabelecer somente requerimentos ambientais, pois inclui entre outras coisas, requerimentos quanto ao trato aos trabalhadores e suas famílias.

diminuirão continuamente devido ao crescimento populacional, à contaminação, e às mudanças climáticas. A previsão é de que, nos próximos 20 anos, a média mundial de abastecimento de água por habitante diminuirá em 1/3. A agricultura é uma das atividades que mais usa e contamina os recursos hídricos. Uma mudança em direção a uma melhora progressiva no seu uso e manejo aliado a práticas sustentáveis pode ter importante contribuição para o desenvolvimento, principalmente em países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

A simplificação excessiva dos procedimentos de fronteira, o maior fluxo de comércio e questões relacionadas a legislação ambiental, poderão também ocasionar maiores riscos de impacto ambiental, ou mesmo de introdução de pragas e doenças de importância econômica.

Até o momento nas negociações da ALCA não se chegou a acordo sobre as questões de comércio e suas implicações ambientais. Os países latino-americanos temem que disposições ambientais possam ser usadas como uma forma de protecionismo por parte de EUA e Canadá. No entanto, a experiência do México com a NAFTA parece não confirmar essa preocupação. No período de 1994-1999 houve aumento significativo no comércio para seus sócios, mesmo com inúmeras disposições ambientais. A nível do NAFTA, como de MERCOSUL, não há evidências de que regulamentações ambientais sejam um entrave ao comércio (Johnson et al., 2001).

Para países integrantes do NAFTA a agricultura representa apenas uma pequena parcela de seu PIB e emprego, cerca de 2% e 3% respectivamente. No México a contribuição é maior, cerca de 6 e 19% respectivamente. Porém, em termos de recursos naturais a agricultura joga um papel importante, ocupando 45% das terras e mais de 40% da água disponível. No Canadá essa participação é de apenas 8% respectivamente (Parris, 2002). Considerando isso, se percebe que as realidades são distintas da maioria dos países latino-americanos, devido a maior participação no PIB, no emprego, e em termos de recursos naturais.

No México, entre 15-40% das terras agrícolas estão severamente erodidas. Também se verifica o aumento no uso de pesticidas como o Brometo de metila, que tem sido banido em todo mundo por afetar a camada de ozônio.

Além disso, 2/3 da água estão superexploradas, e com 80% da oferta de água sem custos para irrigação, sendo que 50% dessa é perdida no uso de sistemas ineficientes de irrigação. Além disso, entre os anos 80 e fim dos anos 90 aumentou em mais de 35% o uso de água na agricultura. Outro aspecto importante é o aumento da área total cultivada em 6% de 1985-1997, enquanto que muitos países da OECD (inclusive Canadá e EUA) tem sido reduzidas (Parris, 2002). Esse cenário demonstra a pressão exercida sobre o meio ambiente e recursos naturais em México. Nesse sentido é importante que nesse país continuem ocorrendo as melhorias em termos de sistemas de produção de café de baixo impacto ambiental (cafés sustentáveis), que não refletem essa realidade, caracterizando-se por áreas de alta diversidade biológica, produtivas, e de importante papel social e, portanto, de legítimo interesse em seu desenvolvimento e contínua melhoria.

Segundo Vaillant (2001), a região da ALADI em sua relação global com o resto do mundo é uma zona exportadora de alimentos, combustíveis, matérias-primas e minerais, e importadora de manufaturas. Os bens exportáveis são intensivos no uso de recursos naturais, que são fatores produtivos relativamente abundantes na região. Assim, o aprofundamento da especialização internacional da produção poderá tornar a pauta de exportações dos países em desenvolvimento ainda mais intensiva em recursos naturais, e requeridos em quantidades crescentes para a produção.

O crescimento induzido pelo comércio, se não for regulamentado, pode levar ao aumento da degradação dos recursos naturais, elevar níveis de contaminação, causar problemas de saúde pública, e perda do habitat de espécies. Para Johnson et al. (2001), o debate dos impactos, tanto positivos quanto negativos, do crescimento econômico induzido pelo comércio sobre o meio ambiente, ainda é incipiente.

Para Carpentier (2001), é possível que os impactos ambientais sejam relativamente mais acentuados nos países em desenvolvimento, pois a liberalização do comércio estimula a ampliação da produção comercial, enquanto que a normativa ambiental é mais débil, exceto o Brasil, que conta com consistente legislação ambiental. A atualização ou adequação das legislações induzidas pelo

comércio poderia facilitar a reforma de políticas ambientais. Isso poderia oportunizar a introdução de novas leis ou regulamentos, e a criação de instituições, a fim de reforçar a proteção ambiental sem que isso se torne uma barreira ao comércio. Esse é o grande desafio. Entretanto, acredita-se que as pressões comerciais também podem levar a um relaxamento das legislações ou aplicações de políticas ambientais, ou restringir a aplicação de novas regulações.

Uma preocupação relacionado a liberalização comercial seria de que esta pode criar incentivos para países atraírem capital através de menores padrões ambientais. Apesar de haver poucos estudos sobre isso, o acordo NAFTA não tem encorajado o enfraquecimento dos padrões ambientais (Fredriksson e Millimet, 2000).

O medo de perder competitividade pode reduzir o rigor das legislações ambientais, a ser homogeneizadas em um padrão inferior. No entanto, em termos de NAFTA, o prognóstico de que os negócios poderiam ser re-allocados para áreas com menor número de regulamentações ambientais não tem sido confirmado, pois há poucas evidências de uma corrida em direção a normas menos rigorosas, e que as diferenças nestas regulamentações não tem sido determinante no direcionamento dos investimentos (Bourrie, 2002).

De acordo com a CEC (2002), o debate sobre "abrigo poluidor" (*pollution haven*) tem sido marcado pela idéia de que o diferencial nas regulações ambientais são o único fator que explica a mudança de localização de determinados empreendimentos. Mas há outros fatores que são mais importantes, como mercado de trabalho (qualificação e custos de mão-de-obra), proximidades ou acesso ao mercado, infraestrutura e informação, estabilidade política, e outros. Assim, a importância das regulações ambientais na determinação de onde serão alocados os investimentos é, na média, secundário quando comparado com outros fatores.

Em relação as experiências mexicanas no NAFTA, aparentemente os mais incertos e conflitantes aspectos tem sido às dificuldades de adaptar suas regras aos novos requerimentos ambientais do comércio internacional. O México tem estabelecido altos padrões, irrealístico, provavelmente inspirados nos EUA, e não tem sido capaz de executar eles adequadamente. Agora está buscando a desregulamentação, modernizando suas leis ambientais, e

introduzindo instrumentos econômicos para alcançar resultados ambientais (Schatan, 2000).

O NAFTA criou a Comissão para Cooperação Ambiental (CEC), que promove objetivos ambientais como o desenvolvimento sustentável e a redução da poluição (Nimon et al., 2002). As principais linhas de ação da CEC relacionam-se ao manejo de assuntos ambientais de preocupação comum, a prevenção de conflitos derivados da relação comercial e a aplicação da legislação ambiental. Os trabalhos da comissão têm evidenciado que os impactos são mais significantes quando desagregados e mensurados por setor econômico, meio ambiente ou localização geográfica. Além disso, enquanto muitos acessamentos ambientais do comércio sugerem uma indireta ou fraca ligação entre comércio e mudanças ambientais. Outras evidências mostram uma forte e direta relação entre ambos, como no setor de transporte, com aumento na poluição do ar em áreas de fronteira, e aumento na introdução de espécies exóticas (invasoras), devido a expansão de rotas de transporte, particularmente em transporte marítimo (CEC, 2002).

Para Bourrie, (2002), o acordo NAFTA tem sido, na média, bom para o meio ambiente. Um dos efeitos negativos identificados tem sido a possibilidade de companhias de mover fábricas poluentes e transportar lixo industrial para jurisdição com menor rigor de legislação. Por outro lado muitas das novas fábricas construídas no México possuem melhores sistemas de controle e redução de poluição. Ainda, as regulações do NAFTA tem forçado o México a impor maior rigor quanto ao uso de pesticidas.

Para Nimon et al. (2002), apesar dos desafios por frente, o NAFTA tem sido um dos mais ambientalmente sensíveis acordos de comércio. Desde a liberalização comercial, de maneira geral houve aumento na eficiência alocativa dos recursos, e aumento na renda per capita. Segundo eles, as perspectivas para a melhoria ambiental nos três países do NAFTA é geralmente positiva.

O recente documento 'Free Trade and the Environment: The Picture Becomes Clearer', preparado pela Comissão de Cooperação Ambiental da América do Norte (CEC), relata que há uma complexa relação entre acordo de comércio e melhoramento ambiental. Sinala também que o livre comércio tem trazido avanços em termos de tecnologias e práticas de manejo, possibilitado mudanças ambientais

positivas. Porém, em algumas circunstâncias, têm sido relacionado a deterioração ambiental. Segundo o Diretor da CEC, embora haja muito para se conhecer, é claro que a liberalização do comércio, acompanhado por uma forte política ambiental, pode ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável, assim como a liberalização comercial sem uma adequada salvaguarda pode alavancar a degradação (Bourrie, 2002).

Está claro que algumas evidências suportam que o crescimento econômico com a melhora ambiental e outras evidências claramente refutam isso. Em alguns casos o livre comércio tem trazido melhoria ambiental, especialmente quando dirigido pelo intercâmbio de novas e mais eficientes tecnologias, troca de práticas de manejo ambiental, e outros fatores. Porém, algumas vezes o livre comércio também tem sido ligado a degradação ambiental (CEC, 2002).

De acordo com Nimon et al. (2002), em um curto prazo, o NAFTA provavelmente terá uma combinação de efeitos positivos e negativos no ambiente, criando técnicas alternativas de produção, aumento ou decréscimo da escala, e modificando a composição de animais e vegetais na atividade agrícola. Assim, a expansão do comércio na América do Norte é associada com aumento no tráfego e poluição do ar ao longo de certos corredores de transporte de carga. Porém, um aumento de investimentos em infraestrutura poderia reduzir esse problema.

O avanço na especialização conduz a mudança na produção agrícola, como a mudança para fontes externas em muitos componentes agrícolas. A nível de propriedade isso conduz ao deslocamento de itens de subsistência por produtos orientados ao mercado, sementes tradicionais por modernas (híbridos), controle natural de pestes por controle químico, biofertilizantes por produtos ou suplementos comerciais, alimentação animal produzido localmente por produtos comerciais, e trabalho familiar ou contratado por mecanização (CEC, 2002).

As teorias econômicas pregam que a liberalização, e o conseqüente aumento no comércio, poderia conduzir a maiores riquezas e levar ao aumento da renda per capita. Essa correlação, entre livre comércio e crescimento econômico, é deduzido quando se compara países que

adotam políticas econômicas "abertas" com países que adotam políticas econômicas mais "fechadas". Os países com políticas abertas tendem a crescer mais rapidamente. Assim, países com mais recursos financeiros estão mais dispostos e capazes de direcionar mais recursos para proteção ambiental, e de ter melhores padrões ambientais (Nimon et al., 2001). Para Lomborg (2001), a melhora na renda per capita é um poderoso estímulo para a maior demanda da sociedade por qualidade ambiental, pois somente quando temos recursos financeiros suficiente podemos destinar mais recursos para a melhora do entorno ambiental.

Em termos de comércio e meio ambiente a nível de OMC, se reconhece que não se deve impedir nenhum país a adotar medidas para a proteção da saúde e da vida das pessoas e animais, ou proteção dos vegetais, ou a preservação do meio ambiente, nos níveis que considerem adequados, desde que estas medidas não sejam utilizadas como uma discriminação arbitrária e injustificável de protecionismo (OMC-Declaração Ministerial, 14 de novembro de 2001). Prevê também respeitar e aplicar as normas vigentes na OMC e os acordos multilaterais sobre meio ambiente (AMUMA), e a redução ou eliminação dos obstáculos tarifários e não-tarifário sobre os bens e serviços ecológicos.

Como sinalou Tussie (2000), em um ambiente com fortes restrições de importação (e relativamente pouca ênfase em exportação) faz com que os empreendimentos tenham pouco incentivo para aumentar a eficiência, e alcançar padrões internacionais de qualidade. Ainda, estudos mostram que não somente a melhora ambiental é mais provável com mercados abertos do que fechados, como também que o aumento no acesso a mercados demonstram ser particularmente efetivos em induzir os países a atualizar seus padrões.

Uma área de livre comércio certamente abrirá novos mercados para produtos "verdes". Por outro lado, também facilitará o fluxo de produtos ambientalmente prejudiciais. Apesar dos produtos mais perigosos já estarem regulados por acordos internacionais. Ainda, deve ser considerado que a difusão tecnológica facilita a adoção de tecnologias mais eficientes e ambientalmente mais seguras.

'O debate interno norte-americano sobre "ecolabeling" e acordos ambientais multilaterais (MEAS) também merecem atenção especial, pois a proliferação de rótulos ambientais pode constituir-se em barreiras não-tarifárias às exportações....' (Embaixada do Brasil, 2001).

A nível de ALCA provavelmente ocorram impactos positivos e negativos, e onde medidas devem ser tomadas afim de minimizar os impactos e maximizar os resultados positivos. As experiências com o NAFTA indicam que é importante, e pertinente, as preocupações ambientais e sua regulação. Além disso, contribui para reduzir possíveis conflitos entre as nações integrantes de um futuro acordo de livre comércio. Assim, deve-se ressaltar que, no âmbito da ALCA, deve-se aproveitar as experiências positivas do NAFTA, contemplando medidas que previnam os seus equívocos.

Posições em termos de vinculação das questões de meio ambiente na ALCA

Os EUA tem tradicionalmente defendido a vinculação entre a proteção ambiental e o comércio internacional, nos planos multilateral e, seletivamente, regional e bilateral. Os riscos e os matizes protecionistas de medidas largamente inspiradas por motivos ambientais têm demandado atenção redobrada de parceiros comerciais dos EUA (Embaixada do Brasil, 2001). Para Torres (2002), em vista da dinâmica da política estadunidense, a inclusão de temas ambientais no avanço das negociações para conformação da ALCA é inevitável, e a base para isso poderia ser a experiência do NAFTA. Para Matus & Rossi (2002), desde a fase preparatória, somente os EUA e Canadá tem encorajado a discussão da questão ambiental na ALCA..

Os países latino-americanos apesar de algumas diferenças produzem mais ou menos os mesmos produtos agrícolas o que deve acirrar a competição por mercados. Assim, esse processo de liberalização deverá ocasionar reestruturação de muitos setores, com possíveis impacto sociais e ambientais. Para Mayer (2002), na ALCA não foi previsto a inclusão de temas ambientais ou trabalhista, além disso há forte resistência de países da América Latina para avançar nesses temas, em parte motivado pela experiência mexicana no NAFTA.

Entre os atores que promovem e que inibem os temas ambientais no âmbito da ALCA podemos encontrar

basicamente três posturas diferenciadas. Desde o início das negociações da ALCA os EUA tem defendido a inclusão de temas ambientais na agenda de discussões. Os demais países estaria divididos em dois blocos. Um deles inclui Canadá, Chile e membros do Mercosul onde o meio ambiente poderia ser tratado de alguma maneira, mas não como objeto de negociação. Outro grupo se opõem de forma decidida a qualquer iniciativa nesse sentido.

Nas discussões da ALCA, muito ministros reconhecem que as questões de meio ambiente e trabalho não deveriam ser disciplinados e que poderiam ser utilizadas como barreira protecionista. Fazendo uma análise dos documentos oficiais disponíveis sobre a ALCA, as questões ambientais são tratadas de maneira superficial, e genérica. Enfim, os aspectos ambientais não são contemplados no acordo, e para a maioria dos países esse tema deve ficar regido pela normas da OMC para a matéria.

"Na negociação da ALCA, o tema meio ambiente está ausente, mas acreditamos que a experiência do NAFTA é algo que pode se repetir no continente americano", Gustavo Alaniz, presidente do Centro Mexicano de Direito Ambiental (Cevallos, 2002)

Os países emergentes tem conhecimento da importância do tema ambiental, até porque a grande maioria possui uma biodiversidade riquíssima, mas acreditam que aspectos ambientais podem servir como forma de protecionismo. "As autoridades do comércio vêem a questão como uma preocupação de alguns ambientalistas que criam problemas e barreiras, quando é tudo o contrário", Hernando Guerrero, diretor do escritório do CEC no México, afirmou a rede Terramérica.

O Chile tem tentado aumentar o nível de debate em temas de ambiente e comércio na ALCA, mas como as propostas estadunidenses, também não foram bem recebidas. O governo chileno também entende as várias posições e comparte muitas delas, mas acredita que o claro entendimento dessas questões de comércio e meio ambiente estão tornando-se importantes nas agendas nacionais e internacionais, e que é muito difícil ignora-las. O acordo de cooperação ambiental de Chile-Canadá representa um excelente passo para avançar desenvolvendo essas políticas, e também se comprometeram em avançar em temas de comércio e ambiente oficialmente (Matus & Rossi, 2002).

Na verdade há muitos que acreditam que temas comerciais realmente não tem a ver com meio ambiente. No entanto não se pode negar que países em desenvolvimento

são na grande maioria exportadores de recursos naturais de diversas fontes, cujos quais representam parcela importante de seu PIB. Os objetivos comerciais e ambientais podem e devem ser complementares. No entanto, muitos países em desenvolvimento e exportadores agrícolas temem o "protecionismo verde".

Em termos de acordos internacionais sobre temas ambientais, os EUA até o momento não ratificaram acordos como o Convênio de Diversidade Biológica, Protocolo de Biossegurança, e Protocolo de Kyoto. Já o Canadá ratificou o Protocolo de Kyoto e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Quanto ao Protocolo de Biossegurança, ainda não está ratificado. Alguns países como Chile, Guatemala e Brasil estão na mesma posição que Canadá. Já México há ratificado a todos.

"A relação entre os Acordos Ambientais Multilaterais e a ALCA devem ser aclarado. A ALCA deve estabelecer uma relação de apoio mútuo com os MEAS assim como uma precedência de medidas comerciais adotadas em cumprimento de uma série deles (CITES, Protocolo de Montreal, Convenção de Basiléia). O texto do acordo deve ser consistente com esses MEAS, especialmente com o Protocolo de Cartagena (agricultura) e a Convenção sobre Diversidade Biológica..." Johnson et al. (2001).

Nos EUA, ativistas estão preocupados com os possíveis impactos negativos da ALCA sobre os direitos trabalhistas, saúde pública e meio ambiente. Conforme sinalou Mayer (2002), os grupos de ambientalistas exercem certa influência sobre a política doméstica estadunidense, insistindo na associação entre comércio e meio ambiente. Também conta com apoio de grupos bem organizados da sociedade civil, de EUA e Canadá, que estão preocupados com a ambiente e a qualidade de vida. A posição estadunidense é a de avançar em temas ambientais, mas tem recebido críticas por ter posições controversas, como a não ratificação do Protocolo de Kyoto. Assim, medidas dessa natureza reforçam a desconfiança sobre os reais interesses em temas ambientais na ALCA. De maneira geral, o interesse estadunidense encontra sólido apoio em diversas ONG's, grupos ambientalistas, sociedade civil e outras instituições.

A maioria dos 34 países que integram o processo ALCA não tem interesse de incluir as matérias meio ambiente e questões trabalhistas no acordo, como uma forma de proteção contra um futuro uso dessas como barreira protecionista. Argumentam que estas matérias deviam ser

regidas pela OMC e pela OIT (organização Internacional do trabalho) respectivamente.

De acordo com Matus & Rossi (2002), os países latino-americanos temem que questões ambientais, ou o suposto descumprimento de regulações ambientais, assim como bloqueios de acesso a mercado por barreiras não-tarifárias para países em desenvolvimento. O Brasil tem defendido que as negociações do acordo se pautem pelas normas da OMC para a matéria, a fim de afastar o risco de que interesses protecionistas (barreiras não-tarifárias) se utilizem de legítimas preocupações ambientais. Para Young (2001), se prevalecer a idéia de vantagens comparativas estáticas, a vocação natural das exportações brasileiras será cada vez mais em função do aproveitamento de fatores de produção de baixo custo, como mão-de-obra barata e desregulamentação no uso dos recursos naturais e meio ambiente.

Existe o temor de que medidas ambientais possam servir como medidas de discriminação arbitrárias. Assim, um princípio fundamental em acesso a mercados na ALCA é que nenhuma medida comercial com propósito ambiental autorizada por este acordo constitua-se em discriminação arbitrária ou uma restrição encoberta ao comércio de produtos entre os países (Braga & Miranda, 2002). Nesse sentido, um tema que tem demandado intenso debate é em relação aos OGM's. Na forma em que está previsto até agora, não se permite que qualquer país faça uso de barreiras não-tarifárias sem suficiente base científica. No entanto, o debate dos transgênicos, em termos técnicos está basicamente no fato de que não existe ainda conhecimento científico suficiente para garantir que não haverá impacto futuro. No entanto, enquanto não houver sustentação científica para barrar os transgênicos, qualquer proteção deve ser considerado como uma barreira encoberta ao comércio.

Para Fischer (1997), a proteção em potencial, aquela que pode vir a ser utilizada como restrição às exportações de um país, pode ser menos importante no caso laboral que no meio ambiente, pois às modificações que se deve realizar na área de meio ambiente requer tempo e investimento para as mudanças em tecnologias mais limpas.

Atualmente existem cerca de 270 acordos, declarações, iniciativas e programas na América Latina e Caribe

relacionados ao desenvolvimento sustentável. Mesmo assim, muitos acordos não tem relação direta com o comércio.

Entre os segmentos produtivos latino-americanos que querem a liberalização comercial estão grande parte do setor agrícola exportador, com destaque para monoculturas voltadas para exportação, e indústrias siderúrgicas, que hoje enfrentam fortes barreiras para exportação aos EUA. Em geral, empresas que trabalham com produtos e processos que causam impactos ambientais, não tem o mesmo interesse para que disciplinas ou acordos em termos de aspectos de segurança ambiental avancem.

Para Young (2001), a importação de máquinas e equipamentos mais modernos, eficientes, e ambientalmente mais adequados, poderiam gerar uma onda de investimentos modernizadores, que poderia resultar em uma melhora do perfil ambiental da economia como um todo. Vários especialistas defendem que a imposição de padrões mais rigorosos forçam as empresas a buscarem soluções inovadoras que acabam aumentando - e não diminuindo – sua competitividade. A razão para isso é que aumenta a eficiência no uso de insumos, o que compensa os custos de adequação aos novos padrões. Ainda, há que considerar que empresas de inserção internacional são as que mais temem a perda de mercado por descaso em aspectos ambientais e, portanto, são mais propensas a adotar padrões ambientais mais rigorosos.

Ainda, organismos nacionais e internacionais, bem como empresas privadas, têm interesse em incluir certificação ambiental e rastreabilidade nos produtos e processos, e portanto também pressionam para avançar nesse tema.

Para Johnson et al. (2001), o fortalecimento de sistemas sanitários e fitossanitários deveria tornar-se uma prioridade no âmbito da ALCA. Nesse sentido se faz necessários priorizar a biossegurança, tendo em conta que o comércio e a interação econômica multiplicam os riscos associados com a disseminação de espécies invasoras e OGM's. Além do mais, os Ministros de Meio Ambiente e Comércio deveriam colaborar no desenvolvimento de aplicação coerente do Princípio Precautório. Este será chave para evitar danos irreversíveis ao meio ambiente e potenciais controvérsias comerciais.

No âmbito da OMC, há algumas propostas referente a comércio e meio ambiente, como a redução ou eliminação dos obstáculos tarifários e não-tarifário a bens e serviços ecológicos. Um ponto importante neste aspecto, é o referente ao efeito das medidas de meio-ambiente e o acesso a mercados (principalmente aos países em desenvolvimento e em particular os menos adiantados) em situações onde a redução ou eliminação das restrições e distorções do comércio possa beneficiar o comércio, o meio ambiente e o desenvolvimento (OMC, 2001).

Já a "*Hipótese de Porter*" enfatiza o efeito sinérgico entre regulações ambientais e competitividade. Por essa visão não existe conflito inevitável entre ganho econômico e ambiental. Promovendo a melhoria ambiental, as empresas (ou no nosso caso, as unidades de produção agrícola) podem economizar insumos, racionalizar o processo produtivo, aproveitar resíduos, diferenciar o produto final, e assim, ganhar competitividade (Braga & Miranda, 2002). A medida que se percebe maior valorização pelos consumidores para as preocupações ambientais, isso pode vir a ser vantagens mercadológicas para empresas ou unidades de produção.

De acordo com Walkenhorst (2000), em relação a impactos no ambiente doméstico, quantitativas análises sugerem que preços agrícolas e intensidade de produção poderiam decrescer em países que tem tido historicamente altos níveis de uso de fertilizantes e pesticidas. Assim, o estresse ambiental nesses países poderia ser aliviado. Em países onde ocorre aumento na intensidade de produção podem ser mais capaz de acomodar o aumento na taxa de aplicação de agroquímicos de modo relativamente mais fácil, e seus níveis históricos de fertilizantes e pesticidas usados tendem a reduzir-se.

Problemas como a contaminação das águas subterrâneas por produtos e resíduos agroquímicos é um dos problemas mais importante em quase todos os países desenvolvidos e, cada vez mais, em países em desenvolvimento. Recursos naturais são finitos e tendem a escassez. Assim o "como produzir?" deveria priorizar processos de mínimo uso desses recursos. Geralmente a escolha da técnica de produção depende do preço relativo dos recursos e do nível de produção. Já o "quanto produzir?" está baseado na oferta e demanda, no preço, no custo de produção, e no acesso ao mercado.

Para muitos estudiosos, a nível mundial a tecnificação progressiva da agricultura conduziu a exploração dos recursos naturais ao limite de suas possibilidades, produzindo efeitos indesejáveis sobre o ambiente. No hemisfério sul a situação se agrava devido às grandes desigualdades econômicas e sociais existentes. A destruição das florestas, a perda biodiversidade genética, a erosão dos solos, a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, tornaram-se conseqüências quase que inerentes a produção agrícola (Ehlers, 1995). Nos EUA, acima de 25% do total de gastos em pesquisa pública se destinam a questões agro-ambientais, havendo programas (como o US Conservation Reserve Program) para ajudar a aumentar o desempenho em termos de preocupações agro-ambientais (Parris, 2002).

Hoje, mais do que nunca, se faz necessário cada vez mais manter nossos recursos naturais (solo, matas, a vegetação, a fauna, a qualidade do ar e da água), pois disso dependerá a nossa maior ou menor qualidade de vida. Em termos de alternativas pode-se dizer que já contamos com uma significativa base científica para continuarmos utilizando esses recursos, mas de modo que tenha menor impacto negativo no meio ambiente. Um agroecossistema sustentável é aquele que mantém a produtividade ao longo do tempo, com uso adequado dos recursos internos e externos a unidade produtiva, com uso de práticas de manejo e controle sanitários e fitossanitárias adequadas, sem degradar os recursos naturais e a diversidade biológica.

No âmbito da OMC, no Artigo 20 do GATT, as políticas que afetam o comércio de mercadorias destinadas a proteger a saúde e a vida das pessoas e dos animais ou para preservar os vegetais ficam isentas, em determinadas condições, das disciplinas normais do GATT (WTO, 2002). Ainda, na Agricultura, os programas ambientais estão isentos dos cortes de subsídios. A rotulagem de produtos inócuos para o meio ambiente (Ecoetiquetado ou Eco-labelling) constitui um importante instrumento das política ambientais. Para a OMC, o ponto fundamental é que as exigências e práticas desse etiquetado não deve discriminar entre parceiros comerciais ou entre bens e serviços nacionais e importados (Segger et al., 2001). A rotulagem ambiental é uma ferramenta de diferenciação mercadológica, e que tem ao menos três objetivos: proteger

o meio ambiente, estimular a inovação saudável e desenvolver a consciência ambiental dos consumidores (Braga & Miranda, 2002). Um tipo de rótulo ambiental bastante específico é o de "agricultura orgânica". Já a certificação é o método reconhecido internacionalmente para garantir a segurança e a qualidade nos produtos, e cada vez mais exigido pelos países importadores.

Os defensores do livre comércio argumentam que a deterioração ambiental origina-se da produção e consumo de bens, e não do comércio internacional. Além disso, a expansão do comércio é uma fonte de aumento de riqueza e difusão de tecnologia, incluindo técnicas ambientalmente mais amigáveis (Gutman, 2000). Por outro lado, os alguns autores, por exemplo Ropke (1994), sustentam que os benefícios do livre comércio tem sido dúbios para países em desenvolvimento, agravando problemas ambientais, e que o comércio é a causa do problema, não a solução. Também sustentam que o comércio não só amplia as externalidades negativas, como cria outras novas, que contribuem para o avanço da degradação (Gutman, 2000).

É claro que o crescimento sozinho, se dirigido pelo comércio, pelo IED, ou por outro meio doméstico, não provem garantias de ganhos em qualidade ambiental. Assim, efetivas regulações ambientais são necessárias para alcançar uma boa performance ambiental, e onde a abordagem regulatória precisa evoluir em paralelo com esforços de integração econômico (Mann & Araya, 2002).

Como sinalou Gutman (2000), possivelmente alguns países (alguns mais pobres) não obtenham melhoras ambientais após a liberalização do comércio. Isso é algo difícil de prever, sendo necessário muitos casos de estudo para identificar perfeitamente os impactos. Os impactos ambientais negativos podem resultar do uso mais intensivo de técnicas produtivas associadas com a expansão de rendimentos, ou de expansão de fronteiras agrícolas em área de florestas. Alguns instrumentos de política específicos que diretamente visam a fonte do dano ambiental são, por outro lado, aqueles associados com o Princípio Poluidor Pagador (PPP), e os esquemas de subsídios ambientais. Esses instrumentos políticos tem efeitos opostos nos preços de produção final, no comércio e na competitividade internacional. No primeiro caso o preço final de produção pode refletir em última instância os custos de deterioração ambiental. Já no outro, os poluidores

poderão ser subsidiados em medidas de controle de poluição, e assim a internalização não refletirá no preço final. O centro dessa questão está na competitividade, pois países que optam por esquemas de subsídios poderão desfrutar de maior competitividade relativa em relação aos demais.

Os países pobres normalmente tem fortes restrições orçamentárias, e não tem condições de prestar a mesma assistência. Esses mesmos países priorizam mais o crescimento que a conservação ambiental. Assim, na ausência de esquemas multilaterais ou regionais de cooperação (e de progresso tecnológico) para a proteção do ambiente, é provável que o crescimento econômico com o livre comércio poderá agravar os danos ambientais nesses países, e comprometer seu crescimento a longo prazo (Gutman, 2000).

O fortalecimento da cooperação ambiental e assistência técnica são necessárias para a capacitação institucional e financeira, a fim de internalizar as externalidades ambientais. Assim, a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, melhoria na educação, e difusão de técnicas modernas (e ambientalmente mais amigáveis), juntamente com a maior conscientização ambiental, poderão ser essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável (Gutman, 2000). Segundo Yusefi & Willer (2003), uma política ambiental favorável implica também uma clara definição da agricultura orgânica como um reforço legal. As legislações ou regulamentações para produtos orgânicos não são importante somente para exportar, mas também para fortalecer a confiança dos consumidores e construir mercados locais.

Para Carpentier (2001), que estudou o efeito da liberalização do comércio na agricultura (em especial o NAFTA), muitos efeitos potenciais são ainda incertos, como o que pode ocorrer com a biodiversidade, a proteção do solo e dos alimentos, a paisagem e os solos agrícolas marginais. Ainda, as conseqüências ambientais da liberalização do comércio dependerão em parte do grau e do lugar onde os incrementos de produção se darão de forma intensiva e extensiva. Segundo ele, isso depende diretamente dos incentivos ou desincentivos criados pelas políticas agro-ambientais.

Apesar de haver muitos indícios de que o comércio pode melhorar o meio ambiente, não se pode generalizar

que a liberalização do comércio é bom ou ruim. A liberalização juntamente com medidas inadequadas de proteção poderia causar importantes danos ambientais. Assim, cada caso tem suas particularidades. Conforme sinalou Tussie (2000), o comércio e as reformas devem caminhar juntos, pois a liberalização é um importante primeiro passo, mas que precisa ser complementado por práticas efetivas de regulação.

Existem muitos aspectos quanto ao meio ambiente que podem ser discutidos, e equacionados, no âmbito da ALCA, assim como: cooperação ambiental entre as nações integrantes, o incentivo a criação de canais de informação ambiental e monitoramento, estudo de impactos, capacitação de recursos humanos e educação ambiental, biossegurança e incentivo a utilização de energia renovável. Em uma economia globalizada a política internacional, em matéria de comércio e meio ambiente, deve ser a mesma em todos os casos. Assim, uma proposta deve ser considerada não somente para a ALCA, mas como uma projeção que poderia ter em outros acordos comerciais, especialmente no âmbito da OMC (Braga & Miranda, 2002).

ASPECTOS SOCIAIS

Outra de nossas perguntas que tentamos responder é relativa aos impactos sociais (positivos ou negativos) resultantes da ALCA nas culturas e países estudados.

Como não deve haver grandes mudanças na oferta e demanda de café num cenário com ALCA, também não deverá haver mudanças significativas em impactos ambientais e sociais. Ainda, o investimento estrangeiro direto destinado ao setor agrícola não deverá ser muito dinâmico, como não tem sido em termos de NAFTA, onde a maior parte destinaram-se a outros setores mais dinâmicos da economia. Mesmo não sendo da mesma magnitude de outros setores, certamente algum incremento deve haver, principalmente em segmentos mais dinâmicos como produtos orgânicos e produção de cafés especiais.

No caso da maçã, provavelmente não haverá grandes mudanças na estrutura de produção, que deve-se seguir sendo um cultivo mais indicado para pequenos e médios produtores, devido principalmente a maior dificuldade de manejo em grandes áreas, e porque nem sempre empreendimentos em larga escala tem tido bons resultados. Poderá haver mudanças substanciais na cultura

de café, salvo áreas conduzidas em sistemas alternativos, como em sistema orgânico ou sob sombra, que também tem manejo mais complexo quando conduzido em grandes áreas, o que não significa que não possa ser realizado.

As duas culturas desempenham importante função econômica, sendo importante para a geração de divisas para muitos PED na América. Também tem significativo impacto social por gerar, direta e indiretamente, uma grande quantidade de empregos e por ser a principal fonte de renda de milhares de famílias, como por exemplo em café no México, ou em maçã no Chile.

O crescimento econômico contribui para reduzir a pobreza, e reduz a demanda por contenção social, e assim cria espaço para os países avançarem nas suas reformas estruturais. O processo ALCA como um mecanismo impulsionador do desenvolvimento pode, também, oportunizar e favorecer o aumento do investimento (nacional ou estrangeiro), a transferência de tecnologia, ampliar o acesso ao mercado, e contribuir para o crescimento econômico das Partes.

A maior facilidade para movimentar capitais, e a ampliação da escala podem vir a eliminar parte dos concorrentes menores, e ter impacto negativo sobre o nível de emprego. Por outro lado, produtores e agroindústrias, de todos os portes, sejam eles orgânicos ou convencionais, podem ser motivados a aumentar a escala e inclusive exportar seus produtos. É uma motivação natural, que só ocorre quando há oportunidades e condições para fazer negócios. Nesse sentido pode ser esperado efeito positivo sobre a geração de empregos.

Para Picard (2001), avaliando o NAFTA depois de sete anos de livre comércio, concorda que houve um crescimento espetacular nas exportações manufatureiras em México, além de atração de muito investimento estrangeiro. Por outro lado isso teve pouco efeito sobre o emprego e o bem estar da população, e pouco efeito de arraste sobre o restante da economia, isso em função da desconexão desse crescimento com as cadeias produtivas. Também levou a um aprofundamento das desigualdades regionais entre o norte-sul do México, devido ao investimento e o crescimento ser muito localizado e heterogêneo. No entanto concorda que não se pode utilizar o acordo NAFTA como explicativo de tudo, nem do bom, nem do ruim. Também, ainda que o crescimento do PIB

agrícola mexicano acumulado durante o NAFTA (1993/2000) foi de 8%, enquanto outros setores como transporte e comunicações 56%, indústria/manufatura cresceram 44%, eletricidade 33%, comércio 27%, mineração 18%, construção 18%. Assim pode-se observar que o setor agrícola, em comparação com demais setores, têm tido menor dinâmica de crescimento.

Para Quinlivan & Davies (2002), um aumento no comércio aumenta o bem estar social medido através de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que seus impactos positivos continuam a serem sentido por alguns anos após o inicial incremento do comércio. A ONU reconhece que o IDH é mais indicado para mediar o desenvolvimento social de um país que o PIB, isso porque considera outros critérios além da renda, assim como expectativa de vida e educação.

A agricultura orgânica é um sistema de produção, que pode gerar muito empregos, pois necessita de uma maior utilização de mão-de-obra, convertendo-se em uma possibilidade real para reduzir o desemprego. Nesse sistema ocupa-se, em média, 160 dias de trabalho por hectare. Isso significa que uma hectare de agricultura orgânica requer para seu cultivo mais força de trabalho que a produção convencional, nos mais de 50 produtos cultivados em México, exceto os cultivos de tabaco, morango e algumas frutíferas (Tovar et al., 1998). Esse tipo de constatação também tem sido verificada em outros países.

No México a agricultura orgânica assume uma importância considerável em termos econômicos e sociais. Considerando o número total de produtores orgânicos, o México tem cerca de 33.000 (que é a maior parte dos produtores do hemisfério), e estão divididos em dois grupos: pequenos produtores ligados a grupos de movimentos sociais, que representam 95% do total de produtores, e grandes produtores, ligados a grupos privados. Em relação ao número de empregos, representam um segmento importante. Além de gerar divisas da ordem de Us\$ 140 milhões (Tab. 71). Segundo Tovar et al. (2002) os pequenos produtores são responsáveis por 89% da produção orgânica mexicana e respondem por 78% da renda gerada com esses produtos. Também, o setor orgânico mexicano gera aproximadamente 8,7 milhões de empregos, e de movimentar somas importantes em

exportações (Darolt, 2003). Atualmente são muitos os produtos orgânicos latino-americanos voltados à exportação (Tab. 72).

Na América Latina e Caribe, o padrão de vida de uma grande parte da população é baixo. A amplitude no ingresso entre ricos e pobres tem sido uma constante preocupação dos sucessivos governos. A agricultura é um dos setores mais importantes da economia de muitos países, e tem importante valor estratégico, pois garante o abastecimento interno e o combate a fome. De acordo com Segger et al. (2001), a América possui grandes distorções quanto a distribuição de renda e qualidade de vida. Apesar do crescimento econômico da última década, a distribuição da renda ficou ainda mais concentrada, agravando os problemas sociais para a maioria da população. Em boletim divulgado pela CEPAL (2003) sobre países latinos, sinala que o crescimento econômico que não afete a distribuição da renda influi muito pouco na qualidade de vida de quem vive na pobreza extrema.

Picard (2001), sustenta que a melhor das políticas sociais (com altos gastos sociais), serão insuficientes para enfrentar o problema da pobreza enquanto a política econômica não for capaz de gerar empregos suficientes. A política social pretende combater a pobreza, mas será ineficaz quando está frente a políticas econômicas que gera exclusão. Normalmente se vincula crescimento econômico com geração de empregos, porém, a geração de empregos não depende só do crescimento, mas também das características do crescimento. Segundo ele, o aumento da tecnificação e da produtividade conduz a economia de empregos. Assim, mesmo gerando empregos, a liberalização também gera outro tanto de desemprego. Uma das grandes questões em tempos de globalização é: como fazer política social de emprego em tempos de restrição econômica, principalmente em países em desenvolvimento? É o setor agrícola o que cria os vínculos econômicos mais fortes na maioria desses países. Historicamente, poucos países tem experimentado um desenvolvimento econômico e uma redução da pobreza rápidos sem o crescimento da agricultura, que o anteceda ou acompanhe (FAO, 2003).

Atualmente os agricultores camponeses de México tem mostrado preocupação com o crescente aumento das importações de alimentos originárias de seus parceiros de

NAFTA, e solicitam a revisão do acordo agrícola. Nas comunidades rurais de México, 30% das famílias estão por debaixo da linha de pobreza. Para Madeley (2001), no setor rural do México, os maiores beneficiados do acordo tem sido os setores e zonas frutícolas e hortícolas, cuja produção representa cerca de 40% do valor total das exportações agropecuárias, mas que ocupa somente 6% da área cultivada, em sistemas de grande escala.

Nestes últimos anos o governo de Chile tem investido bastante recurso no desenvolvimento social, implementando vários programas de saúde, educação e habitação, e assim conseguiu em anos recentes melhorar seus indicadores sociais. O Chile tem uma população basicamente constituída por jovens, e tem uma taxa de desemprego de 10%. Além disso, cerca de 25% da população vive na pobreza (CCI, 2000). Assim, qualquer oportunidade de abertura de mercado, e geração de emprego e renda, é importante para a economia e desenvolvimento do país.

Para Gudynas & Evia (2003) o acordo ALCA como proposto poderá provocar maiores dificuldades para pequenos produtores rurais e camponeses, e argumenta que a ALCA deve contemplar espaço para os subsídios legítimos toda vez que tenham fins sociais e ambientais, como para a redução da pobreza ou para converter a sistemas produtivos mais limpos. No entanto, até o momento essas questões não estão perfeitamente contempladas na minuta do acordo no capítulo de Agricultura, pois não oferece mecanismos de como poderia se dar esse processo.

Evidentemente que os problemas sociais, a falta de serviços básicos, a fome e a miséria tem um forte impacto sobre o uso dos recursos naturais, intensificando a sua degradação. Portanto é uma necessidade incluir este componente social como elemento chave para tomar medidas rumo ao desenvolvimento sustentável. Dentro desse enfoque, a geração de emprego e renda tem fundamental importância, pois assegura condições mínimas de subsistência para a população. Sem emprego/trabalho não se tem renda, e não tendo renda não se têm serviços básicos (tampouco contribui para a arrecadação de impostos), e assim, sua única opção é extrair do ambiente o mínimo para sua sobrevivência, sem considerar o impacto que podem causar.

Atualmente cresce na opinião pública a consciência de que é necessário que as políticas públicas devem dar conta da proteção, conservação e recuperação da natureza. Por outro lado, cresce também as exigências da sociedade para o aumento da riqueza e dos níveis de renda e emprego (Braga & Miranda, 2002). Somente se pode construir uma Área de Livre Comércio para a América se realmente houver ações políticas que beneficiem o comércio, o meio ambiente e o desenvolvimento de forma integral.

Também, o menor contato das pessoas com produtos agroquímicos ou contaminantes, ou degradação ambiental direta ou indiretamente são aspectos que trata a Eco-saúde (Eco-health), ou seja, as questões de saúde relacionadas ao entorno ambiental, e também a qualidade e segurança alimentar de seus produtos. Sistemas de produção ambientalmente amigáveis contribuem em termos de manejo sustentável dos recursos naturais, com importante contribuição para a redução de contaminações por pesticidas na atividade agrícola.

Se houver o crescimento sustentado dos cultivos agrícolas ambientalmente amigáveis é possível que ocorra um espaço maior para a participação da mulher nas atividades diárias. Essa hipótese é sustentada pela necessidade de otimizar o uso da mão-de-obra, tanto no manejo como nas demais atividades, como cultivos assessorios (ex. plantas medicinais) ou processamento dos alimentos. Também, salientamos que são tecnologias de produção que necessitam mais cuidados em todas as fases do processo produtivo, e de maior conhecimento, tanto para manejar adequadamente uma cultura, como para integração com outros cultivos (frutíferas, plantas medicinais, e outras). Assim, possivelmente, as mulheres poderão encontrar espaço para sua maior participação. Já em termos de agricultura convencional, por exemplo, pode haver maior espaço para a mulher em atividades de pesquisa, e a nível de laboratório de biotecnologia, que já se percebe algumas mudanças positivas em anos recentes. Aqui podemos perceber que é difícil separar que efeitos são decorrentes de tendências naturais e o que pode ser atribuído a maior liberalização. No entanto entendemos que há alguma contribuição nesse sentido.

Uma das grandes preocupações com a globalização é o fato de cada vez mais ser necessário a produção, processamento e comercialização em grande escala. Esta

premissa praticamente elimina ou restringe a grande maioria dos pequenos agricultores. Sabemos que a percentagem de agricultores com algum tipo de associação ou organização ainda é muito pequena. Portanto, se faz necessário um esforço para direcionar ações para minimizar os danos a essa importante classe de agricultores, que além de tudo geralmente tem baixa instrução, dificultando ainda mais o processo.

Segundo Schlesinger (2000), o comércio internacional, como qualquer instrumento de políticas públicas, deve ser considerado como uma ferramenta subordinado a tarefa prioritária do combate a pobreza, desigualdade, apropriação injusta e irracional dos recursos naturais.

A participação de populações indígenas no setor agrícola de México é marcante, e na produção de café assume uma importância ainda maior. Assim, torna-se importante medidas diferenciadas para qualificar a participação dessas comunidades no mercado de café. Essas populações já vivem em condições precárias, e se o novo cenário não for benéfico poderá aprofundar os problemas sociais na região. De acordo com Sagarpa (2002), para a população rural de México algumas alternativas para superação de seus problemas em uma economia aberta seria migrar para setores auto-sustentáveis e procurar incrementar sua capacidade de geração de riqueza. Uma proposta seria promover a organização de produtores para fazer junto o que não podem em separado, além de procurar alianças estratégicas entre produtores e agroindústrias. Essa alternativa é interessante e já tem sido promovida em outros países latino-americanos.

No Brasil, a expansão da produção de maçã seria benéfico em termos sociais. Apesar de haver um certo domínio das grandes empresas sobre a produção e comercialização, há sem dúvida, a positiva geração de empregos diretos e indiretos. A produção de maçã, independente da escala, necessita de mão-de-obra. E se sabe que essa demanda é maior em sistemas de produção integrada e orgânica, que comparado a sua contraparte convencional.

Pode ser um equívoco simplesmente abandonar os agricultores, deixando-os às regras do comércio, e representa um risco social potencial. Uma reflexão pode ser feita sobre que impactos teria isso sobre a mão-de-obra

desqualificada, onde os índices de analfabetismo ou semi-analfabetismo são elevados? Aqui sinalamos o importante papel do Estado em promover mecanismos adequados para o alívio da pobreza e contribuir para que possa ocorrer adequada migração (ou reajustamento) da força-de-trabalho, em conformidade com as necessidades em termos de globalização.

Desafios e oportunidades a pequenos agricultores em sistemas de produção ambientalmente amigável no contexto ALCA

No cenário atual já está um tanto complicado para pequenos produtores ou campesinos. O novo cenário deverá trazer novos riscos e oportunidades. Para superar as dificuldades deverão sofrer um processo de reestruturação e orientação ao mercado, passando necessariamente pela maior organização, racionalização da mão-de-obra, e ganho de escala. Já agricultores grande ou bem estabelecidos deverão ter desafios diferentes, pois já possuem escala suficiente. Para esse último grupo a concorrência é inevitável, onde a eficiência produtiva, qualidade dos produtos, logística, estratégia de marketing e acesso a mercado são fatores determinante para o sucesso. Na ALCA, apesar de não estar previsto grandes mudanças nos fluxos de comércio em produtos como café e maçã, provavelmente poderá ser importante para outros cultivos.

A produção orgânica é uma das principais alternativas para pequenos produtores e campesinos para ampliar sua renda. Consideramos também que o número de agricultores que praticam agricultura de baixo impacto ambiental certamente é muito maior do que os relatados para produção orgânica. Há provavelmente alguns milhares de agricultores praticando essa agricultura e que por diversos motivos não acenderam ao mercado, ou comercializam apenas para mercados locais, ou mesmo apenas para subsistência. Esses agricultores, normalmente pequenos e campesinos, muitos talvez de origem indígena, possuem uma capacidade em potencial de desenvolver seus cultivos com uma visão de mercado. Para tanto os maior limitante são relacionados a problemas de acesso a informação e educação, falta de recursos financeiros, e problemas organizativos para acessar os mercados. Ainda há inúmeras culturas com potencial de mercado e que ainda permanecem inexploradas, em especial a frutas nativas e

plantas medicinais, que normalmente apresentam menor dificuldade de cultivos agroecológicos ou orgânicos.

Atualmente a maioria dos agricultores que participam do mercado de produtos orgânicos são aqueles que normalmente não se encontram na faixa de pobreza, ou são compostos por extratos mais esclarecidos, com melhor acesso a informação. Outros com certa dificuldade conseguem acender a mercados locais devido a proximidade aos centros urbanos. Assim, esses são os primeiros a aproveitarem as oportunidades de exploração desse mercado que apresenta demandas crescentes em quase todo o mundo.

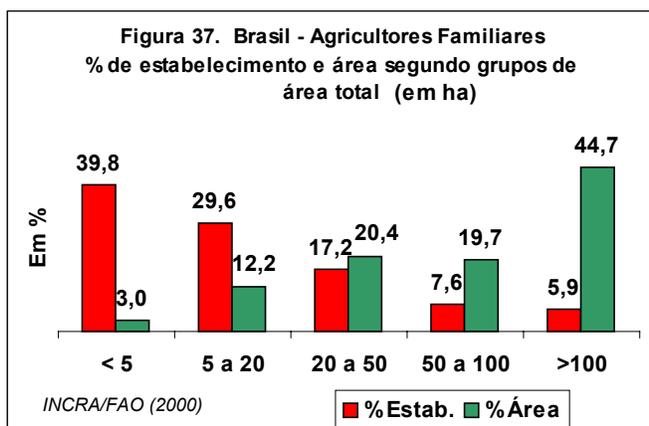
Cada vez mais a certificação torna-se importante para acessar mercados, sendo que os custos para pequenas propriedades torna inviável a maioria dos projetos. Assim, Estados poderiam criar alternativas aos produtores com menor poder aquisitivo, podendo oferecer até a certificação gratuita (ou de baixo custo), como pretende implantar em breve o governo brasileiro, ou como pretende fazer o governo estadunidense e outros governos através do subsídio parcial ou total da certificação. Apenas para ter uma idéia, para a vistoria do Instituto Biodinâmico (IBD), maior certificador de orgânicos do País, um pequeno produtor desembolsa entre (US\$ 700-1.000), além dos gastos com documentação.

Os cultivos sustentáveis, orgânicos ou de sombra, oferecem benefícios como a maior diversificação da propriedade (policultivo). A diversificação é uma alternativa que aporta mais eficiência e sustentabilidade em sistema de produção ambientalmente amigável, além de contribui para a minimização dos riscos e reduzir a dependência em uma única atividade produtiva. Nesse sentido, é interessante que os produtores incorporem gradualmente outras culturas com potencial de mercado, e que se adapte a rotina de trabalho, disponibilidade e distribuição no uso de mão-de-obra ao longo do ano. Também quando enfrentam pressões ambientais (como a seca), além da diminuição dos gastos devido a redução/eliminação de insumos, e assim possibilitando menor exposição às flutuações de mercado.

Há ao menos três fatores elementares para desenvolver a agricultura familiar: O primeiro é a melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da

terra. A segunda é relativo a massificação de informações organizadas e adequadas as suas necessidades. Já o último é relativo a políticas de suporte pelos Estados, viabilizando acesso a recursos e básicos como água, energia elétrica, educação, saúde, vias de transporte, suporte técnico, e linhas de crédito adequadas.

Segundo o estudo conduzido pelo INCRA/FAO (2000), há trabalhos acadêmicos das mais variadas origens que demonstram as enormes vantagens da agricultura familiar comparativamente às grandes propriedades rurais. As unidades familiares, além de atenderem melhor aos aspectos sociais do país, são mais produtivas, asseguram melhor a preservação ambiental e são economicamente viáveis. Além disso a agricultura familiar brasileira é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. O mesmo estudo verificou, que a agricultura familiar mesmo dispendo de 30% da área é responsável por 77% do pessoas ocupado. Além disso, comparado com a agricultura patronal, que necessita de 67 ha para gerar um posto de trabalho, na agricultura familiar necessita-se de apenas 8 ha. Algumas características semelhantes também pode ser verificada em outros países latino-americanos, onde a agricultura desempenha importante função econômica e social.



No Brasil, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, cerca de 25% do valor bruto da produção de café é originário da agricultura familiar. Já em México é mais expressivo. Em Guatemala em posição intermediária, já que boa parte da produção se dá em grandes propriedades cafeiteiras.

Em geral, diante da necessidade de atingir um mínimo de escala para competir no livre mercado, o novo cenário exigirá maior capacidade de associativismo ou

cooperativismo entre os pequenos e médios agricultores. Isso possibilitaria a maior integração com outros setores da cadeia produtiva, a fim de participar do mercado em melhores condições. A diferenciação de seus produtos deve ser um fator chave de sua estratégia. Há boas possibilidades para a ampliação de negócios e ganho de escala visando a exportação.

A busca de políticas de viabilização da agricultura familiar e suporte para a conversão para sistemas de produção ambientalmente amigáveis pode ser de suma importância, pois suas características de distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições de acessar alimentos. O desenvolvimento dessa agricultura vai além da viabilização econômica, mas um conjunto de condições sociais determinantes, como: educação, cultura, lazer, saúde, etc. Na ALCA se planeja a redução de todos os subsídios a exportação e também a redução aos subsídios internos. No entanto seria importante que os PED tenham certa autonomia para destinar recursos a agricultura familiar. Parece que esse tipo de apoio está previsto em subsídios de caixa verde, e que deveriam ser mantidos após a sua revisão.

O apoio a agricultura familiar, ao cooperativismo, e a agricultura de baixo impacto ambiental são alguns dos caminhos que se pode seguir para fortalecer a segurança alimentar, melhorar a qualidade dos alimentos e gerar empregos. Dentre as alternativas está desenvolver estratégias de eco-turismo juntamente com políticas de apoio a agricultura sustentável e a conservação dos recursos naturais. Esses conceitos já são amplamente conhecidos e já tem sua eficiência comprovada em distintos países do mundo. Inclusive, esse tipo de agricultura freqüentemente são propostos como alternativa a camponeses ou pequenos agricultores que vivem em condições de pobreza. Sabemos que a maioria das pessoas desnutridas ou abaixo da linha de miséria estão no meio rural. Assim, tomar políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura de pequena escala poderia auxiliar em muito na luta de combate a fome, e de alguma forma devem estar previstas nos planos de governo, principalmente na América Latina e Caribe.

No Brasil, a agricultura familiar ou de pequena escala ocupa pouco mais de 30% da área, mas representa cerca

de 80% dos estabelecimentos. Na outra ponta, apenas 6% dos estabelecimentos dispõem de 45% da área (Fig. 37).

Para Soares (2002), o reconhecimento das funções múltiplas da agricultura familiar pode implicar em transformações nas políticas públicas domésticas, e nos posicionamentos dos governos em negociações internacionais, além de servir como instrumento de análise a ser utilizado na avaliação de alternativas de políticas públicas. Ainda, mais do que instrumento analítico, o reconhecimento dessa multifuncionalidade tem a implicação política de transformação das políticas públicas para a agricultura familiar.

Em termos de vantagens comparativas, a agricultura de pequena escala está mais preparada para adotar técnicas de agricultura alternativa, até porque há muito tempo às utiliza, mas de forma irregular e sem controles. Pela própria vocação de unidade de produção, a agricultura familiar geralmente valoriza a diversidade, através de policultivos e criações, distribuídos de forma equilibrada no tempo e no espaço, afim de otimizar os recursos naturais e força-de-trabalho.

A crescente demanda por alimentos "verdes" deverá levar ao fortalecimento da agricultura familiar, e de pequenas e médias empresas agroindustriais e alimentares. Também, permitiria um manejo agrícola mais adequado e diversificado dos recursos naturais, gerando oportunidades de trabalho, reduziria custos de transporte, e funcionaria como indutor local de concorrência em mercados integrados e oligopolizados. O maior crescimento da produção orgânica, e o avanço no maior grau de processamento, oferecendo ao mercado produtos finais com maior valor, poderiam fomentar as pequenas indústrias de processamento, e os níveis de empregos em todas as fases da cadeia produtiva.

Devido a competição cada vez maior, a certificação orgânica pode não ser suficiente. Outras formas adicionais de diferenciação podem ser interessante. Assim, pequenos produtores podem levar uma certa vantagem, adicionando selos de equidade social, que tem tido certo sucesso com selos do tipo *Fair Trade* (comércio justo).

Os pequenos agricultores precisam de tecnologias que sejam capazes de oferecer oportunidade para a melhoria na sua qualidade de vida. Se sabe que essa classe de agricultor ou campesino tem exigências diferentes de outros

extratos, e que o tratamento também deve ser diferenciado. A superação de parte da problemática está em disponibilizar tecnologias apropriadas, que não necessariamente devem ser as disponíveis para a produção convencional ou a produção orgânica.

De acordo com Carlsen & Salazar (2002), para avançar em prioridades em termos de comércio e ambiente no contexto da ALCA, temos que oferecer uma série de propostas políticas que enfatizem a sustentabilidade do modelo para a integração econômica hemisférica, devendo incorporar ambos as dimensões ambientais e sociais.

Vantagens acordadas para as economias menores

Nos documentos disponíveis do acordo ALCA há muitas cláusulas que concedem incentivos adicionais aos países em desenvolvimento ou economias menores, assim como: cooperação e suporte técnico, maior período de adequação às medidas, fazer uso de algumas barreiras de proteção (ou incentivos) a setores mais frágeis que sejam importantes para suas economias. Medidas como essas são importantes para garantir uma melhor condição de participação no processo de integração por parte das economias menos adiantadas. A nível de OMC também tem sido consideradas medidas no sentido de possibilitar melhores oportunidades para esses países.

Para Pereira (2000), a liberalização hemisférica, como qualquer processo dessa natureza, tende a reforçar os ganhos dos países que já estão em melhores posições no mercado, e de certa forma penalizam os que estão em condições de desvantagem. Não é por outra razão que na União Européia, fundos de assistência para regiões mais pobres sempre estiveram presentes.

Para ter uma idéia, o PIB dos EUA representou 76% do PIB total da ALCA, em 1998 (Tab. 56). Somando-se o Canadá, esse percentual sobe para 82%. A América Latina e o Caribe teve participação de 18%. Logo, toda a região latina pode ser entendida como uma "economia pequena" nas negociações da ALCA. Ademais, os dados do PIB per capita apenas confirmam as enormes diferenças entre as regiões. O PIB per capita dos EUA registrou US\$ 32.100 e o do Canadá US\$ 19.800, enquanto da América Latina foi de apenas US\$ 4.100. A América Latina não só é mais pobre como também mais populosa, pois tem 62% dos habitantes do hemisfério.

Um aspecto importante a considerar são às desigualdades ou assimetrias existentes entre os países, de forma a proporcionar mecanismos de compensação para promover o desenvolvimento nas diversas regiões do hemisfério. Assim, é preciso proporcionar mecanismos para que os países resolvam suas disparidades internas e regionais. Para isso ser possível, é necessário aprofundar às discussões, e prever no acordo, medidas que possam fazer frente a essa problemática. Esse aspecto ainda é deficiente no atual estágio do acordo ALCA.

Considerando isso, as economias menores devem ter algumas vantagens ou condições especiais nesse acordo como: prazo maior para a eliminação dos subsídios às exportações; direito de aplicar (quando necessário e havendo demonstração do dano) salvaguarda especial para produtos agrícolas; também ficarão isentas das disposições do acordo relacionado a imposto às exportações; e de qualquer disciplina sobre às empresas estatais de comercialização; condições de equivalência de normas e medidas sanitária e fitossanitárias, considerando o nível de desenvolvimento e o tamanho das Economias; período menor para reconhecimento de áreas livres ou de baixa prevalência de pragas e doenças; medidas de colaboração e assistência técnica em assuntos sanitários e fitossanitários; e em tarifas e medidas não-tarifárias deverá ser possível acordar condições especiais mais favoráveis de eliminação.

Na versão preliminar do acordo está previsto que as Partes esforçar-se-ão para oferecer assistência técnica às outras Partes, levando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento e tamanho, a fim de assistir as Partes no cumprimento de suas obrigações na OMC com respeito à aplicação dos direitos antidumping e direitos compensatórios.

Uma das questões está identificar as necessidades de cooperação técnica para cumprir com os compromissos de comércio multilateral. Necessidades de assistência técnica específica, que no caso de Guatemala já tem sido implementadas medidas para: Serviços – assistência para o estabelecimento de mecanismos de informação; capacitação de pessoal; TRIPS – capacitação em matéria de informação sobre acordos internacionais, capacitação em instrumentação e conhecimento de leis internacionais (patentes); capacitação de pessoal; estabelecimento e

organização de mecanismos de informação; fortalecimento institucional e jurídicos; e Agricultura – estudo para melhorar as bases técnicas para a negociação e capacitação de pessoal.

Durante a década passada o Chile iniciou programas de Cooperação Horizontal através da AGCI (Agência de Cooperação Internacional de Chile), instituição vinculada ao Ministério de Relações Exteriores. Entre seus objetivos está a transferência de conhecimentos e experiências entre países em desenvolvimento. Os primeiros programas de cooperação horizontal chilenos foram apoiados por organismos internacionais de financiamento. Atualmente o Chile possui recursos próprio, previstos no orçamento nacional. A região preferencial de ação têm sido a América Latina e Caribe. As experiências de Chile estão sendo aproveitadas no Grupo Consultivo de Economia Pequenas, a fim de que essas participem de maneira efetiva no desenho da ALCA.

ALCA: classificação dos impactos em maçã e café

De acordo com o que apuramos, é possível prever que haverá incidência direta sobre a competitividade (a curto e médio prazo) e impactos econômicos (médio prazo). Também é possível haver incidência indireta sobre aspectos sociais (a médio e longo prazo). Sobre os demais haverá tanto incidência direta como indireta, sendo que há perspectiva de mudança na geração de empregos a médio prazo. Em termos de meio ambiente possivelmente ocorrerão mudanças a médio e longo prazo, e no uso dos recursos naturais a curto e médio prazo. Com relação ao grau de significância, há perspectiva de que seja substancial para a competitividade. Nos demais classificam-se como importante (Tab. 55).

Tabela 55 . Maçã e Café– quadro geral de classificação dos impacto do acordo ALCA em relação a alguns parâmetros.

Parâmetros	Incidência	Tempo	Significância
Competitividade	D	CP, MP	Sbt
Geração de empregos	D, I	MP	Ipt
Meio ambiente	D, I	MP, LP	Ipt
Uso dos recursos naturais	D, I	CP, MP	Ipt
Impacto econômico	D	MP	Ipt
Impacto social	I	MP, LP	Ipt

Fonte: Elaborado pelo autor; D= direta; I=indireta; () = inexistente; CP=curto prazo; MP=médio prazo; LP=longo prazo; Sbt= substancial; Ipt=importante;Dpz=desprezível

Últimas negociações

Os EUA apresentaram em 11 de fevereiro 2003 sua proposta para a ALCA, sugerindo uma grande abertura aos produtos da América Central e Caribe. A proposta prevê tarifa livre já em 2005 para cerca de 91% dos bens de consumo e produtos industrializados do Caribe, 66% da América Central, 61% para países andinos, e 58% para o Mercosul. Quanto aos produtos agrícolas, 85% dos produtos do Caribe entrariam sem tarifas, e apenas 50% para o Mercosul. Os EUA afirmam não está pronto para suspender os subsídios agrícolas e as taxas aos produtos como em cítricos e açúcar, que são produtos sensíveis e devem ficar para mais adiante. A proposta apresentada pelos Estados Unidos - cuja economia é maior do que a de todos os outros 33 países juntos - não agradou o Brasil e ao Mercosul, porque faz poucas concessões nas áreas agrícolas e de legislação antidumping.

Em fevereiro de 2003, o Mercosul também apresentou sua oferta inicial, que cobre todo o universo tarifário de bens, tanto industriais como agrícolas, com 9.621 posições. O Mercosul optou por incluir 17% na cesta A (liberalização imediata), 5% na cesta B (até 5 anos), 29% na C (até 10 anos) e 48% na cesta D (mais de 10 anos). Essa oferta está condicionada a eliminação de todos os subsídios e as barreiras não-tarifárias que restringem o comércio, e também a necessidade de disciplinas para impedir o uso abusivo de Antidumping, Direitos Compensatórios e Salvaguardas. Dentro dessa oferta, os produtos de maçã ficaram nas cestas C e D. Já os derivados de café apenas na cesta C, com desgravação de até 10 anos (Tab. 65).

Segundo o DIRECOM – Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales (Chile). Este país ofereceu a liberalização imediata para 73% dos produtos comercializados na região. Outros 13% terão desgravação de 5 anos, 4% terão desgravação de 10 anos, e 10% em mais de 10 anos. Também contempla as economias menores, sendo que para o CARICOM somente haverá apenas duas listas, sendo 90% na lista A - com desgravação imediata - e 10% na lista D, para mais de 10 anos. A oferta de Chile abrange acesso a mercados para produtos agrícolas e industriais, serviços, investimentos, e compras governamentais. A oferta inclui todo o universo tarifário.

De maneira geral, segue sem soluções nos temas críticos como agricultura e acesso a mercados, que dependem do avanço na OMC, que é um processo lento e difícil. Nos outros temas se prevê um avanço lento até a próxima reunião ministerial em México, em outubro de 2003.

8. RESULTADOS PRINCIPAIS E IMPLICAÇÕES GERAIS

Aspectos gerais

A região ALCA destaca-se como a maior produtora e exportadora de café. Em maçã a região ALCA é a segunda região exportadora, ficando atrás apenas da União Européia, que também é a principal região importadora. Dos países estudados, de maneira geral o Brasil é o mais competitivo em café. Porém, os três países selecionados possuem certa competitividade no comércio internacional. Ambos tem diferentes vantagens comparativas, pois um tem maior eficiência produtiva e produz grande quantidade de café (Brasil), enquanto os outros dois tem maior reconhecimento internacional em cafés com diversos atributos de qualidade, como os cafés especiais e cafés sustentáveis (café de sombra, orgânico, e comércio justo).

Quando aprofundamos para produto com valor ambiental se percebe que há grandes diferenças, que podem determinar uma estratégia de marketing mais forte por parte de Guatemala e México, em virtude de suas condições edafo-climáticas, estrutura de produção, manejo dos recursos naturais, e demais aspectos do entorno ambiental. Evidentemente que essas diferenças oferecem certa vantagem comparativa em relação ao café brasileiro;

Identificamos que países como Guatemala e México estão mais preparados para o mercado de cafés especiais ou cafés sustentáveis do que o Brasil, que atualmente tem sua competitividade baseada em produtos de menor diferenciação. Porém nota-se que no Brasil tem havido uma crescente conscientização para a melhoria da qualidade, diferenciação, e promoção de seus cafés a nível nacional e internacional;

Em café, os países latino-americanos não deverão ter competição dos EUA e Canadá, ao menos em café verde, pois não possuem condições climáticas para o cultivo.

Entretanto, em café industrializado (torrado e solúvel), o Canadá é atualmente o maior exportador para os EUA, o México é o segundo, Brasil é quinto, e Guatemala é o décimo primeiro. Ainda, provavelmente haverá aumento na competição entre os países produtores da região ALCA, pois mais cedo ou mais tarde terão que reduzir suas tarifas e abrir seus mercados a produtos estrangeiros. O México deverá abrir seu mercado de café, que é bastante protegido por tarifas, a produtos de outras Partes;

Já em maçã, o Chile é muito competitivo, juntamente com EUA e Argentina, e em menor grau o Brasil. Dos países estudados, o México é o menos competitivo, apesar de estar melhorando sua produtividade. Esse país tem se tornado em anos recentes no principal destino das exportações de maçã dos EUA, isso mesmo antes da total desgravação tarifária do NAFTA, que só ocorre em 2004. Em suco de maçã no hemisfério, Chile e Argentina são os mais competitivos. Já os EUA são os maiores importadores;

Em termos de produto "verdes" o Chile se encontra em estágio inicial, sem grande importância em termos de mercado. No entanto, possui vantagens comparativas (como suas condições climáticas e características geográficas) interessantes para a obtenção de frutas mais limpas. Esse país possui grande possibilidade de ampliação de sua produção de maçã em sistemas de baixo impacto ambiental, e com baixos níveis de resíduo tóxicos, porém ainda há um longo caminho para que esses sistemas alternativos se consolidem e alcancem nível produtivo satisfatório;

O Chile é um país de economia bastante aberta, e já possui acordos de livre comércio (e outros de complementação econômica) com quase todos os países das Américas. Assim, com a ALCA, pouco ainda restaria para ampliar seu acesso a mercados no hemisfério. O país poderá aproveitar a oportunidade para consolidar sua participação agro-exportadora, principalmente de frutas de clima temperado. O país já conta com uma boa imagem como importante país exportador de frutas frescas e produtos elaborados (ex. vinho). Essa imagem, associada à experiência e infraestrutura disponível para exportações, e a vantagem de produzir na entressafra dos principais mercados proporcionam, juntamente com outros aspectos, certa vantagem comparativa, para produzir e comercializar

produtos orgânicos ou "verdes", em relação a outros concorrentes;

Em maçã, países como Brasil, Chile e México certamente irão se deparar com a maçã produzida pelos EUA. Esse país é o maior produtor de maçã do hemisfério (e segundo do mundo), e possui bons indicadores de competitividade. Por outro lado, também é o maior consumidor de maçã do hemisfério;

Em relação aos mercados da América do Norte, os países geograficamente mais próximos como o México tem vantagens de acesso em função de menores custos de logística. Com a ALCA poderá haver impactos positivos da maior integração física dos países da região, melhorando a logística e a competitividade geral dos países. A economia de escala, o aumento da participação privada nas operações e investimentos em sistemas de transporte, pode ter impacto positivo em termos de eficiência logística. A melhoria da infraestrutura de transporte é uma das estratégias para melhorar o desempenho exportador. Assim, os investimentos em estruturas modernas poderiam baixar os custos de fazer negócios;

Com a implementação da ALCA, aliado as transformações que estão ocorrendo a nível mundial em termos de globalização e liberalização, possivelmente alguns países terão que pensar seriamente em fornecer recursos, ou outros incentivos para que possa haver a reestruturação, com aumento da competitividade, ou para a reconversão agrícola. A diversificação dos produtos através da introdução de outras culturas mais sustentáveis (ambientalmente ou economicamente) aliados à adequada transformação industrial, visando oferecer produtos finais ao mercado, é de extrema importância, em especial para os países produtores de café;

Atualmente o cultivo de café já não remunera como em tempos passados. Em alguns países latino-americanos ainda é grande a dependência desse cultivo, o que é preocupante nesses países, por tudo o que representam para suas economias. Uma maior diversificação dos cultivos, sem perder de vista as demandas de mercado, podem reduzir sensivelmente os riscos de quedas acentuadas nas receitas agrícolas. Em maçã ainda há certa margem de rentabilidade, mas a manutenção dessa é cada vez mais dependente de eficiência produtiva;

Tarifas e Acesso a mercado

A queda das barreiras tarifárias na ALCA não terá impacto significativo aos provedores do mercado estadunidense e canadense de cafés, pois as tarifas de importação praticadas já são zero. Assim ganhar espaço nesses mercados dependerá muito da qualidade do produto ofertado e da capacidade de diferenciação com outros concorrentes.

Por outro lado, tarifas praticadas pelos demais países (PED) do hemisfério são relativamente altas. O café em México é bastante protegido, com tarifas de 23% para café verde, e 72% para café torrado. Nos demais países produtores de café esses produtos também são protegidos, mas em menor grau. Nesse último caso pode haver algumas mudanças ocasionadas pela redução/eliminação tarifária. Porém esses países não se destacam por altos níveis de consumo de café, exceto em Brasil, que é o segundo consumidor mundial.

As tarifas de importação de maçã fresca também são zero para entrar nos EUA e Canadá. No entanto, nos demais países latino-americanos as tarifas em média variam de 15% para maçã fresca, e cerca de 20% para sucos. Porém esses países também não se destacam por altos níveis de consumo, exceto Brasil e México. Assim, nas duas culturas que analisamos a redução/eliminação de tarifas terá uma importância maior apenas para os países latino-americanos que ainda tem tarifas relativamente altas, pois já se encontram em um patamar relativamente baixo ou já zeradas.

Assim, outros aspectos tornam-se importante como as tarifas a produtos industrializados, as barreiras não-tarifárias, os subsídios, medidas antidumping e direitos compensatórios. Outro aspecto que torna-se importante, e deve ser considerado, é a redução de tarifas de bens intermediários (que são aqueles bens que são absorvidos na produção de outros. Ex. insumos), que podem ter ação indireta sobre a produção, e passível de ser um forte incentivo para a redução dos custos totais, melhoria da tecnologia utilizada, e refletir também na competitividade no mercado hemisférico ou em terceiros mercados.

O acesso aos mercados, o tratamento nacional a importados, e a eliminação/redução de tarifas possibilitará que sejam abertos a todas as Partes o acesso aos mercados hemisférico mais protegidos de cafés como de

México, Brasil, Chile e países andinos. Como na ALCA está prevista quatro faixas de desgravação nessa negociação, dificilmente o México vai oferecer, em termos de café, período de desgravação inferior a 10 anos.

Também identificamos que o tratamento nacional ao café importado poderá auxiliar na melhoria da qualidade do café brasileiro (composição de *blends*), contribuindo para sua melhor inserção no mercado de cafés torrado e moído de qualidade superior. Essa mesma oportunidade também pode ser considerada para México e Guatemala, que podem aumentar a participação do café brasileiro na composição de seus *blends* possibilitando a elaboração de produtos mais competitivos.

A abertura de novos mercados, em uma condição preferencial também cria uma diferenciação ou uma barreira tarifária a países extra-bloco, o que permite o aumento do comércio de produtos produzidos no hemisfério. Além disso, poderá proporcionar preço mais atraentes aos consumidores em função da redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, disciplinamento de subsídios, e ajustamento para produtos e processos mais eficientes, economia de escala, e da livre concorrência. No entanto, a queda das barreiras tarifárias na ALCA não terá impacto significativo aos provedores do mercado estadunidense e canadense de cafés e maçã, pois as tarifas de importação praticadas já são zero. Assim, ganhar espaço nesses mercados dependerá muito da qualidade do produto ofertado, e da capacidade de diferenciação com outros concorrentes. Atualmente a nível hemisférico as tarifas praticadas para produtos orgânicos é a mesma dos produtos convencionais.

De maneira geral, os países da ALCA são exportadores líquidos tanto de café como de maçã. Em café, os países da ALCA são de longe os maiores produtores mundiais, e tem excedente exportável de 35 milhões de sacas (60kg). Já a Europa destaca-se como a região de maior consumo de café, seguido pela própria América. Em maçã a China é o maior produtora e também a maior consumidora. Quanto a produção, na segunda colocação está a região ALCA juntamente com a Europa. Em consumo dessa fruta, a segunda colocação é para a Europa, e depois a região ALCA. Em termos de exportação a Europa é a região com maior excedente exportável, mas também é a de maior importação. Já a região ALCA exporta mais do que importa

de outras regiões mundiais. Atualmente o mercado de maçã tem um cenário mais atraente comparado ao café, ao menos em termos de ALCA.

Barreiras não-tarifárias (Barreiras técnicas)

Além das barreiras tarifárias há uma série de barreiras não-tarifárias para serem superadas ou equacionadas, a fim de possibilitar o livre comércio. Também deve ser considerado que a difusão tecnológica facilita a adoção de tecnologias mais eficientes e ambientalmente mais seguras. Entretanto, sem uma política de difusão e uso seguro da tecnologia, podem ser intensificado o uso de tecnologias menos 'amigáveis' com o meio ambiente. Tudo indica que os sistemas de produção 'ambientalmente amigáveis' devem continuar crescendo, independente da consolidação da ALCA. No entanto, medidas como o acesso a mercados, a não-tarifação, a simplificação dos procedimentos aduaneiros, e a cooperação sanitária e fitossanitária, e o avanço ao reconhecimento de sistemas de certificação podem ajudar a ampliar esse mercado. A ALCA certamente abrirá novos mercados para produtos "verdes".

Especificamente para maçã, por ser um cultivo de clima temperado, e onde EUA e Canadá tem produção significativa, aspectos como subsídios, barreiras tarifárias e não-tarifárias assumem certa importância. O que não ocorre na mesma magnitude em café, que é um produto de clima tropical, onde EUA e Canadá são importadores líquidos, e não tem condições climáticas adequadas para produção.

Para acender mercados desenvolvidos não basta ser orgânico, há que cumprir com as exigências sanitárias, normas de etiquetagem, embalagem, certificação, e reconhecimento dessa certificação. Nos EUA há normas específicas, e órgão especificamente para verificação de produtos orgânicos, e que concede um selo (USDA) para ser comercializado como orgânico.

Subsídios, medidas antidumping e direitos compensatórios

Em análise da minuta do acordo (capítulo de agricultura) não está claro como vai se dar a adoção e a implementação das medidas previstas e seus respectivos controles. Por estarmos a menos de um ano e meio da data prevista para o início do acordo ALCA, aspectos como subsídios, ajudas internas, disciplinas sanitárias e fitossanitárias, e mecanismos de solução de controvérsias deveriam já estar mais explícitos, e com um grau mais profundo quanto a

forma de execução, mecanismos de controle, e solução de controvérsias.

Após a assinatura dos acordos da Rodada do Uruguai houveram avanços nas relações comerciais entre os países, porém, de certa forma sua força para regular o comércio agrícola e as questões de subsídios ficaram muito aquém do esperado. Os países em desenvolvimento permanecem na expectativa de uma postura mais coerente por parte dos países que as aplicam, e que limitam o crescimento e desenvolvimento de países agro-exportadores. Os países em desenvolvimento sinalizam que não deverão avançar em outros temas antes de avançar nessa questão.

De maneira geral a segunda minuta do acordo sinaliza que as negociações devem rumar para a redução ou eliminação de subsídios, ajuda interna e medidas globais de ajuda. Essa segunda minuta prevê a revisão da 'caixa verde', e que estas não sejam sujeitas a medidas compensatórias. A manutenção da caixa verde é um ponto positivo que pode ter importante impacto nos sistemas de produção, e conseqüentemente na qualidade de produtos e aspectos ambientais das práticas agrícolas. Porém, não está claro como deve ser feito ou que tipos de iniciativas deverão ser permitidas. A manutenção da caixa verde, bem como a sua abrangência é um ponto que deve ser bem explorado, e aí reside muito do que pode ser conquistado para agricultura familiar e aspectos de desenvolvimento agrícola sustentável.

Subsídios ou ajudas para promover cultivos com baixo impacto ambiental devem existir, porque é um suporte importante haja vista a maior dificuldade de manejo, adaptação de tecnologia, período de conversão, custos de certificação, informações de mercado, ou mesmo de mecanismos de acesso a mercados importantes. No entanto, esses precisam ser disciplinados, para que países pequenos e em desenvolvimento que não contam com a mesma disponibilidade de recursos financeiros não sejam prejudicados. Tanto se fala em criar mecanismos de amenizar as desigualdades entre os países e a promoção do desenvolvimento econômico, nesse sentido, o disciplinamento no tema subsídios pode contribuir em muito para isso. Outro motivo para que ocorra certa 'concessão' aos países em desenvolvimento é a diferença em termos de

composição da cesta de exportações, e valor do comércio, em relação aos países desenvolvidos.

Investimento Estrangeiro Direto (IED)

As experiências do NAFTA mostram que o aumento do IED foi positivo para a economia mexicana. Com a ALCA, pode vir a aumentar os fluxos de investimentos externos nas Américas em vários setores econômicos, inclusive em agricultura, em especial para países latino-americanos;

O IED destinado ao setor agrícola não deverá ser muito dinâmico, como não tem sido em termos de NAFTA, pois normalmente destinam-se a outros setores da economia. Mesmo não sendo da mesma magnitude de outros setores, certamente algum incremento deve haver, principalmente em segmentos agrícolas mais dinâmicos como em produtos orgânicos, Produção Integrada de alimentos, ou em alimentos com alguma outra diferenciação de qualidade, como por exemplo em cafés especiais ou cafés sustentáveis;

O investimento estrangeiro é benéfico, sobre tudo quando integrado com as cadeias produtivas nacionais, multiplicando assim seu efeito positivo, e contribuindo de maneira mais intensa para o crescimento econômico e para a geração de divisas e empregos. No entanto, as capacidades dos Estados de regular os IED's são reduzidas, e as experiências do NAFTA demonstram que os investimentos tem sido de fraca integração com cadeias produtivas nacionais. Contudo, algumas medidas podem influenciar na direção dos investimentos estrangeiros, como a melhoria da infraestrutura e informação, qualificação e custos de mão-de-obra, proximidade ou acesso a mercados, estabilidade política, etc. Na ALCA, os EUA e Canadá são de longe os países com maior capacidade de IED. Já os países latino-americanos visam maior atração desses investimentos a partir da ALCA.

Sistemas de produção

Poderá haver mudanças substanciais na cultura de café, salvo áreas conduzidas em sistemas alternativos, como em sistema orgânico, que tem manejo mais complexo quando conduzido em grandes área.

Pode ser esperado que com a ALCA ocorra maior uso de tecnologia e a intensificação dos processos produtivos, a fim de atingir o nível de escala adequada, e onde os

aspectos de meio ambiente podem ser considerados secundários. Por outro lado, juntamente com o maior interesse dos consumidores quanto aos alimentos que consomem, criam condições propícias para a expansão dos produtos orgânicos ou "verdes". Tudo indica que estas duas correntes conceitualmente distintas devem ter oportunidades, porém com características diferentes.

Outro aspecto que pode assumir importância relativa é as mudanças em termos de tecnologia, que deve haver em vários setores da economia dos países e também no setor agrícola. Nesse sentido, é esperado que ocorram mudanças para o uso mais sustentável dos recursos, e pela adoção de sistemas de produção mais limpos, com uso de menos insumos daninhos ao meio ambiente, e da substituição por insumos de menor impacto. Essas mudanças podem refletir positivamente em termos de melhoria ambiental. Em um ambiente de competição de mercados, como estamos vivendo, e que devem se intensificar com um TLC, a competição por preço é importante. Porém, oferecer produtos de qualidade a custo baixo deve ser imprescindível para a manutenção da competitividade.

O cenário futuro, se tomado as decisões corretas, pode ser benéfico para bens e serviços ecológicos, e ser benéfico para os países em desenvolvimento, aportando melhoria no meio ambiente e recursos naturais, além da implicância econômica e social. Esse é um tema que está chamando a atenção de múltiplos atores em diversos países, seja produtor ou importador. É inegável que a produção e o comércio desse tipo de bens e serviços estejam em expansão, pois há muitos prognósticos otimistas para os próximos anos.

Ainda, há oportunidades desde a tecnologia de produção de baixo impacto ambiental até as mais tecnificadas, com todo o aparato tecnológico (máquinas, equipamentos, insumos), inclusive utilizando todas as ferramentas biotecnológicas disponíveis a fim de obter maiores rendimentos e melhor proteção das culturas, mesmo que seja esperado um impacto ambiental aceitável.

O mercado internacional de maçã (e de alimentos em geral) está passando por profundas transformações no perfil de consumo, motivado pela mudança nos hábitos alimentares, a adoção de sistemas com uso mais racional de agroquímicos como a Produção Integrada - considerada

viável técnica e economicamente. É importante ressaltar que a introdução da Produção Integrada nos países exportadores é uma questão crítica para manutenção da competitividade no mercado internacional. É esperado que ocorra aumento na oferta de maçã orgânica. Isto se deve ao fato de haver muitas áreas em transição (processo de conversão).

O processo de integração hemisférica certamente deverá aumentar o fluxo de comércio. Assim, deverá haver dois efeitos sobre a produção: a expansão da fronteira agrícola (avançando sobre áreas marginais, muitas vezes de florestas) ou o aumento para sistemas mais intensivos, com o uso de tecnologias modernas, com uso mais intenso de insumos químicos, irrigação, mecanização, etc. Assim, conseqüentemente, de uma forma ou outra deverá haver algum impacto ambiental.

Quem inibe e quem promove o tema meio ambiente na ALCA?

Entre os atores que promovem e que inibem os temas ambientais no âmbito da ALCA podemos encontrar basicamente três posturas diferenciadas. Desde o início das negociações da ALCA os EUA tem defendido a inclusão de temas ambientais na agenda de discussões. Os demais países estariam divididos em dois blocos. Um deles inclui Canadá, Chile e membros do Mercosul onde o meio ambiente poderia ser tratado de alguma maneira, mas não como objeto de negociação. Outro grupo se opõem de forma decidida a qualquer iniciativa nesse sentido, pois temem que questões ambientais poderiam vir a ser utilizadas como barreiras protecionistas. No entanto, experiências do NAFTA e Mercosul não confirmam essa preocupação.

Meio ambiente e manejo dos recursos naturais

O aumento da escala de produção (efeito escala) e a realocação da produção ou dos recursos produtivos dentro dos países (em função da especialização), certamente necessitará um maior controle ambiental. Assim, a disponibilidade e o maior acesso de tecnologia e insumos para intensificar a produção, tanto de café como de maçã, deverá exercer uma maior pressão ambiental sempre que essa for conduzida de forma intensiva. Esse efeito pode ser compensado em parte pela adoção de tecnologias mais

limpas, pelo efeito de composição, ou pela adoção de controles mais rigorosos.

De acordo com o que apuramos, ambos os sistemas de produção serão afetados pelas mesmas medidas ou políticas, ou seja, sofrerão as mesmas pressões de mercado no contexto com ALCA. O que muda são as oportunidades, e a capacidade de exploração das vantagens comparativas. Dificilmente haverá acesso privilegiado ou eliminação de tarifas (quando houver período de desgravação), ou qualquer tipo de vantagem entre sistemas de produção, pois o livre mercado prega a livre concorrência e a "não discriminação". Assim, produtos oriundos de diferentes processos produtivos terão igualdade de condições, a diferença será em como exploram suas vantagens comparativas para estimular o consumo e suas vendas; porém nada impede que os países se utilizem das medidas do acordo que possibilitam incentivar medidas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

Devido a maior competição, e da desregulamentação dos fluxos de capitais e investimentos, o novo cenário demandará dos governos adotar regulamentações ambientais adequadas, de forma a não tornar-se uma barreira à permanência das indústrias no país, e ao mesmo tempo não intensificar a poluição ou outros impactos ambientais. A lógica seria o enfraquecimento das leis/regulamentos ambientais como forma de atração de investimentos ou como forma de assegurar as empresas em seu país, porém esta não tem sido verificado a nível de NAFTA, outros acordos de livre comércio. Além disso se atribui que as empresas multinacionais deverão jogar um papel importante, e que geralmente essas corporações adotam padrões ambientais mais elevados, e não querem perder mercado por essas questões. O NAFTA tem sido positivo ao meio ambiente em parte por haver um capítulo específico para regulações. Assim, a ausência disso na ALCA geram certas incertezas, até porque atualmente os temas ambientais estão presentes em todos os foros internacionais e não podem ser desconsiderados.

Produtos "verdes" ou "ambientalmente amigáveis"

Identificamos que países como Guatemala e México estão mais preparados para o mercado de cafés especiais ou cafés sustentáveis do que o Brasil, que atualmente tem

sua competitividade baseada em produtos de menor diferenciação. Porém nota-se que no Brasil tem havido uma crescente conscientização para a melhoria da qualidade, diferenciação, e promoção de seus cafés a nível nacional e internacional.

No caso de café e maçã, e inclusive extrapolar para outras culturas, pode-se esperar que regulações comerciais para produção limpa resulte em maior produção e importação de tecnologias como: insumos de menor impacto ambiental, tratamento de água, tratamento de lixo etc.

O acesso a mercados poderá estimular o consumo de produtos "verdes" à medida que estará disponível em mercados em que anteriormente não havia oferta, e assim aos poucos pode tornar-se mais freqüente a substituição dos produtos convencionais.

Com a ALCA poderá ser esperado um incremento no crescimento de produtos "verdes" bem como da redução na variação dos preços e prêmios. Os processos produtivos mais limpos possuem certa vantagens comparativas, e deverão ganhar fatia cada vez maior do mercado de alimentos.

Os sistemas de produção 'ambientalmente amigáveis', devem continuar crescendo, independente da consolidação da ALCA. Porém, medidas de acesso a mercados, não tarifação, simplificação dos procedimentos aduaneiros, e a cooperação sanitária e fitossanitária podem ampliar seu mercado ou contribuir para um aumento mais dinâmico do que já tem sido.

Para o café, em função da estrutura atual de produção e comercialização, e do cenário futuro em termos de melhoria da qualidade, o Brasil mostra-se bastante competitivo em termos de ALCA, com perfeitas condições de disputar mercados em café *commodity*, e a médio prazo em cafés especiais. Atualmente a Guatemala e México estão mais preparados para o mercado de cafés especiais ou cafés sustentáveis do que o Brasil, que está mais preparado para o mercado de baixa ou pouca diferenciação.

Dada a competição cada vez maior, a qualidade de um produto ou o seu custo/benefício praticamente determina se o mesmo merece um sobre preço, e se vai ganhar espaço no mercado. Mudanças na demanda internacional de alimentos, como o aumento da procura por produtos "verdes", e mudanças nas políticas comerciais (barreiras

não-tarifárias) tem forçado os produtores não só de maçã ou café, mas também na produção de outros produtos (animais e vegetais), a gradualmente adotar novas tecnologias.

Essas mudanças podem ser pela completa ou parcial conversão a sistemas mais limpos, adoção de novas variedades, maior controle de resíduos químicos, novas técnicas de manejo que protejam os recursos naturais, melhor manejo dos recursos hídricos, etc. Considerando as demandas de mercado e o nível de desenvolvimento tecnológico disponível, a capacidade de desenvolver novas técnicas/metodologias ou novos insumos, poderia-se esperar que o uso de tecnologia poderia não só melhorar a produtividade e a qualidade dos alimentos, mas também poderiam conduzir a maior eficiência no uso dos recursos naturais, ao menos em médio a longo prazo.

Também não podemos deixar de considerar que juntamente com a abertura comercial há outras questões pertinentes, e que devem ser considerados em uma análise, assim como a ascensão e a gradativa liberação e desregulamentação de produtos geneticamente modificados (OGM's). Nesse cenário, e que tudo indica que vai ocorrer, os orgânicos poderão ter um espaço ou oportunidades muito interessantes. A ascensão gradativa dos organismos geneticamente modificados (OGM's) em vários mercados mundiais, somado a sua constante desregulamentação e abertura comercial, deve ser um estímulo para a expansão dos produtos orgânicos ou "verdes" a nível hemisférico, e em especial para os países da América Latina e Caribe, onde os orgânicos ainda tem sido pouco explorados.

O investimento estrangeiro é benéfico, sobretudo quando integrado com as cadeias produtivas nacionais, multiplicando assim seu efeito positivo, e contribuindo de maneira mais intensa para o crescimento econômico, geração de divisas, e postos de trabalho. No entanto, as capacidades dos Estados de regular é reduzida. Porém, medidas de melhoria em infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra, etc. podem ajudar na direção dos investimentos estrangeiro diretos. Os EUA e Canadá são de longe os países com maior capacidade de IED. Já os países latino-americanos visam a maior atração desses investimentos a partir da ALCA. Provavelmente o aumento desses investimentos em agricultura devem ser menos

dinâmico do que em outros setores da economia, como tem sido no NAFTA. Ainda, provavelmente boa parte desses investimentos deverão direcionar-se aos setores agrícolas mais dinâmicos, como em produtos orgânicos, Produção Integrada de alimentos, ou em alimentos com alguma outra diferenciação de qualidade, como cafés especiais.

A globalização e integração de mercados tende a produzir efeitos positivos e negativos do ponto de vista ambiental. Dentro do que foi estudado, uma estratégia de enfrentamento no novo cenário com ALCA seria o apoio ou fortalecimento da agricultura familiar, cooperativismo, e agricultura 'limpa' ou 'sustentável'. Também pode fortalecer a segurança alimentar, melhorar a qualidade dos alimentos, melhorar as condições de vida dos agricultores, e talvez o mais importante de tudo, gerar empregos, que tem sido um dos grandes desafios aos países em desenvolvimento.

As estimativas do tamanho dos mercados e a taxa de crescimento da demanda para os produtos orgânicos não é claro, principalmente nos EUA, o maior mercado mundial. O desenvolvimento dos mercados internacionais de orgânicos é, e continuará sendo, o mais forte incentivo para o aumento da oferta nos países da América Latina e Caribe. De maneira geral, os países em desenvolvimento são relativamente dependentes de *commodities*, que vêm seu preço no mercado internacional serem reduzidos ano a ano. Se verifica que é cada vez mais necessário que os países diversifiquem sua estrutura de comércio - principalmente países em desenvolvimento. Esses, na medida do possível, deveriam procurar agregar valor aos produtos, e atender efetivamente a nichos de mercado que ainda não são completamente explorados, além de buscar a inovação de produtos e processos.

Apesar de expectativas positivas, ainda existem uma série de desafios para a expansão de produtos 'verdes', como: falta de informação de boa qualidade; problemas de acesso a informações, assim como de desenvolvimento de pesquisas e coleta de dados; estandarização da terminologia utilizada e uma certificação mais amigável aos consumidores; a diversidade de selos, e a falta de controles facilitam as fraudes; identificação de demanda e oferta; produtividade que ainda é menor a convencional (ao menos em curto a médio prazo); atingir ou conscientizar mais consumidores com sua proposta; problemas de educação e difusão de conhecimento; e a falta de maior participação e

comprometimento de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão. A existência de uma transição suave para sistemas 'ambientalmente amigáveis' pode fazer a diferença entre o êxito e o fracasso de uma iniciativa, sem necessariamente partir direto para a adoção de normas rigorosas de produção.

O Chile tem implementado políticas para desenvolver uma agricultura limpa e de qualidade. Para isso tem estabelecido o Programa de Boas Práticas Agrícolas (BPA), que visa maximizar a qualidade dos produtos hortofrutícolas. Um dos objetivos é qualificar a produção nacional para atender as demandas dos principais mercados mundiais de produtos agrícolas. O programa visa colocar o Chile na vanguarda como provedor de produtos saudáveis e de qualidade, e aproveitando as boas condições naturais para produzir alimentos orgânicos ou "verdes". No entanto, o Chile também está procurando criar condições para uma agricultura mista, na qual possam conviver a agricultura orgânica, a agricultura em base de Boas Práticas Agrícolas, e agricultura transgênica a fim de que seja explorado a plenitude do potencial agrícola chileno. Essa estratégia talvez seja a mais indicada para países agro-exportadores. Essa visão contempla desde a perspectiva camponês até a empresarial, além de incentivar o avanço científico e a inovação. Essa é uma estratégia ousada, mas coerente com as novas necessidades, e de encontro com sua política de inserção econômica mundial, buscando extrair ao máximo os benefícios de um mercado cada vez mais livre e globalizado.

A necessidade de escala, e o aumento do profissionalismo no setor produtivo, pode proporcionar importantes mudanças em termos de maior consciência sobre capacitação de mão-de-obra para o manejo adequado de resíduos e uso de agroquímicos, o que já é uma grande vitória.

Se a ALCA contribuir para o aumento da renda deve ter efeito positivo sobre os produtos 'verdes', pois o maior poder aquisitivo dos consumidores pode contribuir para o consumo de produtos diferenciados, e de maior valor. Esse cenário seria mais o propício para que os 'verdes' possam alcançar maior participação no mercado. Se houver efeito contrário, onde a ALCA reduza a renda e o poder de compra, pode haver maior procura por alimentos mais

baratos, e onde a qualidade assume uma importância menor. Neste cenário os 'verdes' poderiam ter uma expansão muito mais lenta do que no primeiro caso.

Assim, se a ALCA pode ser boa para os produtos 'verdes', então podemos dizer que também é bom para o meio ambiente, seja pela maior incorporação das preocupações ambientais nos sistemas produtivos, seja pela diversificação de cultivos, promovendo a maior diversidade biológica, ou seja promovendo atividades paralelas, como por exemplo o turismo ecológicos.

Aspectos sociais

Como não deve haver grandes mudanças na oferta e demanda de café num cenário com ALCA, também não deverá haver mudanças significativas em impactos ambientais e sociais. Ainda, o investimento estrangeiro direto destinado ao setor agrícola não deverá ser muito dinâmico, como não tem sido em termos de NAFTA, onde a maior parte destinaram-se a outros setores mais dinâmicos da economia. Mesmo não sendo da mesma magnitude de outros setores, certamente algum incremento deve haver, principalmente em segmentos mais dinâmicos como produtos orgânicos e produção de cafés especiais.

Evidentemente que os problemas sociais, a falta de serviços básicos, a fome e a miséria tem um forte impacto sobre o uso dos recursos naturais, intensificando a sua degradação, o que já é amplamente conhecido. Portanto, assume grande importância incluir o componente social como elemento chave nas políticas rumo ao desenvolvimento sustentável. Dentro desse enfoque, a geração de emprego e renda tem fundamental importância, pois assegura condições mínimas de subsistência para a população. Sem emprego/trabalho não se tem renda, e não tendo renda não têm acesso a serviços básicos, e assim conseqüentemente se voltam para seu entorno, onde sua única opção é extrair do ambiente o suficiente para sua sobrevivência, sem considerar o impacto que pode causar.

Nos documentos preliminares disponíveis do acordo ALCA há cláusula que concedem incentivos adicionais aos países em desenvolvimento ou economias menores, assim como: cooperação e suporte técnico, maior período de adequação às medidas, fazer uso de algumas barreiras de proteção (para evitar danos graves a seus setores produtivos), ou incentivos, a setores mais fragilizados de

suas economias. Medidas como essas são importantes para possibilitar uma melhor condição de participação no processo de integração, por parte das economias menos adiantadas.

As economias menos adiantadas, como a Guatemala e demais países centro-americanos, poderão se beneficiar de tratamento diferenciado. Essas vantagens adicionais estão sendo discutidas no grupo de economias menores, para que possam ter alguma proteção a setores fragilizados e melhorar sua competitividade.

De maneira geral, os países em desenvolvimento são relativamente dependentes de *commodities*, que vêem seus preços no mercado internacional serem reduzindo ano a ano. Se verifica que é cada vez mais necessário que os países diversifiquem sua estrutura de comércio (principalmente países em desenvolvimento), e na medida do possível procurar agregar valor aos produtos, e atender efetivamente a nichos de mercado que ainda não são completamente explorados, além de buscar a inovação de produtos e processos.

A participação de populações indígenas no setor agrícola de México é marcante, e na produção de café assume uma importância ainda maior. Assim, torna-se importante à existência de medidas diferenciadas a fim de qualificar a participação dessas comunidades no mercado de café (ou de outros cultivos). Essas populações já vivem em condições precárias, e se o novo cenário não for benéfico poderá aprofundar ainda mais os problemas sociais na região;

Com a vigência da ALCA, e em virtude da existência de setores mais fragilizados, possivelmente alguns países terão que pensar seriamente em fornecer recursos ou incentivos para que possa haver a reconversão agrícola. É de grande importância a diversificação dos produtos através da introdução de outras culturas mais sustentáveis em todos os aspectos, seja de ambiente ou seja em termos econômicos, aliado a adequada transformação industrial, a fim de oferecer produtos finais ao mercado. Essa é uma necessidade marcantes para a maioria dos países produtores de café. Atualmente o cultivo de café já não remunera como em tempos passados. Em alguns países latino-americanos ainda há grande dependência desse cultivo (ex. México, Nicarágua, Guatemala, outros), o que chega a ser preocupante nesses países, por tudo o que

representam para suas economias. Uma maior diversificação dos cultivos pode reduzir sensivelmente os riscos de quedas acentuadas nas receitas agrícolas. Já em maçã, ainda há certa margem de rentabilidade, mas está cada vez mais dependente de eficiência produtiva.

Pequenos produtores e sistemas 'ambientalmente amigáveis'

No cenário atual já está um tanto complicado para pequenos produtores ou camponeses. O novo cenário deverá trazer novos riscos e oportunidades. Para superar as dificuldades deverão sofrer um processo de reestruturação e orientação ao mercado, passando necessariamente pela maior organização, racionalização da mão-de-obra, e ganho de escala. Já agricultores grande ou bem estabelecidos deverão ter desafios diferentes, pois já possuem escala suficiente. Na ALCA, apesar de não estar previsto grandes mudanças nos fluxos de comércio em produtos como café e maçã, provavelmente poderá ser importante para outros cultivos.

Em café, apesar dos baixos preços do grão verde, os produtos diferenciados são os poucos que recebem uma remuneração mais elevada, como os cafés de qualidade superior ou de especialidades. O café orgânico, de sombra e de comércio justo (cafés sustentáveis) ocupam nichos de mercado que recebem um sobre-preço interessante, e pode brindar a seus produtores com benefícios ambientais, econômicos e sociais.

No caso da maçã, provavelmente não haverá grandes mudanças na estrutura de produção, que deve-se seguir sendo um cultivo mais indicado para pequenos e médios produtores, devido principalmente a maior dificuldade de manejo em grandes áreas, e porque nem sempre empreendimentos em larga escala tem tido bons resultados. Poderá haver mudanças substanciais na cultura de café, salvo áreas conduzidas em sistemas alternativos, como em sistema orgânico ou sob sombra, que também tem manejo mais complexo quando conduzido em grandes áreas, o que não significa que não possa ser realizado.

Em termos de vantagens comparativas, a agricultura de pequena escala está mais preparada para adotar técnicas de agricultura alternativa, até porque há muito tempo às utiliza, mas de forma irregular e sem controles. Pela própria vocação de unidade de produção, a agricultura familiar geralmente valoriza a diversidade, através de policultivos e

criações, distribuídos de forma equilibrada no tempo e no espaço, a fim de otimizar os recursos naturais e força-de-trabalho.

A produção orgânica quase sempre é considerada como uma das principais alternativas para pequenos produtores e camponeses para ampliar sua renda. Há provavelmente alguns milhares de agricultores praticando essa agricultura e que por diversos motivos não acenderam ao mercado, ou comercializam apenas para mercados locais, ou mesmo apenas para subsistência. Esses agricultores, normalmente pequenos e camponeses, muitos talvez de origem indígena, possuem uma capacidade em potencial de desenvolver seus cultivos com uma visão de mercado. Para tanto os maiores limitante são relacionados a problemas de acesso a informação e educação, falta de recursos financeiros, e problemas organizativos para acessar os mercados. Há inúmeras culturas com potencial de mercado e que ainda permanecem inexploradas, como as frutas nativas e plantas medicinais, consideradas mais aptas a sistemas agroecológicos ou orgânicos.

Os produtos orgânicos ou 'verdes' podem ser um bom negócio para quem já está produzindo em sistemas de baixo impacto ambiental, mas não tem idéia do potencial desse mercado. Para esses, pode ser mais fácil entrar nesse mercado, por já ter alguma experiência. Aos pequenos produtores ou camponeses, que já produzem em sistemas agroecológicos possivelmente lhes falte uma maior visão de mercado e organização. Esses pequenos agricultores também podem explorar as oportunidades dos 'policultivos', aumentando a diversidade biológica, distribuindo melhor a mão-de-obra, além de criar condições para enfrentar as pressões ambientais (como a seca), além da diminuição dos gastos devido a redução/eliminação de insumos, e assim possibilitando menor exposição às flutuações de mercado.

Ainda, a certificação torna-se importante para acessar mercados, sendo que os custos para pequenas propriedades torna inviável a maioria dos projetos. Assim, Estados poderiam criar alternativas aos produtores com menor poder aquisitivo, podendo oferecer até a certificação gratuita (ou de baixo custo). Porém, devido a competição cada vez maior, a certificação orgânica pode não ser suficiente. Outras formas adicionais de diferenciação podem ser interessante. Assim, pequenos produtores

podem levar uma certa vantagem, adicionando selos de equidade social, que tem tido certo sucesso com selos do tipo *Fair Trade* (comércio justo).

O apoio a agricultura familiar, ao cooperativismo, e a agricultura de baixo impacto ambiental são alguns dos caminhos que se pode seguir para fortalecer a segurança alimentar, melhorar a qualidade dos alimentos e gerar empregos. Dentre as alternativas está desenvolver estratégias de eco-turismo juntamente com políticas de apoio a agricultura sustentável e a conservação dos recursos naturais. Esses conceitos já são amplamente conhecidos e já tem sua eficiência comprovada em distintos países do mundo.

Há ao menos três fatores elementares para desenvolver a agricultura familiar, que são: a) melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra; b) massificação de informações organizadas e adequadas as suas necessidades; e c) políticas de suporte pelos Estados, viabilizando acesso a recursos e básicos como água, energia elétrica, educação, saúde, vias de transporte, suporte técnico, e linhas de crédito adequadas.

No atual sistema de comercialização e abastecimento, os pequenos agricultores necessitam atingir certa escala de produção para acessar alguns mercados. Uma alternativa para superar isso é a integração ou associativismo entre pequenos e médios produtores e/ou indústrias processadoras de alimentos. Isso possibilitaria a maior integração com outros setores da cadeia produtiva, a fim de participar do mercado em melhores condições. A diferenciação de seus produtos deve ser outro fator chave em sua estratégia. A partir da ALCA, ou outros acordos de livre comércio, há boas possibilidades para a ampliação de negócios e ganho de escala visando a exportação. A ALCA possibilita condições para absorver esse aumento na escala. Por outro lado, também acentua a competição, exigindo mais profissionalismo, organização e capacidade de associativismo, eficiência produtiva, e boas estratégias de marketing. Evidentemente que dada à realidade do rural na maioria dos países que compõem a ALCA, são desafios bastante importantes para serem superados. Os governos jogam um rol importante para tentar reverter às situações negativas, devendo administrar bem os escassos recursos,

a fim de contribuir para avançar a uma melhor condição social.

A busca de políticas de viabilização da agricultura familiar e suporte para a conversão para sistemas de produção 'ambientalmente amigáveis' pode ser de suma importância, pois suas características de distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições de acessar alimentos. O desenvolvimento dessa agricultura vai além da viabilização econômica, mas um conjunto de condições sociais determinantes, como: educação, cultura, lazer, saúde, etc. Na ALCA seria importante que os PED tenham certa autonomia para destinar recursos (subsídios permitidos) a agricultura familiar, previstos na 'caixa verde', e que deveriam ser mantidos após a sua revisão.

Considerações finais

Em um mundo cada vez mais globalizado, temos que compreender que a agricultura, como qualquer outra atividade econômica, é um setor de risco, e seu sucesso ou fracasso depende da administração desse risco. Em economia de mercado e cada vez mais integrado, seja a ALCA ou outro acordo de livre comércio (multilateral ou bilateral), onde caminhamos rumo a tarifas zero e ao trato nacional aos produtos importados, provavelmente o que vai regular a qualidade dos alimentos e o impacto da produção dos mesmo é o mercado, em outras palavras, o consumidor. Nesse comércio integrado, provavelmente não vai haver nenhuma distinção entre produtos de diferentes sistemas de produção, porém ambos contém características ou atributos de qualidade diferentes, e que os consumidores (dado sua condição econômica, social e cultural) pode levar ou não em consideração.

Há uma consciência crescente sobre a necessidade de preservar certos atributos do meio ambiente para as gerações futuras. A grande questão é, até onde estamos dispostos a fazer concessões econômicas para proteger os recursos naturais e o meio ambiente? Buscamos a sustentabilidade de forma integral? Os consumidores estão sinalizando o que querem. A liberalização comercial deve fortalecer a conversão para os cultivos em que os países possuem maiores vantagens comparativas. Porém, prever o impacto ambiental dessa conversão é um desafio, pois depende de como vai se dar esse processo, em que região,

nível de tecnologia, disponibilidade de investimento, e outros aspectos.

Atualmente é importante cada vez mais manter nossos recursos naturais como o solo, as matas, a vegetação, a fauna, a qualidade do ar e da água, pois disso depende a nossa maior ou menor qualidade de vida futura. Em termos de alternativas pode-se dizer que já contamos com uma significativa base científica para continuarmos utilizando esses recursos, mas de modo que tenha menor impacto negativo no meio ambiente. Nosso maior desafio está em como conciliar isso com as necessidades de crescimento econômico. A ALCA pode ser uma boa oportunidade para se fazer maior conexão entre comércio e o desenvolvimento sustentável. Para isso é preciso aumentar a transparência e a participação pública, a fim de dividir riscos e oportunidades.

A liberalização está conduzindo a transformações e ao reajustamento econômico mundial, sendo que cada vez mais se reduzem às barreiras ao comércio de todos os produtos e serviços. A agricultura tem dominado as discussões no cenário internacional devido ao protecionismo dos países mais desenvolvidos. Os países emergentes ou em desenvolvimento alegam que isso prejudica sua inserção mundial e seu desenvolvimento. Certamente o sucesso do acordo dependerá em muito do que as nações mais desenvolvidas podem oferecer em termos de redução do protecionismo e da eliminação/redução dos subsídios às exportações.

A distribuição potencial de ganhadores e perdedores da liberalização comercial como proposto pela ALCA é muito complexa. O certo é que a integração econômica deverá aumentar a competição internacional por mercados. Essa competição faz com que as empresas e unidades produtivas tenham que ser mais eficientes no uso de seus recursos, tanto de recursos humanos e econômicos como ambientais. O mesmo vale para os Governos, pois necessitam adaptar-se para o novo cenário como um Estado moderno, capaz de otimizar seus recursos e promover o crescimento da economia, o que não é uma tarefa simples.

É evidente que são muitos os desafios a serem enfrentados, inclusive porque atualmente o projeto ALCA está relativamente longe de um consenso. Porém, não está nada encerrado, todas as questões estão abertas, e

passível de alterações, e vai depender do interesse e da capacidade da Partes a sua melhoria. Assim, se o projeto seguir por caminhos que visem promover a democracia e a prosperidade, procurando erradicar a pobreza, o analfabetismo, a discriminação de todos os tipos, e buscar o desenvolvimento sustentável, então esse projeto poderá ter importante contribuição, e certamente contará com amplo respaldo da sociedade civil.

Há muita prognósticos, e especulações, sobre o que poderá acontecer em termos econômicos, visto que existem muitas faces para o futuro cenário, e que é difícil prever com certa segurança. O certo é que, por mais perfeito que seja o acordo, assim como haverá setores que vão ganhar, também haverá setores que devem perder. O principal papel dos Governos é tomar medidas que proporcionem condições adequadas para a reestruturação ou reconversão desses setores mais fragilizados. Para tanto, diversas medidas podem ser adotadas, desde linhas de crédito, qualificação de recursos humanos, adequação de legislações (ambiental, trabalhista, etc), programas de reconversão, entre outras. Também, é legítimo buscar na mesa de negociação um maior período de adaptação de seus setores mais fragilizados.

Lições aprendidas

- Cada país tem sua dinâmica de desenvolvimento, onde o setor rural desempenha diferentes funções. Em muitos países da América Latina e Caribe a agricultura ainda é a base de sua economia, e desempenha importante função social, diferentemente do que ocorre nos EUA e Canadá. Porém, para todos a agricultura tem impacto importante no meio ambiente e recursos naturais;
- Em termos globais, as barreiras tarifárias estão sendo gradativamente reduzidas, e mais cedo ou mais tarde mesmo os setores mais protegidos terão que se adaptar ao cenário de liberalização. Já as barreiras não-tarifárias, que tem sido consideradas mais efetivas que as tarifárias, não devem ser utilizadas como medidas protecionistas ou barreiras injustificadas ao comércio;
- O acesso aos mercados, o tratamento nacional a importados, e a eliminação/redução de tarifas possibilitarão que sejam abertos, a todas as Partes, o acesso aos mercados hemisférico mais protegidos. Há que considerar

que a importação também pode auxiliar na melhoria da qualidade dos produtos nacionais, e assim contribuir para a melhor competitividade e melhor inserção no mercado internacional;

-Em produtos que se tem competência, com vários países produtores, e onde há um grande excedente exportável (como no caso do café), há que buscar estratégias para acessar mercados de vários continentes;

- A promoção de uma agricultura mista, que possibilite o desenvolvimento de produtos orgânicos ou "verdes", juntamente com agricultura altamente tecnificada, pode ser uma boa opção para suprir as diferentes demandas de mercado, e possibilita os PED explorarem ao máximo os benefícios do livre comércio;

- É importante que os países em desenvolvimento diversifiquem sua estrutura de comércio, evitando a excessiva dependência de poucas commodities como forma de geração de divisas e, na medida do possível, procurar agregar valor aos produtos. Além disso, é interessante atender efetivamente a nichos de mercado que ainda não estão completamente explorados, buscando a inovação de produtos e processos. A redução ou eliminação do escalonamento tarifário na ALCA pode contribuir para que os países passem a agregar valor aos produtos de exportação, fomentando o crescimento industrial, o crescimento econômico, e a geração de empregos;

- A identificação de impactos da ALCA podem servir como um elemento aos formuladores de políticas, a fim de minimizar os possíveis impactos ambientais negativos, e maximizar os benefícios econômicos e sociais. Assim, é importante antecipar, através de estudo produto a produto, quais produtos e setores emergirão com alta competitividade, e com grande perspectiva de crescimento de exportações no mercado hemisférico; e também quais setores terão maiores dificuldades;

-Países menos adiantados ou economias menores tem menos recursos para destinar ajudas ou subsídios. Esses países deveriam ficar isentos de regulação das aplicações de ajudas ou subsídios destinados a desenvolver o meio rural, reduzir a pobreza, e melhorar seu entorno ambiental;

-Algumas medidas discutidas na ALCA sobre agricultura são bastante positivas, como: a incorporação automática das resoluções da OMC; condições especiais para países menos adiantados ou economias menores; limite geral de

apoio interno e a revisão da caixa verde, e que essa não seja sujeito a medidas compensatórias; estabelecimento de cronograma a redução ou eliminação de subsídios às exportações; cooperação para facilitar o comércio de animais, vegetais e seus derivados, assim como o estabelecimento de suas respectivas estruturas de controle; ampliar a confiança mútua e simplificar procedimentos de importação e exportação; fortalecimento da assistência técnica e cooperação em medidas sanitárias e fitossanitárias, em especial a economias menores;

- Também tem sido lenta por parte dos EUA a adoção de normas técnicas internacionais, que tem sido outro obstáculo para o exportador estrangeiro. A harmonização normas e procedimentos pode vir a resultar em importante redução de barreiras ao comércio, e se forem acordado e adotados, deverá facilitar o comércio de produtos agroalimentarios. O acordo sobre MS e MFS é importante, pois permite a utilização de disciplinas, harmonização de normas, reconhecimento de equivalência, e reconhecimento de zonas livres de pragas e doenças, e assim, contribuindo para que haja maior transparência para que assuntos de sanidade agropecuária sejam um instrumento de promoção e fortalecimento do comércio;

- Por mais perfeito que seja o acordo, assim como haverá setores que vão ganhar, também haverá setores que devem perder. Assim, o principal papel dos governos é tomar medidas que proporcione condições adequadas para a reestruturação ou reconversão dos setores mais fragilizados. Para tanto, diversas medidas podem ser tomadas, desde a disponibilidade de linhas de crédito, qualificação de recursos humanos, adequação de legislação (ambiental, trabalhista, etc), programas de reconversão, entre outras. Além disso, é importante buscar um maior período de adaptação para seus setores mais fragilizados.

9. RECOMENDAÇÕES

Ações ou políticas sugeridas para amenizar os impactos negativos e potencializar os aspectos positivos sobre o meio ambiente em função de práticas agrícolas:

- Criação e adoção por todos os países de normas/regulamentações para produção de produtos orgânicos ou "verdes";
- aplicação de leis e políticas ambientais já estabelecidas, e ajustamento de acordos com as realidades, evitando barreiras injustificadas ao comércio;
- Estados poderiam criar sistema de certificação de baixo custo, com reconhecimento dos países de destino;
- Facilitação de comércio para produtos "verdes", como menor burocracia na liberação e inspeção, ou outras medidas não-tarifárias que afetam o comércio desses produtos;
- Discriminar no acordo que tipos de subsídios podem ser permitidos (legítimos) e quais devem ser eliminados (subsídios perversos), bem como diretrizes de como poderia ser empregado;
- Iniciar projeto que melhore a capacidade dos países em desenvolvimento em produzir e exportar produtos "verdes" devidamente certificados.

Recomendações gerais:

- aplicação de leis e políticas ambientais já estabelecidas, e ajustamento de acordos com as diferentes realidades, evitando barreiras injustificadas ao comércio;
- Evitar a redução das exigências ambientais; relaxamento de padrões ambientais não deveriam ser utilizados como forma de atrair investimentos ou promover o livre comércio;
- Evitar o mau uso da proteção ambiental como barreira injustificadas ao comércio; Procurar incorporar convênios internacionais já existentes em temas ambientais que tenham incidência sobre agricultura; Aprofundar temas ambientais e reforçar a cooperação ambiental nas Américas;
- é recomendável desenvolver uma ampla base de dados sobre indicadores que possibilitem o adequado monitoramento das transformações relacionadas entre meio ambiente e agricultura (ou outras atividades que tenham algum impacto importante sobre os recursos naturais);
- Criação e adoção por todos os países de normas/regulamentações para produção de produtos orgânicos ou "verdes"; a necessária harmonização seria um passo posterior;
- Estados poderiam criar sistema de certificação de baixo custo, com reconhecimento dos países de destino;
- Facilitação de comércio para produtos "verdes", como menor burocracia na liberação e inspeção, ou outras medidas não-tarifárias que afetam o comércio desses produtos;

- Em conformidade com o estabelecido no acordo ALCA, poderia haver programas governamentais específicos para fomentar a agricultura alternativa ou de baixo impacto ambiental (em ensino, pesquisa e extensão), ou fornecer assessoramento específico, como já existe em alguns países;
- Iniciar projeto que melhore a capacidade dos países em desenvolvimento em produzir e exportar produtos "verdes" devidamente certificados; Produtos orgânicos: reconhecimento de certificadoras nacionais em todos os países da ALCA, a partir da adoção das normas básicas da IFOAM;
- Promover a transferência de tecnologias limpas; avançar em iniciativas para comércio de produtos "verdes" ou "ambientalmente amigáveis";
- aumentar a disponibilidade de informação sobre produtos e processos "ambientalmente amigáveis" a fim de promover a diferenciação, o ambiente competitivo, e a criação de novos nichos de mercado relacionado ao ambiente;
- Discriminar no acordo os tipos de subsídios permitidos (legítimos) e quais devem ser eliminados (subsídios perversos), bem como diretrizes de como poderiam ser empregados; eliminar ou reduzir subsídios que promovem o uso insustentável dos recursos;
- Para a superação dos problemas em um mercado aberto será necessário maior articulação com o mercado, e maior articulação das políticas públicas para o setor agropecuário;
- Pequenos produtores e camponeses: Governos e organismos de desenvolvimento poderiam criar condições para maior acesso de tecnologias apropriadas a sua realidade;
- Políticas Públicas: Reconhecimento a nível local por parte dos Governos de empreendimentos que adotam tecnologias limpas e produção sustentável, o que poderia ser um incentivo para sua difusão e adoção; Governos poderiam incluir resultados ambientais na política fiscal (incentivo fiscal) na outorga de linhas de crédito, e assim encorajar a adoção de certificação ambiental, e incorporação de padrões de produção sustentável, com uso de tecnologias ambientalmente amigáveis, ou de baixo impacto ambiental como instrumentos para promover a melhoria ambiental; desenvolver capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia em manejo ambiental e de recursos naturais, técnicas de produção de baixo impacto ambiental; Governos poderiam criar incentivos afim de orientar a atração de investimentos de forma que estes joguem um papel importante para o crescimento em acordo com os projetos de desenvolvimento nacional; adotar normas/regulamentos e criar programas de treinamento em processos produtivos ambientalmente adequados, e que respeitem a saúde dos consumidores e trabalhadores; criar condições ou promover a agricultura mista, possibilitando oportunidades de competitividade e acesso a mercado para os diferentes extratos de produtores, visando explorar todos os benefícios do livre comércio; Orientar recursos públicos para a melhoria da competitividade de seus produtos ou, quando necessário, propiciar a re-orientação de suas

cadeias produtivas a fim de se preparar para um mercado cada vez mais globalizado;

Nota: algumas vezes utilizamos valores aproximados, ou arredondamentos, inclusive em tabelas e gráficos. Os dados apresentados neste trabalho não tem a intenção de entrar no máximo detalhe, mas procuram expressar cifras mais genéricas, e uma idéia das tendências, mas procurando evitar que ocorra perda na qualidade da informação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao IDRC/CRDI pela oportunidade de crescimento profissional e humano. Agradecimento especial para aos orientadores Merle Faminow e Andrés Rius, e ao Diretor Regional Frederico Burone. É difícil eleger uma ou poucas pessoas da Oficina de Montevideu a quem gostaria de agradecer, assim que agradeço a todos pelo carinho e atenção, pois para mim foi uma experiência fascinante, tanto cultural, profissional e de crescimento pessoal. Também agradecemos a contribuição de: Renner Marra (EMBRAPA-Brasil); Marie-Christine LACOSTE - CNRS/GRAL (Groupe de Recherche sur l'Amérique Latine – França); Ministério do Meio Ambiente do Brasil – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Centro de Informações e Documentação Ambiental; InfoAserca México; Priscilla Medina (ProChile);

BIBLIOGRAFIA

AAFC. (2002) 2000/2001 Canadian Apples Current Situation and Trends. Agriculture and Agri-Food Canada (AAFC). May. Disponível em <http://atn-riae.agr.ca/applecanada/production.htm> em 21/11/2002. 7p.

AMADOR, M.; VALDÉS, H.; GARCIA, J.E. (2002) Tendencias del mercado orgánico mundial, con énfasis en café orgánico. Revista Acta Académica n. 30, Mayo. 20p. Disponível em <http://www.uaca.ac.cr/acta/2002may/mahvjg.doc> em 05/03/2003.

ASERCA. (2002) Mercado Internacional del Café. ASERCA. México-DF, Junio. Documento disponível em <http://www.infoaserca.gob.mx/analisis/cafe.pdf> em 10/11/2002.

ASERCA. (2002b) Mercado Internacional del Café. México-DF, Octubre-Noviembre. Documento disponível em <http://www.infoaserca.gob.mx/analisis/cafe.pdf> em 15/05/2003.

_____. ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. Segunda Minuta de Acordo. Capítulo de Agricultura. Disponível em <http://ftaa-alca.org> em 10/12/2002.

THE WORLD APPLE REPORT. (2002) Belrose, Inc., USA. v. 9, n.11, November 2002. 12p.

BERRIOS, M. (2001) FTA Agriculture Negotiation: Progress and perspectives. II Seminario on International Agriculture Trade

Negotiation. ALADI – BID/INTAL- IICA – BCIE. Buenos Aires, Argentina. 44p.

BERGES, M.; CASELLAS, K.; VIGOUROUX, A.; SABBIONI, M. (2002) Productos orgánicos: ¿Una oportunidad para Argentina en el mercado mundial?. Universidad Nacional de Mar del Plata. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. 22p. Disponible en http://www.planagro.com.uy/publicaciones/eventos/econo_agr02/10_7_TRAB.pdf

BERTONI, J. & LOMBARDI-NETO, F. (1999) Conservação do solo. 4. ed., Ícone. 355p.

BRAGA, A. S.; MIRANDA, L. C. de (2002) Comércio e Meio ambiente: Uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Ministério do Meio Ambiente Brasília-DF, Brasil. 310p.

BRAY, D. B.; SÁNCHEZ, J. L. P.; MURPHY, E. C. (2002) Social Dimension of Organic Coffee Production in Mexico: Lessons for Eco-Labeling Initiatives. Society and Natural Resources, 15: 429-446.

BONGAARTS, J. (1998) Global population growth: Demographic consequences of declining fertility. Science 282: 419-420.

BOURRIE, M. (2002) Free trade good and bad for environment. Terra viva UN Jornal. Vol. 10 n.234. 3p.

BRUZONE, A. (2003) Jugo concentrado de manzana. Revista Alimentos Argentinos. n.20, SAGPYA. Argentina. Em www.e-campo.com em 14/05/2003.4p.

CARDOSO, C.E.L.; ALMEIDA, C.O.; NASCIMENTO, A.S. (2000) Frutas: Tendências de consumo e implicações para o setor. Artigos. Embrapa (Brasil). 2p.

CARLSEN, L. & SALAZAR, H. (2002) Limits to Cooperation: A Mexican Perspective on the NAFTA's Environmental Side Agreement and Institutions. Cap. 12. p.221-244. In: DEERE, C.L. & ESTY, D.C. (2002) Greening the Americas: NAFTA's Lessons for Hemispheric Trade. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 381p. London, England.

CARPENTIER, C.L. (2001) Trade Liberalization Impacts on Agriculture: Predicted VS. Realized. Environment, Economy and Trade (CEC). 54p.

CCI. (2000) CHILE. n.6 julio-setiembre. Sistema de Inteligencia de Mercados – SIM. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Perfil de Mercado. Editado por Corporación Colombiana Internacional (CCI). 12p. Disponível em <http://www.cci.org.co/publicaciones/Perfil%20de%20mercado/perfil%20chile6.pdf>

CCI. (2002) El mercado de frutas y hortalizas frescas y procesadas em Estados Unidos. n.1 Abril/Junio 2002. Sistema de Inteligencia de Mercados – SIM. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Perfil de Mercado. Editado por Corporación Colombiana Internacional (CCI). 7p. Disponível em <http://www.cci.org.co/publicaciones>

CEC. (2002) Free Trade and the Environment: The Picture Become Clearer. Commission for Environmental Cooperation of North America (CEC). 27p.

CEDA. (2002) Integrated Assessment of Trade Liberalization and Trade-Related Policies: A Country Study on the banana Sector in Ecuador. Ecuadorian Centre for Environmental Law (CEDA), Quito, Ecuador. UNEP. 102p. Disponível in http://www.unep.ch/etu/publications/CSII_Ecuador.pdf in 07/03/2003.

CENTRO DE POMACEAS. (2002) Estadísticas: Chile. Disponible en <http://pomaceas.utaclca.cl/estadistica/chile.htm> em 20/09/2002.

- CEPAL. (2003) Estudio enfatiza importancia de redistribuir el ingreso para reducir la pobreza en America Latina. Boletín CEPAL, nº 27, marzo. 8p.
- CEPAL. (2003b) Integración y transporte internacional: Desafíos pendientes. Boletín CEPAL, nº 27, marzo. 8p.
- CEPAL. (2002) Centroamérica: El impacto de la caída de los precios del café en 2001. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 86p.
- CEPAL. (2001) Algumas implicações do NAFTA para a participação do Brasil na ALCA. Outubro. 23p.
- CEVALLOS, D. (2002) Pintam o comércio de verde. em <http://www.tierramerica.net/2001/0218/pacentos.shtml> em 16/08/2002.
- CIFUENTES, I.; MÉRIDA, M.; BARRERA, L.E. (2002) Producción de café orgánico y diversificación agropecuaria e forestal, alternativas económicas impulsadas por las etnias Kanjobal Y Chuj para enfrentar la crisis del café. Huehuetenago, Guatemala. 5p. Disponible en <http://www.grupochoarvi.org/cafe/ecasos> em 05/03/2003.
- CMC. (2001) Consejo Mexicano del Café. <http://sagarpa.gob.mx/cmc>
- COELHO, N. C. (2002) A abertura da economia e a agricultura. http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/agric/a_bertura/apresent.htm em 22/10/2002.
- DAROLT, M. R. (2003) Cenário Internacional: Situação da Agricultura Orgânica 2003. <http://www.planetaorganico.com.br/trabalhos.htm> em maio de 2003.
- DAROLT, M.R. (2002) O papel do consumidor no mercado de produtos orgânicos. Disponível em <http://www.planetaorganico.com.br/trabdarolt1.htm> em 25/09/2002. 5p.
- DULLEY, R. D. (2002) Análise de mercado: Mercado mundial de produtos agrícolas orgânicos. <http://www.iea.sp.gov/ana-org1201.htm> em 21/08/2002. Baseado em pesquisa intitulada Organic Agriculture: statistics and future prospects. Autoria de WILLER, Helga e YUSSEF, Minou (2000) disponível em www.soel.de/inhalte/publikationen/s-74-03.pdf
- EHLERS, E. (1995) Possíveis veredas da transição à agricultura sustentável. Rev. Agricultura Sustentável, jul/dez, p.12-21.
- EMATER. (2002) Cultivos de orgânicos avança no sul e sudeste do país. Disponível em <http://www.emater.tcche.br>, em agosto de 2002.
- EMBAIXADA DO BRASIL (2001) Barreiras aos produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano. Washington, D.C. outubro. Disponível em www.brasilemb.org/barreiras2001.pdf em 22/01/2003.
- EPAGRI. (2002) Joaquina: nova cultivar de macieira resistente à sarna e de maturação precoce. EPAGRI, SC/Brasil. <http://www.epagri.rct-sc.br/hiper/joaquina.html> 09/12/2002.
- FACHINELLO, J.C. (2000) Frutas orgânicas no mercado mundial. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS-Brasil. p. 81-97, In: Mercofrut 2000. Pelotas-RS/Brasil. 254p.
- FAMINOW, M. D.; RODRIGUEZ, E. A. (2001) Biodiversity of Flora and Fauna in Shaded Coffee Systems. International Centre for Research in Agroforestry. Report prepared for the Commission for Environmental Cooperation. 36p.
- FAO. (2003) El comercio y la seguridad alimentaria. <http://www.fao.org/docrep/003/x6730s/X6730S03.HTM> Disponível em 28/01/2003.
- FAO. (2003) <http://www.fao.org/docrep/004/y1669s/y1669s0j.htm> Orgânicos: Chile. Disponível em 17/02/2003. 14p.
- FAO. (2002) World Agriculture: towards 2015-2030. Summary Report. Food and Agriculture Organization of United Nations. Rome.
- FAO. (2001) World Markets for Organic Fruit and Vegetables - Opportunities for Developing Countries in the Production and Export of Organic Horticultural Products. International Trade Centre, Technical Centre For Agricultural And Rural Cooperation, Food And Agriculture Organization of The United Nations, Rome.
- FAS/USDA. (2003) World Apple Situation: Acreage Continues to Decrease in Major Producing and Trading Countries. FAS/USDA, Horticultural & Tropical Products Division. March. 11p.
- FAS/USDA. (2002) U.S. Coffee Consumption. Horticultural and Tropical Products Division, FAS/USDA. June. Disponível em <http://www.fas.usda.gov/http/tropical/2002/06-02/coffusco.pdf> em 09/01/2003
- FILHO, P.F.; ORMOND, J.G.P.; PAULA, S.R.L. (2000) Oportunidades de negócios para frutas. XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA. p. 254-296.
- FISCHER, R. (1997) Las Nuevas Caras del Proteccionismo. Dolmen Ediciones. Santiago, Chile. 280p.
- G. FREDRIKSSON AND DANIEL L. MILLIMET. (2000) Is There a Race to the Bottom in Environmental Policies? The Effects of NAFTA. In *The Environmental Effects of Free Trade*. Papers presented at the North American Symposium on Assessing the Linkages between Trade and Environment (October 2000). CEC. 2002.
- GARCÍA, A. R. (2002) Visión de desarrollo rural integral para México. Foro Nacional "El desarrollo rural integral: Una oportunidad para México". SAGARPA, Secretaría de Desarrollo Rural. 02 de Marzo 2001. Documento disponible en <http://www.sagarpa.gob.mx> em 11/11/2002.
- GARCIA, J.E. (2002) Situación actual y perspectivas de la agricultura orgánica y su relación con América Latina. Manejo Integrado de Plagas y Agroecología (Costa Rica) n. 64. p.116-124.
- GARCÍA, J.E. (1999) El mito del manejo seguro de los plaguicidas en los países en desarrollo. Rev. Manejo Integrado de Plagas y Agroecología. n.52. Costa Rica, Junio.
- GARRET, J. (1995) A 2020 Vision for Food, Agriculture, and the Environment in Latin America. International Food Policy Research Institute (IFPRI). Food, Agriculture and the Environment Series, Discussion paper 6, Washington, D.C.
- GIOVANNUCCI, D. (2001) Encuesta sobre café sustentable en el mercado de especialidad de América del Norte. Mayo. Disponible em http://www.scaa.org/industry/survey/Caf%E9-encuesta_ES.pdf em 29/01/2003.
- GITLI, E; ARCE, R. (2001) Consideraciones sobre el comercio Internacional de los productos orgánicos en Centroamérica: ideas sobre Costa Rica. Centro Internacional de Política Económica. Costa Rica, Marzo. 21p.
- GÓMEZ, M.A.; GÓMEZ, L.; SCHWENTESIUS, R. (2002) Dinámica del mercado internacional de productos orgánicos y las perspectivas para México. Rev. Momento Económico. Num. 120, marzo-abril, pp. 54-68.

- GRANATSTEIN, D.; KIRBY, E. (2002) Current Trends in Organic Tree Fruit Production. Washington State University. Center for Sustaining Agriculture and Natural Resources (CSANR), Wenatchee, WA. May. 24p.
- GREENBERG, R. & RICE, R.A. (2001) Manual de café bajo sombra y biodiversidad en el Perú. The Peruvian Shade-grown coffee Primer. Migratory Bird Center. Smithsonian Institution.
- GUDYNAS, E.; EVIA, G. (2003) El capítulo de agricultura del ALCA. Análisis preliminar de sus impactos. Observatorio del Desarrollo y Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES). Enero. 15p.
- GUDYNAS, E. (2003) Producción Orgánica em América Latina. Observatório del Desarrollo: Crecimiento sostenido con énfasis exportador. CLAES, Montevideo, marzo. 7p. Disponible en <http://www.ambiental.net/biblioteca/GudynasOrganicoALatina2003.pdf>
- GUTMAN, G. (2000) Agriculture and the environment in developing countries: The challenge of trade liberalization. p.33-51. In: TUSSIE, D. (2000) The environment and international trade negotiations: Developing country stakes. International Development Research Centre. Mac Millan Press LTD, Great Britain. 263p.
- HÖMBERG, B.F.; RIPKEN, R.R. (2001) Guia para la Caficultura Ecológica. Agencia GTZ. Enero. 152p.
- ICO. (2001) International Coffee Organization. Total production of exporting members, crop years 1955/96 to 2000/01. em <http://www.ico.org>
- INFOASERCA. (2002) Café de México: Hacia Los Mercados de Calidad. Rev. Claridades Agropecuarias, nº 103, México, <http://www.infoaserca.gob.mx/claridades/revistas.asp> 39p.
- INMAN, M. (2002) Coffee, certification, and consumers. Whole Earth, Summer.
- INCRA/FAO. (2000) Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, Fevereiro. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sade/documentos.asp> em 05/02/2003.
- ITA, A. (2001) El ALCA: América para las transnacionales. Rev. Biodiversidad, n.28. Abril. p.7-12.
- ITEM. (2000) Cafeicultura Irrigada. Ver. Irrigação e Tecnologia Moderna. N.48. Abid (Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem), Setembro. 89p.
- JOHNSON, P. M.; LEFF, H.; RUNNALLS, D. (2001) El ALCA y la Integración Hemisférica: Creando una estrategia triplemente ganadora para el comercio y la Sustentabilidad en el Hemisferio. Documento difundido no Simposio Hemisférico sobre Comercio y Sustentabilidad, Québec. 8p.
- KORTBECH-OLESEN, R. (2002) The United States Market For Organic Food and Beverages. United Nations Conference on Trade and Development. World Trade Organization. 38p. Disponível em <http://www.intracen.org/mds/sectors/organic/foodbev.pdf>
- KETLLE, P. (2002) Potential trade barriers could impact on organic producers. MAF Biosecurity and Science Policy. <http://www.maf.govt.nz/mafnet/press/071002organic.htm> 29/11/2002
- LEE, N.; KIRKPATRICK, C. (2000) Methodologies for sustainability impact assessments of proposals for new trade agreements: some issues relevant to their future development. Conference on trade, poverty and the environment: Methodologies for sustainability impact assessment of trade policy. University of Manchester, November. 13p.
- LOMBORG, B. (2001) The skeptical Environmentalist. Cambridge: Cambridge University Press.
- LÓPEZ, B.P.R. (2000) Mercado Comum Centroamericano. In: Evaluación y tendencias de la integración económica latinoamericana. BUAP-AUNA. Universidad Michoacana.(en proceso). 25p.
- LUNA-FILHO, E. P. (2003) Cafés do Brasil e indicações geográficas. Artigo disponível em 07/01/2003. <http://www.coffeebreak.com.br/ocafezal.asp?SE=8&ID=99>
- LUNA, D.R.; RODRÍGUEZ, F.G.; SOLER, M.S. (2003) La cadena de Café en Colombia. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Bogotá, Colombia, Diciembre de 2002. 18p. Disponible en http://www.agrocadenas.gov.co/cafe/documentos/caracterizacion_cafe.pdf
- MADELEY, J. (2001) Hambre y comercio. Rev. Biodiversidad, n.28. Abril. p.1-6.
- MANN, H., ARAYA, M. (2002) An Investment Regime for the Americas: Challenge and Opportunities for Environmental Sustainability. Cap. 9. p. 163-180. In: DEERE, C.L. & ESTY, D.C. (2002) Greening the Americas: NAFTA's Lessons for Hemispheric Trade. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 381p. London, England.
- MARRA, R.; MOTA, M.M.; LIMA FILHO, J.R. DE; TEIXEIRA, S.M. (2001) Cadeia produtiva de café em Minas gerais. Cap. 6, In: Cadeias Produtivas no Brasil: análise de competitividade. EMBRAPA/Fundação Getúlio Vargas.
- MATUS, M. & ROSSI, E. (2002) Trade and the Environment in the FTAA: a Chilean Perspective. Cap. 14. p. 259-272. In: DEERE, C.L. & ESTY, D.C. (2002) Greening the Americas: NAFTA's Lessons for Hemispheric Trade. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 381p. London, England.
- MAYER, F. W. (2002) Negotiating the NAFTA: Political Lessons for the FTAA. Cap.6. p.97-116. IN: DEERE, C.L. & ESTY, D.C. (2002) Greening the Americas: NAFTA's Lessons for Hemispheric Trade. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 381p. London, England.
- MERCADO, J. M. G. (1998) Situación Actual y perspectivas de la producción de Manzana en México 1990-1998. México, Noviembre. Disponible em <http://sagar.gob.mx>
- MINCHEL, M. (2002) La Fruticultura representa en la Actualidad, un 8,6% de las Exportaciones chilenas. 02/10/2002 Disponible en http://www.agronegocios.cl/noticias_exportaciones_de_frutas_fresco.htm
- MONEDA. (2002) Guatemala Frente a la crisis mundial de café. Moneda, El Periódico Financeiro. Centroamérica, lunes 25 noviembre. Disponível em <http://monedaqt.terra.com/moneda/noticias/mnd10043.htm> em 21/01/2003.
- MORICOCCHI, L.; MARTIN, N.B; VEGRO, C.L.R. (2002) Café: mudança estrutural do mercado. <http://www.iea.sp.gov.br/ana-cafe0301.htm> em 05/12/2002.
- MUCHNIK, E.M. (1999) Visión Global del Mercado de Productos Orgánicos. Departamento Agroindustrial de Fundación Chile. II Seminario Internacional Comercio de Alimentos Orgánicos. Santiago, 8 al 10 de Septiembre. Disponível em <http://www.agendaorganica.cl/atecnicos3.htm> em 23/01/2003.
- NIMON, R.W.; COOPER, J.; SMITH, M. (2002) NAFTA, Agricultural Trade and the Environment. In: The effects of NAFTA

on agriculture and the Rural Economy. Economic Research Service, USDA. p.43-50.

ODEPA. (2002a) Frutales: Temporada 2001/02 de Pomáceas e Kiwis. Chile. Disponible en <http://www.odepa.cl/> em 05/11/2002.

ODEPA. (2002) El mercado de los productos orgánicos. ODEPA – Oficina de Estudios y Políticas Agrarias. Disponible em <http://odepa.gob.cl/noticiasweb/jsp> em 13/02/2003.

ODEPA. (2001) Compendio Estadístico Silvoagropecuario 1990-2000. Ministerio da Agricultura. Odepa (Oficina de Estudios y Políticas Agrarias). Santiago, Chile.

OIC. (2002) La crisis mundial del café: una amenaza al desarrollo sostenible. Comunicación a la Cumbre sobre el Desarrollo Sostenible, Johannesburgo.

OMC. (2002) Declaração Ministerial. Ministerial de la OMC (DOHA, 2001). 20 de noviembre de 2001. <http://www.wto.org> em 22/10/2002.

OMC. (2001) Comércio Mundial de Produtos Agrícola, 2000. Estatísticas Comerciais da OMC 2001. <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0502/ijep/ie050210.htm>

ORMOND, J.G.P.; PAULA, S.R.L. DE; FILHO, P.F. (1999) Café. Re(conquista dos mercados). BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.10, p.3-56, set. disponível em 16/01/2003. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1001.pdf>

ORTEGA, H. (2002) A análise ecossistêmica e energética de projetos agrícolas e o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em 27/11/2002 <http://www.unicamp.br/fea/ortega/agroecol/emergia.htm>

ORTEGA, M.B. (2001) El café y su impacto ambiental en Nicaragua. Unión Nicaraguense de Cafetaleros UNICAFE. Agroforesteria en las Américas. Vol. 8 n°29. p. 46-47. <http://www.catie.ac.cr/informacion/RAFA/rev29/pag46.pdf>

OSORIO, A.E. (1996) Situación Socioeconómica de los Pueblos Indígenas y su aporte a la Nación Mexicana. Indicadores Socioeconómicos de la Riqueza de los Pueblos Indígenas de México. Tlahui-Politic No. 2. <http://www.tlahui.com/indica.htm>

PALOMO, E.L. (2001) Visión del sector empresarial de Guatemala: Reforma de la agricultura en OMC. II Seminario-Taller "Negociaciones Internacionales sobre Agricultura". ALADI – BID/INTAL- IICA – BCIE. Buenos Aires, Argentina. 6p.

PARRIS, K. (2002) Environmental Impacts in the Agricultural Sector: using indicators as a tool for policy purpose. Paper presented for Commission for Environmental Cooperation Meeting: "Assessing the Environment Affects of Trade". Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). Montreal, Canadá. January. 25p. Available in <http://www.cec.org>

PAIXÃO, M. (2002) Brasil não deve ter medo da ALCA, diz professor da Universidade de Princeton (EUA). Seminário: 'ALCA e seu impacto no desenvolvimento tecnológico brasileiro'. Abril. São Paulo. 3p. Disponível em <http://www.fcmf.org.br/files/Scheinkman.html> em 20/01/2003.

PERALTA, G.A (2001) México y República Dominicana: Evolución y Situación de los Acuerdos de la OMC para el sector agropecuario en estos países. II Seminario/Taller "Negociaciones Internacionales sobre Agricultura". ALADI-BID-INTAL-IICA-BCIE. Buenos Aires, Argentina. 19p.

PEREIRA, L.V. (2000) O Futuro do Mercosul / Brasil diante da ALCA: riscos e oportunidades. Texto apresentado no Fórum Continental "Área de Livre Comércio das Américas", Nov. SP/Parlatino. Disponível em

http://www.fase.org.br/acervo_fase_rits/Mercosul%20%20ALCA%20Lia%20Valls.doc em 05/02/2003. 17p.

PEREZ, S. (2000) Política de exportação de frutas e mercados. Universidade Autônoma de Querétaro, Querétaro, México. p. 43-52, In: Mercofrut 2000. Pelotas-RS/Brasil. 254p.

PICARD, A.A (2001) El TLCAN: Objetivos y resultados 7 años después. Rede mexicana de acción frente ao libre comercio (RMALC). Diponível em <http://www.rmalc.org.mx/documentos/tlcan-7%20aos.pdf> em 05/02/2003. Diciembre. 44p.

PORRAS, R.D. (2001) Situación y perspectivas de la caicultura en Centro América ante la crisis internacional de precios. In: Seminario: Agenda 21: Comercio y Medio Ambiente. Tegucigalpa, Honduras. p.22-46.

POTTS, J. (2000) Commodities as a Tool for Sustainable Development: Towards a Sustainable Coffee Agreement. Mc Gill, Faculty of Law. 39p.

PUPPI, N.; RAMÍREZ, J.C. (2002) Situación de la producción orgánica en la Argentina durante el año 2001. Senasa (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Alimentaria). Argentina, abril de 2002. 37p. Disponível em http://www.organico.com.ar/archivos/estadisticas/Situacion_Organica_de_Argentina_en_2001.doc

PUPPI, N.; RAMÍREZ, J.C. (2001) Situación de la producción orgánica en la Argentina durante el año 2000. Senasa (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Alimentaria). Argentina, abril. 33p. Disponível em http://www.organico.com.ar/archivos/estadisticas/Situacion_Organica_de_Argentina_en_2000.doc

PRONOFRUTA. (2002) Resumen Cadena Agroalimentaria Manzana: Año 2002. Argentina. Disponível em <http://www.pronofruta.com.ar/hm/cadenas/manzana/manzana.htm>

PROTAS, J.F.S.; KREUZ, C.L.; FREIRE, J.M. (2001) Sistemas de produção integrada e convencional de maçã: uma análise comparativa de custos. III Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas. Bento Gonçalves-RS/ Brasil, p.38-41.

QUINLIVAN, G.; DAVIES, A. (2002) The impact of trade on social welfare.

QURIN, M. (1999) Expectativas de los cafés de Guatemala. Guatemala, agosto. Disponível em 07/01/2003. <http://www.guate.net/crystal/Guatemala/analises/analisisq.htm>

RICE, R. (1998) La situación del café orgánico certificado en el mundo. Revista Agricultura Orgánica (Cuba) 4 (3) (diciembre: 18-21).

RITCHIE, M. (2003) Purchasing Power: Emerging Trends in Sustainable Agriculture in the U.S. A Civil Society Perspective, Institute for Agriculture and Trade Policy. <http://www.epe.be/breakfastmay27/mritchiesustagrit.htm> June, 2003. For more information seek <http://www.hartman-group.com/pressreleases14.html>

ROMEIRO, A. R. (1991) Dinâmica da introdução de inovações na agricultura: uma crítica à abordagem neoclássica. Rev. de Economia Política, São Paulo, v.11, n.1 jan/mar, p.41.

ROUX, G. ; NASSAR, C. C. (1992) Caracterización de la cadena del café en Guatemala. Noviembre. Disponível em 07/01/2003. <http://www.grupochohlavi.org/cafe/docs/guatemala.pdf>

SAES, M. S.; NAKAZONE, D.; NASSAR, A. M. (2002) Estudo da Competitividade de cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: Café. Nota Técnica Final.

- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP-IE-NEIT, MDIC, MCT, FINEP. Campinas, Dezembro.
- SAGARPA. (2002) Perspectiva del sector rural ante la apertura de mercados. Subsecretaria de desarrollo rural, Dirección General de Estudios para el Desarrollo Rural, SAGARPA, México-DF. Documento disponible en <http://www.sagarpa.gob.mx> em 11/11/2002.
- SÁNCHEZ, R. (2002) La agricultura orgánica: Situación mundial y perspectivas. 14p. Lima-Peru. Disponible en http://www.prompex.gob.pe/prompex/Inf_Sectorial/Agro/RicardoS%20E1nchezColombia1.pdf
- SCHWARTZ, M. (2000) Competitividade da industria chilena de frutas. Universidad de Chile, Santiago, Chile. p. 75-80, In: MERCOFRUT 2000. Pelotas-RS/Brasil. 254p.
- SCHATAN, C. (2000) Lessons from the Mexican Environment Experience: First Result from NAFTA. p.167-185. In: TUSSIE, D. (2000) The environment and international trade negotiations: Developing country stakes. International Development Research Centre. Mac Millan Press LTD, Great Britain. 263p.
- SEGGER, M-C. C.; MUÑOS, M. B.; MEIRELES, P. R.; TAUREL, J. Z.; PAUL, V. (2001) Reglas de comércio y sustentabilidad en las Américas. Instituto Internacional para el Desarrollo Sustentable. 112p.
- SANHUEZA, R.M.V. (2001) História da Produção Integrada de Frutas no Brasil. Embrapa CNPUV. Disponível em <http://www.cnpuv.embrapa.br/histpif.html> em 13/02/2003.
- SCHLESINGER, S. (2000) Livre comércio e preservação: uma parceria insustentável. FASE, Julho. Disponível em <http://www.rebrip.org.br/cgi/public> em 04/02/2003. 21p.
- SECEX. (1999) Barreiras externas às exportações brasileiras 1999. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (Secex). 271p.
- SECILIO, G. R. (2001) La calidad en alimentos como barrera para arancelaria. Tesis de Master en Ciencias Sociales. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2001. 22 p.
- SOARES, A.C. (2002) A multifuncionalidade da Agricultura Familiar. Disponível em <http://www.rebrip.org.br/publicue/cgi/public> em 04/02/2003. 14p.
- TOLEDO, V.M. & MOGUEL, P. (1996) En busca de un café sostenible en México: La importancia de la diversidad biológica y cultural. Centro de Ecología, Universidad Nacional Autónoma de México. Ponencia presentada al *Primer Congreso del Café Sostenible*, Smithsonian Migratory Bird Centre. Washington D.C., septiembre. 9p.
- TORRES, B. (2002) The North American Agreement on Environmental Cooperation: Rowing Upstream. Cap. 11. p.201-220. In: DEERE, C.L. & ESTY, D.C. (2002) Greening the Americas: NAFTA's Lessons for Hemispheric Trade. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 381p. London, England.
- TOVAR, L. G.; CRUZ, M. A. G; RINDERMANN, R. S. (2002) La agricultura orgánica: Una alternativa para los pequeños productores. Disponível em <http://www.unam.mx/rer/gomezcrz.html>
- TOVAR, L.G.; CRUZ, M.A.G.; RINDERMANN, R.S. (1998) La agricultura orgánica: Una alternativa para los pequeños productores. Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y Tecnológicas de la Agroindustria y la Agricultura Mundial (CIESTAAM). Disponible en <http://www.unam.mx/rer/Gomezcrz.html>
- TSIGAS, M. (2001) How would food markets be affected by liberalization trade in processed foods? Office of Economics Working Paper. U.S. International Trade Commission. Washington, DC. USA. August. 12p.
- TUSSIE, D. & VÁSQUEZ, P. (2000) The International Negotiation of PPMs: Possible, Appropriate, Convenient? p.95-114. In: TUSSIE, D. (2000). The environment and international trade negotiations: Developing country stakes. International Development Research Centre. Mac Millan Press LTD, Great Britain. 263p.
- TUSSIE, D. (2000) The Environment and International Trade Negotiations: Open Loops in the Developing World. p. 225-236. In: TUSSIE, D. (2000) The environment and international trade negotiations: Developing country stakes. International Development Research Centre. Mac Millan Press LTD, Great Britain. 263p.
- UNIFRUIT. (2002) La manzana en México. Em 21/11/2002. <http://www.online.com.mx/unifruit>
- USDA (2002) Apple Juice Production and Trade in Selected Countries. USDA, May. 9p. Disponível em <http://www.fas.usda.gov> em 18/03/2003.
- VAILLANT, M. (2001) Impacto del ALCA en el comercio intraregional y en el comercio de los países miembros de la ALADI con Estados Unidos y Canadá. ALADI – Asociación Latinoamericana de Integración. Setiembre.
- VAN MEIJL, H. & VAN TONGEREN, F. (2001) Multilateral Trade Liberalization and Developing Countries: A North South Perspective on Agriculture and Processing Sectors. Fourth Annual Conference Global Economic Analysis, Purdue University, West Lafayette.
- VIEIRA, R.C.M.T.; LOPES, M.R.; OLIVEIRA, A. J.; FILHO, A.R.T. (2001) Método de análise de cadeias produtivas. Cap.1, In: Cadeias Produtivas no Brasil: análise de competitividade. EMBRAPA/Fundação Getulio Vargas.
- VOGEL, C. (2002) Agrotóxicos: Brasil está longe de abolir o uso de veneno. Disponível em <http://www.an.com.br/anverde/especial5/pq02.htm> 08/11/2002.
- VEGRO, C.L.R.; MARTIN, N.B. (2003) Café: Enfim, O Que Temos A Comemorar? . Instituto de Economia Agrícola. São Paulo. 2p. Disponible en <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=640> en 25/03/2003.
- YOUNG, C. E. F. (2001) ALCA e Meio Ambiente: possíveis impactos sobre o Brasil. Instituto de Economia da UFRJ. Proposta, n.87. Fevereiro. p.90-101.
- YUSSEFI, M. & WILLER, H. (2003) The World of Organic Agriculture: Statistics and Future Prospects 2003. Stiftung Oekologie & Landbau (SOL) and Forschungs Institute fuer Biologischen Landbau (FiBL), BIOFACH. 127p. Disponible in www.soel.de/inhalte/publikationen/s/s_74.pdf and www.ifoam.org
- WALKENHORST, P. (2000) Domestic and international environmental impacts of agricultural trade liberalisation. OECD Document COM/AGR/ENV (2000) 75. Papers presented at the University of Manchester Conference on Trade, Poverty and the Environment: Methodologies for Sustainability Impact Assessment of Trade Policy.
- WTO. (2002) Más allá de los acuerdos. Medio ambiente, una nueva prioridad. WTO. http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/tif_s/bey4_s.htm 22/10/2002.
- <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/especiais/frutasnobrasil/maca.html>

ANEXOS A

Tabela 56. Principais indicadores econômicos ALCA para o ano de 1998.

Região	PIB (US\$ milhões)	Participação do PIB (%)	PIB per capita (US\$)	Participação da população (%)
América Latina	1.994.961	18,46	4.100	61,90
Mercosul	1.111.748	10,29	5.281	26,46
EUA	8.230.397	76,17	32.104	33,92
Canadá	580.623	5,37	19.779	4,0
ALCA	10.805.981	100	-	100

Fonte: INTAL/BID (www.iadb.org) e Banco Mundial; extraído de Pereira (2000).

Tabela 57. Dados gerais dos países integrantes do estudo.

País	População (milhões hab.)	Area (sq.mi.)	PIB Per Capita (Us\$)
Brasil	170,1	3.300.154	4.630
Chile	15,2	292.135	4.990
Guatemala	12,7	42.042	1.640
México	99,6	756.062	3.840

Fonte: Population Reference Bureau, 2000, *2000 World Population Data Sheet* (Washington, D.C.: Population Reference Bureau) June. Extraído de Krist, W. Protecting the Environment While Opening Markets in the Americas. The North-South Agenda, January 2002.

Tabela 58. Café: Tarifas vigentes para importação para alguns países da ALCA.

País	Café s/ tostar		Café Tostado			Café solúvel (21011110)
	S/ descafeinar (09011100)	Descafeinado (09011200)	Em Grão (09012110)	Moído (09012120)	Descafeinado (09012200)	
Brasil	11,5% AV	17,5% AV				
Chile	6% AV					
México	23% AV	23% AV	72% AV ^b ⊕	72% AV ^b ⊕	72% AV ^b ⊕	141%
Argentina	11,5% AV +0,50% ^a	17,5% AV +0,50% ^a				
Bolívia	10% AV					
Canadá	0% AV					
Colômbia	10% AV	15% AV	15% AV	20% AV	20% AV	20% AV
Equador	10% AV	15% AV	15% AV ^c	20% AV ^c	20% AV ^c	20% AV
EUA	0% AV					
Paraguai	11,5% AV	17,5% AV				
Peru	20% AV	12% AV				
Uruguai	11,5% AV	17,5% AV				
Venezuela	10% AV	15% AV	15% AV	20% AV	20% AV	20% AV
Mercosul	10% AV ^d	10% AV ^d	-	-	-	16% AV ^d

a=taxa de serviço de estatística; b= c/ cupo estará isento de 50% da tarifa; ⊕ Tarifa intra-TRQ (Cota de Taxa Tarifária) 12 mil ton/ano;

d=TEC:Tarifa Externa Comum; c=Fodinfra+cota

AV=Ad Valorem; FODINFRA=fundo de desenvolvimento para a infância;

cota=US\$5,0 para importação menor que US\$20.000 FOB, se maior será de 0,25 por mil s/FOB;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados da ALADI (Associação Latinoamericana de Integração); Saes et al. (2002)

Tabela 59. México: Lista de desgravação para café e maçã no acordo NAFTA.

Cod.	Descrição	Taxa base	EUA	CANADÁ
0808.1001	Maçã freca	20%	Livre em 01/01/2003	Livre em 01/01/2003
0813.3001	Maçã seca	20%	Livre em 01/01/2003	Livre em 01/01/2003
2009.7001	Suco de maçã	20%	Livre em 01/01/2003	Livre em 01/01/2003
0901.1000	Café s/ tostar	20%	Livre desde 01/01/1994	Livre desde 01/01/1994
0901.2000	Café tostado	20%	Livre em 01/01/2003	Livre em 01/01/2003
2101.1001	Café solúvel	20%	Livre em 01/01/2003	Livre em 01/01/2003

Fonte: <http://www.economia-snci.gob.mx>

Tabela 60. Maçã: Tarifas vigentes para importação para alguns países da ALCA.

País	Maçã Fresca (08081000)	Maçã Seca/desidratada (08133000)	Suco de maçã (20097000)
Brasil	11,5% AV	11,5% AV	15,5% AV
Chile	6% AV	6% AV	6% AV
México	23% AV	23% AV	23% AV
Argentina	11,5% AV + 0,5% ^a	11,5% AV + 0,5% ^a	15,5% AV + 0,5% ^a
Bolívia	10% AV	10% AV	10% AV
Canadá	0% AV	6% AV	-
Colômbia	15% AV	15% AV	20% AV
Equador	15% AV+0,05% *	15% AV+0,05% *	20% AV+0,05% *
EUA	0 % NMF	0,74 cent US\$ /kg	0% AV
Paraguai	11,5% AV	11,5% AV	15,5% AV
Peru	20% AV + 5% ^b	20% AV + 5% ^b	20% AV + 5% ^b
Uruguai	11,5% AV	11,5% AV	15,5% AV
Venezuela	15% AV	15% AV	20% AV
Mercosul	10% AV**	10% AV**	14% AV**

AV=Ad Valorem

*(FODINFA=fundo de desenvolvimento para a infância + cota=US\$5,0 para importação menor que US\$20.000 FOB, se maior será de 0,25 por mil s/FOB);

** (TEC= Tarifa Externa Comum); a=serviço de estatística; b= sobre taxa adicional

Fonte: elaborada pelo autor a partir da base de dados da ALADI (Associação Latinoamericana de Integração);

Odepa (Chile); Base de dados hemisferica (ALCA);

Tabela 61. Chile: Acordos comerciais e exportações de maçã.

Acordo de comércio	Situação maçã
México	5 % AV (e 100% de preferência); 0% (em 01/01/ 2006); cupo anual de 2.264,5 ton metricas (que será incrementada anualmente a partir de 2000); acima do cupo, México não deve aplicar tarifa maior que a vigente para NMF; a partir de 2006 também não estarão sujeitos a cupo.
Venezuela	Livre
Colômbia	Livre
Equador	Livre
Mercosul	15 anos desgravação (13,5% AV) Liberalização total em 01/01/2011
Canadá	Exceção
Peru	5% AV (10 anos desgravação)
Bolívia	100% de preferencia

AV= Ad Valorem; Fonte: elaborado pelo autor com base em dados da Odepa (Chile).

Tabela 62. CHILE – MERCOSUL: Exportações e importações de maçã e café, e tarifas vigentes.

Descrição	Situação atual	Tarifa efetiva (2001)	US\$ mil (FOB)		
			1996	1999	2000
Maçã fresca (08081000)	-	13,5%	17.317	8.406	9.908
Café s/ tostar, s/descafeinar (09011100)	DG(2004)	3,0%	0	0	3
Café tostado, s/ descafeinar (09012100)	DG(2004)	3,0%	4	0	1
Nectar e suco de maçã (20097000)	-	0,7%	400	105	200
Extrato e essências concentrado de café (21011200)	DG(2004)	4,3%	3	169	175
Prep. base de essências/extratos de café (21011200)	DG(2004)	4,3%	119	0	5
Importações de café e maçã de Chile do Mercosul					
Café s/ tostar, s/descafeinar (09011100)	-	0%	12.706	9.431	9.371
Café tostado, s/ descafeinar (09012100)	DG(2004)	1,8%	47	128	88
Maçã seca (08133000)	DG(2004)	1,8%	0	30	80
Nectar e suco de maçã (20097000)	DG (2004)	1,8%	39	38	10
Extrato e essências concentrado de café (21011200)	DG(2006)	4%	40	158	569
Preparações a base de essências/extratos de café (21011200)	DG(2006)	4%	92	582	1.448

DG= Desgravação; Fonte: Odepa (Chile)

Tabela 63. Tarifas de importação e requerimentos fitossanitários para a exportação de maçã de Chile.

País	Tarifa	Tarifa NMF*	observação
EUA	0%	0%	Requer inspeção conjunta SAG/USDA-APHIS; tratamento de frio e fumigação com Brometo de metila.
Colômbia	0%	15%	Declaração livre de <i>Cydia molesta</i> .
Venezuela	0%	15%	-
Peru	5%	25%	Declaração livre de <i>Cydia molesta</i> .
Equador	0%	15%	Declaração livre de <i>Cydia pomonella</i>
Brasil	11,5%	11,5%	Declaração livre de <i>Cydia pomonella</i> ,
México	8,3%	23%	Declaração de não originária da Região I ; livre de <i>Cydia molesta</i> .
Canadá	0%	0%	Tratamento para espécies quarentenárias (como <i>Cydia pomonella</i> e <i>Cydia molesta</i>)
Mercosul	13,5%	-	-
UE	0%	0%	-

* Tarifa normal para terceiros Fonte: Governo do Chile – Ministerio da Agricultura – www.odepa.gob.cl; Base de dados Hemisferica

Tabela 64. Tarifa de importação de insumos (defensivos, fertilizantes e máquinas). (Ad Valorem).

Insumo /codigo SH	Brasil	México	Chile	Guatemala
Superfosfato simples (31031010)	5%	3%	7%	0%
Superfosfato duplo (31031020)	6%	3%	7%	0%
Azubos compostos e complexos (31051030)	6%	3%	7%	0%
P2O5 >22% em peso (31031010)	5%	3%	7%	0%
Sulfato de amonio(31022910)	3%	3%	7%	0%
Nitrato de amonio (31023000)	0%	3%	7%	0%
Tratores (870199000)	14%	23%	7%	0%
Defensivos a base de cobre	3,5 %	13%	7%	0%
Fosfato de calcio natural (25102010)	1,5 %	3%	-	0%
Azubos e fertilizantes minerais ou quimicos c/ NPK (30052000)	5%	3%	7%	5%

SH: sistema Harmonizado, **Capítulo 25:** produtos minerais; **Capítulo 31:** adubos; **Capítulo 87:** veículos, tratores, ciclos e acessórios. Fonte: elaborado pelo autor a partir da Base de dados hemisférica FTAA fevereiro de 2003.

Tabela 65. Oferta tarifária inicial do Mercosul para ALCA, em 15/02/2003.

Descrição	Tarifa base (%)	Classe de desgravação
Maçã fresca (08081000)	11.5	D
Pêra fresca (08082010)	11.5	C
Suco de frutas ou hortaliças (incluso silvestres) (20098000)	15.5	D
Mistura de sucos (20099000)	15.5	D
Café em grãos (09011110)	11.5	C
Demais (09011190)	11.5	C
Descafeinado (09011200)	11.5	C
Solúvel incluso descafeinado (21011110)	17.5	C
Demais (21011190)	17.5	C
Preparaciones a base de extractos, esencias o concentrados o a base de café (21011200)	17.5	C

A=imediate; B=até 5 anos; C=até 10 anos; D=mais de 10 anos. Fonte: Ministério das Relações Exteriores - Brasil.

Tabela 66. Area mundial com manejo orgânico, área total cultivada, número de produtores.

Região	Área de produção orgânica (ha)	Area total cultivada	Nº produtores
Oceania	10.567.900 (46.3%)	489.340.000	2.375 (0.6%)
Latinoamérica	4.743.810 (20.8%)	647.613.000	75.800 (19%)
Europa	5.149.160 (22.6%)	207.153.840	175.815 (44%)
América del Norte	1.523.755 (6.7%)	600.150.000	45.045 (11.3%)
Asia	590.810 (2.6%)	1.387.167.000	60.395 (15.1%)
África	235.825 (1%)	799.310.000	39.375 (9.9%)
Total	22.811.270 (100%)	4.130.733.840	398.804 (100%)

Fuente: SOEL-Survey, 2003; modificado de Yussefi & Willer (2001; 2003).

Tabela 67. Area com produção orgânica, porcentagem da área total e número de propriedades para o continente americano.

País	Área de produção orgânica (ha)	% da área cultivada	Nº produtores
Argentina	3.192.000 *	1.89	1.900
Uruguai	678.480*	4.0	335
Brasil	275.575**	0.08	14.870
Chile	273.000***	1.5	300
Peru	84.910	0.27	19.685
Paraguai	61.565	0.26	2.540
Equador	60.000	0.74	2.500
Colômbia	30.000	0.24	4.000
Bolívia	19.635	0.06	5.240
Rep. Dominic.	14.965	0.40	12.000
Guatemala	14.745	0.33	2.830
Costa Rica	8.975	2.0	3.570
Cuba	8.495	0.13	-
Nicarágua	7.000	0.09	2.000
Panama	5.110	0.24	-
El Salvador	4.900	0.31	1.000
Belize	1.810	1.30	-
Honduras	1.770	0.06	3.000
Guiana	425	0.02	25
Suriname	250	0.28	-
Sub Total	4.743.815	-	75.800
EUA	950.000	0.23	6.950
Canadá	430.600	0.58	3.236
México	143.155	0.13	34.860
Sub Total	1.523.755	-	45.045
TOTAL HEMISF.	6.267.565		120.845

* 95% da área é com pastagens; ** Recentemente foram certificados cerca de 500.000 hectares de pastagens orgânicas nos estados do Mato Grosso (DAROLT, 2002); ***Para o ano de 2002, foram incorporados 600.000 hectares de pastagens orgânicas recentemente certificadas na Região de Magallanes, para produção de ovelha orgânica (ECOSUR, www.agendaorganica.cl); Fonte: SOEL-Survey, 2003; modificado de Yussefi & Willer (2003); Darolt (2003).

Tabela 68 . Exportações mundiais de café arábica (em milhões de sacas de 60 kg).

País	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Taxa de crescimento
1. Brasil	15,06	28	16,32	31	19,78	35	16,08	29	21,03	37	6,5%
2. Colômbia	10,92	21	11,24	21	10,00	17	9,18	16	9,94	17	- 3,9%
3. Guatemala	4,21	8	3,51	7	4,68	8	4,84	9	4,10	7	2,7%
4. México	4,51	9	3,41	6	4,36	8	5,30	9	3,41	6	- 1,2%
5. Peru	1,72	3	1,91	4	2,44	4	2,39	4	2,40	4	8,9%
6. Honduras	1,72	3	2,33	4	1,99	3	2,88	5	2,39	4	8,7%
7. Costa Rica	2,11	4	2,03	4	2,01	4	2,03	4	2,05	4	- 0,5%
8. Índia	1,22	2	1,09	2	1,47	3	1,83	3	1,65	3	11,1%
9. El Salvador	2,76	5	1,69	3	1,80	3	2,54	5	1,52	3	- 7,9%
10. Etiópia	1,98	4	1,92	4	1,82	3	2,00	4	1,39	2	- 6,6%
11. Nicarágua	0,71	1	0,93	2	0,93	2	1,30	2	1,36	2	16,4%
12. Papua N. Guiné	0,98	2	1,30	2	1,27	2	1,01	2	1,03	2	- 1,6%
13. Quênia	1,16	2	0,82	2	1,07	2	1,15	2	0,98	2	0,1%
14. Indonésia	0,54	1	0,60	1	0,63	1	0,62	1	0,62	1	2,9%
Sub Total	49,59	94	49,11	93	54,24	95	53,14	94	53,88	95	2,4%
Outros	3,36	6	3,52	7	3,04	5	3,19	6	3,12	5	- 2,5%
TOTAL	52,94	100	52,64	100	57,28	100	56,33	100	56,99	100	2,2%

Fonte: OIC; extraído de Saes et al. (2002).

Tabela 69. Exportações mundiais de café robusta (em milhões de sacas de 60 kg).

País	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Taxa de crescimento
Vietnã	6,10	24	6,37	25	7,43	27	11,19	35	14,14	43	22,5%
Indonésia	5,45	21	4,96	19	4,48	16	4,60	14	3,82	12	- 7,8%
Costa do Marfim	3,01	12	3,89	15	2,55	9	5,79	18	3,52	11	7,1%
Uganda	3,15	12	2,95	11	3,51	13	2,22	7	2,74	8	- 5,6%
Brasil	1,67	6	1,82	7	3,38	12	2,00	6	2,49	8	8,9%
Índia	1,35	5	2,08	8	2,38	9	2,61	8	2,32	7	13,1%
Tailândia	1,09	4	0,78	3	0,51	2	0,97	3	1,17	4	3,6%
Camarões	1,22	5	0,7	3	1,09	4	1,11	3	1,06	3	1,8%
Equador	0,61	2	0,69	3	0,52	2	0,31	1	0,30	1	- 22,3%
Madagascar	0,57	2	0,45	2	0,42	2	0,28	1	0,27	1	- 19,6%
Togo	0,31	1	0,77	1	0,27	1	0,28	1	0,19	1	- 4,3%
Tanzânia	0,17	1	0,27	1	0,25	1	0,11	0	0,19	1	- 6,5%
Congo	0,52	2	0,35	1	0,39	1	0,32	1	0,17	1	- 22,9%
Rep. C. Africana	0,19	1	0,11	0	0,18	1	0,19	1	0,11	0	- 5,5%
Sub Total	25,41	99	25,59	99	27,36	99	31,97	99	32,50	99	7,1%
Outros	0,33	1	0,31	1	0,27	1	0,21	1	0,20	1	- 14,0%
TOTAL	25,74	100	25,89	100	27,63	100	32,18	100	32,70	100	

Fonte: OIC; extraído de Saes et al. (2002).

Tabela 70. Brasil e Colômbia: Exportações de café de todas formas para os EUA. Período: 12 meses jan/dez de 2001 e 2002.

Tipo de café	2001		2002		
	1.000 US\$	Mil sc/60 kg	1.000 US\$	%	Mil sc/60kg
Colômbia					
Verde arábica	179.080	2.030	201.390	61,3	2.325
Verde não arábica	79.470	805	75.130	22,9	849
Verde descaf.	42.760	385	39.000	11,9	377
Solúvel a granel	11.320	96	7.300	2,2	67
Torrado não descaf.	4.370	17	4.320	1,3	19
Outros	1.118	5	1.215	0,4	8
Total	318.118	3.338	328.355	100	3.645
Brasil					
Verde arábica	82.919	1.406	99.484	43,3	2.116
Verde não arábica	70.818	1.320	93.910	41,0	2.655
Verde descaf.	7.712	82,30	8.614	3,7	103
Solúvel a granel	26.960	426	18.732	8,2	350
Torrado não descaf.	1.306	10,20	3.290	1,4	26
Outros	4.432	62,50	5.600	2,3	77
Total	194.147	3.307	229.630	100	5.327

Fonte: Coffee business a partir do Department of Commerce,

U.S. Census Bureau, Foreign Trade Statistics;

Extraído de Abecafe (Associação Brasileira de Exportadores de Café) e modificado pelo autor

Tabela 71. México: importância econômica da agricultura orgânica, 1996 a 2000.

Descrição	1996	1998	2000	TMAC (%)
Superfície (ha)	23.265	54.460	102.800	45
Nº produtores	13.175	27.915	33.590	26
Empregos (mil jornales)	3.720	8.715	16.450	45
Divisas geradas (mil US\$)	34.295	72.000	139.400	42

Fonte: CIESTAAM; por Gómez et al. (2002).

Tabela 72. Principais produtos orgânicos latino-americanos produzidos e exportados por países de origem (2000).

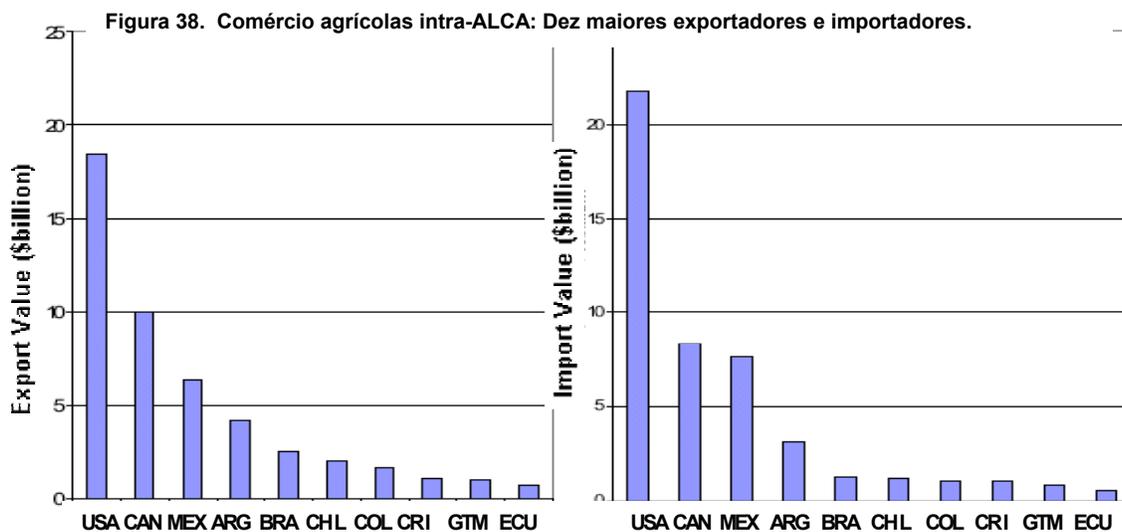
Produto	País de origem
Açúcar	Paraguai, Brasil, Ecuador e Argentina
Cacau	México, Bolívia, República Dominicana, Costa Rica e Panamá
Café	México, Bolívia, Colômbia, Peru, Ecuador e países América Central
Carnes	Argentina (carne de res e frangos); Chile; Brasil;
Cereais e grãos	Argentina e Brasil: milho, trigo e soja; Paraguai (soja)
Frutas frescas	Argentina: maçã, pêras e cítricos Brasil: maçã e uva Chile: kiwi, framboesas e fresas Colômbia, Ecuador, México, América Central e Rep. Domin.: banana, pinhas, mangas, e outras frutas tropicais; México: maçã, abacates e banana
Prod. industriais Vegetais	Argentina: azeite de oliva, purê de pêras, sucos concentrado de uva e maçã, passas de uva, vinho Argentina, Brasil e Chile Em menor escala alguns dos países centroamericanos: vegetais frescos e secos.

Fonte: Garcia (2002).

Tabela 73. Estimativa de vendas varejo em alimentos e bebidas orgânicas, 2003-2005.

País	Vendas 2003 Milhões de US\$	Estimativa de participação no mercado de alimentos	Crescimento anual 2003-2005 (%)
EUA	11.000-13.000	2.0-2.5	15-20
Canadá	850-1.000	1.5-2.0	10-20
Japão	350-450	<0.5	-
Oceania	75-100	< 0.5	-
Alemanha	2.800-3.100	1.7-2.2	5-10
G. Bretanha	1.550-1.750	1.5-2.0	10-15
Itália	1.250-1.400	1.0-1.5	5-15
França	1.200-1.300	1.0-1.5	5-10
Suíça	350-400	3.2-3.7	5-15
Holanda	425-475	1.0-1.5	5-10
Suécia	350-400	1.5-2.0	10-15
Dinamarca	325-375	2.2-2.7	0-5
Austria	325-375	2.0-2.5	5-10
Bélgica	200-250	1.0-1.5	5-10
Irlanda	40-50	<0.5	10-20
Outros europeus	750-850	-	-
Total Europa	10.000-11.000	-	-
TOTAL	23.000-25.000	-	-

Fonte: Conpilado por ITC, dezembro 2002; modificado de Yussefi & Willer (2003).



Fonte: extraído de Berrios (2001)

ANEXOS B

ANEXO B.1) FORÇAS, OPORTUNIDADES, DEBILIDADES E AMEAÇAS.

Quadro 1. F.O.D.A Café - Manejo Convencional e Manejo Alternativo ou Sustentável.

Força	Oportunidade	Debilidade	Ameaça
Manejo Convencional - abastecimento suficiente; - boa produtividade; - menor mão-de-obra/ha; - importante fonte de renda e geração de divisas; - admite agroquímicos e ferramentas biotecnológicas; - facilidade de comercialização; - manejo relativamente mais fácil; - sistemas de comercialização bem estabelecido;	- atender a demanda em escala; - expandir consumo em países com baixo consumo; - melhoria da qualidade, e adoção de sistemas de controle de qualidade de produtos e processos;	- maior risco de contaminação do meio ambiente; - maior risco de acidentes com produtos tóxicos a saúde humana; - manejo inadequado de solo e fitossanitário;	- produtores: preços não cobrem os custos.; - substituição do café por outras bebidas; - queda no consumo de café entre jovens; - café de baixa qualidade no mercado; - volatilidade dos preços;
Manejo Alternativo ou Sustentável - produtos com menor resíduo tóxicos; - ênfase no uso seguro e redução/eliminação de agroquímicos ou insumos de síntese; - maior controle de qualidade de produto, saúde humana e meio ambiente; - confiança assegurada pela certificação, e permite a rastreabilidade; - contribui para a diversificação da propriedade; - menor impacto no meio ambiente e na biodiversidade;	- ampliar rede de distribuição/comercialização; - ampliar a consciência social, ambiental e a qualidade dos alimentos; - alternativa para agricultura familiar; - ampliar mercados ainda não explorados; - adotar normas internacional e reconhecidas pelo país de destino; - otimizar o uso dos recursos a nível de propriedade; - qualifica produtos para acender mercados externos; - pode superar barreiras não-tarifárias; - renda extra com devido a diversificação produtiva;	- transição a esse sistema é relativamente difícil; - Problemas de ordem técnica ainda não resolvidas; - fragil apoio de órgãos oficiais; - manejo mais complexo; - ausência de normas/regulamentação em muitos países; - problemas de abastecimento ou oferta suficiente;	- falta ou difícil acesso de informação técnica e mercadológica; - relativamente altos custos de certificação; - desconhecimento do tamanho do mercado; - diversidade de termos e selos ecológicos; - ficar limitado a nicho de mercado; - relativamente pouca produção certificada no hemisfério sul; - consumidores não suficientemente conscientizados sobre questões ambientais ou sociais; - queda dos prêmios por qualidade; - flexibilização das normas pode ameaçar a confiança nesses produtos;

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 2. F.O.D.A Café Brasil, México e Guatemala.

Força	Oportunidade	Debilidade	Ameaça
Café Brasil - grande fronteira agrícola; - tecnificação e produtividade; - boa competitividade; - cadeia do café estruturada; - lavouras renovadas; - grande excedente exportável; - parque cafeeiro complexo e diverso; - suporte técnico da pesquisa; pesquisadores capacitados; - alta produtividade (compensa o uso intensivo de tecnologia); - importante fonte de emprego e renda, e geração de divisas; - grande mercado interno;	- ênfase em qualidade de café e na melhoria da imagem; ampliação do mercado interno; - cafés especiais e diversificação de produtos; - consolidar a expansão e a melhoria do café em áreas de cerrado; - trabalhar mercado e outros emergentes; - expansão de cafeterias; - mercado chinês, russo e leste europeu; e consolidar participação no mercado estadunidense; - adotar controles de qualidade, selos, novas marcas de café, rastreabilidade e denominação de origem; (fugir da comoditização); compor blends; - aumento das exportações de café verde, torrado e solúvel depende de incentivos a exportação (principalmente crédito);	- uso da infraestrutura disponível; - excessiva carga tributária; - Arabica: é tido como produtor de quantidade, não de qualidade; - falta de conhecimento do mercado internacional; - heterogeneidade gerencial e tecnológica; - marketing nacional e externo; - baixo desenvolvimento da ind. de embalagens; - exportação basicamente em grão verde, sem agregar valor; - restrição p/ importar grão verde; - não há prêmio por qualidade; - baixa capacidade financeira no segmento de torrefação;	- volatilidade dos preços no mercado internacional; - baixos custos do Vietnã; - grande competição no mercado externo; - não romper imagem negativa do café brasileiro; - barreiras tarifárias ao café industrializado (EU e Japão); - crescimento de vendas em cafés especiais dos concorrentes; - barreiras não-tarifárias;
Café México - proximidade geográfica com o maior mercado mundial; - 97% de café arábica; - basicamente café de sombra, com bom ambiente para fauna e flora; - experiência em café de qualidade com reduzido uso de agroquímicos; - competitivo a nível internacional; - normas de qualidade e denominação de origem; - bom potencial produtor e boas condições ecológicas; - principal produtor e exportador de café orgânico; - grande importância social;	- consolidar-se como o maior exportador de café orgânico; - incentivar o consumo interno; crescente abertura de cafeterias; - nichos de mercado ainda não explorados: café gourmet, café frios, café enlatado; - buscar novos mercados em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como: China, Rússia, e leste europeu; - incorporar controle de qualidade, selos, e denominação de origem;	- produtividade do café é menor que café de sol; - escala de produção 'de deficiente; - problemas de logística; - apenas 10% é comercializado por organizações de produtores; - maioria dos camponeses vivem na pobreza; - altas taxas de analfabetismo no campo; - problemas sociais;	- queda dos preços do café; - novos competidores além dos competidores tradicionais (Brasil, Colômbia, outros)

Café Guatemala			
<ul style="list-style-type: none"> -solos férteis, chuvas bem definidas, boas condições agroecológicas; -importante para emprego, renda e geração de divisas; - área significativa com café; - basicamente café de sombra; - quase a totalidade de café arábica; - boa produtividade (11º do mundo); - tradição de café de qualidade; -produção orientada para exportação -maior exportador de café da América Central; 	<ul style="list-style-type: none"> -produção de cafés especiais e ambientalmente amigável; -pode tornar-se o principal produtor e exportador de café seletos; -fortalecimento das cooperativas para atuar em várias fases da cadeia; -ampliar a tecnificação para outras propriedades; -aumentar exportações de café para China e Taiwan com quem tem acordo de complementação econômica; 	<ul style="list-style-type: none"> -grau de especialização/tecnificação muito variado; -insegurança em função da luta pela terra; -carença de programas sociais para o setor; -promoção e venda de café processado; -desenvolvimento tecnológico e produtividade; -produtores não tem garantia de preço por qualidade; 	<ul style="list-style-type: none"> -queda dos preços do café; -entrada de novos competidores, principalmente asiáticos; -crescimento da produção em Brasil;

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 3. F.O.D.A Maçã - Manejo Convencional e Manejo Alternativo ou Sustentável.

Força	Oportunidade	Debilidade	Ameaça
Manejo Convencional <ul style="list-style-type: none"> -fruta de grande consumo mundial; - geração de milhares de empregos e movimentação a economia; -admite OGM's; - suficiente abastecimento; - alta tecnificação; -redução na mão-de-obra pela escala e pelo uso de máquinas; -fechar negócios em grande escala; 	<ul style="list-style-type: none"> -gradualmente converter para tec. limpas; -adotar sistemas de rastreabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - débil controle de agroquímicos; - defesa fitossanitária baseada em calendário; - manejo do solo inadequado; 	<ul style="list-style-type: none"> - consumo há estabilizado nos principais mercados; - consumidores cada vez mais atentos para a qualidade dos produtos; -mercados desenvolvidos já exigem P.I. como requisito; -barreiras não-tarifárias;
Manejo Alternativo ou Sustentável <ul style="list-style-type: none"> -menos resíduos químicos nas frutas; -restringe o uso de OGM's; -ênfase na redução/eliminação de agroquímicos; -qualidade cada vez mais reconhecida pelos consumidores; -otimização da mão-de-obra familiar; - proporciona maior segurança ambiental e para a saúde humana; 	<ul style="list-style-type: none"> -adotar sistemas de rastreabilidade - melhoria nos canais de comercialização; - ampliar mercados para esse segmento; -viável para agricultura familiar; -maior possibilidade de negócios externos; - melhor possibilidade de superar barreiras não-tarifárias; -ampliar conhecimento em manejo e mercadológica; 	<ul style="list-style-type: none"> -problemas de escala e oferta suficiente; -falta de provedores confiáveis tanto a curto como a longo prazo; -muitos países ainda não possuem regulações; -confusão de terminologias e de selos; - informações de mercado insuficientes; -insuficiente conhecimento dos consumidores sobre manejo sustentável; -manejo complexo; -menor produtividade, principalmente no período de transição; 	<ul style="list-style-type: none"> - limitar-se apenas a nicho de mercado; - queda no valor dos prêmios por produto diferenciado; -dificuldade de manejo fitossanitário; -altos custos de certificação; -flexibilização ou falta de rigor das normas;

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 4. F.O.D.A Maçã Chile, Brasil e México

Força	Oportunidade	Debilidade	Ameaça
Maçã Chile <ul style="list-style-type: none"> -áreas aptas para produção de frutas; - ótimas condições fitossanitárias; -produção na entre-safra dos principais mercados; -boa estrutura de produção, armazenamento, comercialização e logística; -diponibilidade de mão-de-obra qualificada; -experiência e estrutura exportadora; -distribuição de cultivares de acordo com o mercado; -já possui acordos comerciais que lhe facilitam o acesso a mercados; 	<ul style="list-style-type: none"> - converter boa parte da produção para tec. limpas; - oferta na entre-safra do hemisfério norte; - grande possibilidade de vir a jogar papel relevante no mercado orgânico mundial; - exportações para centroamérica e México; 	<ul style="list-style-type: none"> -baixa conversão para PIF ou outras tec. mais limpas; -normas para produção orgânica - não consolidado acordo com Mercosul; -orgânicos: debilidade institucional e falta de conhecimento técnico; -sistema de rastreabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> -aumento da produção da China, Turquia e Itália - aumento das exportações de Nova Zelândia e China; - competição com PD e PED; -exigências dos países desenvolvidos (PIF, BPA);
Maçã Brasil <ul style="list-style-type: none"> - excelentes condições edafoclimáticas; - mão-de-obra disponível e relativamente qualificada; - boa estrutura de suporte científico e de extensão rural; -boa competitividade; - empresas especializadas no setor; - programas governamentais de promoção da exportação de frutas; -produção na entressafra dos principais mercados; 	<ul style="list-style-type: none"> - promoção das frutas brasileiras no exterior; - avanço na adoção da Produção Integrada; - grande mercado interno ainda não completamente explorado; 	<ul style="list-style-type: none"> - linhas de crédito inadequada; - excessiva carga fiscal; - logística; - custos de embarque portuários; - marketing incipiente; -carência de especialistas em agronegócios; -falta de informação de mercado; 	<ul style="list-style-type: none"> - competição com outros exportadores; - crescimento da oferta de produtos orgânicos de concorrentes; - barreiras tarifárias a prod. industrializado; - barreiras não-tarifárias; -barreiras fitossanitárias excessivamente rigorosas;
Maçã México <ul style="list-style-type: none"> - produtividade vem crescendo; - normativas de acordo com estándares internacionais; - programa de controle de Anastrepha; - boa condição fitossanitária; -65% dos pomares irrigados; - muitos programas de apoio a produção de frutas; -produção na entressafra dos EUA; 	<ul style="list-style-type: none"> -grande consumo interno e segue crescente; - excelente oportunidade para aumentar sua produção; -oportunidades para sucos e refrescos composto com maçã; 	<ul style="list-style-type: none"> -baixo rendimento médio; - grande disparidade em tecnologia utilizada e de produtividade; -exportação joga um papel irrelevante frente as importações; 	<ul style="list-style-type: none"> - introdução de pragas e doenças; - riscos de geadas tardias; -entrada de frutas subsidiadas;

Fonte: elaborado pelo autor

ANEXO B.2) MAÇÃ: DEMAIS CONCORRENTES A NÍVEL HEMISFÉRICO

MAÇÃ EUA: Os EUA produzem cerca de 4,5 milhões de toneladas de maçã anualmente, sendo o segundo maior produtor mundial, depois da China.

Tabela 74. Produção, importação, e destino da maçã nos EUA (em ton/métricas).

Ciclo	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	Processado
1999/00	4.822.010	165.503	4.987.513	2.427.528	540.725	2.019.260
2000/01	4.800.691	163.610	4.964.301	2.375.658	749.142	1.839.501
2001/02	4.276.791	166.539	4.443.330	2.124.993	619.813	1.698.524
2002/03*	3.900.000	200.000	4.100.000	2.070.000	530.000	1.500.000

Fonte: FAS-USDA (2003) * estimativa;

A área cultivada e a produção de maçã nos EUA tem decrescido nos últimos anos. Assim, a estimativa de produção para o ciclo 2002/03 é de cerca de 3.8 milhões de ton., em área cultivada de de aproximadamente 174 mil/ha (FAS/USDA, 2003). Essa redução é reflexo das dificuldades da indústria da maçã, que se deve a fatores internos (como problemas financeiros dos agricultores, sobre oferta, baixos preços, estagnação do mercado doméstico), e de conjuntura externa, como aumento de importação e devido aos preços mais baixos de países como China em suco e em maçã fresca. De acordo com CCI (2002), o consumo per capita de maçã nos EUA é de aproximadamente 8,20 kg/hab/ano, e apresenta-se estagnado ou em contração. Na década de 1980 o consumo per capita foi de 8,7kg/hab/ano. Em compensação outras frutas tem apresentado crescimento dinâmico, como frutas exóticas e frutas tropicais.

A entrada de maçã da China no mercado de EUA tem intensificado a crise em que já estava a cadeia da maçã nesse país. Em anos recentes a importação de frutas chinesas tem crescido drasticamente, e no ciclo 2002/03 é estimada a entrada de 400.000 ton (40% superior que a dois ciclos anteriores). Além disso às autoridades estão preocupada com a possibilidade de entrada de pestes que poderiam afetar seus pomares, principalmente no Estado de Washington (FAS/USDA, 2003).

A produção orgânica de frutas é um dos maiores segmentos da agricultura orgânica no Estado de Washington, tanto por área como por valor. Com a redução dos preços de maçã e pêra convencional muitos agricultores tem considerado a produção orgânica uma alternativa. A área de maçã orgânica nesse Estado em 2002 foi estimada em mais de 3.300 ha (cerca de 4,7% da área total com maçã), e crescendo rapidamente. Os Estados de Washington, Califórnia e Arizona dominam a produção orgânica de maçã nos EUA (mais de 80%). Outros Estados que cultivam macieira tem dificuldade na luta contra as pragas e doenças, limitando assim a expansão da produção orgânica de maçã em algumas regiões, como em Michigan e New York. Os preços variam muito conforme a cultivar. De 1995-2000 o prêmio por maçã orgânica tem sido na média, de ano e cultivar, de aproximadamente 50% (Granatstein e Kirby, 2002).

Tabela 75. EUA: Origem das importações de suco de maçã, 1996-2001 (ton métricas).

País	Ranking	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	% mudança
Argentina	1	53.616	65.303	60.646	62.768	46.019	-27%
China	2	11.317	21.914	43.403	29.126	35.542	22%
Chile	3	21.370	19.971	31.583	42.268	35.020	-17%
Italia	4	11.831	9.036	21.377	18.668	28.081	50%
Alemanha	5	42.715	19.908	20.291	17.359	23.437	35%
Brasil	10	4.798	3.796	3.738	8.847	4.957	-44%
México		3.752	4.871	3.477	8.136	4.326	-47%
Canadá	13	2.662	3.518	2.713	3.856	3.552	-8%
Outros	-	62.232	37.890	27.101	33.650	45.000	
Total		214.293	186.207	214.329	224.678	225.934	-

Fonte: USDA (2002).

De acordo com dados do USDA (2002), países de outros hemisférios estão ganhando boa parte do mercado estadunidense de suco de maçã, apresentando altas taxa de mudança, como: China (22%), Itália (50%), Alemanha (35%), Hungria (426%), Nova Zelândia (292%), Turquia (14%), Austria (197%), Polônia (210%). Por outro lado, países do hemisfério tem perdido mercado, como tem acontecido com Chile, Brasil, México e Canadá (Tab. 75). É relativamente difícil prever como um quadro desses pode mudar a partir da ALCA.

MAÇÃ ARGENTINA: A produção Argentina de maçã no ciclo 2002/03 está estimada em 1 milhão de toneladas, que é 10% superior ao ciclo anterior. O menor custo de produção tem motivados os produtores a melhorar o manejo dos pomares. Parte

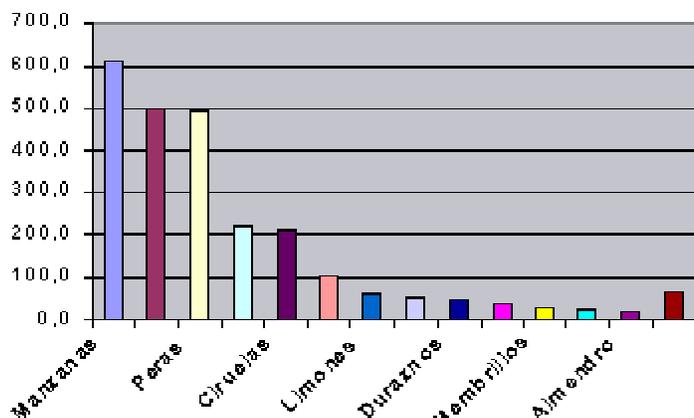
da redução de custos é devido a forte desvalorização do peso argentino frente ao dólar americano, que fez reduzir drasticamente o uso de insumos importados como herbicidas, fertilizantes, e máquinas agrícolas (FAS/USDA, 2003).

Tabela 76. Produção, importação, e destino da maçã na Argentina (em ton/métricas).

Ciclo	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	Processado
1999/00	847.084	13.280	860.364	324.670	95.895	439.799
2000/01	1.330.800	4.397	1.335.197	357.907	194.490	782.800
2001/02	900.000	350	900.350	375.350	165.000	360.000
2002/03*	1.000.000	0	1.000.000	380.000	200.000	420.000

Fonte: FAS-USDA (2003) * estimativa;

Figura 39. Superfície colhida (ha) com frutas orgânicas na Argentina, em 2000.



Fonte: Senasa (2001); extraído de Puppi & Ramirez (2001)

De acordo com Bruzone (2003), a presença da China no mercado internacional de suco de maçã tem sido um fator determinante da baixa dos preços. No período 1996-2001, os envios para EUA aumentaram em 25%. Resulta pouco provável a possibilidade de incrementar os envios argentinos a Japão e Sudeste Asiático - destinos de protagonismo no comércio mundial- devido a forte competitividade de China. O mercado interno tende a consolidarse, como consequência da maior preferência de consumo em sucos e refrescos. O aumento da oferta mundial nos próximos anos, implica para Argentina maiores exigências em relação a qualidade e redução de custos.

A produção de suco de maçã na Argentina é da ordem de 70.000 ton de suco concentrado. De 1996-2001, a produção de suco registrou taxa anual de crescimento de 5%. Em média, 95% do suco concentrado da Argentina se exporta, basicamente para a Europa (Bruzone, 2003).

MAÇÃ CANADÁ: Segundo Agriculture and Agri-Food Canada (2002), este país produz anualmente mais de 500.000 ton de maçã, com valor de aproximadamente US\$ 180 milhões, sendo uma das mais importantes frutíferas cultivadas. A área com macieira tem decrescido, mas novas tecnologias e práticas de manejo tem permitido aumentar a densidade e a produção. As províncias com maior produção são Ontario, British Columbia e Quebec. As exportações de maçã fresca são da ordem de 83.000 ton anuais, principalmente de British Columbia (63%) e Ontario (AAFC, 2002).

Tabela 77. Produção, importação, e destino da maçã no Canadá (em ton/métricas).

Ciclo	Produção	Importação	Oferta total	Consumo fresco	Exportação	Processado
1999/00	582.270	111.428	693.698	401.706	66.992	225.000
2000/01	532.218	120.692	652.910	404.996	62.914	185.000
2001/02	495.000	125.000	620.000	370.000	60.000	190.000
2002/03*	510.000	130.000	640.000	382.000	58.000	200.000

Fonte : FAS-USDA (2003) * estimativa

De acordo com dados de Statistics Canada, o país exporta cerca de 15% de sua produção. Os países de destino são principalmente: EUA (±57.000 ton; 68%); Reino Unido (±7.000 ton; 13%); Filipinas (±6.000 ton; 12%), e México (±5.000 ton; 7%). As exportações para o México vem crescendo rapidamente. Já as importações são da ordem de 112.000 ton anuais, que vem principalmente dos EUA (88.000 ton; 78%), Nova Zelândia (8.400 ton; 8%), Africa do Sul (7.400 ton; 6%), Chile (7.300 ton; 8%) e Argentina (500 ton; 0,6%). Em anos recentes o Chile e EUA tem crescido suas exportações para Canadá, enquanto Nova Zelândia e Africa do Sul vem perdendo mercado. De maneira geral, Canadá mais importador do que exportador de maçã.

Em Canadá a produção de maçã orgânica ainda é muito pequena (±320 ha), porém tem area bem estabelecida no Vale de Okanagan (British Columbia). Produtores de British Columbia tem informado que estão avaliando uma nova variedade que promete ser indicada para produção orgânica (Granatstein e Kirby, 2002).